



**FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAGED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGEdu**

ISAURA ISABEL CONTE

***O PROCESSO EDUCATIVO DA LUTA E DO TRABALHO DAS
MULHERES: Via Campesina no Brasil, UNORCA/UNMIC e CONAMI no
México***



Porto Alegre

2014

ISAURA ISABEL CONTE

**O PROCESSO EDUCATIVO DA LUTA E DO TRABALHO DAS
MULHERES: Via Campesina no Brasil, UNORCA/UNMIC e CONAMI no
México**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientadora: Prof^a Dr^a Marlene Ribeiro

Porto Alegre

2014

CIP - Catalogação na Publicação

CONTE, Isaura Isabel

O PROCESSO EDUCATIVO DA LUTA E DO TRABALHO DAS MULHERES: Via Campesina no Brasil, UNORCA/UNMIC e CONAMI no México / Isaura Isabel CONTE. -- 2014. 196 f.

Orientador: Marlene Ribeiro.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2014.

1. Educação/ Educação do Campo. 2. Trabalho. 3. Luta. 4. Mulheres e Feminismo. 5. Produção de Alimentos. I. Ribeiro, Marlene , orient. II. Título.

ISAURA ISABEL CONTE

***O PROCESSO EDUCATIVO DA LUTA E DO TRABALHO DAS
MULHERES: Via Campesina no Brasil, UNORCA/UNMIC e CONAMI no
México***

Tese de Doutorado em Educação para a obtenção do título de Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) da Faculdade de Educação (FACED).

Banca Examinadora:

Dra. Edla Eggert (UNISINOS)

Dra. Conceição Paludo (UFPel)

Dra. Maria Aparecida Bergamaschi (UFRGS)

Dra. Marlene Ribeiro (UFRGS) orientadora

Porto Alegre, 15 de julho de 2014.

DEDICATÓRIA

Aos que não se cansam de lutar, apesar dos dias duros e sombrios do capital e do patriarcado. Às mulheres, que na luta ousam desafiar os limites que lhe são impostos e constroem para si e para tantas outras, possibilidades de dias melhores. A todas aquelas que ousaram abrir caminhos, sobre as quais me apoio em seus ombros.

AGRADECIMENTOS

Tenho muito a agradecer, a pessoas e entidades, as quais me possibilitaram chegar ao final desse trabalho de Tese. Não poderia iniciar, senão por aquela que me acolheu tão bem, com carinho, dedicação e exigência de mãe, a professora Dra. Marlene Ribeiro, que, mais que professora e orientadora continua acreditando e dando provas de ética e comprometimento. Da mesma forma ao professor Dr. Jorge da Rosa Alberto Ribeiro, então coordenador do PPGEdU, quando ingressei em 2011, pois, me acolheu juntamente com a Dr^a. Marlene.

Ao PPGEdU, pela atenção dispensada, em especial pela secretaria e seu conjunto de trabalhadores e trabalhadoras e, da mesma forma as pessoas da equipe de limpeza e recepção, que tão pouco aparecem como sujeitos importantes no processo de fazimento de milhares de graduandos (as), mestres(as) e doutores (as) do Programa. Não poderia deixar de mencionar o CNPq pela concessão de duas bolsas: a que me possibilitou estar no Doutorado em Educação e também pela oportunidade de financiamento da bolsa para estágio sanduíche na UNAM/México.

À minha família toda, minha mãe Dominga Iracema, irmãos Claudimiro e Claudir e irmãs Elisabete e Francieli, sobrinhos Angélica e Gabriel, minha cunhada Janete, com quem dividi e divido as coisas simples e importantíssimas da vida; assim nos damos força mutuamente para prosseguirmos a caminhada com justiça, solidariedade e honestidade.

A tantos professores e professoras que contribuíram em minha formação, aos colegas pela partilha, pela convivência, pelas reflexões e, dentre eles destaco: Catiane Cinelli, Patrícia Bierhals, Maria Ivonete, Fernanda Paulo, Rafael, Paulo Sérgio, Juliana, Katiane Machado, Rita de Cássia, Vanderleia, Marisa e Elis. Junto a esses, cito a especial atenção de meu companheiro, que espero ser, eterno namorado Leonir Amantino Boff, pelo cuidado de sempre, de longe e de perto. Da mesma forma, as amigas/companheiras brasileiras que estiveram ao meu lado no México: Cheron Moretti e Lia Barbosa. Com o mesmo carinho, meu profundo agradecimento à professora Dra. Natividad Gutiérrez Chong, prestativa em tudo o que precisei na UNAM.

De maneira especialíssima, meu profundo agradecimento aos Movimentos MMC, MST, MPA, e MAB do estado do Rio Grande do Sul, que abriram gentilmente e com toda a confiança as portas para que fosse possível realizar a pesquisa. Do mesmo modo agradeço a acolhida na casa dos sujeitos da pesquisa no Brasil, os alimentos saudáveis e as prosas. No México, com o mesmo respeito e consideração, agradeço a UNORCA/UNMIC e a CONAMI, assim como também as militantes que foram sujeitos da pesquisa, pela acolhida de uma estrangeira sem ressalvas.

A todos/as estes/as que nomeei, o meu sincero Muito Obrigada!

RESUMO

A presente Tese de Doutorado analisa e discute os aprendizados do universo de trabalho e de luta das mulheres camponesas da Via Campesina do estado do Rio Grande do Sul, Brasil, e camponesas e indígenas da UNORCA/UNMIC e da CONAMI no México. Enfatiza-se, assim, os saberes para além do contexto escolar, em que se aprende a vida toda, com ênfase no *fazer-se* gente, sujeito com consciência crítica, feministas ou não, mas que lutam, coletivamente por dias melhores e, perdem a vergonha, passando a andar de cabeça erguida, sem baixar *la mirada*. Apesar de terem sido relegadas a seres de segunda ordem na sociedade patriarcal, refletindo historicamente, no pouco ou nada de acesso à educação escolar pelo fato de virem no campo ou por serem mulheres índias; na luta geral não levadas em conta e, nas específicas, grandemente acusadas de divisoras ou antirrevolucionárias, elas continuam demarcando espaços, ampliando e multiplicando saberes. Para tal, afirma-se a importância de coletivos de mulheres no interior de movimentos mistos que se somam a movimentos específicos, conduzidos por elas. A pesquisa desenvolvida como estudo de caso, no Brasil situou-se no estado do Rio Grande do Sul e as organizações pesquisadas foram MMC, MST, MAB e MPA da Via Campesina, tendo como sujeitos, duas mulheres de cada organização. No México, foram pesquisadas três mulheres da UNORCA/UNMIC e também da CONAMI, dos estados do Distrito Federal, Sonora, Guerrero, Morelos e Chiapas. Para a coleta de dados foram utilizados dois questionários: um, aberto, semiestruturado com questões usadas para gravação e posterior transcrição; outro, também aberto, com questões estruturadas, registrado instantaneamente. Outro instrumento utilizado foi o diário de campo com registros de observações de reuniões e encontros envolvendo sujeitos da pesquisa ou representantes de suas organizações. Junto a isso, foi realizado estudo de subsídios produzidos pelos referidos movimentos, tanto em livros, cartilhas e panfletos, como em sítios eletrônicos, além de ampla pesquisa bibliográfica. Sobre os aprendizados mais relevantes da pesquisa evidencia-se: a importância de as mulheres poderem dizer a sua palavra e, para tal, terem e/ou criarem as condições para tal, tanto ao que se refere a estudos em cursos formais ou não e, propriamente nas articulações e construções de suas lutas; perder o medo e enfrentar as contradições por estarem na luta coletiva; coordenar processos e junto a isso perceber limites, avanços e desafios, de si mesmas, das companheiras e companheiros e da luta em si; exigir respeito pelo fato serem mulheres e sustentar posições teórico-políticas; estudar, perceber a força e o poder que têm no coletivo; aprender experienciando na luta, e, mais que isso: passar a saber que sabem e que seus saberes são relevantes na contestação da sociedade machista e patriarcal, bem como, na construção de possibilidades de serem libertas.

Palavras-chave: mulheres, luta, trabalho, aprendizados.

ABSTRACT

The present doctoral dissertation analyses and discusses the learning of the work and struggle universe of peasant women from Via Campesina from Rio Grande do Sul / Brazil and the peasant and Indian women from UNORCA/UNMIC and CONAMI from Mexico. It is highlighted the knowledge besides the school context, in what is learnt the whole life, emphasizing *turning into* a person, a subject with critical awareness, feminist or not, but who struggles in collective for better days, and is not ashamed, starting to walk with head up without bringing down *la mirada*. Beyond being put aside as human being of second order in a patriarchal society, historically reflecting, in little or even no access to school education by the fact of coming from the countryside or being Indian women; in general fight not taking in account and in specific fights were intensely accused as divisive or antirevolutionaries, they keep demarcating spaces amplifying and multiplying knowledge. For that, it is affirmed the relevance of women collective inner mixed movements that are summed up to specific movements conducted by themselves. The research developed as a case study, in Brazil, was situated in Rio Grande do Sul and the organizations researched were MMC, MST, MAB and MPA of Via Campesina, having as subjects, two women of each organization. In Mexico, were researched three women of UNORCA/ UNMIC and also CONAMI from the states of Federal District, Sonora, Guerrero, Morelos and Chiapas. In order to collect the data were utilized two questionnaires: one, open, semi structured, with questions to record and later transcript; another, open, with structured questions, registered instantly. Other instrument used was a field diary for registering the observation of meetings evolving subjects of the research or representative of their organizations. It was also done a study produced by the referred movements, in books, primers, folders, sites, as well as a broad bibliographic research. About the most relevant learning of the research was evident: the importance of women saying their words, and or to create conditions for it, in what refers to studies in formal courses or not, and also in the articulation and construction of their struggles; not having fear to face contradictions for being in collective struggle; coordinating processes and also seeing limits, advances and challenges, from themselves, their partners female or male and the struggle itself; requiring respect by the fact they are women and sustain theoretical-political positions; studying and realizing their strength and power that is in the collective; learning through experience in struggle, and more than that, realizing they know and their knowledge is relevant contesting the chauvinist and patriarchal society, as well in the construction of possibilities of being set free.

Keywords: women, struggle, work, learning

LISTA DE SIGLAS

ABEEF - Associação Brasileira de Estudantes de Engenharia Florestal
AIA - American International Association
AMTR/RS - Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul
ANIPA - Assembleia Nacional Indígena Plural por Autonomia
ANMC- Articulação Nacional de Mulheres Camponesas
ANMTR - Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais
ASCAR - Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural
BM - Banco Mundial
BNDS - Banco Nacional de Desenvolvimento Social
CAMI - Casa de Saúde da Mulher Indígena
CAPES- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCI - Central Camponesa Independente
CDCA - Certificado de Direito Creditício do Agronegócio
CDI - Comissão Nacional para o Desenvolvimento os Povos Indígenas
CEB's - Comunidades Eclesiais de Base
CELAM - Conselho Episcopal Latino-Americano
CFP - Companhia de Financiamento da Produção
CIBRAZEM - Companhia Brasileira de Armazenamento
CIMI - Conselho Indigenista Missionário
CIOAC - Central Independente de Trabalhadores Agrícolas y Camponeses
CIP - Congresso Índio Permanente
CLOC - Coordenadora Latinamericana de Organizações do Campo
CNA - Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos dos Brasil
CNC - Conselho Nacional do Café
CNC - Central Nacional Camponesa - México
CNE - Conferência Nacional de Educação
CNER - Campanha Nacional de Educação Rural

CNPA - Coordenadora Nacional Plan de Ayala
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNPR - Confederação Nacional de Proletários Rurais
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
CONAMI - Coordenadora Nacional de Mulheres Indígenas
CONAQ - Coordenação Nacional de Comunidades Quilombolas
CONTAG - Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura
COBAL - Companhia Brasileira de Alimentos
CREAI - Carteira de Crédito Agrícola e Industrial
CPC's - Círculos Populares de Cultura
CPT - Comissão Pastoral da Terra
CRA - Certificados de Recebíveis do Agronegócio
CRAB - Comissão Regional de Atingidos por Barragens
CUT - Central Única dos Trabalhadores
DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf
DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EdoC - Educação do Campo
EFA - Escola Família Agrícola
EJA - Educação de Jovens e Adultos
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EUA- Estados Unidos da América
EZLN - Exército Zapatista de Libertação Nacional
FAO - Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FEAB - Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil
FETAG - Federação de Trabalhadores na Agricultura (RS)
FETRAF - Federação de Trabalhadores na Agricultura Familiar
FMI - Fundo Monetário Internacional
FNRA - Fórum Nacional de Reforma Agrária e Justiça no Campo
FSM - Fórum Social Mundial
FUNAI - Fundação Nacional do Índio
FUNDEP - Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa da Região Celeiro
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IAA - Instituto do Açúcar e do Alcool
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias

IFPRI - Instituto Internacional de Pesquisa em Política Alimentar
IIS - Instituto de Investigações Sociais
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEGI - Instituto Nacional de Estatística e Geografia
INESC - Instituto de Estudos Socioeconômicos
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITERRA - Instituto Técnico de Capacitação da Reforma Agrária
JUC - Juventude Universitária Católica
LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LCA - Letras de Crédito do Agronegócio
MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MASTER - Movimento dos Agricultores Sem-Terra
MCS - Meios de Comunicação Social
MCP - Movimento de Cultura Popular
MEB - Movimento de Educação de Base
MEC - Ministério da Educação e Cultura
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMA - Movimento de Mulheres Agricultoras
MMC - Movimento de Mulheres Camponesas
MMC/RS - Movimento de Mulheres Camponesas do Rio Grande do Sul
MMTR/RS - Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul
MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores
MPP - Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais
MTD - Movimento dos Trabalhadores Desempregados
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NEAD - Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural
OEA - Organização dos Estados Americanos
OGM - Organismo Geneticamente Modificado
OMR - Organização das Mulheres da Roça
OMS - Organização Mundial da Saúde
ONG - Organização Não Governamental
ONU - Organização das Nações Unidas
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PAIS - Produção Agroecológica Integrada e Sustentável
PAN - Partido da Ação Nacional
PEMEX - Petróleos Mexicanos
PIB - Produto Interno Bruto
PJR- Pastoral da Juventude Rural
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNE - Plano Nacional de Educação
PPGEDU - Programa de Pós- Graduação em Educação
PRI - Partido Revolucionário Institucional
PROAGRO - Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
PROCAMPO - Programa de Apoios Diretos ao Campo
PRONAF - Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONASOL - Programa Nacional de Solidariedade
PT - Partido dos Trabalhadores
SDR - Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo
SPI – Serviço de Proteção ao Índio
SOF - Sempreviva Organização Feminista
STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais
TAC - Termo de Ajuste de Conduta
TLC - Tratado de Livre Comércio
TLACAN - Tradado de Livre Comércio da América do Norte
TRAMSE - Trabalho, Movimentos Sociais e Educação
UDN - União Democrática Nacional
UERGS - Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UNAM - Universidade Nacional Autônoma do México
UNESP - Universidade Estadual Paulista
UNIJUI - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
UNMIC - União Nacional de Mulheres Indígenas e Camponesas
UNORCA - União Nacional de Organizações Camponesas Autônomas

SUMÁRIO

EU E AS MULHERES NO MESMO BARCO EM MOVIMENTO.....	12
1 DA EXPERIÊNCIA DA E NA LUTA ÀS POSSIBILIDADES ALÉM FRONTEIRA.	18
1.1 DA BEIRA DO RIO AO MÉXICO: O CONTEXTO DA PESQUISA.....	26
1.1.1 As Organizações a que Pertencem os Sujeitos da Pesquisa.....	35
1.2 JUSTIFICATIVAS PARA O RIO E SUAS CHEIAS.....	42
1.3 ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS: O LEITO DO RIO É QUE CONDUZ AS ÁGUAS	48
2 O DESENVOLVIMENTO E ALGUMAS PECULIARIDADES SOBRE O TRABALHO E AS MULHERES.....	57
2.1 DESENVOLVIMENTO NO CAMPO: ANTAGONISMO ENTRE CAMPESINATO E AGRONEGÓCIO.....	60
2.2 PRODUÇÃO DE ALIMENTOS: TRABALHO OU COISA DE MULHER?.....	105
2.2.1 Alimentos, Produtos ou Mercadorias?	118
3 A DIMENSÃO EDUCATIVA DA LUTA DAS CAMPONESAS E INDÍGENAS.....	132
3.1 ALGUNS ASPECTOS DA EDUCAÇÃO E DAS LUTAS DAS CAMPONESAS DO BRASIL E INDÍGENAS DO MÉXICO.....	135
3.1.1 O Movimento Educador: Os Aprendizados da/na Luta.....	158
OS PÂNTANOS, OS CAPINS E AS FLORES.....	166
REFERÊNCIAS	174
ANEXOS.....	190

EU E AS MULHERES NO MESMO BARCO EM MOVIMENTO

Falo de mim, do rio, das mulheres camponesas e indígenas, mostrando e refletindo o quê e como elas aprendem desde a luta e de seus universos de trabalho, majoritariamente no campo, mas não só e, diante disso, o aporte da educação popular é fundamental. Coloco-me junto a elas, com elas, mesmo sabendo que, por alguns instantes sou a pesquisadora, sem deixar de ser, também, a companheira, porque não nego minhas raízes camponesas, muito menos o fato de ser militante, devido à convicção que desde aí se aprende muito. E, aprende-se desde a luta, da inserção militante em grande medida, no caso das camponesas e indígenas, pelo fato de uma grande parcela dessas populações, no Brasil e no México, não terem acesso à educação escolar como direito, conforme registram as Constituições Federais de ambos os países, na atualidade.

A razão pela qual optei em pesquisar mulheres parece ser uma das primeiras perguntas a responder, pois, há alguns anos, eu mesma não entenderia muito bem o sentido de pesquisar somente mulheres. Nesse momento, já posso responder afirmando: primeiramente, porque sinto sempre a diferença e, mais que diferença, a desigualdade entre ser mulher ou homem na sociedade contemporânea. Se a diferença fosse apenas diferença não haveria problemas porque homens e mulheres não são iguais e não somente do ponto de vista biológico. Há implicações socioculturais profundas que criaram e legitimaram a desigualdade entre os sexos e, na atualidade, milhares de mulheres buscam fazer esse rompimento por meio da participação e da condução de organizações, especialmente populares.

Embasada em Lagarde (2011, p. 66), poderia dizer que as formas de legitimação e a reprodução das desigualdades de gênero em prejuízo ao sexo feminino, chamam-se cativeiro das mulheres, ao qual todas sobrevivem criativamente na opressão. *“Para la mayoría de las mujeres la vivencia del cautiverio significa sufrimiento, conflictos, contrariedades y dolor; pero, hay felices cautivas”*, afirma a autora, por assim dizer, que todas as mulheres são cativas no patriarcado. E, o são, devido ao fato de serem privadas de sua autonomia vital, de sua independência para viver, do governo sobre si mesmas, da possibilidade de escolher e da capacidade de decidir sobre os fatos fundamentais de suas vidas e do mundo. Assim, ao saber que existem cativeiros para as mulheres, estudá-las, tentando enxergar maneiras de negar e minimizar a prisão/subordinação me parece relevante.

Na atualidade, a maioria das legislações dos países democráticos afirma a igualdade entre homens e mulheres legalmente, e, se isso é uma realidade, foi graças a muita

mobilização feminina e feminista, mas, há de se ponderar que, na realidade, ainda está deveras distante de ser igualdade de fato. Nesse aspecto Mészáros (2009, p. 286) enfatiza que:

as forças contrárias à igualdade substantiva conseguiram se reafirmar - apesar de todos os progressos no domínio legal, no que tange à causa da emancipação das mulheres - sob todas as formações conhecidas como do Estado moderno, inclusive suas variedades pós-capitalistas.

Assim, esse é outro motivo que me faz pesquisar mulheres – mulheres em luta. A partir do olhar e da percepção das mulheres em luta, pretendo mostrar porque, apesar de a maioria das pesquisadas fazerem parte de movimentos mistos, aglutinando homens e mulheres, elas criam espaços próprios, além de haver também movimentos específicos de mulheres. O que querem de fato? Seriam elas divisoras da luta? Antirrevolucionárias? De certo os homens não sabem o que é melhor para todos? O que mesmo elas aprendem desde a luta e porque se mantêm nela? Essas são perguntas colocadas para serem problematizadas ao longo desse trabalho. Outra questão enfatizada é que uma parcela dessas mulheres se assume feminista e, de acordo com Lagarde (2011, p. 111):

Con el feminismo se inicia un humanismo de fondo. Aquel que plantea la superación del antagonismo más profundo de los seres humanos: el extrañamiento genérico. El feminismo continúa la trayectoria humanista de quienes desde la opresión plantearon en formas utópicas o como proyectos históricos la supresión de los antagonismos. El feminismo es un aporte a la unidad humana porque devela la separación real entre los seres humanos y la intolerancia a la diversidad; de ahí que el feminismo sea a la vez una crítica de la cultura y una cultura nueva.

É desde o emaranhado de questões anteriormente colocadas que tecerei esse trabalho, sabendo que estou entramada também, ao olhar e buscar entender bem de pertinho como pesquisadora, não negando, portanto, a paixão, o sofrimento, a partilha, a esperança, a resistência, os saberes, os conhecimentos, as ousadias e tantas coisas mais no ato de fazer a pesquisa. Isso significa admitir que a pesquisa não é, de modo algum, neutra (MINAYO, 2011); tampouco a educação, como afirmou Freire (1987; 2004; 2011) em várias de suas obras. Aqui falo em trama, mas não em um sentido novelístico. A trama de que falo é de trançado, enozado, enganchado, difícil de desentrosar como ato de afastamento necessário para fazer o papel de pesquisadora. Os cipós são um belo exemplo de como isso acontece, pois, ao puxá-los para desenroscar de uma árvore, é possível desvencilhá-lo, mas nunca sem que o galho da árvore também se dobre.

Desde os meus aprendizados da roça, percebi que os cipós mais robustos eram os da beira do rio, até parecendo que combinavam entre si em tentar fechar ou dificultar a chegada

até ele. Seria por isso que ir ao rio tomar banho era mais gostoso? E que, por esse motivo, às vezes valia a pena inventar pequenas mentiras para a mãe da gente, para poder chegar ao rio e pescar enquanto ela tirava a sesta do meio dia? Só sei que não me desvinculo, ou não me desenrosco dos cipós... Eles dão também um bom balanço, e, que balanço! Além de flores, flores de todas as cores, lembrando as mulheres com suas bandeiras nas ruas.

São bandeiras brancas, lilases, vermelhas, verdes, roxas e também coloridas, cor das folhas dos cipós e das suas flores e, por isso, as mulheres que seguram essas bandeiras, evidentemente, nesse trabalho estão junto aos cipós, na beira e às vezes dentro do rio, não poucas vezes remando contra a maré, especialmente quando contestam e questionam a ordem que parece ser a normal, que as põe como um ser inferior, alguém que não sabe, que deveria estar em casa cuidando dos filhos e das panelas.... Nem sempre elas deixam de cuidar dos filhos, das panelas e de tantas coisas mais... Principalmente dos filhos elas não deixam de cuidar... Mas, também dizem que não é só isso o que querem, e que, cuidar de filhos, de panelas, dos alimentos, do ambiente deve ser tarefa de todos, ou seja, também dos homens! São ousadas por afirmar coisas desse tipo, ou não? E aonde aprenderam essas coisas?

Mais do que afirmar essas questões e remexer naquilo que tem sido a ordem, elas se afirmam gente, aprendem a andar de cabeça erguida como camponesas e como indígenas. Parece pouco? Isso é muito frente ao que foi feito com as mulheres camponesas e com os povos indígenas e suas mulheres, além do desprezo e preconceito com que são tratados. Os camponeses e as camponesas foram grandemente, e em certa medida continuam sendo estereotipados como atrasados, bárbaros, avessos ao progresso, de pouco entendimento, isolados, pobres e, por esses motivos tendem a ser descritos como mais pobres ainda, observação esta que explica a crença de que o estudo não combina muito com eles. Hill (1987, p. 63) descreve muito bem essa rotulagem ao estudar os camponeses ingleses expulsos de suas terras para dar lugar ao “progresso”, pois as referências inerentes a esse povo é “àquela gente mesquinha”, ladrões e vagabundos. Colocando um ponto de interrogação, Ploeg (2008, p. 65) pergunta: será que os estudos não seriam negligentes, ou haveria “pobreza da teoria”?

Com relação aos indígenas, frente ao que é concebido como desenvolvimento da sociedade, eles são tidos como estorvos e a solução é sempre a mestiçagem ou a negação total do que são, para, com isso, ingressar no que é entendido como civilidade. Mais que isso, é ignorá-los ao invadir impunemente as terras que ocupam há vários séculos, quem sabe há milênios, deixando-os sem opção de continuar vivendo do modo cultural que construíram. A partir do início do século XX, em toda a América Latina, foi imposto um indigenismo como

forma de impor aos indígenas a assimilação da cultura e da língua hegemônicas – no Brasil ao português e no México ao espanhol, línguas também impostas pelos colonizadores que não só ocuparam, mas, sobretudo, se apropriaram da terra. De acordo com Lopez (2004), as diferentes línguas faladas pelos indígenas eram vistas como elementos de fragmentação da nação e, frente aos processos burgueses de desenvolvimento e progresso, os territórios mesoamericanos foram considerados vazios de história, de comunidades, e, com isso, carentes de um projeto de civilização.

Em parte já disse o porquê escolhi pesquisar mulheres, mas ainda não disse tudo. As mulheres, camponesas, de forma geral, por serem tratadas como menos na sociedade patriarcal são tidas como descendentes de Eva, e, por isso, segundo Gebara (2002), carregam a culpa de um tudo, por serem pobres, por engravidar e terem filhos, pelos trabalhos mal pagos, etc. Mas, se descendem de Eva, contestam, desobedecem, subvertem, teimam, boicotam, etc. Nessa lógica, se os homens camponeses e indígenas são considerados atrasados e ignorantes, elas são ainda muito mais, apesar de que as mulheres indígenas, a partir de suas cosmovisões e suas crenças não aceitariam a Eva do cristianismo. Conforme argumenta a mesma autora, as mulheres foram convencidas de sua inferioridade e, por outro lado, os homens convencidos de sua supremacia, sendo que a Igreja contribuiu com um significativo papel nisso. Por essa razão, tratadas como seres inferiores e convencidas durante muito tempo de suas incapacidades e culpas, as mulheres camponesas e indígenas foram colocadas fora daquilo que é considerado o geral e o importante na sociedade. Para muitas questões elas estão à parte, estão de fora, não são consideradas.

Diante disso, se fala de um geral, como se fosse de todos, mas este “de todos” é substancialmente dos homens. Sendo assim, ou as mulheres precisam se sentir homens para serem reconhecidas, ou permanecer invisíveis como se não existissem, porque já estariam contempladas na generalidade masculina. Nesse aspecto Perrot (2005), ao tratar de *As mulheres ou os silêncios da história*, mostra porque e como elas ainda são invisíveis na sociedade, apesar de toda a luta que empreendem em vista do reconhecimento e de direitos.

Contudo, como essa pesquisa trata de mulheres em movimento, elas vão quebrando os silêncios, a invisibilidade e os estereótipos e, de outra maneira, mostram possibilidades e negações diante do que tem sido dito e escrito sobre elas na atualidade. Os sujeitos desta pesquisa são, portanto, mulheres de quatro organizações de camponesas que fazem parte da Via Campesina¹-Brasil, pertencendo ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

¹ Neste trabalho usarei a palavra Via para me referir à Via Campesina do Rio Grande do Sul, pelo fato da pesquisa ter sido desenvolvida nesse estado brasileiro. Quanto me referir à Via como movimento do Brasil ou

(MST), ao Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), ao Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e ao Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). No México trata-se da *Unión Nacional de Organizaciones Campesinas Autónomas* (UNORCA) que, por sua vez, dela deriva a *Unión Nacional de Mujeres Indígenas y Campesinas* (UNMIC), que faz parte da Via Campesina da América do Norte. Além desta há mulheres da *Coordinadora Nacional de Mujeres Indígenas* (CONAMI), uma organização específica de mulheres indígenas do campo e da cidade, cujas integrantes fazem parte de vários movimentos e organizações diferentes entre si, mistos ou só de mulheres. Essas organizações serão brevemente caracterizadas no item 1.1.1.

Assim, a Tese que se coloca nesse trabalho é: a importância das mulheres camponesas e indígenas estarem na luta e, mais ainda, os aprendizados da luta específica feminina e feminista para se assumirem e se construírem sujeitos políticos. Busca-se portanto, desde as falas dos sujeitos entrevistados e observados, das pesquisas bibliográficas e das demais observações realizadas, mostrar um pouco do México profundo, problematizando o México imaginário feito de mestiços, assim como também, o Brasil gigantesco, para além da extensão territorial e do atual momento de crescimento econômico. Um Brasil que pouco mostra seus indígenas, pois aqueles que não foram mortos nas guerras e tratados desde a invasão, ou mesmo pela simples dizimação para ocupação de suas terras, foram deslocados e isolados mais uma vez em “reservas²” durante o período ditatorial (1964-1985), que veio também a deslocar agricultores sem terra dos estados da região Sul para realocá-los em projetos de colonização nas terras de indígenas ou de caboclos, nos estados da região Norte (RIBEIRO, 1987).

Por fim, apresento brevemente o que vai ser tratado em cada um dos capítulos e, assim o primeiro, em linhas gerais, vai contextualizar esse trabalho, desde quando e como surgiu o interesse pelo tema de pesquisa, mostrando um pouco das minhas vivências e experiências da vida no campo e na militância pela causa das mulheres camponesas onde se situa a minha origem e compromisso. Serão trazidos alguns elementos sócio-políticos do Brasil e do México, a fim de situar e proporcionar um melhor entendimento sobre as organizações pesquisadas em ambos os países, e, a partir delas, também apresentar os sujeitos bem como os procedimentos metodológicos e a justificativa.

em âmbito internacional, farei a distinção para deixar evidente de qual nível está se tratando, visto que esta organização está articulada mundialmente.

² As chamadas reservas indígenas foram criadas pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) a partir do ano de 1910.

No capítulo dois, trato do desenvolvimento e de algumas peculiaridades sobre o trabalho e as mulheres, evidenciando o antagonismo entre o agronegócio e o campesinato, e questionando: qual desenvolvimento? Para quem? Dentro disso, a produção de alimentos como um campo bastante relacionado às mulheres com implicações entre o trabalho, o não trabalho, a ajuda, a invisibilidade e as contestações das mulheres em luta com suas estratégias, resistências e enfrentamentos. No que tange aos alimentos, muitas contradições ao analisá-los como alimento em si, como mercadoria ou como *commodity*³.

No terceiro e último capítulo será tratado da dimensão educativa da luta, explicitando como se traduz este educativo na luta das mulheres, que, por sua vez, parte do universo do trabalho e da constituição da identidade indígena e camponesa, das mulheres pesquisadas no Brasil e no México. Como subitem, vai constar o movimento como sujeito educador e, diante disso, explicitado o que as mulheres dizem aprender desse e nesse contexto. Por último, as considerações relevantes do trabalho, as referências bibliográficas e os anexos.

Para concluir, posso afirmar que esse trabalho apresenta uma triangulação entre Educação, Luta e Trabalho, sendo o fio ou o rio condutor, os Aprendizados. Nesse sentido, o capítulo um mostra o meu processo de fazimento dessa tese e o conhecimento mais aprofundado da realidade Brasil – México. Aquilo que chamo de surpresas, e dificuldades se constituem nos aprendizados de mim mesma, acima de tudo. No capítulo dois, esses aprendizados vem pelo viés dos embates entre o agronegócio e o campesinato; na invisibilidade versus reconhecimento (forçado) das mulheres como sujeitos na luta e, como trabalhadoras do campo, que exigem direitos conquistados, mais políticas a favor dos setores camponeses e indígenas e, também na crítica ao modelo de desenvolvimento na óptica do capital. No terceiro capítulo são explicitados os aprendizados em si, desde a luta do universo de trabalho ou da identidade étnica e/ou feminista. Eles estão no entremeio da constituição das identidades assumidas pelas mulheres.

³ Na descrição de Pollan (2007) *commodity* é uma mercadoria reconhecida e produzida em toda a parte, possível de ser comercializada, sendo objeto de especulação e aceita como forma de capital em qualquer parte do planeta. Para que os produtos ou alimentos passassem a ser atualmente *commodities*, o autor pontua a importância do processo de hibridização, citando, como exemplo, o milho, que foi transformado em algo que se possa plantar num volume de até oito vezes mais sementes numa mesma quantidade de terra, devido ao fato de poder suportar distâncias minúsculas entre um pé e outro, sem se quebrar com o vento, com espigas maiores e grãos mais duros, facilitando assim o transporte em longas distâncias e o armazenamento por períodos longos. Do milho/*maíz* sagrado dos Maias, para os quais era um sacrilégio ver e deixar grãos espalhados se perderem no chão, para uma mercadoria farta e barata que faz baixar o preço de muitos produtos e alimentos no mundo, apresenta-se uma grande diferença: para os Maias a diversidade dos mais de 80 tipos de milho era fundamental e, ao que mostrou a pesquisa, para as camponesas continua sendo, mas, para as empresas do ramo de milho-*commodity* a diversidade atrapalha e, assim, apostaram no milho amarelo, que segundo todas as pesquisadas mexicanas “*no es bueno para comerlo*”.

1 DA EXPERIÊNCIA DA E NA LUTA ÀS POSSIBILIDADES ALÉM FRONTEIRA

Neste capítulo desenvolvo basicamente como se deu o processo para chegar ao fazimento desta tese. Apresento um pouco de minha trajetória pessoal originária do campo; descrevo de forma sucinta sobre a inserção militante no MMC e desta, para a articulação com as mulheres da Via; a chegada ao Programa de Pós- Graduação em Educação (PPGEdu) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); e, por fim, a experiência proporcionada pelo Doutorado Sanduíche junto à *Universidad Nacional Autónoma de México* (UNAM). Tudo isso para situar a pesquisa desenvolvida parte no Brasil, mais precisamente no estado do Rio Grande do Sul e, parte no México, nos Estados do Distrito Federal, Sonora, Guerrero, Morelos e Chiapas, que será mais bem detalhada no item 1.1. Para situar, na figura 1, o mapa do Brasil, e na figura 2, o mapa do México, em que é possível verificar os locais/Estados aonde foi desenvolvida a pesquisa. Na terceira figura, o mapa com os países da América Latina, dando a dimensão de ambos os países no contexto geográfico.



Figura 1: Mapa do Brasil com os estados (google imagens).



Figura 2: Mapa do México com os estados (google imagens)



Figura 3: mapa dos países da América Latina (Google imagens)

Venho do campo, de uma comunidade rural que se chama Esquina Andrades, atualmente pertencente ao município de Doutor Maurício Cardoso. Quando nasci, essa localidade pertencia ao município de Horizontina e, ao então distrito de Vila Pranchada. Esquina Andrades está situada muito próxima à Argentina, sendo que uma parte da comunidade é área de fronteira, e o Rio Uruguai faz a divisa entre Brasil e o país vizinho. Da roça lá de casa, como costume dizer, se enxergava (e se enxerga) os castelhanos subirem a barranca e sumirem mato à dentro.

Até os meus dezoito anos estive diretamente na roça fazendo todos os trabalhos rotineiros de uma pequena unidade de produção. Plantávamos uma boa quantidade de produtos diversificados destinados ao autoconsumo, mantínhamos uma horta com inúmeras variedades de hortaliças e, por alguns anos, vendíamos leite e, em outros períodos, vendíamos queijo; mais ou menos a metade da terra, dos dezessete hectares de nossa família, era destinada ao plantio de soja convencional, trigo e milho. Esses três produtos, com alguma outra variação de sorgo ou aveia, eram considerados a colheita principal, ou seja; eram para vender.

Aos cinco anos de idade iniciei na pré-escola, na Escola Estadual de Primeiro Grau Incompleto Tiradentes, situada na comunidade, permanecendo nela até a quinta série. Lembro-me de que eu gostava de frequentar a pré-escola, e como tinha apenas cinco anos, cansava da caminhada dos quase três quilômetros para chegar, mas não tinha outro jeito. Em geral, caminhava em companhia de uma colega e um primo, mais ou menos da mesma idade que eu, pelo fato de morarmos próximos. A sexta série, frequentei numa localidade próxima, na Escola Estadual de Ensino Fundamental Padre Antônio Vieira, de Vila Pranchada e, depois disso, em função da organização do transporte escolar, completei o ensino médio na Escola Estadual Doutor Maurício Cardoso. Sempre tive que fazer o trajeto de quase três, e, posteriormente, quase quatro quilômetros para chegar até a parada de ônibus.

O caminho da escola nem sempre era tão tranquilo. Quando eu era menor, e às vezes não conseguia ir junto com os colegas, sentia muito medo de cobras, pois, um dia, havia uma jararaca enorme estirada no meio da estrada que cortava um mato. Lembro-me que voltei chorando para a casa e desde esse fato, sentia um medo terrível de cobras. Tinha medo quando passavam carros também. Os automóveis que circulavam por lá eram raros e, além disso, minha mãe havia me explicado que nos carros havia pessoas estranhas e, portanto, era preciso tomar cuidado, porque algumas pessoas dessas poderiam raptar crianças. Meus colegas também sentiam medo, e por uns tempos, quando ouvíamos que um automóvel se aproximava, nos escondíamos no mato ou nas capoeiras no barranco da estrada.

Quando era adolescente, um ano tive que fazer sozinha o caminho até chegar ao local onde tomaria o ônibus, e sentia insegurança, pois saía de casa por volta da 5:40 h da manhã, ainda escuro, muito escuro no inverno, e com muita serração. Quando era período de lua cheia, ajudava, mas, quando chovia, só enxergava as poças d'água. Em geral, nos dias de chuva eu me molhava toda, e por vezes, ficava uma poça que escorria embaixo de minha classe na sala de aula. Nesse caso, eu frequentava a escola estadual, na sede do município, e sentia muita vergonha e também muita raiva quando alguns colegas da cidade zombavam de mim. Por mais que eu me esforçasse e lavasse o tênis “Bamba” todos os dias, no verão, ele nunca estava limpo porque empoeirava, e, quando chovia, ensopava e embarrava, ainda que eu o limpasse o quanto podia antes de entrar no ônibus.

Não tenho boas lembranças dessa escola da cidade. Sentia a discriminação. Gostava mesmo das aulas e era um pouco isolada dos colegas. Eu era tímida, e a única forma de ser percebida, embora eu não gostasse, era me destacando nos estudos. Eu lia muito, retirava um livro da biblioteca a cada semana e sempre fazia as tarefas de casa. Minha família não conseguia comprar os livros didáticos e eu tinha o que conseguia emprestado, e, quando não conseguia, pedia emprestado em períodos e dias que os colegas não os utilizavam.

As lidas da roça para mim e para os meus irmãos iniciaram cedo, pois, em torno de seis anos ou até antes, tínhamos cada um e cada uma a nossa enxadinha. Lembro-me de que as primeiras capinas para valer, foram feitas sempre junto com a mãe, na limpeza do mandiocal, das batatas e sempre estávamos com ela nos arredores de casa e da horta. Tínhamos também tarefas com os pequenos animais como: terneiros pequenos, porcos, galinhas, cabritos, gansos, perus... Quase todos os animais que nasciam viravam de estimação por um bom tempo e nos davam alegria. A tristeza fazia parte desse contexto, quando algum deles cumpriam a função de nos fornecer carne para o consumo e, em geral, os pais não explicavam essas coisas para nós.

A roça, então, e os arredores da casa, aonde eram plantadas as árvores frutíferas e as hortaliças, serviam de aprendizado desde que nascemos e nossos pais nos proporcionavam a aprender tudo o que era necessário para viver e sobreviver ali. Mas, tinha muito espaço para brincar e o trabalho ia aumentando enquanto responsabilidade, conforme aumentava, também, a nossa idade. Tínhamos um riacho nos fundos do potreiro que se chama Cavalheiro, aonde aprendi a pescar, nadar e a lavar roupa e, outro rio, um pouco maior, e distante uns 600m, afluente do Rio Uruguai, que se chama Centro Novo. Neles dois, pescávamos e brincávamos muito durante o período de verão.

No inverno, não raras vezes, eles represavam com a cheia do rio Uruguai que atingia nosso potreiro, e, assim se ia a grama boa para as vacas comerem. Depois da enchente, porém, em mais ou menos dois meses, se chovesse bem, a grama estava limpinha e nova outra vez, e as árvores frutíferas silvestres, cheias de brotos e flores. As árvores frutíferas de alguns quilômetros da beira do Cavalheiro todas mapeadas por nós sabíamos quais frutas teríamos em cada temporada. Pitanga dava quase todo o ano, só não no inverno. Piúna, cereja, guabiroba, vacuum, sete capota, a fruta preta do tarumã, uvalha, todas no verão. Ali por fevereiro, havia o araticum e depois o ingá, na entrada do inverno. Não havia nenhuma que eu não gostasse e que não comesse. Provava todas desde pequena e às vezes comia até semente de árvore, queria saber como era o gosto. Ah! E quando encontrávamos um cipó dos bons para fazer um balanço... Como isso era bom! Talvez por tudo isso eu não me interessasse por bonecas, aliás, eu nem tinha bonecas e nem pensava muito nelas porque eram sem vida. Eu preferia as atividades mais dinâmicas: fazia arapuca, campo de futebol, jogava bolita, pescava, e, para tudo, meu irmão mais novo era minha companhia. Ele gostava de fazer caixas para abelhas, galinheiro, gaiolas para coelhos e porcos da índia... E eu estava sempre junto nessas atividades.

Contudo, a vida na roça era também penosa; o trabalho era duro, cansativo e sobrava muito pouco para comprar o mínimo necessário. Nossas roupas e calçados para ir à escola, em sua grande maioria, eram ganhos de uma tia que morava na cidade, em Porto Alegre. Comida não faltava, mas tínhamos vontade de comer algumas coisas diferentes e nem sempre era possível. Às vezes trabalhávamos para os vizinhos, ou na troca de dias de serviço ou, por dia, com trabalho pago. Diante disso, minha mãe dizia que deveríamos estudar para não sofrer, para não termos aquela vida difícil. Para ela, a roça representava sofrimento, e até hoje penso que não tenha mudado sua concepção, embora eu faça algumas ressalvas. De outra maneira, para ela e no senso comum no campo, estava a ideia de que se as pessoas estudassem teriam melhores e bons trabalhos, não considerando nesse caso, o que é trabalho bom e fácil para cada pessoa.

De certa maneira, posso afirmar que a relação comunitária era fortalecida e a Comunidade, tendo como referência a Igreja (católica), salão, quadra de esportes e escola era o centro da convivência entre as famílias. Íamos para a Comunidade todos os finais de semana nos cultos e missas e depois, em geral, brincávamos na quadra. Criamos um grupo de jovens e comumente praticávamos esportes e nos organizávamos para irmos aos bailes. Fui catequista da Comunidade Santa Terezinha, por uns dez anos, e assim, fui aprendendo a ser uma liderança. Assumi a coordenação do grupo de jovens e também celebrava cultos aos

domingos. Além da escola, me sentia bem aprendendo outras coisas e então participava de semanas catequéticas, encontros de pastoral, aonde acontecia a minha formação extraescolar.

Minha atuação pastoral levou-me a trabalhar na paróquia católica do município de Horizontina, tendo por função ser liberada para acompanhar e coordenar a catequese e os grupos de jovens. Na mesma perspectiva se dava a representação na relação com a Forania de Três de Maio (compreendendo paróquias de oito municípios vizinhos) e a Diocese de Santo Ângelo. Esse trabalho, além da formação específica que fazia nos inúmeros encontros dos quais eu participava, orientava-se por um viés da Igreja progressista, visão crítica da realidade e a não aceitação passiva da realidade injusta, que conseguia ler naquele período. Talvez ainda não tivesse clareza das contradições da sociedade capitalista, de maneira mais global, mas aos poucos fui entendendo as desigualdades sociais cada vez mais gritantes, suas causas e consequências.

A paróquia em que atuei era e continua sendo franciscana, tendo bem definida a opção evangelizadora pelos pobres, naquele período. A partir dessa concepção fui me envolvendo com a Pastoral da Juventude Rural (PJR), no sentido da ação e também com o então Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR/RS⁴). Minha identificação com o Movimento era visceral, visto que, como camponesa, filha de pequenos agricultores, percebia que a vida da mulher da roça era ainda mais sofrida que a dos homens; as proibições e limitações, enquanto jovem, eram consideravelmente maiores, comparadas à liberdade que tinham meus irmãos, por exemplo.

Nesse processo, meio que inconscientemente, vi todos os motivos de engajar-me e compreender melhor a atuação e as ações do MMTR/RS; assim, iniciei a militância nos municípios e comunidades próximas de onde vivia. No ano de 2003, decorrente da militância e tendo passado no vestibular especial⁵ da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), pude fazer parte da segunda turma de Pedagogia da Terra, no Instituto de Capacitação Técnica e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA), em Veranópolis/RS, em

⁴ Este Movimento passou a ser o MMC/RS em 2004, quando vários movimentos autônomos de mulheres camponesas do Brasil se articularam em nível Nacional como MMC Brasil, por ocasião do primeiro Congresso Nacional, corrido em Brasília, de 05 a 08 de março desse mesmo ano, do qual participei.

⁵ Foi considerado um vestibular especial o convênio assinado entre o governo do estado do Rio Grande do Sul com os movimentos sociais populares, na gestão do então governador Olívio Dutra, cuja gestão foi entre os anos de 1999 e 2002. Por meio desse convênio foi possível desenvolver duas turmas do curso de Pedagogia, no Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária - ITERRA, em Veranópolis/RS; outras duas turmas de Desenvolvimento Rural e Agroindustrial funcionaram na Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa da Região Celeiro - FUNDEP, situada no município de Braga, e, posteriormente, em Ronda Alta, mantenedora da Escola "Terra de Educar". Em regime de turma especial, houve também, o convênio desenvolvido entre UERGS e FETRAF Sul (Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar).

regime de alternância, o que possibilitou continuar o trabalho camponês, a militância e os estudos até 2007.

A inserção na militância continuava e eu fui assumindo funções como coordenar o coletivo de formação no MMC/RS e também a sua direção política por volta do ano de 2005. Devido à necessidade de aprimoramento teórico, para além dos muitos aprendizados da e na luta do MMC e outras organizações, especialmente na Via Campesina, em 2009 ingressei no curso de Mestrado em Educação na Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), em Ijuí. Após ser aprovada na seleção, minha permanência só foi possível pelo fato de ter conseguido bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Mesmo no Mestrado, consegui manter a atuação na militância, embora com uma diminuição significativa das tarefas que fazia até então.

No Mestrado, minha dissertação intitulada *Mulheres camponesas em luta: resistência, libertação e empoderamento* focou no tema de como se dá o processo de libertação das mulheres camponesas engajadas no MMC e, a partir dele, ficaram muitas inquietações, que me levaram a almejar cursar Doutorado em Educação, em vista de aprofundar as discussões para além de um movimento e com relação à (falta) de acesso à educação formal. As reflexões e problematizações acerca do que as militantes do MMC chamam de busca por libertação implicam também na falta de escolarização e, segundo apontou a pesquisa que veio a subsidiar a Dissertação, a maioria delas não concluiu o ensino fundamental. A partir disso, quis entender e problematizar as mulheres da Via em seus processos de luta, considerando: o aspecto da educação na luta de seus respectivos movimentos e os aprendizados na luta coletiva das mulheres; o trabalho com ênfase na produção de alimentos diversificados e o rompimento/problematização do lugar de mulher, mais propriamente, da mulher camponesa e indígena.

A partir dessas inquietações iniciais desenvolvi o projeto de pesquisa e realizei o processo seletivo na UFRGS. Por se tratar de uma Universidade muito bem conceituada, a ansiedade aumentava, além de a linha de pesquisa Trabalho, Movimentos Sociais e Educação (TRAMSE) ser uma das mais procuradas. Eu não tinha alternativa senão a de estudar e me preparar muito, muitíssimo, sabendo que mesmo assim não seria nada fácil. Para minha grande alegria fui aprovada na seleção, com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e com ela eu teria condições de me manter na capital do estado/RS, Porto Alegre, e estudar.

Ao completar um ano de curso defendi o projeto de pesquisa, pois, minha orientadora havia proposto que eu tentasse me candidatar para a seleção do CNPq, ao doutorado

sanduíche fora do país. Gostei da ideia, achei que poderia ser uma boa experiência e então encaminhamos o pedido com o projeto a ser desenvolvido. Na proposta do referido projeto, a princípio, eu não desenvolveria pesquisa de campo no México, pois, devido a pouca relação com a professora que atuaria como orientadora, na UNAM, eu não sabia o que seria possível, diante das condições as quais não conhecia.

Chegando ao México e assim que apresentei minha pretensão de pesquisa, de forma presencial à professora Dr^a Natividad Gutiérrez Chong, do *Instituto de Investigaciones Sociales* (IIS) daquela Universidade, ela se mostrou disponível em contribuir com meus estudos, inclusive se eu quisesse ir a campo para pesquisar organizações de mulheres, conforme era meu interesse. Assim ocorreu e, além de pesquisa teórica sobre mulheres e suas organizações camponesas e indígenas, fui buscando em uma base de dados chamada SICETNO, a possibilidade de realizar minha pesquisa de campo, o que viria a alterar totalmente meu projeto de pesquisa de Doutorado.

Com acesso à base de dados que me foi disponibilizada pela professora Dr^a Natividad, contando com mais de duzentas organizações cadastradas, busquei por movimentos populares de mulheres camponesas e indígenas de abrangência nacional, de modo a ser mais ou menos parecido com as organizações da pesquisa no Brasil. Por meio da pesquisa na internet, verifiquei que eram inúmeras as organizações em parâmetro local ou regional e, dentre elas, a maioria, Organizações Não Governamentais (ONGs). Diante disso, a busca não foi tão simples e, de quatro organizações mapeadas, pesquisei duas, conforme já mencionado.

O projeto de Doutorado-Sanduíche aprovado pelo CNPq para minha ida ao México tratava de buscar conhecer organizações de mulheres camponesas em movimentos mistos, com organização específica das mulheres e, além disso, queria saber mais sobre mulheres indígenas que, para mim que vivo no Sul do Brasil, parece um pouco distante da realidade cotidiana. No Sul do Brasil não tenho ouvido falar da existência de movimentos ou articulações específicas de mulheres indígenas, mas sei que ao Norte, existem, embora frágeis se comparadas às do México.

Logicamente, não se trata de uma comparação, até porque no Brasil há uma grande população negra, embora as estatísticas apontem para cerca de 11% e, no México, o mesmo ocorre com os povos indígenas, que no Censo oficial aparecem em torno de 10% ou 11%, mas que, na realidade, são muito mais e talvez tripliquem esse número. Desta forma, me vi implicada em uma pesquisa que envolve a América Latina, um país da América do Norte de língua oficial espanhola, ainda que destoe de países considerados do Norte, e outro da

América do Sul, tendo como diferencial dos demais, a colonização portuguesa e a língua oficial que é o português.

A trajetória pessoal de menina camponesa parece ter ficado distante, mas nem tanto. A Esquina Andrades permanece na memória e na trajetória, se refazendo e sendo refeita, como o campesinato, um dos focos desse estudo. Estar no México, não me fazia distante daquilo que vivi, vivo e também estudo e, assim, fui percebendo similitudes e diferenças de organizações, de pessoas, de lutas e de aprendizados, que oportunamente aparecem nessa tese.

1.1 DA BEIRA DO RIO URUGUAI AO MÉXICO: O CONTEXTO DA PESQUISA

*Quem cuida o mato como cuida o passarinho,
Quem cuida o rio sem pretensão de pescar mais
Tem a certeza que o sol nasce mais bonito,
Brotam mais flores ao redor dos mananciais...
("Amigos do Rio Uruguai", João Chagas Leite).*

Gosto do Rio Uruguai porque ele faz parte da minha vida. Da roça lá de casa eu olhava para ele e admirava sua grandiosidade. Em minha memória está a lembrança de uma curva que o deixava com o dobro da largura, o que despertava um sentimento de admiração e de temor ao mesmo tempo. Depois da capina na lavoura de soja, meu pai costumava, a cada ano, acampar no Uruguai, como diziam, na companhia de meu irmão mais velho e em uma semana de pesca era possível encher um freezer de peixes, para a nossa alimentação. Muitos agricultores da beira deste Rio, com pouco ou nada de terra, sobreviviam da pesca e, na minha infância, as leis de controle da pescaria não eram rígidas ou nem se sabia delas, tampouco se falava em período da piracema.

Desde pequena sabia que os riachos davam peixes pequenos e os rios maiores davam peixes grandes, como era o caso do Uruguai. No leito do Rio Uruguai, havia peixes grandes embora houvesse pequenos também, mas, às vezes, ele enviava alguns grandões para seus afluentes, como era o caso do Centro Novo e, assim, de vez em quando, tínhamos a alegria de pegar um peixão perto de casa, sem precisar ir ao Uruguai, embora eu tivesse curiosidade. No meu caso, por ser menina, não podia acompanhar meu pai na pescaria no Uruguai, podia ir junto ao Centro Novo, e, em época de represa, eu remava para meu irmão revistar as redes.

Sentia-me feliz por conseguir fazer coisas que, em geral, eram feitas por homens, por meninos, mas, obviamente, não me dava conta da divisão sexual do trabalho, das tarefas, dos papéis e dos lugares reservados às mulheres e aos homens. Na verdade, no período de adolescência ficou mais marcada essa divisão, pois foi aí que minha mãe começou a dizer que

eu não podia fazer tal coisa ou ir a tal lugar por ser coisa dos meninos, o que eu estranhava muito, pois, até então, eu sempre estava com eles em todos os lugares, da roça, dos rios menores e das brincadeiras. Eu havia desenvolvido habilidade e força física suficientes para fazer tudo o que eles faziam: subir no telhado do galpão, caminhar nos seus travessões, subir no forro da casa, e árvores altas, fazer balanço de cipó, arapuca e laço, lidar com os terneiros, derrubar coqueiro de machado para comer o miolo. Também tirava leite, andava de carreta de madeira, pescava em dia de chuva quando o rio estava cheio, entre várias outras coisas.

Raramente caía e não me lembro de ter me machucado feio nesse cotidiano, então, não entendia o porquê, de repente, eu teria que deixar de fazer essas coisas. Uma das explicações era: “porque você cresceu e é quase uma moça”. Pensava... E eu com isso! Não queria deixar de fazer parte do que fazia e gostava e, para contestar, mantive meu porco de estimação até ter quinze anos. Eu não queria saber muito a respeito o que os outros pensavam disso, se para uma moça era feio ou não ter um porco, na verdade, uma porca de estimação, criada guacha desde pequeninha. Não estava a fim de abdicar de meu mundo se era aquilo que havia aprendido e era bom, porque, de outro modo, as tarefas da roça iam aumentando e as da casa também e eu comecei a ter essa percepção.

Eu percebia que o meu trabalho aumentava e aquilo que era meu lazer, diminuía, e então, questionava. Perguntava: por que eu tenho que saber fazer comida, limpar galinha, fazer pão no forno, lavar roupa, limpar a casa e o pátio, capinar, arrancar o inço, roçar, quebrar milho, plantar, tirar lenha no mato, buscar pasto... Por que fazer tudo isso? Se os guris fazem o trabalho da roça e podem se divertir bem mais, ter mais tempo livre, enquanto eu sigo trabalhando? Minha mãe me disse que era assim porque eu era menina, a mais velha, nascida entre os dois guris. Mas, a resposta dela não me conformava; tampouco os argumentos das vizinhas. Eu podia ficar quieta para não ser desrespeitosa, mas que não estava conformada, não estava e, de um jeito, acho que estratégico, não abdicava de tudo e, por outro lado, levava muito o sério o trabalho e os estudos e, assim não tinha muitos problemas.

Com as cheias do Uruguai represavam-se os afluentes e, com isso, o Centro Novo chegava ao Cavalheiro, que ia subindo e enchia o nosso potreiro de água. Quando a água descia, ficava a lama com odor forte. Essa lama fertilizava a várzea e possibilitava uma bonita plantação na sequência, mas, exatamente por isso, nem sempre se arriscava plantá-la. Às vezes, se perdia a plantação e, não lembro de que tínhamos acesso ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO), um programa que pode ser acessado em caso de perda da produção, via Banco do Brasil, quando feito financiamento para compra de “sementes selecionadas”.

Trago essas questões porque fazem parte da beira do rio e de minha vivência e experiência de trabalho na roça. Atualmente muitas coisas mudaram: as sementes de soja já não são convencionais, pois, as que eram chamadas de selecionadas por serem híbridas, agora são transgênicas. Antes se pescava bem mais à vontade, mas, foi necessário colocar limites legais para que se consiga, mesmo a duras penas, preservar um pouco dos peixes e dos rios. Nesse momento, o Rio Uruguai está diante da possibilidade da construção de barragens, que fazem parte do Plano de Aceleração de Crescimento (PAC), do governo federal, e as comunidades, inclusive Esquina Andrades, está sendo mobilizada, uma parte em resistência outra em aceitação, devido a implementação desse projeto.

Eu já não sou de fato uma camponesa que vive na roça, embora permaneça com essa identidade. Mantenho vínculo, vou à roça sempre que possível e não tenho vergonha do lugar aonde nasci e vivi por muito tempo; ao contrário, fui para a luta em defesa desse lugar e por isso me propus a pesquisar organizações camponesas no Brasil e, camponesas e indígenas no México. A pesquisa no México para mim foi também uma surpresa porque, como já descrevi, mesmo depois de aprovado o Doutorado-Sanduiche, eu não sabia se conseguiria fazer pesquisa de campo ou não, muito menos pensava nessa possibilidade ao ingressar no Doutorado. Meu projeto, inicialmente, dirigia a pesquisa para ser somente com mulheres da Via do Rio Grande do Sul.

A perspectiva de pesquisa foi ampliada, mas manteve o mesmo tema para Brasil e México, no sentido de olhar para a possibilidade dos aprendizados das mulheres desde as lutas de suas organizações, lutas essas que se dão desde o universo do trabalho e da identidade feminina, tanto de movimento quanto de etnia. No Brasil foi dada ênfase maior à produção de alimentos, pois as mulheres fazem parte da Via Campesina. No México, com a pesquisa realizada na UNORCA/UNMIC, foi possível manter esse olhar, mas com a CONAMI, não. A CONAMI, em sua organicidade, aglutina mulheres indígenas também do campo, mas aquelas que pesquisei desenvolvem outras atividades e, por isso, embora tenha perguntado sobre o contexto do campo, a ênfase não foi esta e sim à identidade indígena pelo fato de as mulheres desencadearem e manterem lutas desde aí.

Outra questão comum ao tema de pesquisa foi relacionada ao fato de as mulheres pesquisadas do Brasil e do México, ou fazerem parte de movimentos específicos, no caso o MMC e a CONAMI ou, no caso de movimentos mistos, manterem uma organicidade em separado de suas organizações, reunindo em ocasiões somente mulheres para lutas específicas e processos formativos. No olhar para essas lutas, as questões colocadas foram: como fazem e quais as principais lutas? Por quê? O que aprendem? Como aprendem na e da luta para além

do espaço escolar? No caso das indígenas, como fazem a luta e aprendem, considerando o fato de as mulheres falarem línguas indígenas distintas e nem todas entenderem a língua espanhola?

Com relação à ética na pesquisa, encaminhei pedido de autorização por escrito a cada uma das Organizações pesquisadas no Brasil, assim como falei pessoalmente sobre o que implicaria e seria essa pesquisa com dirigentes de cada um dos movimentos focalizados. As organizações forneceram a autorização assinada, a qual se encontra devidamente guardada. No México, fui à sede nacional da UNORCA, pedi autorização e me foi concedida. Com relação à CONAMI, procurei por uma dirigente nacional e fiz o mesmo, obtendo a devida autorização. Essas duas organizações indicaram pessoas possíveis de ser entrevistadas, segundo os elementos que eu buscava. Comprometi-me assim, como com as organizações do Brasil, a devolver a pesquisa, tanto às organizações quanto aos sujeitos pesquisados, conforme pode ser verificado no termo de consentimento livre e esclarecido, nos anexos. No trabalho, preferi usar nomes fictícios para as pesquisadas, em vista de assegurar o anonimato das mulheres entrevistadas, não as expondo.

Como alertam Fleury e Costa (2000, p. 46) “a ciência é um lugar de produção de verdades como qualquer outro e é parcial, incompleto, sujeito a incertezas e incorreções” por isso, manter a ética, entendida como respeito aos sujeitos e às organizações pesquisadas, é o mínimo que se pode fazer como pesquisador (a). Ainda mais, pelo fato de as organizações envolvidas fazerem duras críticas ao sistema capitalista e manterem articulações e ações contra o que consideram necessário para a defesa dos povos do campo e indígenas, às vezes implicando em perseguição política, prisão e, em alguns casos, também assassinatos de militantes.

Volto a falar do Rio Uruguai, pois, ele me instiga pelo fato de não parar nunca, estando sempre em movimento e, assim, o relaciono com os sujeitos da pesquisa; são mulheres que estão em movimento, têm uma causa. Embora o estereótipo da sociedade considerada moderna possa atribuir-lhes adjetivos pejorativos como: atrasadas, inferiores aos homens, tanto para camponesas como para indígenas, uma boa parcela delas revida em movimento; em movimento contrário ao curso “normal” do rio. Quem disse que o rio por vezes não empurra a água no rumo contrário? Empurra sim, e, um exemplo disso é o tempo de cheia, do que conheci como enchente. O Uruguai corre no seu sentido normal, indo rumo ao mar, mas, empurra as águas dos afluentes no sentido contrário, que vai enchendo, enchendo, enchendo... E chegando a água até aonde não se esperava. Assim vejo as mulheres em luta. Aos poucos

elas parecem fazer uma parada na água que corre no rumo “natural” e nos fazem enxergar que há outros rumos, inclusive na contramão deste “natural”.

Ao buscar enxergar o que pretendia, frente ao desafio de responder e problematizar minha questão de pesquisa no Rio Grande do Sul, no Brasil, foi um tanto mais fácil, pelo fato de conhecê-lo geograficamente e saber como mover-me para encontrar os sujeitos. Nesse sentido, meu contato com as organizações já vinha de algum tempo e não houve dificuldade alguma, com exceção ao encontrar as mulheres dirigentes em suas casas, pois viajam muito, estando em muitas atividades da militância, mas eu estava preparada para esse contexto e, sabendo disso, tive o cuidado para não ser inoportuna.

Na minha experiência no México, tudo era aprendido a cada vez que precisava de algo diferente, desde a locomoção nas diversas linhas de metrô, as estações de ônibus na capital, os horários que eu poderia me locomover com menos riscos, entre outros fatores considerados. Num primeiro momento, enquanto frequentei aulas na Faculdade de Filosofia e Letras da UNAM, estudei muito sobre o país, e sobre o contexto político e das organizações. À parte disso, fui fazendo leituras para entender a situação específica do povo do campo, dos indígenas e camponeses ou ambas as coisas com relação à terra e ao território, situação de acesso à educação escolar, considerando as diversas línguas faladas pelos indígenas.

Prestava atenção, também, aos noticiários televisivos para saber dos principais acontecimentos, estando em evidência a situação de violência em índices alarmantes no país. O poder do narcotráfico no México e dos grupos paramilitares com atuação em sequestros estava em debate permanente, assim como a possibilidade de liberação da maconha. Os professores de escolas públicas estavam em greve há 72 dias, com ações fortíssimas, fazendo disso um fato histórico no país, desde o final de fevereiro ao dia sete de maio de 2013 (PROYECTO 40). Estavam contra a reforma educativa, a qual ocasionaria a perda de direitos da categoria docente. Segundo dava para entender, a reforma educativa foi acordada entre os presidentes do México, Henrique Peña Nieto, e Barack Obama, dos Estados Unidos da América (EUA), dentro da negociação da reforma da Lei de imigração. Com a reforma migratória, o Estado mexicano pretende enviar mais pessoas para trabalhar nos EUA. O propósito é também ampliar direitos aos mexicanos que vivem naquele país, assim como diminuir a penalização daqueles e daquelas que cruzam ilegalmente a fronteira, sendo grande o número de presos e deportados, sofrendo torturas e vários tipos de abusos, inclusive sexuais, roubo de documentos, etc.

O contexto de violência no Brasil também é alarmante, com índices elevados, especialmente a violência cometida contra as mulheres, colocando o país no sétimo lugar no

ranking entre os países da América Latina com maior número de assassinatos de mulheres (BRASIL DE FATO, 2013). De outro modo, a situação do México não é diferente, embora os índices não apareçam tão elevados, mas o país se negou a aceitar o alerta de gênero, apontado pela Organização das Nações Unidas (ONU) para o ano de 2013. É o Partido Revolucionário Institucional (PRI) que está no poder desde a década de 1930, com interrupção de doze anos, entre 2000 e 2012, com dois mandatos do Partido da Ação Nacional (PAN), identificado como de extrema direita. Com isso, o que se percebe é que se cria uma ideia de que o país vai bem e toma todas as medidas necessárias frente ao narcotráfico e aos mais variados tipos de violência, especialmente aquela cometida contra as mulheres.

O que pude perceber com atentas observações em tudo o que se veiculava nos meios de comunicação e das falas das pessoas na rua, nos metrô ou em sala de aula, é o fato de que o narcotráfico está institucionalizado no governo e, falam até em Narco-Estado, inclusive isso é enfatizado nas falas das entrevistadas. Todas elas citam a violência extrema cometida contra as mulheres, e, por outro lado, a aprovação de leis que deveriam garantir acesso à justiça, mas que não saem do papel. Nesse caso, as pesquisadas apontam que o México, de fato, tem sido uma vanguarda em assegurar leis para a proteção das mulheres, mas que, na prática, elas estão longe de funcionar. A violência do Estado, devido a não aplicação das leis e à falta de estrutura, inclusive para poder fazer uma denúncia, ou seja: “*ser tomada en cuenta*”, segundo as pesquisadas, aparece com força.

O contexto da violência cometida contra as mulheres no Brasil, também é destacado por todas as entrevistadas, enfatizando que falta a lei Maria da Penha, de 2006, ser posta em prática, também com estrutura prevista, pois, no olhar das mulheres em luta, que se entendem como sujeitos políticos, a violência é uma das evidências de impedimento do exercício de as mulheres serem gente, cidadãs. Elas se referem à Lei como um grande avanço e concordam que esta foi uma conquista dos movimentos organizados de mulheres e da luta feminista em si, enfatizando sua importância, pois o fato de ela existir já coíbe a violência e aparecem mais os registros dessa violência, mas são enfáticas em dizer que é preciso ainda mais na efetivação.

Brasil e México possuem várias semelhanças, sem negar as grandes diferenças. Ambos os países fazem parte da América Latina e foram colonizados com extrema violência, o que era comum no processo de dominação para se apossar de territórios, transformando-os em colônias, usurpando e rapinando os recursos naturais e, exterminando as populações locais (GALEANO, 1991). As mulheres índias das várias etnias nos dois países foram as procriadoras de filhos, dos filhos da nação, que já não eram mais índios, eram os mestiços e o

sentido comum era desindianizar os descendentes da miscigenação (STAVENHAGEN, 1988).

Sobre o início da colonização, pode-se perguntar, *¿que pasó con las mujeres?* Se isso importa... Do meu ponto de vista importa muito, e muito além da procriação dos filhos e filhas para aquilo que mais tarde foi chamado de nações, em ambos os países, com mitos envolvendo as mulheres ou tendo-as como centrais justificando as invasões no Brasil e no México. Com relação ao Brasil, de acordo com Raminelli (2004), a imagem das índias velhas com os seios caídos, ou em rituais canibais, era a representação em pinturas levadas à Metrópole para mostrar a decadência do que carecia ser civilizado. Nas gravuras as mulheres representavam o demoníaco, desprezível e abominável. No México, um mito existente até os dias atuais é o de *la Malinche*, que, no sentido popular, é utilizada essa palavra para identificar a mulher indígena como traidora, a que prefere o estrangeiro. Malinche é a Eva mexicana, surgida como narração da história de uma mulher Azteca, que seria amante e tradutora do “conquistador” Hernán Cortéz. Ela acaba sendo a mãe da nação mestiça, e, por causa de sua traição, teria ocorrido a decadência do império Azteca, segundo Gutiérrez (2012). Aqui, coloca-se uma pergunta: se ela era Azteca, aonde teria aprendido a falar espanhol para fazer traduções?

Se há os mitos e também as pinturas justificando e inculcando a culpa, a decadência e a imoralidade, ao olhar eurocêntrico sobre as mulheres indígenas, é porque, acima de tudo elas representavam obstáculos aos interesses das Coroas, segundo pontua Raminelli (2004), pois eram a própria contestação e, além disso pouco se fala das outras formas de subversões, de desobediência, de emboscadas feitas aos intrusos por essas mulheres. Suas histórias de poder com seus povos, ainda são difíceis de garimpar na metáfora do rio e, esse garimpar é procurar, cavar, escavar, redescobrir, e, reconstruir.

A maior diferença entre os dois países no processo de colonização foi que os portugueses encontraram, no Brasil, indígenas nômades e sem estratificação de classes sociais ou castas definidas, ao contrário da realidade encontrada no México, embora nem todos os grupos indígenas fossem sedentários e com sistema de castas. De acordo com Gutiérrez (2012), no México, a organização dos indígenas contatados pelos espanhóis já se apresentava em termos de Estado monárquico, com elites constituídas, assim como havia acúmulo de conhecimento arquitetônico para a construção de pirâmides e templos, além do grande desenvolvimento da agricultura com técnicas avançadas de canais de irrigação garantindo alta produtividade. Diante disso, a opção dos espanhóis foi, via Igreja católica franciscana, fazer a

cristianização dos índios, segundo acordado com os chefes/reis indígenas, sendo permitido que os espanhóis se casassem apenas com índias, filhas e herdeiras da elite local.

Desse modo, como no atual México já havia a divisão social do trabalho com as castas indígenas, os espanhóis mantiveram a dominação e a usurpação das riquezas mantendo o mesmo sistema existente e boa parte dos indígenas serviram como escravos. No Brasil, diferentemente, os indígenas quando perceberam a invasão, tratavam de fugir mata adentro até pelo fato de serem nômades ou seminômades e conhecerem o território, não se sujeitando à escravidão. Eles foram tidos imprestáveis para o trabalho, considerados molengas e preguiçosos, conforme aparecem descritos por Gilberto Freyre (2002) e de muitos outros autores preconceituosos. Dessa maneira, foi necessário, logo após a invasão, trazer negros e negras, aos milhares, da África, como escravos, para a implantação dos primeiros engenhos de cana de açúcar.

Entretanto, espanhóis e portugueses mantiveram o ideário de ampliar a mestiçagem, desindianizar e também matar índios (as) no Brasil e no México. Quando esses países estavam em processo de saírem da condição “oficial” de colônias, no início do século XIX, o caso do Brasil, devido à escravidão negra, a ideia era branquear e desenegrecer o país, que contava com o maior contingente de pessoas negras do que descendentes de europeus. No México, governantes tentavam a todo custo ampliar a mestiçagem e diminuir o número de indígenas.

A educação escolar foi oferecida a conta gotas e tardiamente do ponto de vista dos cidadãos e cidadãs, tanto no México quanto no Brasil. No Brasil, de acordo com Paiva (2003), isso não foi preocupação no período colonial, com exceção do que foi oferecido pelos jesuítas nos primeiros 200 anos; no entanto, a educação oferecida por eles era catequização e para poucos homens indígenas tribalizados. No México colônia, a educação era também, somente para alguns homens, filhos das elites indígena, crioula e mestiça, que iam se constituindo, segundo Gutiérrez (2012).

O México profundo e o Brasil grande podem ser percebidos ao olhar para os arredores com criticidade, aonde quer que se esteja em qualquer lugar nesses países. No México a mestiçagem é generalizada assim como a presença indígena é fortemente destacada. Segundo Gutiérrez (2012), atualmente existem 58 línguas indígenas diferentes faladas no país por seus grupos étnicos, de acordo com dados oficiais e a maior população Náhua, de língua Náhuatl, conta com mais de três milhões de habitantes.

De acordo com o Figueiredo (2014), em matéria na qual analisa o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, o Brasil apresenta uma população indígena estimada de 0,4% do total, com cerca de 274 línguas diferentes distribuídas em 305

povos. Segundo Stavenhagen (1988), na América Latina são identificados cerca de 400 grupos linguísticos e uma população entre 33 a 35 milhões de indígenas, totalizando 8% do contingente geral populacional, embora haja questionamentos diversos a respeito dos números dos censos populacionais com relação às diferentes etnias.

Grande parte da população mexicana é mestiça indígena (brancos e índios), sendo que aparecem estatísticas apontando entre 60% e 80% da população e o número de descendentes de europeus e asiáticos seria em torno de 10%. Segundo o Instituto Nacional de Estadística y Geografía (INEGI, 2014), os indígenas são 14,9 % da população autodeclarada e que fala língua indígena. No Brasil, atualmente, segundo dados recentes do IBGE, de acordo com Nanô (2012), o número de pessoas autodeclaradas pardas e negras juntas supera o número de brancos, ainda que, brancos seriam em torno de 93 milhões; 84 milhões seriam pardos e 16 milhões, negros e, indígenas seriam 784 mil. Conforme se pode perceber, Figueiredo (2014) anuncia que, a partir do Censo do IBGE/2010, a população indígena já contaria com quase novecentos mil pessoas e, em meu entendimento esse fator é consequência da efetivação de políticas públicas, em especial dos governos Lula e Dilma.

Com relação à situação da terra, no México houve reforma agrária num contexto de muito sangue desde o início do século XX, especialmente com a Revolução ocorrida entre os primeiros anos desse século até mais ou menos 1920. Bem ou mal, alguma política de reforma agrária se estendeu até a década de 1970 e, no Brasil, enquanto política pública de parte de governos, isso nunca ocorreu de forma efetiva. Em ambos os países houve políticas incipientes de distribuição de pouca terra no século XIX, pelo mesmo motivo: desindianizar e branquear os países em vista de serem nações modernas e desenvolvidas e, assim eram ofertadas parcelas de terras a imigrantes, sobretudo europeus que, inicialmente vieram para trabalhar nas lavouras de café, em São Paulo. Essas informações serão melhor detalhadas no capítulo 2, porém, não poderia deixar de registrar.

Da beira do Rio Uruguai eu via os castelhanos sumirem mata à dentro no Brasil, na divisa com a Argentina e, no México, pertinho da Guatemala, pude ver os Zapatistas, indígenas mexicanos Tseltales e Tzoltziles, também sumiam na Selva. E, nesse ponto, aqui falando um pouco de belezas, não é à toa que os monstros famintos por riquezas, no dizer de Galeano (1991), puseram suas garras nas gargantas desses dois países, pois, de fato, possuem ainda uma natureza exótica, encantadora. O México, nesse momento, segue com planos de desenvolvimento econômico focado no turismo e na mineração e, o Brasil, com as obras do PAC a todo o vapor.

À parte dessas lembranças e considerações, os povos desses países vivem se virando, uns podendo curtir a beleza e os recursos naturais belíssimos em cada um dos países – Brasil e México – e a maioria, em luta árdua e cotidiana para sobreviver. Camponeses e indígenas seguem suas labutas e, uma parte deles se organiza em vista de resistir e ter dias melhores, em separado do que é pensado nos projetos chamados de desenvolvimento que, para estes, pouco desenvolvem, ao contrário, “*los desplazan*”. As mulheres mexicanas, sujeitos da pesquisa, fazem parte dessa parcela que luta e que sonha, inclusive, com um mundo mais igual para todos (as), pois a igualdade apregoada pelas legislações, pelo que disseram, não as alcançam, é letra morta, como confirma Guadalupe Dolores.

Assim, as organizações a que pertencem as mulheres sujeitos da pesquisa, já apresentadas anteriormente, serão um pouco melhor detalhadas no subitem que segue.

1.1.1 As Organizações a que Pertencem os Sujeitos da Pesquisa

Nesse subitem apresento as ramificações ou os igarapés que confluem para um imenso rio caudaloso, que às vezes encrespa, faz ondas ao contrário, um rio chamado luta das mulheres camponesas e indígenas do Brasil e do México. E eu já não olho o rio de longe; molho meus pés, cruzo os cipoais, e também tenho tempo de apreciar as flores de diversas cores da mata chamada aqui, da selva chamada lá. Primeiramente, apresento as organizações pesquisadas no estado/RS, no Brasil, que fazem parte da Via Campesina e, posteriormente, as outras duas, ao norte do continente Americano.

Coincidentemente, as organizações pesquisadas apresentam semelhanças quanto ao surgimento. No Brasil, três delas surgem entre o final dos anos 70 e início dos anos 80, do século 20, sendo o MAB, o MST e as organizações de mulheres que vieram a constituir o MMC em 2004. No México, a UNORCA, da qual deriva a UNMIC, data de 1985, mas também já vinha de caminhadas anteriores. No contexto do neoliberalismo que, como um monstro insaciável devora direitos mínimos conquistados com muitas lutas pelos trabalhadores brasileiros e mexicanos, surgem o MPA no Brasil em 1996, e, em 1997, a CONAMI, pois as indígenas do México, de diversas organizações, começaram a dizer: Basta!

O MAB tem seu surgimento a partir da construção da Itaipu binacional, hidrelétrica situada entre Brasil e Paraguai, assim como a Hidrelétrica de Tucuruí, localizada no estado do Pará, sendo que, para a sua construção, milhares de famílias foram expulsas do campo. Primeiramente, esse Movimento se organizou em comissões regionais, identificando-se assim com o nome de Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB), ainda no final dos

anos setenta, recebendo a contribuição elementar da Comissão Pastoral da Terra (CPT) desde 1978, no Sul do país (SCHEREN - WARREN, 1988). Atualmente, o Movimento encontra-se organizado nacionalmente, e o primeiro congresso realizado data de 1989. As principais lutas giram em torno do atual modelo energético das barragens e dois slogans do Movimento expressam esse teor: "Águas para a vida, não para a morte" e "Água e energia não são mercadorias".

De acordo com o MAB (2013) a luta inicial se dava por indenizações justas para as famílias deslocadas por causa das barragens e, em seguida, passou-se a exigir "terra por terra". Desse modo, com a crescente organização do Movimento, no ano de 1987, se deu um importante passo, materializado na exigência da criação de reassentamentos coletivos às famílias que optavam por continuar no campo. desse modo, estava colocado o direito dessas pessoas continuarem produzindo, sendo, que a partir das lutas pela produção, surgiram outras como: a estrutura para moradia e para os cultivos. Segundo a mesma fonte, no momento atual, de forma especial com as obras do PAC do governo federal anterior (Lula) e atual (Dilma), a organização do MAB é intensa nos estados do Norte do país, fortalecendo a luta indígena contra a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, que toma as terras dos povos originárias.

O MST é um, senão o mais conhecido Movimento de luta pela terra do Brasil e internacionalmente, inclusive pela sua dimensão organizacional, pelas conquistas e também articulações internacionais de solidariedade e apoio a outros movimentos e processos populares e democráticos. Contudo, há vários outros movimentos de luta por terra sendo registrados no Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC, 2013), onde é possível encontrar-se mais de setenta, embora boa parte deles seja em nível distrital ou regional, conforme declarações do pesquisador Bernardo Mançano Fernandes, um dos responsáveis pela pesquisa e cadastramento dessas organizações.

O surgimento do MST se deu num contexto em que era gritante a falta de terra de um lado, e de outro, explícito, o latifúndio concentrador e invasor da terra dos indígenas e dos pequenos agricultores. Agricultores, quilombolas e indígenas ficaram sem acesso à terra, ou com uma parcela coletiva mínima, quando conseguiam; grande parte destes eram descendentes de escravos negros, juntamente com os indígenas que nunca tiveram e/ou ocuparam a terra como propriedade privada, registrada em cartórios. A situação eclodiu no final dos anos setenta, do século passado, sobretudo no Sul do Brasil, embora as Ligas

Camponesas⁶ já houvessem colocado o problema para a sociedade na década de quarenta e cinquenta e, antes delas, todas as revoltas populares camponesas, desde a invasão colonial. Conforme Scheren -Warren (1988) o MST surge a partir de varias ocupações ocorridas entre 1976 e 1985, nos três estados do Sul, compreendendo o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

A mesma autora descreve que um fato importante para o início do MST foram as ocupações das fazendas Macali e Brilhante e o acampamento Encruzilhada Natalino, ocorrido no estado do Rio Grande do Sul, o último, no ano de 1981. Para tanto, setores da Igreja Progressista se colocaram nessa luta, com apoio direto de muitos religiosos e religiosas, a ponto de irem viver nos acampamentos e, também nesse caso, a CPT teve contribuição expressiva. Naquele momento, segundo a autora, o governo ditatorial havia militarizado a questão da terra e a política estava nitidamente voltada para a produção destinada às exportações, ao mesmo tempo em que os pequenos produtores eram não só explorados, mas, sobretudo, inviabilizados, o que os levava a realizar intensas mobilizações e, dentre elas, as ocupações.

No ano de 1984 o MST realizou o seu primeiro encontro nacional no estado do Paraná e, desde então, os Sem Terra afirmam que sem Reforma Agrária não há democracia. A conquista da terra era o foco principal, mas junto com ela veio a necessidade de organizar e viabilizar a educação e tantas outras demandas. Na década de noventa, um dos congressos teve como tema "ocupar, resistir e produzir", lembrando que foi um momento duro de criminalização, com assassinatos, perseguições e prisões de lideranças do movimento. No congresso nacional de novembro de 2007, o tema foi "terra e reforma agrária por justiça social e soberania popular" (MST 2013).

Desde o final dos anos setenta do século vinte, a maioria das mulheres, especialmente as camponesas, com a contribuição das pastorais progressistas, começou a perceber-se como excluída da sociedade e sem direitos, embora os homens da roça, também possuíssem quase nada, enquanto trabalhadores. Foi a partir dessa percepção de atuar como líderes das comunidades e algumas poucas em sindicatos de trabalhadores rurais, ou mesmo nos movimentos populares rurais que surgiam na época, que elas começaram a querer mudar essa realidade. Assim, iniciaram organizações de base fazendo discussões acerca de sua situação de vida, para serem levadas em consideração por governos e entidades locais e, desse modo,

⁶ As Ligas Camponesas surgiram no Nordeste como um Movimento de luta por terra, tendo com um dos precursores, Francisco Julião, sendo que, na fase final, anterior ao aniquilamento, foi comandada por uma mulher: Elisabeth Teixeira.

construíam organizações específicas de mulheres. Até então, elas não tinham espaços de legitimidade para suas pautas específicas, ou era muito pouco o espaço. De forma generalizada, suas pautas e reivindicações não eram consideradas ou, eram tidas como de pouca importância na luta geral, especialmente no movimento sindical (CONTE; MARTINS; DARON, 2009).

Segundo as autoras, a luta que originou o atual MMC soma-se ao contexto geral de exclusão “natural”, mais propriamente histórica, das mulheres rurais até o início dos anos setenta no Brasil e na América Latina. No entanto, as lutas feministas do mundo, de alguma forma, ainda que indiretamente, as impulsionava, tanto é que em 1975 a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou a década das mulheres no mundo, e pelo menos pôs em debate as questões das mulheres com maior ênfase. Nesse contexto, no ano de 1983, foi criado no estado de Santa Catarina, o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA) e, concomitantemente, no Rio Grande do Sul, a Organização das Mulheres da Roça (OMR). Essas organizações, mais tarde, juntamente com outras que se formaram em vários estados do Brasil e prosseguiram de forma autônoma de partidos, sindicatos e demais entidades, vieram a formar o MMC, no ano de 2004.

Além desses movimentos e pastorais populares que os apoiavam, o mais novo Movimento que veio a integrar a Via Campesina, também organizado em parâmetro nacional, é o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Ele surgiu em 1996, a partir de um acampamento que mobilizou cerca de trinta mil pessoas em uma situação de grande seca no Rio Grande do Sul, e as famílias acampadas exigiam subsídios em dinheiro para compensar as enormes perdas da produção. Naquele momento, o movimento sindical estava em crise, com a extinção do departamento rural da Central Única dos Trabalhadores (CUT), sem contar que, na década de noventa, a agricultura camponesa sofria enormemente com as políticas neoliberais e os créditos eram raros, além de serem de difícil acesso para a pequena agricultura. Do grande acampamento, conhecido como acampamento da seca, surge o MPA colocando, como uma demanda principal, créditos subsidiados aos pequenos agricultores. Atualmente as lutas centrais do MPA são: pela produção de alimentos saudáveis, por créditos viáveis para a cultura camponesa, entre outras bandeiras comuns à Via Campesina (MPA, 2013).

De acordo com a mesma fonte, este Movimento realizou sua primeira reunião nacional no ano de 2000, no Rio Grande do Sul e, em 2003, apresentou um plano camponês de trabalho com propostas a partir de suas lutas políticas frente ao Estado e contra o agronegócio.

Está em sua agenda a defesa das sementes crioulas e a geração de energia por meio de fontes alternativas.

De acordo com os sites consultados dos quatro movimentos, a Reforma Agrária está presente na agenda de lutas de todos, embora seja prioritária no MST. A defesa da agricultura camponesa, de sementes crioulas, da biodiversidade, da agroecologia, da educação pública de qualidade, além de saúde, moradia digna, alimentação saudável, contra o agronegócio também são bandeiras comuns a todos os movimentos que integram a Via Campesina. No MAB é destaque a luta contra o hidronegócio, e também é comum a todos, a especificidade de gênero, com destaque à organização das mulheres.

Para situar estes Movimentos no interior da Via Campesina do Brasil, de acordo com Conte, Martins e Daron (2009), essa articulação surgiu oficialmente por ocasião do primeiro Fórum Social Mundial, ocorrido no ano de 2001, em Porto Alegre (RS), pois já havia relações estabelecidas e lutas conjuntas entre os movimentos do campo, em alguns estados. No momento atual, a Via Campesina Brasil aglutina as seguintes organizações: MST, MMC; MAB; MPA; Pastoral da Juventude Rural (PJR), Federação dos Estudantes de Agronomia (FEAB), Associação Brasileira de Estudantes de Engenharia Florestal (ABEEF), além de organizações de pescadores e quilombolas. Como movimento internacional, a Via Campesina foi fundada em Mons, na Bélgica, em 1993, congregando organizações agrícolas, mulheres rurais e comunidades indígenas da Ásia, África, América e Europa. É um Movimento autônomo, pluralista, formado por organizações nacionais e regionais, com autonomia (RIBEIRO, 2010, p. 38).

No mês de junho de 2013, houve a VI Assembleia Internacional da Via Campesina, em Jacarta, Indonésia, e no seu espaço realizou-se a IV Assembleia de Mulheres da Via. Nesse encontro, segundo Organizaciones (2013), a Via Campesina está articulada em 79 países, contando com 164 organizações. No Brasil, ela passou a aglutinar o Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP) e a Coordenação Nacional de Comunidades Quilombolas (CONAQ). No referido encontro, celebraram-se 20 anos de história desde seu surgimento; e, pode-se afirmar que foi um marco a escolha de uma mulher e do continente africano, pela primeira vez, para coordenar a Via Campesina internacionalmente. Em meu entendimento, isso reflete que na Via Campesina Internacional, já há algum tempo as mulheres possuem força organizativa, considerando as contradições das organizações camponesas, também permeadas pelo machismo.

As mulheres da Via Campesina, assim denominadas são militantes ou dirigentes dos movimentos que compõem essa organização, em nível de Brasil, e também

internacionalmente. Vale salientar que, em cada país, a realidade de organizações e, dentre elas, as específicas de mulheres, ocorre de maneira ou com métodos diferentes e, assim, não são todas as que mantêm coletivos de mulheres, e assim ocorre em alguns estados do Brasil. Contudo, no Rio Grande do Sul – contexto desta pesquisa – as mulheres da Via Campesina possuem uma articulação fortalecida, que ocorre desde a primeira metade da década de 1990 (CONTE; MARTINS; DARON, 2009), embora, por exemplo, o MPA nem existisse ainda.

As mulheres iniciaram a organização entre elas, a partir dos diferentes movimentos com articulações de lutas e pautas conjuntas, especialmente pela necessidade de acesso a documentos pessoais, criando a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), no ano de 1995, a qual aglutinava mulheres de vários movimentos populares camponeses e sindicais existentes no Brasil, desde o início da década de 1990. Por meio dessa articulação, as mulheres dos diversos movimentos realizaram no ano de 2000, em Brasília/DF, o Primeiro Acampamento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, com cerca de 2000 militantes. Este Acampamento se tornou um marco pelo fato de fomentar articulações de mulheres dos diversos movimentos populares do campo, nos diferentes estados brasileiros, e no Rio Grande do Sul, desse ano em diante, praticamente todos os anos, ao menos no mês de março, as mulheres, posteriormente, intituladas mulheres da Via, realizam mobilizações, acampamentos, e diversas atividades conjuntamente (CONTE, 2012).

De acordo com a mesma fonte, após o Acampamento de 2000, a ANMTR deixou de existir pelo fato de se fortalecerem as alianças mais locais, em nível de cada estado da federação. No RS, desde o ano de 2001, quando as mulheres da Via Campesina realizaram um grande acampamento seguido de uma marcha, em 08 de março, em Porto Alegre, houve a participação das mulheres do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), um movimento urbano, que acabara de surgir. Atualmente as mulheres da Via Campesina mantêm articulação com as mulheres do MTD para suas lutas de março, de forma especial, e ainda, do ano de 2006 em diante, quando surge em Porto Alegre o Levante Popular da Juventude, conhecido como Levante, as jovens também se somam com as mulheres da Via em aliança para processos formativos e/ou de lutas.

No contexto mexicano, a UNORCA tem seu início no ano de 1985, em Cuetztalán, estado de Puebla. Ela integra:

campesinos, pequeños productores, jornaleros, vecindados, colonos, jóvenes, mujeres, pescadores y trabajadores del campo de Campeche, Chiapas, Chihuahua, Colima, Distrito Federal, Durango, Guanajuato, Guerrero, Hidalgo, Jalisco, México, Michoacán, Morelos, Nayarit, Oaxaca, Puebla, Querétaro, Quintana Roo, San Luis Potosí, Sinaloa, Sonora, Tabasco, Tlaxcala, Veracruz, Yucatán, Zacatecas.

La UNORCA impulsa la amplia participación social en el ámbito nacional e internacional, y es integrante de diversas expresiones del movimiento campesino internacional, como La Vía Campesina, la Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo y la Federación Internacional de Productores Agricultores (UNORCA, 2014, p.1).

De acordo com Mercado (2010), o objetivo dessa organização é fortalecer processos produtivos, a comercialização, o acesso ao crédito e assistência técnica, o que é confirmado pelas entrevistadas. Segundo Guadalupe Joana, a luta mais forte desses últimos anos para a organização tem sido contra os transgênicos e a favor da biodiversidade, das sementes crioulas, da produção de alimentos saudáveis, inclusive pautando políticas frente ao Estado. O foco também é diretamente a defesa da soberania alimentar. Segundo essa dirigente, na UNORCA, mais ou menos no ano de 2006, é formada a UNMIC como coletivo de mulheres, com estatuto próprio em vista de viabilizar projetos produtivos a grupos de mulheres camponesas e indígenas. Anterior à UNMIC havia outro coletivo de mulheres, chamado AMMOR, que acabou rompendo com a organização, assumindo mais o caráter de uma Organização Não Governamental (ONG), pelo o que pude constatar em conversa pessoal com um funcionário dessa entidade.

A UNMIC é ainda muito recente, salientavam as pesquisadas, mas já está com os documentos em dia para poder apresentar projetos e trabalhar com grupos de mulheres. Nesse momento está em processo de formação de lideranças dos diversos estados e, num dos encontros nacionais do qual participei, era tratado do tema da violência cometida contra as mulheres camponesas e indígenas de forma especial.

A CONAMI, como organização nacional tem seu surgimento no ano de 1997, por uma convocação da comandanta Ramona, do *Ejército Zapatista de Liberación Nacional* (EZLN) às mulheres indígenas das várias organizações do país. De acordo com Espinosa (2010), o encontro aconteceu em Oaxaca, contando com a participação de mais de 700 mulheres indígenas de quatorze estados do México: Guerrero, Chiapas, Hidalgo, Jalisco, estado do México, Puebla, Querétaro, DF, San Luís Potosí, Sonora, Veracruz, Michoacán, Morelos y Oaxaca. E, acima de tudo, as mulheres indígenas estavam em busca de seus direitos particulares, como mulheres. Conforme narra Guadalupe Maria, na ocasião a comandanta assim se referia: sei que sou indígena, mas quero aqui falar como mulher.

Segundo Blackwell (2012), a CONAMI possui representantes na maioria dos 56 povos indígenas do México e centra a sua atenção nos direitos humanos das mulheres indígenas, saúde reprodutiva, violência familiar e militar, autoeducação coletiva sobre direitos, acordos, tratados nacionais e internacionais, pactos e convênios e, acima de tudo, busca pelo direito à

autonomia das mulheres indígenas, inclusive na esfera jurídica. Conforme destacava Guadalupe Dolores, atual dirigente nacional, em alguns estados a CONAMI faz lutas específicas dessa organização, e, na maioria dos casos, as mulheres dessa organização participam das lutas de seus movimentos de base.

Mesmo que breve e muito resumidamente dá para ter uma noção do contexto em que surgiram as organizações pesquisadas e as atuais pautas de luta. O sentido comum de tudo, como já descrito, pode ser mesmo o leito de um mesmo rio, que as mulheres nas lutas específicas remam contra a maré, às vezes contando com o auxílio de alguns companheiros, outras, não, dependendo do que questionam e exigem. Nesse olhar para as organizações, uma diferença básica entre Brasil e México encontra-se no jeito de como se estruturam. Aqui, são movimentos únicos, com coletivos de mulheres, inclusive com a identidade de um Movimento misto, tendo como exemplo: mulheres do MST. E, no caso do MMC, são todas as mulheres desse mesmo Movimento. No caso do México, tanto a COMAMI quanto a UNORCA/UNMIC aglutinam centenas ou até milhares de outras organizações e grupos, com diversas nomenclaturas.

1. 2 JUSTIFICATIVAS PARA O RIO E SUAS CHEIAS

A inquietação que desencadeou a pesquisa foi devido à minha inserção na luta das mulheres, de forma especial no MMC, mas também no coletivo de mulheres da Via Campesina. Nos últimos anos elas têm desencadeado e sustentado processos combativos, fortalecidas pela aliança entre os movimentos em torno do trabalho e dos direitos decorrentes dele, com ênfase à produção de alimentos. Elas explicitam que suas lutas têm sido contra o capital e o patriarcado, sendo que a Ação feita em março de 2006, contra a então empresa Aracruz Celulose e Papel, pode ser considerada um marco histórico.

A outra parte da pesquisa realizada no México foi motivada por querer entender como e por que as mulheres desse país se organizam, captando o educativo dessas lutas e, por isso, foi escolhido um movimento misto, a UNORCA, de onde se deriva o coletivo de mulheres, a UNMIC e, como movimento específico de mulheres, a CONAMI. A escolha desse último é devido ao fato de que ele aglutina somente mulheres que se identificam como indígenas e como camponesas ou não.

Ao construir, articular e participar das mobilizações conjuntas das mulheres da Via Campesina, especialmente de 2005 em diante, algo que me chamava muita atenção, e também me animava a prosseguir na luta, apesar das dificuldades, era a força dessas mulheres

constituindo um coletivo. E, analisando o processo histórico das mulheres nas lutas gerais, em que, segundo Perrot (2005), elas não eram consideradas e, ao fazerem lutas específicas, tratadas como loucas e/ou infantis, uma das hipóteses que levanto nesse trabalho é a de que as mulheres precisam aglutinar maior força possível em coletivos, mesmo entre diferentes movimentos, para terem maior possibilidade de serem ouvidas, atendidas e consideradas em suas reivindicações.

O tema de pesquisa surgiu ao dar-me conta de que a relação entre mulheres camponesas e a produção de alimentos é histórica desde o surgimento das sociedades agrárias⁷. Contudo, este trabalho, assim como outros, desde que considerado trabalho de mulher, tem permanecido na invisibilidade, ou é de valor menor, a exemplo das tarefas domésticas, consideradas do universo feminino, ainda nos dias atuais, apesar de alguns avanços. Contudo, é a partir desse lugar que, tanto no Brasil, quanto no México, elas se põem em luta por visibilidade, direitos e reconhecimento ao passo que vão pontuando na sociedade e para si mesmas, o que já não aceitam mais.

Desse modo, o objetivo geral desse trabalho se dá em torno de compreender os principais aspectos relacionados ao educativo das lutas das mulheres desde o universo de trabalho, na perspectiva de romper com o “lugar de mulher” camponesa e indígena na sociedade capitalista. Para tanto, os objetivos específicos são delineados como: identificar práticas envolvendo aprendizados da luta das mulheres camponesas e indígenas e descrever como elas interferem no cotidiano de suas vidas, tanto individual quanto coletiva; entender e evidenciar o sentido da (des)valorização simbólica e material, no que tange ao trabalho e às lutas das mulheres, relacionando com a possibilidades do fortalecimento da agricultura camponesa e do feminismo. A partir dos objetivos colocados na perspectiva de responder e problematizar a questão central de pesquisa, apresento os aspectos que justificam este estudo e a escolha do tema.

Ao olhar para o trabalho das mulheres camponesas de maneira generalizada se enxerga a produção de alimentos, sendo essa uma relação histórica, ao menos desde a divisão social/sexual do trabalho. Estudar e pesquisar mulheres de organizações que compõem a Via Campesina Brasil, com recorte ao Rio Grande do Sul, e as mulheres da UNORCA/UNMIC e da CONAMI, do México, em relação aos aprendizados ou ao educativo de suas lutas desde o trabalho (produção de alimentos ou outros), do meu ponto de vista é relevante por três

⁷ Ainda que a relação com os alimentos nos grupos humanos tenha sido anterior a este formato de sociedade, Eisler (1996) pontua que, desde o período de coleta e de caça, as mulheres foram as principais responsáveis pelos alimentos e sua distribuição entre os membros dos grupos e clãs.

motivos principais: um primeiro, é que, nitidamente, em grande parte dos estudos publicados ou divulgados nos últimos períodos sobre o universo de trabalho das mulheres camponesas, aparece, de um lado, a desconsideração do trabalho como profissão, ao passo que, de outro, há atribuição às mulheres das tarefas relacionadas aos cuidados, basicamente na esfera doméstica (GEBARA, 2002), devido à divisão sexual do trabalho. No México, sequer foi reconhecida a profissão de trabalhador (a) rural e, no Brasil, isso ocorreu apenas em 1988, na Constituição Federal desse mesmo ano.

De acordo com Hirata (2002), a divisão sexual do trabalho não pode ser considerada apenas no âmbito do trabalho doméstico, na esfera privada ou reprodutiva, devido ao fato de se apresentar fortemente no setor considerado produtivo das relações sociais. Na esfera reprodutiva ou privada, porém, o trabalho das mulheres aparece como não trabalho, devido à naturalização da inferioridade da mulher e, conseqüentemente, do que ela faz como tarefa na sociedade patriarcal (MURARO, 2002). Em se tratando de camponesas e, na mesma medida, ou talvez até pior, com relação às indígenas na contemporaneidade, constata-se, ainda, grande invisibilidade, especialmente frente à falta de reconhecimento, enquanto sujeitos e também devido aos estereótipos a elas atribuídos ao longo dos séculos.

De outro modo, Faria (2009, p.13) afirma que os movimentos de mulheres rurais, com destaque às mulheres do MST e do MMC no Brasil, são os “movimentos mais enraizados e contam com maior organicidade e capacidade de mobilização em nosso país”. No México, as indígenas se levantaram em movimento junto com seus companheiros, na década de 1970, com expressividade, embora nesse período não aparecessem, ainda, suas pautas específicas. Elas vão ser percebidas como mulheres indígenas com força na década de 1990, na América Latina, em especial no México (ESPELAND, 2004) e, conforme pontua Espinosa (2010), ao surgir a CONAMI, como organização somente de mulheres indígenas, lhes era dito que estavam se fazendo de loucas. Assim, pode-se perceber que elas surpreendem e se colocam fazendo rompimentos em exigências, afirmando que existem, que pensam e articulam estratégias. Desse modo, a contradição entre a desconsideração/invisibilidade versus capacidade organizativa no momento atual, compõe um segundo motivo pelo qual optei por essa pesquisa.

Outro elemento importante que justifica meu interesse nessa pesquisa é a constatação, desde o senso comum, da relação estreita existente entre mulheres e alimentos, via produção e preparo, o que está na esfera da reprodução, em geral não agregando valor financeiro. Por esse motivo, este trabalho não é percebido como tal, mas como uma tarefa secundarizada (ou não trabalho), devido às relações de trabalho serem balizadas pelo capital. Junto a este

elemento – trabalho de mulher - considerado de segunda ordem na esfera capitalista, é necessário levar em conta a visibilidade e a notoriedade política do agronegócio⁸ em detrimento da agricultura camponesa no mundo todo. De outra maneira, no Brasil, há políticas e programas públicos como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que têm causado impacto sobre as mulheres camponesas, especialmente as que se organizam em movimentos. No México já houve políticas de fortalecimento da agricultura e a relação do trabalho com o artesanato para fins de venda aparece bastante evidenciada.

As fotos a seguir mostram o “trabalho de mulher”... que extrapolou.



PAIS – sistema de irrigação na horizontal (produção de alimentos agroecológicos para venda no PAA e PNAE, consumo, trocas e doações.

⁸ Consiste o agronegócio numa articulação empresarial voltada à exportação de produtos primários ou que agregam pequena parcela de tecnologia, tratando-se principalmente de minérios e gêneros agrícolas que são produzidos em larga escala e comercializados no Brasil e no exterior. Envolve o setor de máquinas (tratores, colheitadeiras etc.), a produção agrícola, as tecnologias associadas a essa produção, a industrialização dos produtos, o setor de distribuição e serviços e o setor bancário, responsável pelo financiamento da produção (RIBEIRO, 2013, p. 674).



PAIS - Sistema de mandala com irrigação (produção de alimentos para venda no PAA, PNAE e feira; para consumo, trocas e doações)

A propósito, a escolha por essa pesquisa constitui um estudo acerca das relações sociais, mais precisamente, sobre os aprendizados desde a luta que parte do universo de trabalho, adentrando nas questões de gênero e feminismo, visto que uma parte das mulheres da Via Campesina, da UNMIC e CONAMI estão nos últimos períodos, assumindo-se feministas segundo apontou a pesquisa. Esse aspecto parece representar uma novidade do ponto de vista de estudo, tratando-se de um feminismo camponês e indígena, ainda em processo embrionário enquanto teoria. As camponesas e as indígenas nunca figuraram, enquanto sujeitos feministas, aliás, sempre foram descritas como quem não combinasse muito com o feminismo, que, se olhado para o recorte de classe, vai aparecer na luta operária, na academia e nos encontros de mulheres alavancados pela Organização das Nações Unidas (ONU), a partir de 1975.

Desse modo, o propósito da tese delineia questões fundamentais para o campo da Educação, pois, segundo Freire (1987), a educação é bem mais ampla do que a escolarização, implicando em conscientização, politização, inclusive, em transformações econômicas, sociais e culturais. Partindo deste pressuposto, ao estudar mulheres do Brasil e do México em seus processos de luta e seus aprendizados, é destacada a educação para além da escola, ou seja: um processo educativo extraescolar. Trata-se da experiência, na perspectiva de Thompson (1981), como um “fazer-se”, no caso, das mulheres camponesas e indígenas enquanto sujeitos de ação, conhecimento e luta pela construção de uma sociedade em que, de fato, sejam consideradas em igualdade de condições sociais de todos (as), e de tratamento aos homens, reconhecendo as diferenças e não as negando.

A pesquisa adentra no universo de práticas que têm a ver com aprendizados os quais, via de regra, se dão a partir dos chamados saberes acumulados pelas experiências de trabalho, enquanto conhecimentos não sistematizados e repassados de geração em geração, no caso das camponesas. Neste sentido, vão aparecer contradições entre o atual modelo hegemônico de produção imposto pela Revolução Verde, aperfeiçoado nas últimas décadas e ampliado para abarcar a produção de *commodities* peculiares ao agronegócio⁹. Outro aspecto relevante para a educação é evidenciado desde os aprendizados na luta: articulações e estratégias na constituição de identidades femininas e feministas, pois se trata de mulheres que estão construindo embates interessantes do ponto de vista sociocultural, estendendo pautas a governos e à sociedade. Nesse aspecto Freire (2011) assinala que as pessoas leem o mundo a partir de suas experiências e memórias e, que, com base nessa leitura, passam a ler as palavras, que, por sua vez, estão grávidas de mundo. Com a leitura de mundo somada à decodificação das palavras, no entendimento de Freire, na obra citada, é possível fazer a leitura crítica da realidade, sendo que essa leitura se antecipa e se alonga na leitura de mundo.

A situação de desvantagem histórica das mulheres com relação aos homens, pelo fato de que se vive em uma sociedade majoritariamente de domínio do masculino é notória e, além da desvalorização da esfera do trabalho/reprodução, é refletida sobre o tempo e a configuração dos trabalhos realizados por mulheres e homens, registrados em estatísticas no Brasil e no México. Para deixar ainda mais evidente, em termos de desvantagem das mulheres, a configuração do trabalho se dá conforme a divisão sexual, com valores diferenciados, pois: “para as mulheres de origem rural, há que se considerar que sua participação nas atividades agrícolas se dá como trabalhadoras familiares, ou seja, sem perceberem rendimentos individualizados” (SAFIOTTI, 1990, In: MACIEL, 2001, p. 84).

A partir dos elementos trazidos anteriormente, pode-se perceber um cenário de discriminação feminina, o que é muito bem evidenciado por Heredia, Garcia e Garcia Jr. (1984, p. 29) no seguinte comentário: “o lugar que ocupa cada membro do grupo está ligado à sua posição em relação às atividades que desenvolve na casa ou no roçado”.

A partir dessas constatações, pode-se afirmar que as mulheres camponesas e indígenas foram e continuam sendo empurradas pela sua própria situação, a romper com o que era e é possível diante das opressões e da exploração, mas, sem muito acesso à teoria. As camponesas

⁹ A expressão *commodities*, do inglês, pode ser traduzida como: mercadorias, principalmente minerais e agrícolas, mas também financeiras e ambientais produzidas em larga escala e comercializadas em nível mundial. As *commodities* são negociadas em bolsas mercadorias, portanto seus preços são definidos em nível global, pelo mercado internacional. A produção de *commodities*, com o uso de sementes transgênicas e de agrotóxicos, própria do agronegócio que, conta com o apoio de representantes no Congresso Nacional e do governo brasileiro, é um a forte ameaça à agricultura camponesa.

em luta começaram a se fazer visíveis no Brasil a partir da década de 1980, forçando o ser reconhecidas como sujeitos políticos, como cidadãs, no âmbito legal, frente ao acesso à terra e à igualdade constitucional de gênero, garantidos na Constituição Federal de 1988 (DEERE; LEÓN, 2002). Entretanto, apesar dos avanços significativos no campo dos direitos femininos nas últimas décadas a situação de inferioridade, de sobrecarga de trabalho e de falta de reconhecimento permanece no geral da sociedade.

1.3 ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS: O LEITO DO RIO É QUE CONDUZ AS ÁGUAS

Nesse item apresento o percurso realizado para efetuar a pesquisa e, como o título sugere, trato como o leito do rio pelo fato dele conduzir o curso das águas. O rio por si só é imenso de possibilidades e, por isso, o (a) pesquisador (a) que sabe aonde quer chegar faz suas escolhas, considerando as condições disponíveis. Essas possibilidades, por sua vez, já são permeadas pelas concepções de quem se propõe a pesquisar, dependendo do que busca e quer enxergar. Sendo assim, a pesquisa em nenhum momento pode ser considerada neutra, ao menos numa visão mais crítica das ciências sociais na atualidade, embora nem sempre tenha sido tão fácil fazer essa afirmação, devido às influências do positivismo, que faz a defesa do contrário em nome da objetividade na pesquisa (TRIVIÑOS, 1979).

Considero importante observar que, nas ciências sociais no Brasil, não há um consenso sobre a utilização do termo método ou metodologia para se referir ao percurso na realização das pesquisas. Alguns autores se referem a método como sendo o mesmo que metodologia, ao passo que, outros fazem distinção, mas isso não tem gerado muitos problemas na área da Educação. Contudo, tomando a área da Sociologia como exemplo, metodologia é entendida como estudo dos métodos, segundo alguns sociólogos e neste sentido seria um problema a não distinção dentre os termos.

Alguns teóricos, ainda, utilizam a palavra método como concepção teórica na pesquisa ao passo que outros, tratam o método como uma prática de abordagem junto ao uso de técnicas, e às vezes, outros, ainda, chamam de método o uso de técnicas, o que me parece gerar ruídos, especialmente por parte de quem está começando a realizar pesquisas. O que é correto afirmar é que, tanto entendido como método quanto metodologia, se trata de procedimentos adequados para a utilização em pesquisas científicas, permitindo estabelecer a diferença entre o que é considerado pensamento científico, senso comum, ou teológico para a explicação da realidade ou de um fenômeno.

Minayo (2011) descreve metodologia como o caminho do pensamento e da prática exercida na abordagem da realidade, incluindo teoria da abordagem (método) e a utilização de instrumentos (técnicas) somados à criatividade do (a) pesquisador (a). Junto a isso, afirma que metodologia é mais do que um conjunto de técnicas. Demo (1989, p. 11), por sua vez, não distingue método de metodologia para se referir à mesma coisa, definindo a metodologia como o estudo dos caminhos, dos instrumentos usados para fazer ciência e a descreve como “uma disciplina instrumental a serviço da pesquisa”. Visa a conhecer os caminhos do processo científico, mas também critica, indaga sobre os limites da ciência e sua capacidade de intervenção na realidade. O autor distingue método e técnica, descrevendo o primeiro como sendo a intenção da discussão problematizante (como se fosse um par de óculos para mirar) e a segunda como o conjunto de instrumentos que tratam da realidade empírica.

Meksenas (2002) se refere a método e o descreve como caminho, passagem, maneira ou modo de fazer enquanto Lüdke e André (1986), se referindo à mesma questão, destacam que é a natureza do problema a ser investigado que o determina. Logo, o método não pode ser uma camisa de força, tampouco, escolhido de qualquer maneira. Acima de tudo ele é fundamental para responder e problematizar a questão de pesquisa, caso contrário não teria sentido. Gil (2011) defende a ideia de que a diferença entre método e técnica é uma questão de grau, numa ou outra categoria e, alguns autores segundo ele, descrevem método como sendo também o conjunto dos procedimentos de abordagem da realidade. Assim, para esse autor, há dois grupos de métodos: os que proporcionam as bases lógicas da investigação (método dedutivo, indutivo, hipotético-dedutivo, dialético e fenomenológico) e os que indicam os meios técnicos da investigação (experimental, observacional, comparativo, estatístico, clínico, monográfico...). Esse mesmo pesquisador argumenta sobre grandes teorias entendidas como o funcionalismo, o estruturalismo, a compreensão, o materialismo histórico, a etnometodologia e o social-construtivismo, enfatizando que há muitas outras ainda. Nesse caso, o que ele denomina de grandes teorias, alguns autores tratam diretamente como método, o que tem sido mais comum.

Em vista de ampliar ou de reforçar a concepção de metodologia, Thiollent (2011, p. 31-32) afirma que, além de ser uma disciplina relacionada com a epistemologia ou com a filosofia da ciência, estuda os métodos e pode ser considerada como o modo de conduzir a pesquisa e, então: “A metodologia pode ser vista como conhecimento geral e a habilidade que são necessários ao pesquisador para se orientar no processo de investigação, tomar decisões oportunas, selecionar conceitos, hipóteses, técnicas e dados adequados”. Por sua vez, Minayo (2011) ressalta que, nas pesquisas em ciências sociais, há uma identidade e, portanto, uma

identificação entre sujeito e objeto, sendo que ambos tornam-se imbricados. Neste sentido, é possível afirmar que o (a) pesquisador (a) não escolhe algo estranho a si para pesquisar e sim, o que, de alguma forma, de algum contato, lhe chamou atenção em determinado período nos cruzamentos da vida.

Marques (2006) já dizia que a pesquisa é o esforço de conhecer, impulsionado pelo desejo de desvelar sempre mais; destaca que não se busca conhecer aquilo que já se sabe, tampouco se busca desvelar algo que não chame a atenção do (a) pesquisador (a). Complementando estas afirmações, Gil (2011) argumenta que a escolha do tema de pesquisa já indica algum tipo de comprometimento. No caso da minha pesquisa, não há como negar tal comprometimento, pois faço parte do MMC, o qual se relaciona com os demais Movimentos que compõem a Via Campesina.

Conforme a argumentação deste mesmo autor (GIL, 2011), todos os métodos de pesquisa possuem fragilidades e potencialidades, e opta-se por um ou outro considerando o que cada um deles tem de específico para auxiliar pesquisadores (as) no desenrolar da pesquisa. Com relação ao caráter dela, pode ser qualitativa ou quantitativa, sendo que as qualitativas permitem ir fazendo questões em vista de maior aprofundamento e, em geral, são utilizadas entrevistas com roteiros e questões abertas.

Em meu entendimento, a diferença entre o caráter quantitativo e o qualitativo é apenas uma predominância de forma nas ciências sociais, pois os dados quantitativos precisam ser analisados, bem como numa pesquisa predominantemente qualitativa podem se utilizados dados quantitativos para confirmar ou demonstrar análises. Severino (2007) sugere que seria melhor usar o termo abordagem ao invés de pesquisa qualitativa e quantitativa, pelo fato de que, dentro de cada uma delas, cabem vários tipos de metodologias e, nesse sentido concordo com o autor. Feita essa ressalva, tento caracterizá-las evidenciando diferenças fundamentais entre ambas.

Minha pesquisa é de predominância qualitativa e, de acordo com Marconi e Lakatos (2012), é baseada na presença ou na ausência de alguma qualidade, característica ou tipo, ex: cor da pele, estado civil, nacionalidade, profissão, etc., e, a pergunta colocada é sempre Como? Minayo (2011) enfatiza que esse tipo de pesquisa/abordagem responde a questões particulares tratando de representações, relações e intencionalidade de motivos, valores, crenças e atitudes. Pontua também que entre pesquisa qualitativa e quantitativa não há hierarquia em termos de uma valer mais do que a outra, e a diferença entre ambas é de natureza (segundo o objeto a ser estudado).

Conforme já pontuado sobre a diferença de como é descrito o método e a técnica, Lüdke e André (1986) são autoras que tratam como método de coleta de dados, aquilo que Severino (2007) trata por técnica e, por esse motivo, me filio à descrição e concepção desse autor. Severino (Op. Cit. p. 14) descreve as técnicas como procedimentos operacionais que servem de mediação prática para a realização da pesquisa e devem ser compatíveis com o método. Enfatiza que as técnicas de pesquisa em educação mais utilizadas são a documentação, a entrevista, a história de vida, o questionário e a observação. Dessas descritas, em minha pesquisa utilizei um pouco de análise documental, entrevista com questionários abertos, um escrito e outro gravado e transcrito e também observações com registros em diário de campo. Também realizei pesquisa bibliográfica sobre as organizações em livros e sites.

A exigência de minha pesquisa, fazendo parte também de minhas concepções de mundo, é orientada pela concepção do materialismo histórico dialético, entendida enquanto:

postura, ou concepção de mundo; enquanto um método que permite uma apreensão radical (que vai à raiz) da realidade e, enquanto práxis, isto é, unidade de teoria e prática na busca da transformação e de novas sínteses no plano do conhecimento e no plano da realidade histórica (FRIGOTTO, 1987, p. 73).

Contudo, o pesquisador pondera que a dialética, para ser materialista histórica, não pode se constituir numa camisa de força, tampouco em uma doutrina. De acordo com Gil (2011), a dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, e, sendo assim, os fatos não podem ser considerados isoladamente. Há necessidade de serem consideradas as influências políticas, econômicas, culturais, etc. Assumidamente, este método está para pesquisas de caráter qualitativo.

Nessa pesquisa optei pelo estudo de caso devido ao fato de pesquisar e olhar para os mesmos aspectos em organizações com certa proximidade entre elas no Brasil e no México, sendo todas em nível nacional. O estudo de caso, de acordo com Severino (2007) é um tipo de pesquisa que se concentra em um caso particular, ou num caso significativo e representativo e, nesse sentido foi este o meu olhar quando escolhi as organizações no mapeamento. Fiz o possível para aprofundar ao máximo o estudo e a análise sobre as organizações mediante o que elas mostravam, pelo fato de serem organizações com certo caráter público e notório a quem busca ver, e também mediante a interpretação do que me foi dito, visto e compartilhado pelas e com mulheres sujeitos da pesquisa.

Em outra obra (GIL, 2009) afirma que não há normas rígidas para os pesquisadores conduzir um estudo de caso e descreve que seria um equívoco confundir-lo ou tratá-lo como um procedimento a ser utilizado em estudos formuladores ou exploratórios apenas. Enfatiza

ainda, que o estudo de caso não é uma estratégia de ensino, tampouco análise de caso, ou simulacro de pesquisa. É um tipo de pesquisa com certa flexibilidade no uso das técnicas, mas nem por isso deixa de ser rigoroso. Em geral investiga um fenômeno contemporâneo e não separa o fenômeno de seu contexto, sendo um estudo em profundidade que requer múltiplos procedimentos de coleta de dados. O mesmo autor (2011) sublinha ainda que o estudo de caso é profundo e exaustivo de um ou poucos objetos. É amplo e detalhado e serve para: explorar situações da vida real; descrever situação do contexto; explicar variáveis causais de fenômenos e pode ser utilizado em pesquisa exploratória, descritiva e explicativa.

As técnicas utilizadas e, em meu entendimento, mais apropriadas com o estudo de caso realizado foram: observações com registros em caderno de campo; questionário com questões abertas e gravações de entrevistas com utilização de um roteiro de questões semiestruturadas aplicadas a duas mulheres no Brasil e a três no México, de cada um dos Movimentos e sua posterior transcrição. Além disso, utilizei análise documental e pesquisa em sites dos Movimentos Sociais Populares, com exceção à CONAMI por não possuí-lo no momento da pesquisa. No Brasil, foram feitas observações em sete reuniões da Via Campesina do Rio Grande do Sul (2011-2012), aonde participam homens e mulheres, mais para ter noção de por onde iam as pautas gerais da luta, já que os sujeitos da pesquisa não participavam dessas reuniões. Acompanhei também sete reuniões da Via Campesina, especificamente de mulheres, entre o ano de 2011 e 2012 e de um encontro de formação. Além disso, participei e registrei debates públicos com temas de interesse e participação desta organização, ou chamados pelo governador do estado/RS ou pela Assembleia Legislativa.

Para realizar as entrevistas e preencher os questionários fui às casas de cada uma das mulheres a serem entrevistadas, até para focar o olhar para o trabalho delas, em particular, na produção de alimentos. Assim, pesquisei uma militante do MMC do município de Cachoeira do Sul, e outra do município de Ibiaçá. Do MAB foram duas do município de Esmeralda; do MST, uma de Nova Santa Rita e a outra de Bossoroca; do MPA, uma de Erval Seco e outra de Santa Cruz do Sul. Todas as mulheres entrevistadas são da Via Campesina do Rio Grande do Sul e, entre 2011 e 2012, nenhuma das entrevistadas representava seus movimentos nas reuniões desta Organização, nas quais estavam presentes duas mulheres do MMC e, por vezes, uma do MST.

Com relação aos sujeitos pesquisados no Brasil foram escolhidas mulheres que compõem a instância de coordenação estadual¹⁰ de cada um dos Movimentos, por conhecer os

¹⁰ Ao que tenho conhecimento sobre a organicidade dos movimentos pesquisados, todos se organizam a partir de coordenações de grupos de base (nas comunidades, acampamentos ou assentamentos da Reforma Agrária);

elementos políticos das lutas de suas organizações e também das lutas específicas das mulheres. Além disso, todas as escolhidas possuem relação direta com a produção de alimentos. A opção em não pesquisar mulheres da FEAB, da ABBEF, da PJR e da CPT, que também fazem parte da Via Campesina explica-se devido a serem ou estudantes do contexto urbano, ou, no caso da CPT, freiras ou leigas que, em geral, vivem na cidade. No caso da PJR, trata-se somente de jovens e assim demandaria outras análises e categorias a serem estudadas, e, imagino não ser possível uma pesquisa tão ampla no período exigido para a conclusão do Doutorado. Além do mais, seria mais difícil conseguir pesquisar pessoas dessas organizações, mantendo o último critério, e, imagino que teria que procurar muito, fazendo deslocamentos pelo Rio Grande do Sul, correndo o risco de não conseguir concluir a pesquisa no tempo necessário.

No México, participei e fiz anotações com interesse focalizado em três mulheres que foram os sujeitos da pesquisa na UNORCA/UNMIC, durante um encontro específico de mulheres. O questionário e a gravação das perguntas com roteiro foi aplicado a uma das mulheres na data do encontro, sendo esta do estado de Guerrero, ao Sul do país; a outra foi encontrada na sede da UNORCA, sendo do estado de Sonora, ao Norte do México. A terceira foi pesquisada em sua casa no *ejido*¹¹, em San Pablo, próximo à capital. Com as mulheres da CONAMI, havendo processo semelhante às mulheres da UNMIC, participei de quatro encontros de um grupo de mulheres indígenas da capital, aonde se fazia presente uma dos sujeitos e esta foi entrevistada no local aonde ocorriam os encontros, pois ela residia na capital. Para pesquisar as outras duas, fui às suas casas, uma em Tepoztlán, estado de Morelos, mais ou menos próximo à capital, e a outra em San Cristóbal de las Casas, estado de Chiapas, ao Sul do México.

Nessas duas organizações fiz o esforço de pesquisar três mulheres de cada, pelo fato de tentar obter mais elementos e complementações, pois as organizações eram desconhecidas para mim até a minha chegada ao México. Dessa forma, pensei que a pesquisa ficaria mais completa e a possibilidade de equívocos diminuiria. Todas as mulheres pesquisadas fazem parte das direções de suas organizações nos estados mexicanos em que atuam. Tanto da UNMIC quanto da CONAMI; também entrevistei e observei uma dirigente nacional.

coordenações regionais, coordenações estaduais e direções estaduais. No caso do MAB, a delimitação será com pessoas do RS, visto que o Movimento organiza-se por Barragem, ultrapassando limites territoriais dos estados da federação brasileira.

¹¹ Os *ejidos* ou assentamentos rurais são uma conquista da Revolução Mexicana de 1910, que expropriou terras, florestas e recursos hídricos e os distribuiu aos camponeses sem terra para que se estabelecessem como colônias agrárias. “O governo pós-revolucionário concebeu a criação dos *ejidos* como forma de organização produtiva e de representação de camponeses organizados e, ainda, como instrumento de controle político” (TANAKA, 2004, p. 122).

Sobre as técnicas utilizadas ao realizar o estudo de caso foi de muita importância a entrevista. Severino (2007) descreve que a entrevista envolve interação entre pesquisador e pesquisado, permitindo tanto o discurso livre (não diretivo), que pode ser direcionado com questões suleadoras, mas, em meu caso, foram feitas questões direcionadas em questionário aberto tanto para a gravação quanto para as respostas a serem escritas.

Lüdke e André (1986) chamam atenção para a utilização de entrevistas em vista de não forçar respostas e respeitar limites de organização, espaço, tempo dos sujeitos. Destacam que a entrevista ganha vida e nela há lugar para reciprocidade entre pesquisador e pesquisados e, em geral, a entrevista é complementada com questionários, observações, sendo bom usar um roteiro. Chamam atenção para, no caso de utilização dessa técnica, tentar fazer uma sequência que facilite e aprofunde os assuntos e ter o cuidado para não perder a atenção; enfatizam que tanto pode ser escrita ou gravada e sempre o sujeito deve ser informado sobre o objetivo. Em meu caso fiquei atenta a esses detalhes e, sempre antes de cada entrevista, revisava os roteiros com muita atenção.

Segundo as mesmas autoras, por meio da observação é possível selecionar e delimitar o que se quer ver, devendo a mesma ser sistemática e controlada. Pontuam que é importante estudar antes sobre o que se vai observar e preparar-se mentalmente para esses momentos, chamando atenção para o cuidado em não interferir no grupo e não perder o foco. Falam também da importância de observar e anotar, gravar e comparar com as demais observações. No meu caso, quando fiz observações, mesmo em momentos coletivos como reuniões e encontros, focava no sujeito pesquisado dando atenção especial para as suas falas e os contextos aos quais estava se referindo. Preferi anotar no momento das falas para não esquecer ou não correr o risco de distorcer as informações, já que o grupo estava informado que, em tal reunião ou encontro, eu estaria presente para fazer pesquisa.

Fez parte também das técnicas utilizadas a análise documental não sendo uma busca exaustiva. Procurei por informações que encontrei nos sites dos Movimentos, com exceção à CONAMI, e, além disso, em livros e artigos, cartilhas e panfletos, os quais podem ser verificados nas referências bibliográficas. Sobre a análise, procedi da seguinte maneira: o contexto mexicano fez-me estudar muito sobre o país, e, desse modo, foi possível ir desvelando e compreendendo a situação do campo, com atenção especial às mulheres. Foram em torno de três meses de estudos teóricos em vista da formulação de questões mínimas que iam sendo definidas para os questionários e também para perguntar às pessoas das organizações num primeiro contato. Desse modo, o sumário do trabalho ia tomando corpo e,

também sendo modificado conforme eu avançava nas leituras e participava nas aulas na UNAM.

Ao escolher as organizações a serem pesquisadas, busquei no site, no caso da UNORCA, conhecê-la diante do que era publicizado e, posteriormente, conversei com dirigentes nacionais na sede da organização, sobre algumas pautas e pontos que me interessava na pesquisa. Com relação à CONAMI, consegui encontrar-me com uma dirigente nacional e fundadora do movimento, com a qual tive uma longa conversa. Afortunadamente, nessa ocasião, recebi um livro com uma grande síntese da caminhada da CONAMI, o que contribuiu elementarmente na pesquisa e formulação de perguntas às mulheres. Nesse caso, o fato de eu fazer parte de uma organização específica de mulheres camponesas no Brasil, ao meu entendimento, ajudou a abrir portas, em relação à confiança para poder pesquisar. Da mesma forma a UNORCA se pôs a disposição sem ressalvas pelo fato de eu fazer parte da Via Campesina no RS.

No caso do Brasil, os estudos foram efetuados desde a formulação do projeto de pesquisa e, como mantive inserção militante na Via Campesina e no coletivo das Mulheres da Via/RS, fui amadurecendo percepções ao longo de 2011 e 2012. Após esse aprofundamento, ou junto a ele iam sendo evidenciadas as temáticas do que seria o sumário e, as perguntas a serem feitas para as mulheres na ocasião das entrevistas, cujos questionários podem ser verificados nos anexos.

Após a formulação das questões centrais às entrevistadas, e, tendo em mãos os dados/elementos, agrupei por temáticas, sendo as seguintes: a) mulheres, suas trajetórias nos movimentos e construção do protagonismo; b) trabalho, reconhecimento e invisibilidade, acesso à terra e acesso aos direitos; c) aprendizados, educação e feminismo. Desse modo, cada bloco foi constituidor de cada capítulo, seguido de mais e mais estudos, atenção apurada e articulação com o material vindo da pesquisa de campo em vista da escrita. Nas análises, minha vida e experiência militante não podem ser separadas, visto que eu estive muito próxima aos sujeitos. Essa proximidade no caso mexicano não significava presença física, mas proximidade e identificação com a luta de cada uma delas e com as questões trazidas e sentidas por elas. A realidade Latina também pulsava forte e, parecia que nos conhecíamos há muito tempo, embora pudesse se tratar de um encontro breve. Eu sentia acolhimento, solidariedade, assim como no Brasil.

Conforme já pontuado, os nomes das pesquisadas utilizados nesse trabalho são fictícios, evitando identificação. Todas as mexicanas receberam, como primeiro nome, Guadalupe, acompanhado de um segundo e, as brasileiras, são as Marias, também acompanhado de algo,

por serem os nomes, Guadalupe e Maria, muito comuns usualmente, e, que por sinal, lembram santas, cultuadas nos dois países. *La virgen de Guadalupe* é um mito no México, e, assim, as *Lupitas* se multiplicam como súplica, agradecimento ou devoção mesma, sendo que o mesmo acontece com as Marias no Brasil, de sul a norte do país. Mas, além de Guadalupes e Marias, o segundo nome carregado pelos sujeitos são de mulheres lutadoras e/ou contestadoras que existiram ou existem no México e no Brasil. Lagarde (2011) diria que são as madrepósas, mas que carregam dentro de si, a monja, a puta e a louca, das quais, todas nós mulheres temos uma porção em nossa constituição.

O rio por vezes esteve cheio, outras vezes nem tanto, o que me obrigava a estudar quais os instrumentos utilizaria para conseguir chegar aonde precisava sem muitos “enroscos”. Por vezes os cipós ajudavam e, neles me agarrava para impulsionar meu pequeno barco. Já em outras ocasiões, dificultavam a passagem e, então era sinal de que precisava rever aquilo que se pode chamar de método e de técnicas para abordar a realidade, que, ao menos no México, era sempre com surpresas.

2 O DESENVOLVIMENTO E ALGUMAS PECULIARIDADES SOBRE O TRABALHO E AS MULHERES

Nesse capítulo apresento noções de como foi sendo entendido o desenvolvimento, enfatizando a América Latina com elementos mais expressivos do Brasil e do México, pelo fato de a pesquisa ter sido desenvolvida nesses países. Sem o trabalho não existiria desenvolvimento, e, entendendo essa imbricação necessariamente vai ser tratado dele. Junto a essa abordagem é interessante sublinhar que, desde a cosmovisão dos indígenas do atual continente Americano, trabalho confere outro sentido ao desenvolvimento, que seria humano, comunitário, comunal, territorial. E, além disso, não é relacionado à penosidade, mas há de se destacar que, no momento atual, havendo a divisão social e sexual do trabalho, as mulheres indígenas são sobrecarregadas e executam trabalhos penosos. A abordagem às mulheres está sendo feita junto ao trabalho e ao desenvolvimento justamente para problematizar as orientações hegemônicas, que “naturalmente” as deixam de fora.

Na sociedade atual, capitalista, aonde as relações de produção objetivam sempre ao lucro e à acumulação (WALLERSTEIN, 2006), o termo *desenvolvimento* remete, de forma quase que generalizada, a um crescente linear evolutivo, devido ao aumento de conhecimentos científicos e de tecnologias, tidos também como sinônimo de progresso, e, não raramente, significando maior inserção aos mercados. Isso pressupõe um imaginário ou crença de que também seja sustentável, pois, “o termo desenvolvimento sustentável está bastante na moda”, segundo Andrioli (2009, p. 14). Este autor argumenta que, em torno do termo desenvolvimento sustentável, se criou um modismo e muitas vezes ele é empregado para designar propostas pouco condizentes com sua fundamentação conceitual específica.

Desenvolver o quê, para quê e para quem? Estas são perguntas que, do meu ponto de vista, não podem deixar de serem feitas, pois o que é desenvolvimento desde a perspectiva de alguns nem sempre coincide com o que pensam outras pessoas ou povos. Essas e outras problematizações serão feitas no decorrer do capítulo, mostrando também filiações conceituais diferentes e até divergentes entre si.

A visão de Marx (1982, Livro 1, v. 1, p. 202) é que:

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela

adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais. Não se trata aqui das formas instintivas, animais, de trabalho.

Marx (Op. cit.) diz muito mais sobre o trabalho; afirma que ele faz parte da própria evolução humana, desenvolvendo nos humanos a capacidade criativa inteligível que os distingue dos animais; o trabalho é a única forma por meio da qual se possibilita produzir e disponibilizar produtos. Registra em sua obra que as mulheres e as crianças eram exploradas ao máximo nas fábricas no século XIX e, recaía sobre elas e não sobre o sistema capitalista que se agigantava, a culpa de roubar os postos de trabalho dos homens adultos e rebaixar os salários.

Sob um olhar menos minucioso, as mulheres não fariam falta, ou parecem não combinar com o tema do desenvolvimento e o do trabalho (considerado produtivo). Desde esses aspectos faço questão de trazê-las, pois, conforme já pontuado no Capítulo 1, elas foram e ainda, de certa forma, continuam invisíveis e nos silêncios da história, segundo Perrot (2005). Quando visibilizadas no trabalho, ele vale menos, é de segunda ordem, considerado serviço ou coisa de mulher.

Desde as reflexões da Sempreviva Organização Feminista (SOF), pode-se falar em trabalho de mulher, sendo entendido como aquele ligado à reprodução, à disponibilidade e, assim, diretamente ao afeto. Numa exemplificação, em se tratando de trabalho no campo, aquilo que é feito por mulher vale a metade, mesmo não diferindo de algo também executado por homem, em troca de dias e mutirões nas comunidades. Quando se trata de trabalho pago, os homens recebem remuneração por hora trabalhada e, as mulheres, por quantidade que produzem. Assim, “O que existe não é somente uma diferença entre o que os homens e as mulheres fazem. Existe uma hierarquia, uma desigualdade na forma como aquilo que homens e mulheres fazem é reconhecido pela sociedade” (SOF, 2006, p. 5).

O trabalho de mulher ainda, “está também ligado à quantidade de dinheiro que o trabalho gera e se ele é reconhecido ou não como fonte de riqueza para a família” (Idem, p. 54). Decorrente disso, grandemente o trabalho das mulheres é invisível. Melo e Di Sabbato (2009), ao analisarem os dados do IBGE de 2006 no que tange ao trabalho das mulheres na agropecuária brasileira, afirmam que 80% do que é realizado por elas não é pago e, se feita a vinculação com a valorização do trabalho e da pessoa que a realiza pelo dinheiro gerado, a situação é complexa. Eu diria que há outra lógica na agricultura camponesa, ainda que não se esteja falando que dinheiro é dispensável e, por isso, a valorização do que é feito,

grandemente em vista do autoconsumo e da reprodução, independente de quem executa esses trabalhos, não pode ficar no descaso.

A pergunta é, começaria por onde? E, arriscando um pouco mais... Talvez, de um lado, pelo reconhecimento e a contabilização, feitos pelos censos do IBGE; de outro, pelos estudos aprofundados em pesquisas e processos formativos com camponeses (as), a começar por grupos, comunidades, cooperativas da pequena agricultura, dentro dos programas federais que recebem alimentos, em vista de se tornarem visíveis, quantificando o que produzem para a subsistência, para venda, trocas e doações. Contudo, a invisibilidade forçada exercida sobre as mulheres, com algum consentimento delas, segundo Gebara (2002), não é somente do ponto de vista do trabalho, mas, na perspectiva do ser e sujeito em si. Desse modo, se são invisíveis ou realizam trabalho que não possui valor de trabalho, ou que não vale a metade, como poderiam ou podem ser sujeitos do desenvolvimento, especialmente daquele entendido como o que tem a ver com a geração de riquezas?

As fotos que seguem dão noção de outro desenvolvimento, aonde é possível a convivência integrada: pessoas e ambiente.



O cuidado, as flores fazem parte do ambiente



A moradia com flores, plantas medicinais, hortaliças, frutíferas e mata nativa

No item que segue, continuo tratando do desenvolvimento, com enfoque específico ao campo, evidenciando antagonismos, tensões, certas proximidades e a voz das mulheres, apontando qual desenvolvimento necessitam, pois em luta se colocam como sujeitos. Na sequência, a abordagem focará diretamente a produção de alimentos, problematizando o papel das mulheres e, como complemento dessas reflexões, um subitem evidenciando um campo multi-diverso delineado como “alimentos, produtos ou mercadorias?”

2.1 Desenvolvimento no Campo: Antagonismo entre Campesinato e Agronegócio

Por meio deste texto trago algumas problematizações sobre o tema em questão, apresentando reflexões desde estudos teóricos e da pesquisa realizada. Nesse bojo, por necessidade, será tratado também da agricultura familiar junto à agricultura camponesa, devido à proximidade e as confluências existentes. Com relação ao desenvolvimento, será evidenciado o âmbito rural e alguns elementos comuns entre Brasil e México enquanto países da América Latina, inclusive, as crises que se vive nesse momento.

Na abordagem do campesinato, ou da agricultura familiar, focalizando em particular a pequena agricultura, ambos divergem veementemente do sistema do agronegócio por duas características essenciais: a) o modo de aquisição e posse da terra e território; b) a produção de alimentos. Nesse sentido entra em discussão a óptica da chamada Revolução Verde, podendo ser entendida como contrária à produção de alimentos saudáveis, remetendo assim a abordar, mesmo que brevemente, a perspectiva agroecológica.

Em se tratando do desenvolvimento da América Latina, entendido, de modo geral pela sociedade, como tendo o significado de crescimento econômico e de progresso, minha análise apresenta um ponto de vista crítico a este, afirmando que há muitas considerações a serem feitas e que ficam ocultas. Uma das mais contundentes é advinda dos povos indígenas de forma generalizada, desde a década de 1970 e com mais força na década de 1990, quando se levantam em movimentos reivindicando o direito à terra, ao território e à identidade, apontando lacunas profundas no modelo chamado de desenvolvimento, o qual nunca foi pensado com eles e muito raramente ouvindo suas demandas.

Embora se enfatize a força dos movimentos indígenas na América Latina nesse período, há de ser ponderado que esses povos sempre estiveram em luta, desde a invasão colonial. No dizer de Lagos e Calla (2007, p.13) “desde a época colonial os povos indígenas tem lutado contra a exploração, opressão e a usurpação de suas terras” e essa luta é enraizada em toda a América como cultura de resistência. Desde esse ponto de vista, o desenvolvimento não significou para eles, nem crescimento e muito menos progresso, ao contrário, lhes dizimou com guerras, violência e doenças. Na argumentação de Galeano (1991, p. 13):

...há dois lados na divisão internacional do trabalho: um em que alguns países especializam-se em ganhar, e outro em que se especializam em perder. Nossa comarca no mundo que hoje chamamos de América Latina, foi precoce: especializou-se em perder desde os remotos tempos em que os europeus do Renascimento se abalçaram pelo mar e fincaram os dentes em sua garganta. Passaram os séculos, e a América Latina aperfeiçoou suas funções. Este já não é o reino das maravilhas, onde a realidade derrotava a fábula e a imaginação era humilhada pelos troféus das conquistas, as jazidas de ouro e as montanhas de prata. Mas a região continua trabalhando como serviçal. Continua existindo a serviço de necessidades alheias, como fonte de reserva de petróleo e ferro, cobre e carne, frutas e café, matérias-primas e alimentos destinados aos países ricos que ganham, consumindo-os, muito mais do que a América Latina ganha produzindo-os.

Tanto no Brasil quanto no México, os povos indígenas sofreram catastróficamente as consequências do desenvolvimento das metrópoles (Portugal e Espanha), de forma que, cerca de 50% deles morria devido ao contato com os invasores, por doenças (STAVENHAGEN, 1988); outra parte devido às guerras e, no caso do México, eram dizimados aos milhares no trabalho escravo das minas, inclusive as crianças. No Brasil, para o trabalho escravo foram trazidos milhares de negros, mas ambos os países eram sugados em suas entranhas, matando índios e negros como moscas, para levar ouro de Ouro Preto e de Zacatecas para os dois impérios, que, por sinal, tinham em comum a lei do quinto. Com essa lei, um quinto do ouro encontrado ficava no país de origem, sendo a maior parte, para o enriquecimento das coroas (GALEANO, 1991).

Na fase inicial de exploração de riquezas do então batizado Brasil, Ribeiro (1995) descreve que as principais mercadorias eram o pau-brasil e os próprios indígenas. Desse modo, a prática do cunhadismo foi uma estratégia bem sucedida para os portugueses constituírem famílias numerosas e disporem de muitos índios para derrubar a madeira apreciada, assim como para a captura de aves e outros animais a serem levadas ao velho mundo. Contudo, para o trabalho forçado nos canaviais, estabelecidos cerca de 30 anos depois da “conquista”, e em seguida nos trabalhos relacionados ao garimpo do ouro, os portugueses não puderam contar com os indígenas, mesmo mediante todas tentativas para forçá-los a isso. Como diria o historiador Maestri Filho (2000), com relação aos negros, “Deus é grande, mas o mato é maior”, ou seja, os indígenas ou se suicidavam, ou fugiam quando capturados, mas não aceitavam escravidão.

Os negros escravizados trazidos ao país chegaram, diante do olhar eurocêntrico, como raça inferior, mas ainda, menos inferiorizada do que os indígenas, pois muitos eram alfabetizados, bem como conheciam ofícios, ou seja, em alguns casos, trabalhos considerados mais tecnicizados. Assim como foram mortos indígenas no trabalho servil, ou em decorrência da morte por doenças causadas pelo contato com estrangeiros, ou nas caçadas realizadas pelas “bandeiras”, ou ainda, utilizando-os na captura de negros fugitivos durante a escravidão, os africanos trazidos à força, também foram “gastos” aos milhares e pouco se reproduziam, segundo Maestri Filho (2000). Este estudioso da escravidão negra no Brasil, afirma que a vida útil de um escravizado durava cerca de dez, no máximo quinze anos, pois, se tratava de uma mercadoria barata, ao menos até o final do século XVIII. Com relação ao número de escravos (as) vivos (as) trazidos (as) ao Brasil varia muito, e há estimativas que vão desde um milhão e meio a sete milhões, ou números ainda maiores que estes, entretanto, é bastante aceita a ideia desse número ficar em torno de cinco milhões.

Estendeu-se por mais de 300 anos o Brasil colônia, desenvolvendo a metrópole e gastando gentes/gentios e gentias no país e sofrendo a rapinagem das riquezas naturais existentes. Assim, estavam os índios sempre em fuga e, por vezes, no ataque e defesa, porque não aceitavam a destruição de seus povos pacificamente, nem a degradação indiscriminada de seus meios de vida. Negros e negras na escravidão, ou fugindo dela em muitos casos, procriavam, quando possível, negros, mas também muitos bastardos mulatos, ou seja, os brasileiros. Índias também originaram os brasileiros cafuzos, filhos delas com brancos e, com negros, formando os mamelucos, em casos mais raros.

O México foi colônia da Espanha praticamente o mesmo período que o Brasil foi de Portugal, pois sua “independência” ocorreu no ano de 1821. A destruição dos povos indígenas

também foi como no Brasil, por contágio devido a doenças e às muitas guerras e massacres. A diferença é que na invasão portuguesa, no atual Brasil, se estimava haver cerca de cinco milhões de indígenas (RIBEIRO, 1995), ao passo que, no México, de acordo com Bonfil (1994), havia a maior população do mundo, compreendendo cerca de vinte e cinco milhões de habitantes. Nessa população, mais ao Norte do país, estavam indígenas nômades e, do Centro para o Sul, várias povos com desenvolvimento de técnicas agrícolas e arquitetônicas como em nenhuma parte do planeta, ou no mínimo talvez se pudesse comparar com a Mesopotâmia.

Segundo o mesmo autor, no México, chamado de Nova Espanha, houve oficialmente um sistema de castas, que impunha a divisão e a segregação e, conseqüentemente, os conflitos permanentes.

El régimen colonial de la Nueva España impuso formalmente la distinción de castas, basada en el peso relativo de los componentes indio, negro y español, y asignó un rango diferente a cada casta, con sus correspondientes derechos, obligaciones y prohibiciones (BONFIL, 1994, p. 40).

Como se pode perceber, há também a presença negra no México, e de acordo com Ross (2013), eles foram levados como escravos, chegando, inicialmente seis, junto com o “conquistador” Hernán Cortéz. Na sequência, aumentaria muito o número, sendo que em 1640 eram cerca de 116 mil e, em 1810, somavam aproximadamente 624 mil africanos escravizados no México, complementando a escravidão indígena nas minas, na agricultura e também nos trabalhos domésticos, na Cidade do México (capital). A escravidão fazia com que tentassem fugir como e quando podiam para as montanhas, formando comunidades livres, embora não se faça referência a quilombos e, no processo de independência, foi declarada sua liberdade.

Um estudo recente de Furtado (2013) descreve que, de fato, atualmente a presença das etnias negras no México é de difícil percepção, pois, eles se mesclaram com indígenas. A autora salienta que houve escravidão negra nos séculos XVI, XVII e XVIII, mas que esse fato, ou a presença negra no país, ficou ocultada, inclusive por historiadores, durante muito tempo, tanto é que, no ano de 1946, uma das primeiras vozes, Gonzalo Aguirre Beltrán publicou um trabalho seminal no México, intitulado *La población negra de México 1519-1810*.

Ambos os países, Brasil e México, assim como os demais países da América Latina, possuem uma história em comum “*más que allá de nuestras diferencias, compartimos la condición de colonizados. Hace 500 años, fuimos invadidos y esto nos marcó a fuego*”

(BARTRA, 2011. p. 137). Essas marcas de fogo foram impostas pelos colonizadores se apossando do território e o demarcando como propriedade individual, algo que era quase inconcebível para os habitantes indígenas, uma vez que, para eles, tratava-se de acesso ao território coletivo e bastante disponível para migrar, no caso do Brasil, que era bem menos povoado. Nesse aspecto, cabe diferenciar terra de território; segundo Bello (2004), terra é um meio de produção e território é referente à identidade coletiva, identificação simbólica, não só material. O território é um conceito estreitamente ligado a defesa da identidade étnica, seja de maneira simbólica ou material.

De acordo com Bonfil (1994. p. 150), o território do México, como Nova Espanha, foi dividido primeiramente em cinco províncias, sendo que ao Norte, pelo conflito permanente de fronteiras, era difícil a colonização e, então, permaneceram indígenas guerreiros, que por sua vez, foram massacrados no século XIX, dando lugar a enormes latifúndios. Para o México independente *“o son mexicanos y se someten a las leyes del país o son rebeldes que ponen en riesgo la soberanía nacional y, por lo tanto, enemigos y traidores a la patria”*.

O território brasileiro que se constituía, segundo Santana (2013), foi dividido por D. João III de Portugal, já em 1536, em quinze lotes e doze donatários, ou seja; o país foi dividido para doze pessoas/famílias da confiança do rei. De acordo com a mesma autora, as capitanias deveriam produzir por obrigatoriedade, havendo severas sanções no caso de não serem produtivas. Sabe-se que, da divisão primeira, apenas duas frutificaram, o que obrigou o rei fazer novas divisões e, assim surgiram as sesmarias. Estas, conforme pontua Dinis (2013), consistiam em cerca de pouco mais de treze mil ha de terra cada, doados, sob a jurisdição do governador da capitania, para “pessoas de bem”, católicas e trabalhadoras. Os registros eram feitos nas câmaras próprias, em geral em paróquias.

Ainda de acordo com a mesma fonte, muitas das terras das sesmarias não produziam, conforme o esperado pela coroa e, então, os sesmeiros, doavam pedaços delas para posseiros cultivar (às escondidas dos olhos da coroa, que pouco enxergava). Diante disso, Zarth (2002) descreve que os séculos XVII e XVIII foram de grande carestia de alimentos (diversificados) no Brasil, pois as fazendas eram produtoras de monoculturas. Buscando solucionar esse problema, foi incentivada a imigração europeia para os estados do Sul e parte do Sudeste. No Sul, os imigrantes constituíram a pequena agricultura disputando território com indígenas e negros em menor proporção. No Sudeste, vieram para o trabalho assalariado e em regime de colonato nas fazendas de café.

O México era um país autossuficiente em produção no século XVIII e nesse período iniciava fortemente o investimento na mineração, com mão de obra escrava indígena e negra,

sendo grande parte das riquezas das minas levadas à Espanha. Após a independência, a elite dirigente do país queria um México moderno, mas os indígenas eram 60% da população e grande parte deles sequer sabia o significado desta independência e tampouco entendiam a língua espanhola. Diante disso, o governo de Porfirio Díaz, (final do século XIX e início do século XX) abriu as portas para imigração, podendo ser de todos os países, pois os imigrantes representavam o avanço associado à técnica, e assim se teria mais mestiços, o que era a meta, no sentido de desindianizar a população (BONFIL, 1994).

Ao que apontam as fontes, desenvolver tanto o Brasil quanto o México significava fazer desaparecer, a qualquer custo, indígenas e negros, pois ambos eram considerados como pertencentes a raças inferiores e não faltavam teorias para a justificação da escravidão e da inferiorização desses povos. No Brasil, a política de branqueamento fez importar imigrantes europeus e um pouco de asiáticos. No México, segundo Bonfil (Op. cit.), foram muitos os italianos, também cubanos e chineses, mas o governo chegou ao ponto de não querer mais a presença de chineses, alegando que a miscigenação entre indígenas e chineses produzia índios pretos, o que era péssimo do seu ponto de vista. Ainda, Bonfil, na mesma obra, pontua que nesse mesmo governo, constituído como ditadura e conhecido como porfiriato, se abriu a possibilidade de distribuir terras gratuitamente, no ano de 1896, para camponeses pobres, mas, por obviedade, se exigia que falassem a língua espanhola e, dessa maneira, poucos foram os indígenas beneficiados.

Essa distribuição de terras não resolveu o problema dos conflitos, tanto é que no início do século XX, o México explodiu em revoltas camponesas e indígenas, chamadas mesmo de revolução mexicana com liderança de Francisco Madero, Zapata e Pancho Villa, além de muitas outras guerrilhas e lideranças não tão expressivas. Nesse processo sangrento de lutas, especialmente tomando terra e repartindo entre camponeses pobres, foi forjada a Constituição Federal do México de 1917, garantindo terra para quem nela trabalhava. Emiliano Zapata e seu exército de camponeses, em grande parte, analfabetos chegaram a tomar o poder, mas logo em seguida, em 1919 ele foi assassinado (EL HISTORIADOR, 2013).

De acordo com Flores, Paré e Sarmiento (1988), entre 1930 e 1936, com o governo Cárdenas, houve a maior distribuição de terras da história do México, mas isso se deu devido às intensas lutas mantidas pelos ex-trabalhadores assalariados do campo, em aliança com movimentos sindicais de trabalhadores da cidade. Por outro lado, na década de 1940 houve concentração de terras, ou seja, assim como a lei beneficiava para criar assentamentos distribuindo pouca terra para os camponeses (de forma generalizada, de um a três hectares e,

no máximo sete, por família em alguns poucos estados), também beneficiava fazendeiros criadores de gado, com a Lei da Inafectabilidade¹².

Segundo a mesma fonte, entre 1959 e 1976 houve novamente mais uma retomada na reforma agrária, mas as terras repartidas não eram de boa qualidade. Para complementar, segundo Rubio (2001, p. 53), os governos e os empresários industriais se beneficiavam das reformas agrárias feitas no México, pois os camponeses encontravam condições mínimas para a sua reprodução, acabavam por perder as terras, e logo os fazendeiros se apropriavam delas. Nesse sentido, com relação aos camponeses, a autora afirma que *“unas fuerzas los integravan y otras los expulsavan”*.

Sobre as reformas agrárias ocorridas na América Latina, Bello (2004) faz uma dura crítica aos moldes como foram feitas, assinalando que elas demarcaram um lugar subordinado e terminal das economias indígenas, isolando-as dentro dos contextos nacionais. Enfatiza, ainda, que no caso do México, a maior perda foi no período de presidente Benito Juárez (único indígena a ocupar o cargo no século XIX, permanecendo no poder com alguma alternância, 36 anos, entre 1858 e 1872), quando muitas terras comunais indígenas foram passadas aos fazendeiros.

No Brasil, segundo a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS, 2008), até a década de 1930, praticamente não existia nenhum amparo à agricultura familiar¹³, sendo que as políticas eram voltadas à exportação. Segundo a mesma fonte, nesse período mais recente se pode classificar a agricultura no país, de acordo com a existência de políticas rurais, em quatro fases, a saber: a) agricultura primitiva (1930 a 1965); b) agricultura de modernização (1965 a 1985); c) agricultura de transição (1985 a 1995); d) agricultura sustentável (1995 aos dias atuais). Assim, a agricultura primitiva compreende o período de criação do Conselho Nacional do Café (CNC) em 1931; o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) em 1933 e, da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI), pertencente ao Banco do Brasil, e a Companhia de Financiamento da Produção (CFP), criada em 1943.

Como é possível perceber, estas políticas estavam quase que exclusivamente voltadas aos monocultivos das grandes propriedades latifundiárias. Segundo a mesma fonte, em 1945 foi fixado o preço mínimo de produtos como: arroz, feijão, amendoim e girassol. Mas, apesar

¹² Por meio dessa lei, as terras que eram de propriedade dos fazendeiros não eram afetadas pela reforma agrária. As terras eram legalizadas, com título de propriedade e, por vinte e cinco anos ninguém poderia requerê-las. A lei enfatizava que as propriedades grandes deveriam ter no máximo 300 ha, e, para a criação de gado, se permitia uma quantidade a mais. Além disso, os proprietários inclusive aumentavam suas terras, registrando por partes em nomes de familiares, ou até de empregados agrícolas (FERNÁNDEZ; TARRÍO, 1988).

¹³ Nesse caso é utilizado o termo ‘agricultura familiar’, pois é essa a filiação teórica da EMATER e, assim, mantenho o mesmo termo, embora minha filiação seja ao termo ‘agricultura camponesa’.

disso, a agricultura, mesmo que patronal, continuava secundária ao setor industrial na década de 1950, o que fez estourar a crise de abastecimento em 1962. O então presidente João Goulart, na tentativa de solucionar a crise ou amenizá-la, lançou um plano trienal (não concluído) prevendo Reforma Agrária e criando a Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL) e a Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM).

As políticas agrícolas um pouco mais avançadas que viriam a beneficiar a pequena agricultura no Brasil, inclusive a promessa de realização de reforma agrária devido à ampla pressão dos setores populares, em especial do campo, acabaram resultando no golpe militar de 1964. Com isso, pode-se compreender porque, durante o regime militar que vigorou de 1964 a 1985, os governos não se ocuparam com projetos de desenvolvimento social, nem de desenvolvimento humano, tampouco ambiental, ao contrário. Ocuparam-se fundamentalmente com projetos políticos de desenvolvimento econômico, orientado por uma lógica de “modernização conservadora¹⁴” (PRADO JR., 2007).

Para Fernandes (2006), o projeto de desenvolvimento aplicado pela ditadura militar teve uma dupla articulação, mantendo a união de interesses internos e externos além da garantia de continuidade de setores econômicos arcaicos com a implementação de setores modernos. Assim, manteve-se a dupla articulação de uma estrutura fundiária arcaica, concentradora de terras, e, ao mesmo tempo, um processo de desenvolvimento industrial inovador, integrando indústria e agricultura. De acordo com Rangel (2004, p. 127), esse novo processo de desenvolvimento de base industrial não suprimiu o modelo latifundiário concentrador de terras. Pelo contrário, conforme o autor, a industrialização foi patrocinada e presidida pelo latifúndio e se tornava “cada vez menos feudal e cada vez mais capitalista”, sem, entretanto, deixar de existir.

Na medida em que o setor industrial avançava, ele se sobrepunha ao rural, inclusive expandindo o setor energético e desapropriando áreas onde viviam milhares de famílias do campo, os ribeirinhos. Nesse contexto, a reforma agrária que ainda era uma promessa foi redimensionada enquanto proposta, sendo criado para tal função o Estatuto da Terra no ano de 1964. Além disso, houve processos de colonização dirigida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que, de 1970-73, fez colonização oficial (estatal) e entre 1974-78 se abriu para a iniciativa privada colonizar, de forma especial áreas

¹⁴ De acordo com Pires e Ramos (2009), Barrington Moore Junior elaborou este termo analisando os casos das revoluções burguesas ocorridas no Japão e na Alemanha. No Brasil, o primeiro estudioso a se ocupar deste termo e tema foi Alberto Passos Guimarães na obra *O complexo agroindustrial*, do ano de 1977.

consideradas despovoadas como a Amazônia brasileira a fim de lograr o chamado milagre econômico (RIBEIRO, 1987; SCHERER-WARREN, 1988).

Nesse mesmo período em que no Brasil se vivia um regime de ditadura, o México estava sob um regime democrático, iniciado como proposta revolucionária, de um governo empossado em 1930 sob o slogan do socialismo, que de fato impulsionou com força a reforma agrária no primeiro sexênio. Contudo, com a reforma agrária da década de 1930, o governo obrigou todos os beneficiados a se filiarem à Central Nacional Campesina (CNC), controlada por ele, ao passo que, por outro lado, impedia e caçava organizações independentes dos camponeses (FLORES, PARÉ; SARMIENTO, 1988).

Conforme Rubio (2001), entre as décadas de 1940 e 1960, os governos mexicanos (que continuavam sendo do mesmo partido desde 1930 sem se alternarem) privilegiaram o domínio da agroindústria sobre a agricultura e a pecuária, mas ainda seguindo o modelo tradicional. Na década de 1980, isso mudou substancialmente, pois, esse domínio passou a ser feito por empresas transnacionais. Segundo a mesma autora, os conflitos de terra vieram à tona outra vez com força na década de 1970, sendo que de 1970-76 houve mais distribuição de terra para os camponeses e indígenas.

A década de 1970 foi marcada no México por grandes mobilizações por acesso à terra e viabilização da produção agrícola, e uma amostra disso é que entre 1970-76 surgiram mais de 160 *Unión de ejidos*, os quais se afiliaram a uma coordenadora nacional independente do governo. Desse modo, as mobilizações incessantes fizeram o governo criar em 1971 a Lei de Águas, garantindo que em cada assentamento (*ejido*) todos tivessem acesso à irrigação; em 1975, foi criado o Banrural, um banco de crédito rural, para financiamento de *granos básicos*, ou seja, para a produção de alimentos devido a grande crise, entretanto, os grandes proprietários foram os mais beneficiados. Produtos considerados especializados como café, algodão, tabaco e açúcar receberam proteção especial, com garantia de venda. (FLORES, PARÉ; SARMIENTO, 1988).

A entrevistada Guadalupe Elisa, filha de um ejidatário cujo avô recebeu terra da reforma agrária, segundo narrou, na casa dos pais pouco se falava sobre o assunto, pois a família era afiliada em uma União de *Ejidos* clandestina, tendo que fazer reuniões e encontros às escondidas, por causa de perseguição dos soldados. Destacava ainda, que na década de 1970, no México, milhares de camponeses, especialmente indígenas lideranças das lutas desapareciam, pois eram assassinados pelas forças do governo e a mando dos *rancheros*. Atualmente, Guadalupe Elisa continua fazendo parte da mesma União de *Ejidos*, que por sua vez, é filiada à UNORCA.

No Brasil, na década de 1970 era plena a expansão do capital em nome do nacionalismo, com industrialização da agricultura dependente. Os movimentos sociais populares eram combatidos e clandestinizados; só foram reaparecer no final da década de 1970. Contudo, a década de 1980, com término da ditadura em 1985, mas já em período de transição nessa mesma década, a pressão popular forçou a elaboração da Constituição Federal de 1988, com garantias e direitos como nunca houvera até então. Uma das maiores conquistas obtidas é o reconhecimento da função social da propriedade, aplicada à terra, na Constituição Federal de 1988¹⁵; a outra conquista é a da Lei dos segurados especiais na agricultura, a qual reconhece a existência da categoria trabalhador (a) rural da agricultura familiar (CONTE, 2011).

Segundo Guadalupe Maria, uma das entrevistadas, a situação do México é um pouco diferente do Brasil. Seu depoimento ajuda a compreender que, neste país, não existe o reconhecimento legal de trabalhadores rurais não assalariados; eles são simplesmente *los campesinos*. No caso de empregados (*jornaleros*) agrícolas, existe regulamentação de direitos, mas, para os camponeses, não há nenhum tipo de seguro em caso de acidente de trabalho, tampouco se aposentam como camponeses. Eles podem receber alguma ajuda, ou bolsa, por serem pobres do campo ou da cidade, mas não por serem trabalhadores do campo.

De acordo com Rubio (2001), na América Latina, no final dos anos de 1980 para o início dos anos de 1990 foi instalado outro modelo social e produtivo, pois um novo regime de acumulação se erigia em nível mundial com a chamada globalização da economia. Houve uma nova divisão internacional do trabalho impulsionado por empresas transnacionais; o preço dos produtos alimentícios subia ao passo que os camponeses eram penalizados por políticas contrárias aos seus interesses.

No Brasil, entre 1980-85 houve uma das maiores crises na agricultura, se arrastando até 1993 e, no México, nesse mesmo período as lutas camponesas e indígenas exigiam condições para poderem produzir, visto que vários programas criados anteriormente foram extintos ou não funcionavam, a exemplo do Banrural que foi transformado em financeira rural, de caráter privado. Para complementar, Flores, Paré e Sarmiento (1988) enfatizam que, na década de 1980, no México a grande crise, inclusive da produção de alimentos, levou a fortes

¹⁵ A função social da propriedade aplicada à terra encontra-se no “Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais – Capítulo I – Dos Direitos Individuais e Coletivos – Art. 5, nos termos: XXII - é garantido o direito de propriedade; XXIII - a propriedade atenderá a sua função social; XXIV - a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição” (BRASIL, 1988; RIBEIRO, 2010, p. 132-133, que traz também o Estatuto da Terra (Lei 4.504, de 30/11/1964).

mobilizações fomentadas por centrais de trabalhadores camponeses independentes da CNC, que ainda hoje existe. As lutas apontavam que não bastava conquistar a terra, era preciso ter recursos para produção de alimentos, e, nessa década também, especialmente os indígenas apresentaram como questão central em suas lutas à sociedade, a defesa dos recursos naturais.

Rubio (2001) pontua que, de forma quase generalizada, na década de 90 na América Latina ocorreram fortes lutas contra os livres mercados e suas investidas na agricultura desfavorecendo os camponeses. No Brasil, a situação de endividamento dos pequenos e médios produtores era enorme; no México, os camponeses e indígenas, em especial, lutavam contra a implantação do Tratado de Livre Comércio (TLC) da América do Norte, e a resposta mais contundente foi o levantamento Zapatista em primeiro de janeiro de 1994, dia em que passou a vigorar o TLC da América do Norte. Como afirma López (2004), os índios que não estavam petrificados, e tampouco serviam como adornos turísticos, se transmutam e aparecem como atores sociais na década de 90. Mais que isso, segundo o autor, a década de 1990 foi importante para o movimento indígena do continente pelo avanço teórico e político pautando e exigindo em suas lutas, autonomia e autodeterminação.

La autonomía permite definir formas de participación de etnias y pueblos dentro del actual Estado nacional en términos de programas sociales, políticos y económicos [...] distribuye las distintas formas en que se expresa la autoridad indígena sobre espacios tanto locales, como regionales y municipales (LÓPEZ, 2004, p. 40).

Conforme é possível verificar, em pleno avanço e implementação de políticas neoliberais, os indígenas e camponeses (ou ambas os sujeitos, no México) se levantam e exigem autonomia; dentre estes, as mulheres indígenas do continente americano conseguem se articular e fazer encontros continentais pela *Alianza Continental de Mujeres Indígenas* e pelo *Enlace Intercontinental de Mujeres Indígenas*, fazendo suas vozes serem ouvidas na Assembleia de mulheres da ONU, conforme narra Guadalupe Maria da CONAMI. Nesse mesmo contexto, conforme Rubio (2001), surgiu a Via Campesina em nível internacional, em 1993, para aglutinar os diversos setores de pequenos produtores do campo em luta. Mas, diante de tudo, das pressões populares, o neoliberalismo avançava com as estratégias do capital espremendo e sugando cada vez mais os povos Latinos, e não só.

No alvorecer do século XXI, o paradoxo está em toda a parte. A capacidade de produzir mais e melhor não cessa de crescer e é assumida pelo discurso hegemônico como sinônimo do progresso trazido pela globalização. Mas esse progresso, discurso dominante das elites globais traz também consigo exclusão, concentração de renda,

subdesenvolvimento e graves danos ambientais, agredindo e restringindo direitos humanos essenciais (DUPAS, 2007, p. 73, grifos do autor).

Conforme sublinha Dupas (2006), são feitas guerras se necessário, e elas são muito bem justificadas para liberar mercados na economia globalizada, assim como, se alteram artigos das Constituições dos países do dia para a noite. Um exemplo disso é que no México, no ano de 1992, houve um golpe nas conquistas de reforma agrária com a alteração do artigo 27º da Constituição Federal. A alteração feita permite vender e arrendar terras de assentamentos e territórios comunais, o que não era permitido até então. Conforme argumentam Appendini e Torres-Mazuera (2008, p. 33):

Las nuevas reglas impuestas por las políticas neoliberales fueran desmantelando paulatinamente los apoyos estatales a la producción agrícola y poniendo en práctica nuevos programas más acordes con las exigencias de la economía internacional en que México aspiraba a insertarse. El Estado disminuyó su intervención en el mercado agrícola y trató de incentivar a la inversión empresarial de tierras.

Todas as entrevistas da pesquisa realizada no México se referiram à alteração do artigo 27º da Constituição. Das seis mulheres, cinco disseram que essa mudança foi péssima, significando grande perda, pois, antes o assentamento e o território comunal eram regidos por uma coordenação e não havia terra particular, tudo era distribuído e discutido pelo coletivo que ali vive, embora essa coordenação fosse e continue sendo, majoritariamente, exercida por homens. Agora, com a mudança, as terras podem ser vendidas ou arrendadas e assim grandes proprietários ou até empresas as alugam. Uma das entrevistadas viu o sentido positivo da alteração no fato de que as terras individualizadas por família, poderem ser colocadas em nome das mulheres.

Essa alteração do artigo evidencia uma contradição gritante: de um lado permite desinvisibilizar as mulheres, e, junto a isso, conceder-lhes certo poder com a titularidade da terra; de outro, concebe a terra como propriedade privada, particular, que pode ser vendida e, nesse caso, entra o interesse de quem pode comprar. Outra questão ainda é que, para os indígenas, terra não é somente terra, é território, e esse território é coletivo como ponto de coesão social. Nesse aspecto, Stavenhagen (1988) pontua que, na grande maioria das comunidades indígenas da América Latina, o direito é consuetudinário, inclusive o acesso à terra/território, sendo que as regras de convivência e comportamentos se encontram no sistema de parentesco, nas concepções religiosas e no vínculo social da comunidade com a terra.

Sobre o ponto da venda de terras dos assentamentos e territórios comunais, Guadalupe Dolores, que vive num *ejido*, esclarece que, pelo o que ela tem observado, não se tem vendido muita terra, mesmo que a lei permita, com a alteração do artigo 27°. Igualmente, ela narrou um caso em que houve a venda de um pedaço de terra do assentamento aonde mora, mas o comprador não conseguiu se estabelecer na comunidade, tampouco cultivar, pois, a comunidade decidiu que não forneceria água para a plantação e, então, o negócio teve que ser desfeito. Esse fato mostra que o costume falou mais alto do que a lei, mas isso não significa que ocorra o mesmo em todos os casos de venda, o que mereceria um estudo aprofundado sobre essa questão. Muñoz (2008, p. 185) demarca essa observação: “*Aunque el mercado de venta de tierras está permitido por la ley, éste es casi inexistente*”.

No caso do Brasil, um golpe semelhante aconteceu com a liberação das sementes transgênicas de soja entre o ano 2002 e 2003, do ponto de vista dos camponeses e camponesas da Via Campesina. À revelia de toda a articulação, inclusive do 1º Fórum Social Mundial (FSM) ocorrido em Porto Alegre (RS), no ano de 2001, que alavancou lutas contra os transgênicos, o governo liberou algumas espécies de sementes, a princípio de soja. Esse fato é citado também por todas as entrevistadas brasileiras, que percebem os transgênicos como um risco para a produção agroecológica, para as sementes nas gerações futuras, para a saúde das pessoas, vinculando-as diretamente ao volume de agrotóxicos utilizados no Brasil e ao lucro e controle das corporações internacionais sobre a produção.

Desde o início da década de 90, embora já estivesse posto no modelo agrícola e industrial ainda bem antes, aparece a crise ambiental em nível mundial, pois, se percebeu que o desenvolvimento econômico a todo o custo tem sido devastador demais da natureza. Segundo Dupas (2006), ocorre então no Brasil, no estado do Rio de Janeiro, em 1992, a ECO 92 para discussões das questões ambientais, e, com o discurso de desenvolvimento sustentável a pauta ecológica deixa de ser apenas preocupação de ecologistas para ser também de empresários. Em nome do desenvolvimento sustentável começa a se falar em crescer e industrializar sem poluir o meio ambiente e, assim, surge o mercado de venda de certificados de créditos de carbono¹⁶.

¹⁶ Os certificados de venda de crédito de carbono funcionam da seguinte maneira: um (a) produtor (a), não importando o porte, pequeno, médio ou grande, pode vender créditos de carbono, segundo estipula o protocolo de Kyoto. Podem-se vender créditos na medida em que há comprovação de que a unidade de produção possui mais reserva ambiental do que o exigido por lei. Então o que ela tem a mais, pode vender para um produtor poluidor, nesse caso para empresas poluidoras, que não possui reserva. A Lei permite que poluidores do primeiro mundo, por exemplo, possam comprar créditos de carbono assim como área de reserva ambiental nos países de terceiro mundo. Nesse bojo das discussões da venda de créditos de carbono, está o pagamento por serviços ambientais, sendo que no RS, em Porto Alegre, o governo do Estado chamou um seminário na Assembleia Legislativa para discussão do tema em 02/03/2012, da qual participei e registrei. O debate mais recente em torno

No momento atual, tratar da crise ecológica remete a olhar para a crise que também é econômica e social, gerada pelo modo de produção capitalista. Com relação à crise ambiental, do ponto de vista de economistas neoclássicos, Cavalcanti (2004) acentua que se acredita no jogo de forças do mercado, com a utilização de tecnologias para buscar a superação. O mesmo autor menciona que, diante da crise ambiental, as elites dos países periféricos, de um lado, são pressionadas por parte de países centrais a assumirem responsabilidades relacionadas ao meio ambiente e, de outro, são obrigadas a adotar políticas neoliberais que vem de encontro ao uso sustentável dos recursos naturais. No Brasil esse fato ficou explícito com as alterações no código florestal brasileiro, que, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2011), os debates sobre este assunto tomaram boa parte da agenda parlamentar de 2009 e 2010, mas que, ao final, mesmo com as grandes mobilização dos setores ambientalistas, o país acabou sendo mais permissivo com a destruição ambiental, embora tenha assinado os acordos internacionais de proteção ao ambiente.

Diante disso, a discussão apontada por Naredo (2001) é de grande importância, pois, esse autor defende a ideia de que não deveria haver divórcio entre economia e ecologia, em se tratando de desenvolvimento. Partindo desta concepção, o desenvolvimento, necessariamente, deveria estar associado com uma perspectiva humanitária e planetária sustentável, ou seja, desenvolver significa, ao mesmo tempo, cuidar do planeta e garantir qualidade de vida digna para todos os seres humanos, com direitos fundamentais, inclusive água potável, moradia e alimentação de qualidade e em quantidade suficiente. Portanto, no caso do Brasil, seria inconcebível a ideia de assinar acordos internacionais em favor da preservação ambiental e, de outro modo, flexibilizar o código ambiental. No caso de México, ao que mostrou a pesquisa, o governo também assina os acordos internacionais, mas, continua desterritorializando milhares de indígenas por causa do interesse em minérios, de forma especial nas montanhas, ou para fins de exploração de petróleo com a empresa pública Petróleos Mexicanos (PEMEX).

Na pesquisa, de forma generalizada, apareceu tanto das mulheres do Brasil como do México, a preocupação com o desenvolvimento, e as mulheres incluídas nele. De acordo com Guadalupe Dolores há problemas de território no México, falta de investimentos e recursos. O dinheiro vai para armas, não para o campo e para a educação. Guadalupe Elisa também salienta que o governo está comprometido com as transnacionais e com os transgênicos, que são uma ameaça à soberania alimentar. A fala de Maria Madalena, do Brasil, evidencia: “há

da venda de créditos de carbono, segundo forças políticas, admite que só será possível vender e comprar créditos dentro de uma mesma região de um país, e, não intra-países.

programas como o PAA e o PNAE, que incentivam e possibilitam a comercialização de produtos da agricultura camponesa e isso é bom, é ótimo porque foi uma luta nossa de muito tempo, mas por outro lado está dado, você pode ir só até aqui”.

É perceptível na história do México, que ao menos houve esforços para fazer reforma agrária e milhares de famílias camponesas foram assentadas, inclusive, num primeiro momento respeitando territórios coletivos “*tierras comunales*” para indígenas. No Brasil, sempre foram privilegiadas as grandes extensões, com exceção à política para os imigrantes do Sul. Assim, o país foi desde a colonização, destacado produtor de monoculturas (cana-de-açúcar, café, cacau, carne bovina, soja...) e exportador de matérias primas com o modelo fundiário concentrador. Nesse modelo, foi estruturado o *plantation*, e, assim, manteve-se o campesinato existente, produzindo alimentos desde aquele período, marginalizado e subordinado (VELHO, 1979).

México já foi considerado o país mais desenvolvido economicamente da América Latina; nesse momento o Brasil ocupa esse lugar, mas contradições profundas nesses dois países permanecem. No México houve reformas agrárias e, pelo jeito que se deu a distribuição de terras para os camponeses, mantendo também os latifúndios e permitindo sua ampliação, não foi para acabar com as desigualdades. O Brasil, por sua vez, nunca fez reforma agrária de maneira expressiva como política pública e, explica-se com isso porque é um dos países mais desiguais do mundo.

Segundo apontou a pesquisa, as mulheres nunca figuraram como sujeitos integrantes do desenvolvimento dos países em questão, o que é a mesma realidade na América Latina, ou poderíamos generalizar em termos de países subdesenvolvidos. Elas foram as procriadoras de mão de obra para o desenvolvimento imposto, embora o subvertessem também. Segundo Guadalupe Maria, no México com a chegada dos espanhóis, nas negociações com a elite do império indígena, os estrangeiros se negavam a se dirigir às mulheres índias, e esse fato marcou profundamente o México cuja população assimilou uma cultura patriarcal, definindo o que as mulheres indígenas podiam fazer, ou não faziam, e ainda, que as mesmas não deveriam fazer parte dos projetos econômicos do país.

A pesquisa também mostra que as mulheres sempre trabalharam e continuam trabalhando muito, independente de emigração dos homens no caso do México, embora por causa da emigração as mulheres trabalhem mais ainda. No Brasil, o fluxo emigratório não é como no México, mas, a carga maior de trabalho, em vista da manutenção das famílias, recai sobre as mulheres. No entanto, elas pouco aparecem como trabalhadoras e agentes do

desenvolvimento, até porque ele é entendido grandemente do ponto de vista econômico, do dinheiro que aparece.

Por fim, Casanova (1975) pontua que desenvolvimento significa aumento e redistribuição de produtos, requerendo pensar em termos não só de política econômica, mas de ciência política e sociologia econômica. Analisando a forma de como o Brasil e o México têm investido e optado por políticas com relação ao campo e também à cidade, é perceptível que o rumo do desenvolvimento faz produzir, destruindo, e muito, o ambiente; no entanto, não há redistribuição das riquezas. Em ambos os países, sendo que o México iniciou ainda antes do Brasil, há programas de bolsas (*las becas*) com o intuito de amenizar a pobreza na cidade e no campo; no entanto, tal política está muito aquém de poder ser chamada de distribuição de renda, embora, nesse momento, não se poderia desconsiderar que aqueles são programas importantes, mas, as desigualdades são mantidas.

Em alíneas separadas, embora apareçam imbricações, será tratado primeiramente do campesinato e, na sequência, do agronegócio, compreendendo modelos antagônicos de desenvolvimento.

a) O campesinato

O campesinato remete ao universo rural da pequena agricultura, mas, na atualidade, não quer dizer somente isso em termos conceituais. A palavra *rural* aparece pouco neste trabalho, justamente pela minha opção teórico-política comprometida com o campesinato, e, diante disso, vai ser feita a diferenciação entre agricultura camponesa e a agricultura familiar. Ambas poderiam significar a mesma coisa, mas como o campo é dinâmico, se movendo principalmente devido às lutas dentro desse contexto, se produziram diferenças, nos últimos anos no Brasil. Diferenças essas que, por vezes, se entrelaçam como um cipó, e, por outras, andam em caminhos diferentes, mas não muito distantes um do outro.

Embora haja algumas tentativas de entrelaçamento entre a pequena agricultura, aonde cabem a familiar e a camponesa, com o agronegócio, se olhado a fundo isso não é possível, pois, grosso modo, o aumento do agronegócio significa a extinção da pequena agricultura. Ocorre que, tanto a agricultura familiar quanto o campesinato tratam dos mesmos sujeitos e do mesmo universo (rural). Então, nesse caso, há uma grande aproximação ou até uma difícil distinção. O caso do agronegócio é distinto. Trata-se de empresários rurais, em geral e bastante comum no caso tanto do Brasil quanto do México, manterem grandes extensões de terras, e, para cultivá-las, contratam mão de obra assalariada de trabalhadores rurais, mas esse assunto será tratado em maior profundidade na próxima alínea.

Uma primeira diferenciação entre agricultura familiar e camponesa se dá em termos políticos no Brasil, pois,

constata-se, atualmente, que boa parte dos Movimentos Sindicais rurais, filiados à CUT, Fetraf ou Contag, utilizam o termo agricultura familiar e o mesmo acontece com setores governamentais ou ONG's ligados ao campo. Com relação ao governo, entretanto, já está sendo utilizado o termo agricultura camponesa em pequena medida. Contudo, a utilização de um ou de outro termo aqui em questão enquanto diferenciação, se dá devido ao caráter político construído acerca deles e das lutas que demarcam espaço no cenário nacional ou até internacional, pois, basicamente, em termos de legislação e de políticas públicas não há diferenciação por enquanto (CONTE, 2011, p. 50).

A citação acima é referente a estudos desenvolvidos em minha dissertação de mestrado intitulada *Mulheres camponesas em luta: resistência, libertação e empoderamento*, e, em 2011, quando foi concluído o trabalho, de fato não havia diferenciação em termos de políticas públicas entre agricultura familiar e camponesa. Mas no momento atual existem diferenças, embora as mudanças não partam da legislação do país. Segundo o MAB (2013b), no Rio Grande do Sul foi conquistado um programa específico para a agricultura camponesa pela primeira vez na história. Este surgiu por pressão dos movimentos da Via Campesina no ano de 2013, sendo um programa voltado à produção, comercialização e criação de uma estrutura para a distribuição de alimentos saudáveis. O referido programa é no valor de cem milhões de reais em termos de investimento do governo do estado/RS e do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDS); ele foi anunciado pelo governador Tarso Genro em 18/04/2013, após jornada de lutas da Via Campesina. Esse programa foi chamado de Projeto ou Plano Camponês¹⁷ e integra, além dos movimentos da Via no que tange à produção, também o MDT, que, segundo articulações, entraria na parte de estrutura e distribuição dos alimentos a setores necessitados da cidade.

Segundo observações realizadas em reunião da Via Campesina em 23/07/2012, em que era feita a definição teórica do que é a agricultura camponesa, diferenciando-a da agricultura familiar em vista de um Programa Camponês a ser apresentado para o governador do estado/RS; tratando-se do anteriormente referido, a Via fez as seguintes pontuações: o termo agricultura camponesa é retomado pela Via Campesina por volta do ano 2001, rememorando as Ligas Camponesas, mas também fazendo dura crítica ao que se fez com a chamada

¹⁷ Durante o andamento das negociações, já com a aprovação e divulgação do Programa de Agricultura Camponesa, o Programa Camponês, em janeiro de 2014, entrou no cenário da divisão dos recursos, por interferência da Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR), para a FETRAF, o que fez com que o referido Programa passasse a se chamar Programa de Agricultura Familiar e Camponesa. Demonstra-se aí a disputa em torno dos termos e também a opção enquanto setor de governo para “satisfazer a todos”.

agricultura familiar que, por meio das políticas de créditos endividou milhares de famílias do campo. Junto a isso, assume-se a luta direta contra o agronegócio, percebendo-se que a tentativa de conciliação, entendida como modernização da pequena agricultura num modelo de produção dependente, o agronegócio - agronegócio em pequena escala - não é viável para os pequenos, pois os põe como empregados de grandes indústrias e capitais no campo.

Além disso, no entendimento da Via Campesina, a agricultura camponesa é baseada na diversidade da produção com mão de obra familiar, e deve visar produzir alimentos saudáveis, sem agrotóxicos, não sendo apenas para a subsistência. Não se nega porém, a inserção aos mercados, mas não mercados quaisquer, e, por isso é importante mecanismos estatais de regulação. Afirma-se que os camponeses não são os mais empobrecidos do campo, como entendem algumas pessoas, mas, são estes também, inclusive famílias da Reforma Agrária que foram assentados em terras pouco produtivas e sem estrutura que viabilizasse a produção.

Segundo Via Campesina, o termo agricultura familiar, o qual já era utilizado pela Contag, foi endossado pelo Banco Mundial (BM) rumo ao desenvolvimento do capital no campo e, em contraponto, a Via foi construindo outro conceito na luta, por ver que os camponeses iam num outro rumo, que nem todos produziam e produzem monocultivos para os mercados capitalistas. Nem todos os agricultores são capitalizados, integrados e bem sucedidos no sistema, como quer compreender o conceito de agricultura familiar. Nesse modelo de agricultura somente alguns “se salvam” e os demais vão sendo expulsos do campo, perdendo suas terras ou por endividamento ou por falta de condições de cultivar no sistema agroquímico. Quer dizer, a agricultura familiar é um conceito abstrato sob o qual se ocultam as contradições que atravessam as relações entre os grandes proprietários de terras, latifundiários, fazendeiros vinculados ao sistema bancário, e, do outro lado, estão os pequenos proprietários de terras, praticantes da agricultura familiar e dependentes dos seus resultados para sobreviverem com suas famílias.

Para a agricultura camponesa, de acordo com a Via, a Reforma Agrária não saiu e não sai de pauta e é fundamental para a recampezinização. O desafio é construir a agricultura camponesa não como reforma, mas como projeto, com participação do Estado e, assim, acredita-se ser possível ir deixando de lado a chamada forma “convencional” de produção, baseada em agroquímicos e maquinaria pesada e, de outra maneira, produzir de maneira agroecológica. No conceito de agricultura familiar, advindo ou apropriado pelo BM, segundo Pereira (2009), a exigência de reforma agrária existente no setor da Contag no início da década de 1990, vira em reforma agrária de mercado, especialmente pelo fato dessa confederação fazer acordos com o BM aceitando e endossando a criação do Crédito Fundiário

de Combate à Pobreza Rural, negociado com intermediação do governo de FHC. Na sequência desse crédito surge o Programa Cédula da Terra e Banco da Terra, amplamente defendidos pela Contag, que passa a acreditar que a reforma agrária seria efetuada sem conflitos, bastando os sem-terra se inscreverem pelos correios.

Em termos de legislação, ainda não há diferença entre a agricultura familiar e camponesa no Brasil, pois o Programa Camponês não chega a ser uma política; assim, ambas se identificam por se tratar de pequenos agricultores (as), com base na quantidade de até quatro módulos fiscais rurais no Brasil, compreendendo em torno de 80 ha para cada família no estado do RS, podendo, dentro disso, variar um pouco. O que os diferencia, nesse caso, é o modelo de produção almejado, em que a agricultura camponesa vai se distanciando cada vez mais do chamado agronegócio e fazendo lutas e embates diretos contra esse setor, por entender que ele é antagônico à pequena agricultura.

Além do que demarca a Via Campesina, Ploeg (2008) também diferencia os modelos de agricultura como sendo: capitalista vinculada e diretamente voltada ao agronegócio; agricultura empresarial, sendo aquela em que a agricultura camponesa vai sendo modernizada; e, agricultura camponesa, como a mais distante dos mercados, com grande parte própria da base de recursos, ou seja, mais independente. Diante disso, é perceptível a alguma confluência entre aquilo que o autor trata por agricultura empresarial e camponesa pelo fato de não compreender o agronegócio. De outro modo, no caso do Brasil, entre a agricultura familiar e camponesa, devido à diferenciação trazida pela Via, não há de se concordar que essa última não seja inserida a mercados ou que buscaria deles se distanciar. Ela admite inserção a mercados, mas não a quaisquer mercados. Para além disso, se perguntaria: o que é mesmo modernizar? Esse moderno não poderia incluir sistemas agroecológicos?

A pesquisa realizada tanto no Brasil, com camponesas que estão nas unidades de produção, quanto no México, por se tratar de mulheres camponesas e indígenas com vínculo direto com assentamentos comunais, elucidou a preocupação de todas com o agronegócio e, diretamente com os agrotóxicos. No Brasil, todas as pesquisadas produzem em regime grandemente agroecológico uma diversidade enorme, entre 50 a 80 variedades entre árvores frutíferas, hortaliças, tubérculos e chás, além da produção de leite e seus derivados, e, produção de pequenos animais.

No México, a diversidade de produção parece menor, segundo apontavam as entrevistas e, segundo pude verificar, em dois *ejidos*. Mas, a preocupação central é com a perda das variedades de milho, base de 40% toda a alimentação e bebidas atualmente, segundo Pollan (2007). Em uma oportunidade, junto a uma comunidade Zapatista pude experienciar que o

milho constitui cerca de 90% ou mais da alimentação daqueles/as camponeses e camponesas indígenas e esta é a razão de ser tão valorizado e fundamental. O povo mexicano em si, não sabe comer sem *las tortillas*, tanto é que as classes populares dispensam talheres, pois, as *tortillas* os substituem muito bem. Confesso que minhas tentativas para, também, comer sem os talheres, não davam tão certo assim...

A maioria das entrevistadas mexicanas fizeram referência às grandes mobilizações ocorridas no México entre 2002 e 2004, em defesa do milho crioulo, lembrando do slogan “*sin maíz no hay país*”, pois no México há cerca de 80 variedades diferentes de milho cultivadas nos dias atuais. Sobre o mesmo assunto, Bartra (2011, p. 128-138) destaca que entre 2002 e 2004 no México ocorreu um grande movimento juntando mais de duzentas organizações em luta, denunciando “... *el campo no aguanta más*”. Essas forças culminaram numa marcha que chegou em 2003 à capital com mais de cem mil camponeses, exigindo melhores condições para a produção. E, diz mais: “*los campesinos de por acá, en sentido estricto, son campesindios*”, o que evidencia que no campo mexicano, a maioria é indígena, mesmo os que não se dizem ou são considerados mestiços.

Com relação às terminologias, agricultura familiar ou camponesa, no Brasil é utilizada uma grande variação para se referir à pequena agricultura, e, no México, embora tenha variações, o termo *campesino/campesina* é o mais utilizado sem dúvida, percebido tanto pelas pesquisas empíricas quanto teóricas. Levando em conta os debates que sustentaram a diferenciação feita pela Via Campesina entre agricultura familiar e agricultura camponesa, parece mais oportuna e abrangente a utilização da palavra camponês/a ao invés de agricultor/a familiar. Esta escolha pela identificação do/a camponês/a oferece condições para uma possível articulação com a mesma denominação de trabalho em outros continentes, além da resignificação do campesinato feita por movimentos sociais ligados à Via Campesina no Brasil, remetendo às Ligas Camponesas.

Ainda que a palavra campesinato tenha sido recolocada na sociedade nas últimas décadas, retomando a memória das Ligas Camponesas no Brasil, especialmente pela Via Campesina, assim também como por setores e intelectuais vinculados ou simpatizantes a ela, de acordo com Stédile (2003), esta palavra parece causar bastante estranhamento. O próprio Stédile destaca que o aniquilamento das Ligas Camponesas por forças militares, logo após instaurar-se a ditadura militar com duração de mais de vinte anos no país, fez retirar da memória e dos vocábulos a palavra campesinato/campesino (a), passando-se a utilizar largamente o conceito de trabalhador rural, homem do campo ou agricultor familiar. Assim, com a suposta inexistência terminológica, muitas pessoas passaram a acreditar que essa

categoria não existia mais, e, desse modo, quando lembrada, remetia a algo exótico, de um passado longínquo, como vem a confirmar a pesquisa realizada por Ribeiro (2010, p. 81) quando, ao olhar para o campesinato, encontra registros de Hobsbawm e Rudé (1982), dizendo das enormes dificuldades de realizarem estudos sobre camponeses ingleses por haver poucos registros, até porque esses trabalhadores foram considerados ‘ninguém’, segundo a autora.

O campesinato, na conceituação de Motta e Zarth (2008, p. 7) “é frequentemente tratado na história como um resíduo”. As ideias relacionadas aos camponeses como depositários de culturas tradicionais são muito recentes. A história registra que era comum, em estudos mais antigos, a referência aos camponeses como seres sem cultura pelo fato de serem analfabetos, e servis por natureza. Para contrariar essas ideias difundidas, Ploeg (2008) descreve que, na cultura grega, camponês, possuía o significado de homem livre, que praticante da agricultura de forma orgulhosa e independente.

Contudo, ainda que tenham sido construídos estereótipos acerca dos camponeses e das camponesas, nas contradições da história é possível observar que, até o século XV as representações efetuadas em pinturas e obras de literatura apresentam uma visão positiva dos camponeses. Todavia, quando a Inglaterra começou a implementar o processo de produção, inicialmente das manufaturas para, em seguida, seguir-se a industrialização, foi necessário expulsar camponeses(as) e suas famílias, das terras que ocupavam como servos para que se tornassem mão de obra nesses novos processos produtivos. Nesse processo iniciado ainda no século XV, ao terem suas terras expropriadas e oferecerem resistência, os camponeses passaram a ser vistos como rebeldes. Este é um

movimento histórico que transformou os produtores em assalariados é a libertação da escravidão e da coerção corporativa; e esse aspecto é o único que existe para nossos historiadores burgueses. Mas, os que se emanciparam só se tornaram vendedores de si mesmos depois que lhes roubaram todos os seus meios de produção e os privaram de todas as garantias que as velhas instituições feudais asseguravam à sua existência. E a história da expropriação que sofreram foi inscrita a sangue e fogo nos anais da humanidade (MARX, 1982, L. 1, v. 2, p. 830).

Outra ideia que pode ser associada aos camponeses (as) na história, em meu entendimento, é a de que essa categoria se manteve teimosamente e constantemente insubordinada, mesmo que em processo de fuga. Neste aspecto Hill (1987, p. 63) corrobora descrevendo que, durante o período feudal, era possível grupos camponeses viverem longe dos olhos da paróquia¹⁸, ou seja; “fora da vista, fora da escravidão”, o que fazia com que

¹⁸ As paróquias faziam também o papel do Estado, inclusive na demarcação territorial, segundo o autor.

vivessem também nas matas ou entre elas, em atividades de pastoreio. Constatava-se, então, que ‘a gente mesquinha’ dos bosques, [] ‘vive sem lei, sem ninguém para governá-la, pois não depende de ninguém’ [] “constituíam centros de puritanismo rural, de seitas estranhas e de bruxedos”. Para ilustrar:

Os terrenos comunais são sementeiras de mendigos, como podemos ver nas florestas e nos pântanos, comentou-se em 1607, na Câmara de Londres. [] ‘enquanto se permitir que eles vivam em total indolência graças ao gado que possuem, não se dobrarão a nenhuma espécie de trabalho’. ‘A existência de terrenos comunais de pastagem ... somente perpetua a indolência e a mendicância dos camponeses pobres’ – pois esse costume mais a gentileza com que são tratados ... os vadios e ladrões de madeira e os que destroem cercas, sem sofrerem nenhum castigo, é o que proporciona asilo a tantos insubordinados e indolentes’ (Op. cit. p. 66-67).

Polanyi (2000) demonstra que, para a constituição do chamado desenvolvimento, o cercamento dos campos expulsando camponeses (as) de suas terras, foi o início da revolução dos ricos contra os pobres, em preparação à Revolução Industrial do século XVIII. Nesse sentido, afirma que, na Inglaterra, mais ou menos no século XVII, tais cercamentos tiveram intervenção direta do Estado monárquico, dando permissão para os artesãos saírem a outros países, entretanto, o trato com os camponeses se dava à base de violência, pressão e intimidação, rompendo com costumes, transformando homens e mulheres em ladrões e mendigos. Era a ditadura dos senhores das pastagens, porém, não acontecia sem contestação e, conseqüentemente, morte de alguns milhares de camponeses (as). Conforme destaca Hill (1987) o desmatamento e o cercamento das terras poderiam ser considerados um dever nacional, inclusive com intervenção da Igreja e do sistema Judiciário da época.

A partir dos autores mencionados, percebe-se que, em determinado momento histórico, o campo passou a ser pensado e projetado segundo interesses das cidades (burgos/burgueses) que se constituíam, no entanto, o campesinato não desapareceu, conforme uma das leituras de Marx¹⁹, ao analisar o desenvolvimento capitalista da Inglaterra e perceber a proletarianização rural em massa. Na compreensão de Ribeiro (2010), confirma-se o preconceito para com o trabalhador rural, seu mundo, sua cultura e seu trabalho há séculos, pois tanto em leituras feitas por liberais, quanto por marxistas houve pouca importância ao movimento camponês como integrante do sujeito histórico revolucionário, entendido como aquele que tem a potência de fazer a transformação.

¹⁹ Ver: MARX, Karl. “Rascunhos da carta à Vera Sassulitch de 1881”. *Raízes*. Revista das Ciências Sociais e Economia. Vol. 24, n. 1. Campina Grande/PB: Centro de Humanidades/UFCG, 2005. Análise da obra pode ser encontrada em Ribeiro (2010, p. 88 – 96).

De acordo com Fabrini e De Marcos (2010, p 17) “na ótica marxista, os camponeses são vistos, na maior parte dos casos, como uma classe em transição”, ficando entre duas classes fundamentais no capitalismo: entre a classe operária e a dos capitalistas. Para Kautski (1972), os camponeses eram perigosos, pois não se somariam aos proletários e, embora admitisse sua presença, defendia a impossibilidade de sua sobrevivência. Já, Rosa Luxemburgo (1988) pensava diferente ou com um olhar não sectário como o de Kautski (1972) e, praticamente “não tomado em conta”, como diriam as mulheres pesquisadas, ela afirmava ter um limite na teoria marxista com relação à formação camponesa no seio do campesinato.

A questão do campesinato – se seria ou não um sujeito político-coletivo, histórico, capaz de fazer a revolução ou, ao contrário, se a sua pouca instrução e apego à terra o colocaria sob a liderança do proletariado – foi uma questão que provocou muitos debates e teorias, dos quais podem ser citados os de Marx (1979), Lenin (1982), Chayanov (1978), Luxemburgo (1988), entre outros que depois se detiveram sobre o tema, que também é examinado por Ribeiro (2010, p. 73 – 164), trazendo, além destes autores outros estudiosos da questão camponesa. Para esta autora,

o movimento camponês impõe-se como um sujeito político-coletivo na pretensão de ser integrante do sujeito histórico revolucionário, que é o proletariado, segundo Marx e Engels. Com isso derrubam-se teorias liberais e o marxismo evolucionista/etapista que condenam o movimento camponês ao desaparecimento diante do avanço do capital (...). Integrados ao sujeito histórico proletariado, camponeses e operários trazem implícita a perspectiva de superação da relação contraditória e, pode-se dizer, antagônica, entre cidade e campo, base do modo de produção capitalista (RIBEIRO, 2010, p. 416).

Sabe-se que a conceituação do que é o campesinato e, dentro dele, o que são os camponeses e as camponesas, pela diversidade ou até entrelaçamento de suas atividades, de fato é difícil. Contudo, ele pode ser entendido como lugar de produção de existência e cultura das pessoas desde o universo de trabalho camponês, com ou sem posse de terra, mas em condições de produzir ou extrair da natureza alimentos e elementos básicos à sua sobrevivência e à existência desse modo de trabalho, situando-se entre a subordinação (VELHO, 1979) e a autonomia, (PLOEG, 2008). Conforme esse último, (p. 48) “o campesinato representa basicamente uma ‘luta constante por autonomia’ ou a busca pela ‘liberdade dos agricultores’”. Ao estudar o tema do campesinato no mundo, argumenta que a agricultura camponesa é essencialmente baseada em fluxos relativamente autônomos dos recursos produzidos e utilizados na unidade de produção agrícola. No sentido de autonomia, destaca a flexibilidade, mobilidade e capacidade de escapar ao máximo do controle, quando se refere aos mercados. Já Otávio Guilherme Velho, na obra citada, destaca que, mesmo com

possibilidade de serem livres em termos da propriedade dos meios de produção, são subordinados ao capitalismo, e, limitados em termos de acumulação, fato que é trazido pelas entrevistadas do Brasil e do México.

A partir dos diversos autores e autoras aqui referidos (as), o campesinato é um tema complexo, havendo uma diversidade de possibilidades. Ploeg (2008, p. 35) descreve que há misturas confusas e altamente diversificadas nos modos de fazer agricultura, com inserção ou não a mercados e, que, em geral os camponeses (as) são desconsiderados. Ou ainda, segundo Ploeg, eles são descritos como uma anomalia irrelevante, ficando na periferia da história. Nos países considerados desenvolvidos, segundo ele, aparecem práticas camponesas sem representação teórica e, por esse motivo, alguns estudiosos (as) afirmam que esta categoria praticamente não existe, e então eles permanecem camuflados. Talvez, pelo fato de conseguirem ter e representar certa autonomia frente aos mercados em muitos casos, é que sejam assim considerados, além de que, em alguma medida, ainda podem ser donos do seu tempo.

Com relação ao tempo, três mulheres brasileiras – sujeitos da pesquisa – se referiram a ele: Maria Olga disse gostar de estar no campo, de ser camponesa porque não têm um chefe, são eles, ou seja, a família que determina seus tempos sobre o que fazer ou não, segundo a organização que planejam na unidade de produção. Maria Nadir também disse que gosta do campo, porque se arranja tempo para tudo: para plantar, organizar, celebrar, participar da comunidade, das festas, dos velórios, ir para as lutas do movimento, se tira o tempo para tudo segundo ela. Maria Ilse, se referindo ao tempo destinado à produção agroecológica, afirma que esse tipo de produção requer mais tempo das pessoas, tempo entendido como cuidado permanente, mas que vale a pena porque na agroecologia se produz vida e não morte. No dizer de Ploeg (2008), o campesinato pode ser caracterizado como submissão e resistência ao mesmo tempo, pois, de um lado, é possível determinar o seu próprio tempo, de outro, as plantas e animais também tem uma exigência de um tempo certo de plantar e colher, de cuidar ao nascer, etc. Outro imperativo ainda é o tempo das feiras, das entregas, das vendas diretas, dos gostos dos consumidores, ou seja, do mercado, mesmo que local.

Todas as pesquisadas do Brasil faziam questão de mostrar o que possuem de diversidade em sua unidade de produção e também a grande quantidade, com certo orgulho. Ficou evidenciado que, para viver bem no campo, é preciso ter de tudo um pouco e, no caso de uma cultura não ser tão produtiva quanto o esperado, em seguida tem-se outra, ou junto com essa que não deu bem, há outras que produziram. Das oito mulheres, seis fazem vendas de produtos para programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o

Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), sendo que quatro delas vendem produtos na feira e, outras três vendem leite como garantia de renda mensal. Nesse sentido todas defendem que é preciso ter garantida uma renda fixa no campo, para pagar as contas mensais, admitindo que os tempos sejam outros e que já não se vive como viviam seus pais.



Pomar, horta e casa



A cisterna que garante água para irrigação em períodos de estiagem; estrutura/tecnologia.

Duas delas atuam também como assistentes técnicas do movimento ao qual fazem parte e, outra vende produtos industrializados de uma padaria gerida por um grupo de quatro mulheres na comunidade em que vive. Isso demonstra a pluriatividade como forma de se manter no campo conciliando tempos e tarefas. A pluriatividade é descrita como

um fenômeno que se caracteriza pela combinação das múltiplas inserções ocupacionais das pessoas que pertencem a uma mesma família. A emergência da pluriatividade ocorre em situações em que os membros que compõem as famílias domiciliadas nos espaços rurais combinam a atividade agrícola com outras formas de ocupação em atividades não agrícolas. A pluriatividade resulta da interação entre as decisões individuais e familiares com o contexto social e econômico em que estas estão inseridas. Objetivamente, a pluriatividade refere-se a um fenômeno que pressupõe a combinação de duas ou mais atividades, sendo uma delas a agricultura (SCHNEIDER; CONTERATO; KOPPE et. alli, 2009, p.141).

O que no momento atual é chamado de pluriatividade sempre existiu no campesinato, talvez não como trabalho regular de todos os dias, ou implicando contrato de trabalho, às vezes assalariado, mas, sempre foi uma relação existente de troca nos grupos e comunidades. Havia a troca de serviço nas lavouras, a costureira, o sapateiro, o ferreiro, os construtores, os castradores de animais e os carneadores, a curandeira, a benzedeira, e, assim por diante, que trabalhavam na vizinhança, pois os mercados chamados de bolichos ou bodegas ofereciam alguns poucos produtos industrializados. Isso significa que havia uma coesão social em torno de alguns elementos nas comunidades, inclusive no que se refere às práticas alimentares, segundo Carneiro (2009).

O que mostra a pesquisa é que, no campesinato, essa coesão continua existindo em grande medida, apesar de as entrevistadas reclamarem do individualismo dos tempos atuais. A coesão pode ser percebida ainda com força, no Brasil, quando as pesquisadas apontam sempre a comunidade e nela um grupo para se fazer trabalho coletivo (a padaria); o assentamento, no caso de grupo produtivo agroecológico e para a venda coletiva de leite; o reassentamento como local de grupos integrados para vendas para o PAA e o PNAE e também para a construção de duas agroindústrias que estão projetadas. No México, o *ejido*, com as decisões coletivas e os territórios comunais dos indígenas, é outro exemplo, embora não se possa olhar para essas experiências romanticamente, como se fossem perfeitas e sem conflitos.

A pesquisa evidencia conflitos em todos esses locais e, também, que os coletivos dos quais as pesquisadas fazem parte se mantêm por alguns anos, o que demonstra que mesmo elas dizendo que os trabalhos coletivos são difíceis de manter na atualidade, é notório que é possível. Na pesquisa realizada no Brasil é reconhecido o papel dos movimentos sociais populares como apoio ou como incentivadores que fornecem elementos políticos para viabilizarem projetos com as mulheres. No caso do MST e do MPA, é destacada a importância de se ter técnicos e técnicas dos movimentos para assistência nas unidades de produção.

No México as mulheres da UNORCA/UNMIC também salientam a importância da organização, no caso da produção e venda dos seus produtos, inclusive porque naquele país

não existem sindicatos de trabalhadores rurais (STR's) como no Brasil e, assim, as organizações populares fazem em parte o papel dos sindicatos aqui. Guadalupe Joana salienta a importância dessas organizações para fazerem projetos produtivos a fim de serem apresentados para instituições e, mais importância ainda, quando se trata de mulheres indígenas analfabetas que não compreendem ou não falam a língua espanhola. Diante de um caso como esse, as organizações explicam como funcionam os projetos e os encaminham; além disso, as mulheres fazem grupos de economia, *los grupos de ahorro*, aonde todas põem um pequeno valor a cada encontro, e assim que conseguem o estipulado repassam para uma das integrantes do grupo fazer seu investimento, que, por sua vez, continua colaborando com as demais.

Tudo isso, em minha análise demonstra que, apesar das muitas dificuldades do campesinato nos tempos atuais, sendo pressionado pelo agronegócio, por meio de organizações e movimentos populares aos quais camponeses e camponesas estão integrados e participam é que se mantêm em luta, vão resistindo e se recriando. As pesquisadas, de maneira generalizada, citam a consciência crítica como fator relevante que se adquire com a participação nas organizações e, com ela, a afirmação do campo como um lugar bom para se viver. Pude compreender, pelas falas de todas, que o campo é um lugar bom de viver e que há qualidade de vida, devido à diversidade de produtos e ao acesso à água. O fator renda mensal apareceu na pesquisa do Brasil e, no México, o contexto relatado ainda foi de grande dificuldade, desde as terras menos produtivas, com exceção das localizadas na Região Sul, há falta de chuvas e de água, *ejidos* com pouca terra por família não garantindo a subsistência, mulheres indígenas que não falam a língua espanhola e, por isso, em raros casos conseguem acesso a programas de apoio governamental para o campo. Guadalupe Dolores falava dessa situação da seguinte maneira: *y, como van a meter un proyecto para el gobierno en la financiera rural si no hablan la lengua española? ... el gobierno dice que la culpa es de ellas (risos). La culpa es siempre de ellas.*

Contudo, é possível mostrar que os (as) camponeses (as) permanecem sendo uma categoria de trabalho enorme no mundo, apesar de todas as formas violentas de desterritorialização, expulsão e massacres. De acordo Ploeg (2008) a população camponesa no mundo é de mais de um bilhão de pessoas e, desse modo, desfaz-se o senso comum, de que os camponeses (as) são algumas poucas pessoas nos fundos das grotas, esquecidos do mundo. Ao que tudo indica, sempre “esquecidos” nos planos políticos que possam lhes propiciar melhores condições de produção e de vida.

No Brasil, a população rural é estimada em cerca de 17%, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2011), mas, esse número é problematizado e questionado por estudiosos, dentre eles José Ely da Veiga²⁰, pelo fato da distinção entre urbano e rural ser pouco precisa no Brasil, seguindo considerações qualitativas abrangentes demais. No México a população rural é estimada pelo *Instituto Nacional de Estadística y Geografía* (INEGI, 2013) em cerca de 22%, e considera quantitativamente, para fins de recenseamento, o rural como sendo uma população em povoados com menos de 2500 habitantes. Assim, também pode ser problematizado devido ao fato de a reforma agrária ter distribuído terras em *ejidos*, separando espaços de moradia como uma vila ou agrovila, no Brasil, do local da produção e, desse modo, há agrupamentos com mais de 2500 pessoas. Muitos dos terrenos comunais indígenas, do mesmo modo, também poderiam ser considerados urbanos.

Zarth (2002) considera que, no Brasil, o campesinato se constituiu a partir dos chamados lavradores nacionais (indígenas, negros africanos e descendentes de portugueses) somados à imigração europeia. Salienta, ainda que, desde o Brasil colonial, essa categoria ficou escondida ou condenada à invisibilidade como forma de trabalho, além de que, historicamente, foram considerados descansados, indolentes, preguiçosos, acusados de invasores, após a lei de terras de 1850. Contudo, desde o Brasil colônia, eram eles que produziam alimentos para os engenhos no Brasil, a ponto de serem disputados pelos senhores, segundo estudos realizados por Heredia (2008). Corroborando com as pesquisas efetuadas por Zarth, a mesma autora destaca: “Embora as referências sobre cultivos ditos ‘de subsistência’ sejam muito escassas, elas acabam sendo abundantes quando comparadas às referências quase nulas sobre a existência dos pequenos produtores que os produziam” (HEREDIA, 2008, p. 40).

No México, duas camponesas que participaram da pesquisa, Guadalupe Inés e Guadalupe Dolores, expressam muito bem que ser camponês é ser visto como o mínimo e que disso não vai passar, portanto não há expectativa – *eres solamente un campesino sin futuro*, diziam elas. Bartra (2011) descreve que, ao longo dos tempos no México, os camponeses foram associados a preguiçosos e, em geral, traidores da pátria devido às suas contestações e resistências. Segundo o autor, eles também são vistos, do mesmo modo que os brasileiros,

²⁰ Não existe país que conte mais cidades do que o Brasil. Eram 5.507 há quase três anos, quando houve o último Censo Demográfico. A menor, União da Serra, no nordeste gaúcho, tinha exatos 18 habitantes. E não é exceção. Eram 90 as "cidades" com menos de 500 habitantes, por exemplo: 49 no Rio Grande do Sul; em Santa Catarina 21; nove no Piauí; na Paraíba quatro; três no Paraná; duas em Tocantins; uma em Minas; e outra em São Paulo (VEIGA, 2004, s/p).

significando o atraso, só que, no caso dos mexicanos, pelo fato de serem *campesindios*, ou seja, camponeses indígenas. Também foram estereotipados, segundo Appendini e Torres-Mazuera (2008), pois alguns termos remetem-nos a uma situação de exclusão, como: rural-residual, marginal, informal, precário e decadente.

De acordo com Carvalho (2005), ao tratar de campesinato é necessário considerar as várias maneiras de como os diferenciados modos de produção e reprodução do/no campo se configuram. O autor chama a atenção para a diversidade camponesa que os constitui enquanto sujeito social, com modos de ser e de viver próprios, não caracterizando economia capitalista, ainda que inseridos nessa economia. Para o autor, camponeses são aquelas famílias que, tendo acesso à terra e aos recursos naturais, resolvem seus problemas reprodutivos a partir da produção rural-extrativista, agrícola e não agrícola, não diferenciando o universo dos que decidem sobre alocação do trabalho dos que sobrevivem com o resultado deste trabalho.

Assim, no Brasil bem como em diversos países do continente latino-americano e do mundo, a luta constante pela sobrevivência é uma marca do campesinato, que, por sua vez, vai se reinventando e se readequando. Velho (1979) fala em campesinato subordinado na sociedade capitalista, quando analisa esse modo de produção no Brasil. O autor destaca que a própria subordinação garante a reprodução. Contudo, quando discorre sobre o campesinato na Europa, anterior ao período da Revolução Industrial ou em sua véspera, sublinha que os camponeses foram saqueados, o que dialoga com a afirmação de Hill (1987) enfatizando as perseguições, expulsões, cercamentos dos campos, ou das chamadas “terras comuns”, etc.

Velho, na mesma obra, enfatiza a existência de um campesinato marginal que fora formado no Brasil, ao revés do modelo *plantation*, vinculado às grandes extensões de terras para a criação de gado ou grandes lavouras monocultoras desde o período colonial. No entendimento de Neves (2009), o campesinato marginal ocorria nas brechas e na busca de terras livres para sobrevivência de famílias mata à dentro, em beiras de rios, por vezes formando povoados. De outra maneira a autora descreve a existência de um campesinato tutelado, no interior das fazendas, no regime de colonato ou morada. Contudo, nada disso acontecia sem conflitos, indo ao encontro do explicitado na obra de José de Souza Martins *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*.

Na referida obra, o autor faz uma análise da situação da terra e da luta por ela no Brasil, explicitando conflitos, afirmando que, para a legitimação e consolidação das grandes propriedades, acontecia (e ainda acontece nos dias atuais), a divergência entre terra de trabalho e terra de exploração. Dizia mais: “é uma luta contra a conversão da terra de

trabalho, terra utilizada para trabalhar e produzir, em terra de exploração, terra para especular e explorar o trabalho alheio” (MARTINS, 1995, p. 145).

Nesta luta constante derivada da constituição das grandes extensões de terras de latifundiários e grupos empresariais em contraposição aos camponeses é que se constituíram outras modalidades de existência do campesinato. Alentejano (2012) evidencia as seguintes: seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco, cerradeiros, geraizeiros, retireiros, ribeirinhos, faxinalenses, vazanteiros, catingueiros, caiçaras, etc. Almeida (2009) descreve outras formas de uso da terra no campesinato, sendo, terra de santo, terras de preto, terras de índio, licença de capoeira, entre outros, em geral com uso comum desta terra por grupos identificados entre si. Segundo o autor, essas formas foram permeadas de conflitos, pois implicaram em ocupações e, por sua vez, em processos de resistência.

As análises econômicas, ao se omitirem na interpretação das modalidades de uso comum da terra, fundam-se, no mais das vezes, em noções deterministas para expor o que classificam como sua absoluta irrelevância. Consideram que se trata de formas atrasadas, inexoravelmente condenadas ao desaparecimento, ou meros vestígios do passado, puramente medievais, que continuam a recair sobre os camponeses, subjugando-os. Neste enfoque, referem-se às terras de uso comum e a este estrato da camada camponesa que lhes corresponde como formas residuais ou ‘sobrevivências’ de um modo de produção desaparecido, configuradas em instituições anacrônicas que imobilizam aquelas terras, impedindo que sejam colocadas no mercado e transacionadas livremente (ALMEIDA, 2009, p. 41).

Em se tratando do Brasil, do México, ou de qualquer outro país, a chamada pequena agricultura, ou a agricultura em pequena escala, é sempre uma forma de resistência ao agronegócio, embora, em alguns casos, a exemplo dos sistemas de integração, essa agricultura sirva aos complexos industriais do agronegócio. Nesse caso, a resistência está no fato de a terra continuar sendo dos camponeses (as) ou dos indígenas e, assim, poderem romper com as empresas, segundo os contratos entre ambas as partes, ainda que seja uma relação muito desigual. Do meu ponto de vista, nem sempre optar pela industrialização (no caso de micro indústrias familiares rurais) ou pelo regime de integração durante algum período significa desativação do campesinato, conforme sugere Ploeg (2008).

A pluriatividade ou a constituição de micro indústrias rurais familiares são formas de continuidade do campesinato, com geração de renda mensal ou até semanal, pois não se vive no campo como antigamente, conforme afirmam as camponesas brasileiras que participaram desta pesquisa. Elas assumem que, muita coisa mudou e, que também merecem conforto no

campo, dizendo não ser possível viver do mesmo modo como viviam seus pais, embora alguns aspectos pudessem/devessem ser retomados, como uma maior solidariedade, ou entreajuda, entre as famílias da vizinhança.

Warman (1988, p. 5-6), ao estudar o caso do México afirma que, *“agricultor o campesino siguen juntos pero no son sinónimos. Se puede partir para la identidad para reconocer la diferencia”*. Para exemplificar, o autor aponta aonde essas duas categorias que parecem ser a mesma coisa se distinguem: uma segue a economia camponesa e outra o ramo empresarial, sendo que este último é protegido pelo mercado. No outro extremo, a agricultura camponesa se funda *“en la producción de alimentos, requisito irrenunciable de la sobrevivencia por el consumo directo, pero no se agota en ella”*. A argumentação do autor mostra que há coincidência com o que pontua a Via Campesina, no Brasil, distinguindo até certo ponto, mas também entrecruzando os conceitos de agricultura familiar e camponesa, podendo ser afirmado que, em termos gerais, o que acontece é uma filiação bastante política, pautada e construída pelos movimentos camponeses como identidade, mas também conta, no caso do estado/RS com apoio de um programa governamental específico.

O que se pode afirmar ainda, em se tratando do campesinato, é o fato de ele dar mais condições para a agroecologia, especialmente devido à quantidade de terra no e do núcleo familiar ou das terras/ territórios comunais no caso de indígenas e quilombolas. Entretanto, essa não é uma relação automática, tampouco romântica, sendo necessário fazer essa opção um tanto difícil, devido ao entendimento do que é considerado como agricultura convencional, com larga utilização de insumos químicos e maquinaria na pequena agricultura, vinculada ao pacote da Revolução Verde. Nesse sentido, além da quantidade de terra, o trabalho familiar e a proximidade das pessoas próximas aos cultivos, são fatores consideráveis na relação campesinato e agroecologia, o que é incompatível com o modelo do agronegócio, e no caso da pesquisa, isso ficou muito evidente. Contudo, de acordo com Pollan (2007), se consegue associar, a exemplo de alguns países da Europa e EUA, o agronegócio na produção orgânica de alimentos em grande e média escala. Entretanto, a pesquisa no Brasil demonstra que a referência das mulheres, sujeitos desta pesquisa, é a produção agroecológica e não orgânica, pelo fato de elas saberem que se produzem orgânicos em grande escala, com utilização de mão-de-obra explorada em muitos casos, e, desse modo, diverge da visão integrada que abrange a agroecologia.

A agroecologia fornece uma estrutura metodológica de trabalho para a compreensão mais profunda, tanto da natureza dos agroecossistemas como dos princípios segundo os quais estes funcionam. Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios

agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo. No caso, são utilizados os agroecossistemas como unidade de estudo, ultrapassando a visão unidimensional – genética, agronomia, edafologia – incluindo dimensões ecológicas, sociais e culturais (ALTIERI, 2004, p. 23).

De acordo com a Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (AMTR/RS, 2013) a agroecologia baseia-se em processos e técnicas naturais para a produção, ao contrário da chamada agricultura convencional, que aposta em químicos para forçar a natureza dar até aquilo que não poderia, sugando ao máximo os recursos naturais, contaminando o ar em nome da quantidade de produção e em vista do lucro. A agroecologia busca respeitar os ciclos da natureza e seus componentes integradores, inclusive colocando os seres humanos como elementos dependentes e não superiores à natureza. Desse modo, trabalha-se sempre com formas integradas de produção, pois o equilíbrio do ambiente se dá na forma de interdependência dos organismos vivos e não vivos, conjugando plantas, nutrientes, animais, minerais, água, solo, luminosidade (sol) e seres humanos. Segundo a mesma fonte, a agroecologia diz respeito à terra, à produção, à preservação do ambiente com responsabilidade social e também política e econômica. É um sistema de produção que procura imitar os processos como ocorrem na natureza, evitando romper o equilíbrio ecológico que dá a estabilidade aos ecossistemas naturais, ao contrário da agricultura convencional e dos transgênicos.

No Brasil, segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2009), a partir do Censo Agropecuário do ano de 2006, a agricultura familiar/camponesa no Brasil, detém 24,3% das terras e produz cerca de 70% dos alimentos consumidos pelos (as) brasileiros (as), evidenciando também que, mesmo com pouca terra, a agricultura familiar gera 40% do Produto Interno Bruto (PIB) da produção agrícola. Por oposição, é demonstrado que a agricultura não familiar concentra 74% das terras agricultáveis, com produção mínima de alimentos. Em se tratando da geração de postos de trabalho, a agricultura familiar/camponesa garante 74,4% de pessoas ocupadas no campo, ao passo que a agricultura não familiar emprega cerca de 24,6% da mão-de-obra agrícola (entre médias e grandes propriedades juntas). Assim, temos 15,3 pessoas ocupadas por 100/ha na agricultura familiar/camponesa e 1,7 pessoas por 100/ha na agricultura não familiar. Dados do mesmo Censo Agropecuário mostram, ainda, que a agricultura camponesa gera um valor bruto de produção por área total (VBP) 89% superior ao gerado pela agricultura não familiar.

No Rio Grande do Sul, local da pesquisa no Brasil, segundo observações e registros em 23/07/2012, o então Ministro da Agricultura do Brasil, destacou, na ocasião do Lançamento

do Plano Safra 2012/13, na Assembleia Legislativa do estado/RS, que 85% da agricultura desse Estado é familiar/camponesa, responsável por 80% da geração de mão de obra no campo. Afirmou, ainda, que nesse modelo de produção é gerada uma renda de R\$ 1.200,00 per capita ao mês, ao passo que, na agricultura não familiar, o valor gerado é de R\$ 700,00. Na mesma ocasião a fala do Secretário de Agricultura do mesmo estado/RS, Ivar Pavan, salientava que 27% do PIB gaúcho provém da agricultura familiar, o que é bastante significativo além de auxiliar e confrontar concepções preconceituosas como mostram Anjos e Caldas (2009, p. 203), de que a agricultura familiar, é “invariavelmente tida como ocupação desenvolvida por trabalhadores desqualificados”.

No meio rural gaúcho, de acordo com Schneider, Conterato, Koppe, et alli (2009), uma de cada quatro famílias vivem em regime pluriativo, o que não pode ser desconsiderado, pois das oito mulheres que participaram da pesquisa, no Brasil, duas apresentaram essa relação e, no terceiro caso, era o companheiro de outra que também desenvolvia atividade extracampo no momento da pesquisa, demonstrando que o campesinato está sempre se refazendo e se reinventando, segundo as possibilidades. No México, a luta indígena por território ainda é muito latente e significa a continuidade do campesinato. Nesse aspecto Bello (2004) descreve que, pela territorialização, os indígenas têm feito suas demandas e representam um projeto de cidadania étnica, articulando defesa do território, autonomia e identidade.

A pesquisa tanto no Brasil quanto no México mostrou que, no modo de ser camponês/camponesa, há uma relação com aquele pedaço de terra que se conhece bem; a relação se dá com as plantas e com as sementes, especialmente se são crioulas. Vale aqui fazer um parêntese sobre o significado das sementes crioulas e o valor que assumem nas lutas dos (as) camponeses (as) e dos (as) indígenas. São sementes de variedades locais que camponeses, ao efetuar a colheita, recolhem e selecionam as que lhes parecem as melhores, mais saudáveis, e as guardam em lugar protegido para ter com que recomeçar o plantio na próxima ocasião.

Na relação que o camponês estabelece com a terra, as águas e as plantas destaca-se, segundo a pesquisa, a qualidade do que é produzido e já se tem uma consciência crítica de que os outros, os empobrecidos da cidade e os estudantes que recebem alimentos pelo PNAE, no Brasil, devem se alimentar com produtos bons, agroecológicos preferencialmente. É uma relação de perto com as plantas, mantendo um planejamento do que vai ser retirado e do que será colocado no lugar do que foi colhido, conciliando e avaliando a quantidade de tempo exigido e o número de pessoas para realizar o trabalho. No México as mulheres chamavam atenção para o gosto dos alimentos saudáveis assim como a manutenção da cultura, pois cada

espécie/cor de milho serve para uma determinada comida ou bebida. Enfim, percebe-se o estabelecimento e a manutenção de relações sociais em torno das culturas agrícolas, dos trabalhos e dos alimentos que fortalecem o campesinato e, que, apesar da dureza, das dificuldades, encontra forças para resistir e defendê-lo, porque se não é, deve ser um lugar bom para se viver.

b) O agronegócio

*Poeta, cantô de rua,
Que na cidade nasceu,
Cante a cidade que é sua,
Que eu canto o sertão que é meu.*

Patativa do Assaré

O poeta matuto, autor desse fragmento, ao cantar o sertão ou dizê-lo em prosa, apontava para a perspectiva de deixar separado o mundo do seu sertão e as coisas da cidade, sendo que atualmente, com o agronegócio, isso parecer um tanto difícil, justamente pelo fato de este modelo produtivo conseguir aglutinar o universo da produção primária ou mesmo da natureza com o setor industrial. Na realidade, o campesinato não nega a agroindustrialização, no entanto, não se trata da mesma utilizada pelo agronegócio e em grande escala.

Assim, países como Brasil e México, pelo fato de uma aparente “tradição” na produção primária, explicada pelo fato de disporem de mão de obra barata e de grande extensão territorial, são considerados propícios para o estabelecimento desse sistema de produção, e nesses casos a exploração maior é sobre os recursos naturais. De acordo com Pollan (2007), na União Europeia e também nos EUA, esse sistema pode e é estabelecido em médias e pequenas unidades agrícolas, especialmente quando se trata de alimentos ou *commodity*-alimento, inclusive, podendo ser considerados produtos orgânicos. Assim, no pouco espaço de terra se faz produzir mais com intensidade de agroquímicos e, no caso de plantações de verduras, legumes e algumas frutas, a exploração de mão de obra é intensa.

O agronegócio estruturado, tanto no Brasil quanto no México, faz parte de uma estratégia para manter e ampliar a concentração fundiária já existente, visto que, em ambos os países, ele se funda no complexo soja-algodão, num primeiro momento. Contudo, a criação de gado de corte em grandes extensões de terras, com todas as concessões e permissões a partir dessa atividade foi a porta de entrada. Ao Norte do México estão as maiores fazendas que, mesmo com a Constituição Federal de 1917 limitando a quantidade de terra em 300 ha por família, há latifúndios que chegam a 10.000 ha, segundo afirmava a fala de Guadalupe Joana,

que por sinal vive ao norte do país. No Brasil, no Centro-Oeste essa atividade foi pioneira e servia para “limpar” a área, ou seja, para justificar a derrubada da mata da floresta amazônica.

De acordo com Fernández e Tarría (1988, p. 87), a proporção de terra recebida e legitimada com a Lei de Inafectabilidade pelos fazendeiros produtores de gado, “*los ganaderos*”, foi de, no mínimo, 212 vezes a mais do que possuíam os camponeses ejidatários, ambos beneficiados pelo mesmo projeto de reforma agrária. Segundo a mesma fonte, no governo de Miguel Alemán (1936-1942), sucessor de Cárdenas pelo mesmo partido, foram expedidos 350 certificados de inafectabilidade de fazendas de gado, amparando 3,5 milhões de ha, o que significa que cada fazenda ficou em média com cerca de 10.000 ha, quando a lei constitucional delimitava a quantidade de 300 hectares por proprietário. A ideia era que os produtores de gado trabalhassem sem temores, conforme uma declaração do governo: “*Se han reprimido las invasiones de tierras, pues hemos de repartirlo: todo dentro de la ley, nada al margen de ella, ni por violencia*”.

O que chama atenção no dizer do dirigente político é o fato de estar implícito que os chamados por ele de “invasores” é que cometem violência, sem olhar ou admitir a violência primeira que os deixou sem-terra, especialmente os indígenas. Da mesma maneira, fazer a reforma agrária, conforme os moldes estabelecidos no México, era manter a desigualdade. Conforme registra Warman (1988, p. 4) “*Pese a las reformas agrarias, que por general fueran tratadas como políticas sociales pacificadoras o preventivas sin transcendencia productiva, la desigualdad en la posesión y acceso a la tierra se incrementó en el pasado reciente*. Além disso, com relação aos camponeses,

su terca demanda por la tierra ha sido descalificada desde arriba, por quienes entienden a la sociedad como un negocio mercantil, por arcaica, antieconómica e irracional, pero no ha sido acallada ni ha generado una propuesta alternativa más moderna y racional (WARMAN, 1988, p. 5).

No México a expansão do gado se deu da década de 1940 em diante, sendo que, na região Sudeste do país, entre 1950-70 houve deflorestação de mais de 50% da mata existente. No Brasil, seguindo a mesma lógica, esse plano foi para a região Amazônica entre 1970 e início dos anos 80 de maneira expressiva, com estímulo da ditadura militar, pois empresas como a Liquegás e a Volkswagen financiavam a abertura da mata com a expulsão e extermínio de comunidades indígenas. As terras “abertas” serviriam para o agronegócio de grãos em substituição ao gado nos anos posteriores (FERNÁNDEZ; TARRÍO, 1988).

Estudos de Rubio (2001) apontam que o sistema do agronegócio se estabeleceu na América Latina sob o domínio da agroindústria transnacional, do final da década de 1980 para

90, coincidindo com a chamada terceira revolução tecnológica, que envolveu a informática e a internacionalização do capital com estratégias de grandes multinacionais. No México, segundo a mesma fonte, a preparação para esse modelo se deu a partir da metade da década de 1970, quando a reforma agrária foi estancada, havendo um processo de contrarreforma agrária até os dias atuais. No Brasil de acordo com Guanziroli e Berenger (2010), esse modelo começou a aparecer nos anos de 1980, mas foi estruturado na década de 1970, inclusive com grande impulso pela criação da Embrapa-soja, cujo ímpeto era e foi, a adaptação do feijão soja no cerrado brasileiro e, posteriormente na região amazônica. Segundo os autores (Op. Cit., p. 17), o agronegócio se estabeleceu no Brasil e, só foi possível devido aos investimentos do Estado. Além disso, e dos aspectos estruturais,

deve ser incluída na lista de fatores causais do sucesso do agronegócio a modernização das políticas agrícolas realizadas durante os anos 90, com a mudança de uma política exclusivamente focalizada em crédito subsidiado para uma política de regulação da produção via mercado (Mercados Futuros, Opções, Letras, etc.) e de inclusão da agricultura familiar no espectro das políticas agrícolas, o que permitiu que o sucesso do agronegócio fosse acompanhado por um desenvolvimento rural socialmente sustentável.

Os autores se referem ao agronegócio como sucesso no sentido de que se conseguiu implementá-lo a passos largos, sendo mais expressivo no Centro-Oeste, região de maior concentração fundiária. Por outro lado, também pontuam que foi na década de 1990 a criação de uma primeira política pública efetiva para acesso dos pequenos produtores. Trata-se do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), primeiramente criado sob a sigla de Provap e implementado como Pronaf no ano de 1996. Com a criação desse programa a agricultura camponesa ou familiar, na conceituação do governo, é delimitada a quantidade de quatro módulos fiscais de terra, para enquadrar quem é pequeno produtor (a), pois até então, a definição era de até quinze módulos.

De outra maneira, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2011), não há limite de quantidade de terra para as grandes propriedades no Brasil, e essa tem sido uma luta de muito tempo dos movimentos sociais populares do campo, especialmente encampada pela CPT que, junto ao Fórum Nacional de Reforma Agrária e Justiça no Campo (FNRA) realizou o plebiscito popular no ano de 2010, forçando a criação da Lei que limita o tamanho da propriedade no Brasil, sugerindo ser de, até no máximo, 35 módulos fiscais.

No México, o limite máximo de quantidade de terra, conforme a legislação em vigor não permite mais de 300 ha por proprietário, mas, segundo o que Guadalupe Dolores relata, o México é o país onde mais se faz lei que não se cumpre e, há latifúndios de até dez mil ha,

segundo o conhecimento das entrevistadas. Uma forma de registro dessas propriedades é justamente legalizá-las com a finalidade de produção de gado, que é permissivo para maior quantidade de mais terra e, em nome de várias pessoas de uma mesma família ou até de empregados, segundo Ramírez (1988).

Embora se saiba que o agronegócio foi estruturado ainda no final da década de 1970 e tendo continuidade nos anos de 1980, ele só vai aparecer de fato no final da década de 1990 nos países da América Latina, numa exigência do neoliberalismo, com a abertura forçada do “livre comércio”, sob a farsa da integração dos países, quando se possibilitava a invasão do mercado que tivesse maior força/competitividade que os demais. De acordo com López (2004, p. 58) “*la globalización de hoy es, como se sabe, la globalización del mercado capitalista*”, pois, conforme destaca Galeano (1991), a América Latina já estava destinada a ser produtora/fornecedora de produtos primários.

No Brasil, da metade da década de 1990 em diante, é perceptível a força com que surge e se impõe o agronegócio. De acordo com a EMATER/RS (2008), por meio da Lei 8.829 no ano de 1994, foi criada a Cédula de Produtor Rural, possibilitando que, pessoalmente ou por intermédio de suas cooperativas (de grande porte), fossem emitidos títulos de venda da produção. Trata-se de uma forma de financiamento com o compromisso de entrega de produto. Segundo a mesma fonte, em 2004, foram criados outros títulos de créditos ao agronegócio brasileiro, a saber: a) Certificados de Depósito; b) Certificado de Direito Creditício do Agronegócio (CDCA); c) Letras de Crédito do Agronegócio (LCA); d) Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA). Os CDCA’s são de exclusividade de cooperativas ou pessoas jurídicas; as LCA’s, para instituições financeiras públicas ou privadas; e os CRA’s, são títulos de créditos nominativos para livre negociação com promessa de pagamento em dinheiro. Esses títulos agem como mercados de futuros, podendo ser aplicados nas chamadas bolsas de mercados futuros.

Outra política que beneficia o agronegócio é a isenção de Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) para produtos básicos e semielaborados para exportação, mediante a Lei Kandir, que isenta a cobrança do ICMS sobre produtos e serviços destinados à exportação. Segundo Costa (2012), esta Lei que está em vigor desde 1996, continua sofrendo alterações, sendo que a última delas desonera empresas na compra de bens de consumo, energia elétrica e telefonia, e, neste caso, quem paga são os cofres públicos. A entrada em vigor desta mudança seria para início de 2011, conforme se pode acompanhar:

A mudança na lei já havia sido aprovada (...) pelo plenário da Câmara. Com isso, a concessão de crédito para as empresas passa de 1.º de janeiro de 2011 para 1.º de

janeiro de 2020, dando tempo para uma discussão mais ampla sobre mudanças no sistema de tributos do País. O texto segue agora para sanção presidencial. A prorrogação do prazo de início da vigência da concessão de crédito - a quinta desde que a Lei Kandir foi sancionada em 1996 - dará um alívio imediato aos cofres estaduais. Se as empresas pudessem começar a obter os créditos em 2011, como previsto, os Estados teriam uma perda global de R\$ 19,5 bilhões. Esse valor corresponde a 11,1% da arrecadação do ICMS, o principal tributo estadual (COSTA, 2012, p. 01).

Assim, o agronegócio é beneficiado enormemente se comparado com a agricultura camponesa e mesmo com a que é praticada pelos médios produtores. Em termos de volume de crédito acessado, isso fica mais explícito ainda. De acordo com o IPEA (2011), do plano-safra 2009/2010, a agricultura familiar ficou com 15 bilhões de reais, ou seja, 16% do volume do crédito, ao passo que, ao agronegócio, foram destinados 92,5 bilhões e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), confirma que a agricultura patronal responde por 16% dos estabelecimentos existentes no Brasil e detém 76% das terras. Segundo a mesma fonte, nos cortes feitos nos recursos para a agricultura entre 2008 e 2009, foi diminuído em 12% o investimento nos recursos que seriam destinados aos assentamentos da Reforma Agrária, sendo o corte de 35%, implicando em mais de 5,5 milhões de reais. De outro modo, o Brasil, de 2008 em diante, começa a liderar o mercado de agrotóxicos na América Latina, concentrando 84% das vendas. As principais culturas em que se utilizam agrotóxicos são: soja, milho, cana de açúcar, algodão e citros; todos estes são produtos majoritários do agronegócio (ABRASCO, 2011).

De acordo com Guanziroli e Berenger (2010, p. 22), a produção agrícola triplicou no Brasil nos últimos 30 anos, sendo que o soja foi destaque, crescendo em volume vinte vezes nas últimas duas décadas, e o algodão teve ênfase na última. Arroz e feijão se mantiveram mais ou menos estáveis, mas perderam terra de plantio na última década, para o soja, até porque não são produtos típicos de onde foram e são feitos os maiores investimentos do agronegócio. “Os aumentos de produtividade das décadas de 1980 e 90 foram sem dúvida os fatores mais importantes e que conformaram as bases do desenvolvimento tipo ‘boom’ que se verifica nos anos 2000/2010”. Segundo a mesma fonte, o Brasil é o quarto maior exportador de produtos agrícolas, incluindo a carne bovina, café e cana-de-açúcar, ficando atrás da União Europeia, Estados Unidos e Canadá. Mas, ser produtor e exportador de produtos primários têm suas desvantagens, “pois a primarização é preocupante” (Op. cit., p. 29) e uma das razões é a destruição da Amazônia brasileira. De acordo com estudos recentes de Abramovay (2010, p. 105) em análise sobre desenvolvimento sustentável no Brasil, é mostrado que:

Uma rápida listagem de atitudes recentes mostra que a utilização dos recursos na Amazônia obedece ao velho estilo: concebem-se os projetos e, em seguida, elaboram-se medidas para atenuar seus impactos ambientais. Em outras palavras, trata-se de uma estratégia de crescimento econômico em que o meio ambiente é uma externalidade e será tratado como tal.

Não dá para negar que há um imaginário social construído em torno do agronegócio, como algo moderno, que visa ao progresso do país, em termos de agricultura. Mas, uma primeira problematização deste setor é trazida nos argumentos de Elias e Pequeno (2007, p. 30) ao apresentarem estudos sobre as *desigualdades espaciais nas cidades do agronegócio*, pois, se pode afirmar que ele mudou e vai mudando a geografia do país em termos de área de produção e de populações.

Dentre os impactos ambientais negativos deste processo²¹, destacaríamos: a crescente desarticulação da agricultura de subsistência e aumento de participação de empresas agropecuárias no total da produção regional; a expansão da monocultura e, conseqüentemente, diminuição da biodiversidade e aumento do processo de erosão genética; a mudança dos sistemas técnicos agrícolas, com difusão de um pacote tecnológico dominado por uma produção oligopolizada e muitas vezes impróprio para as condições ambientais regionais, destruindo saberes e fazeres historicamente construídos. E ainda: o aumento da concentração fundiária, com a expropriação de agricultores que não detêm a propriedade da terra; o aquecimento do mercado de terras, que tem seus preços aumentados, contrariando ainda mais as aspirações pela Reforma Agrária; o acirramento da privatização da água (...), o crescimento desordenado de algumas cidades, com conseqüente aumento das periferias urbanas e carências de infraestrutura.

Além do já pontuado pelos autores, outra questão que os mesmos mencionam e que em meu entendimento contribui para desromantizar ou, no mínimo, questionar o agronegócio como modelo de produção, é o fato de que ele é estruturado para um campo com pouquíssimas pessoas, ao passo que vai gerando favelização nas *cidades do agronegócio*. Trata-se de uma reestruturação produtiva em que “se acentuam as desigualdades sócio-espaciais além de criar muitas outras” (Op. cit., p. 31), uma vez que pressiona os agricultores a saírem da terra, fazendo dela monocultivos altamente mecanizados com exigência de mão de obra cada vez mais qualificada a ponto de anunciarem nos meios de comunicação que falta essa mão de obra.

No México, devido à reforma agrária efetivada, distribuindo milhares de ha de terra a camponeses/camponesas indígenas, ao passo que legitimava grandes fazendas, atualmente não se percebe, propriamente, segundo minhas observações e também estudos a respeito da questão agrária, as cidades do agronegócio como no Brasil. Naquele país, a pobreza maior

²¹ Os autores estão se referindo ao agronegócio globalizado no Nordeste brasileiro, seja no setor de frutas tropicais, seja de soja.

está no meio rural, sendo localizadas nesse local as maiores favelas com uma população totalmente desassistida, muitos vivendo do dinheiro enviado por parentes que estão nos EUA, e a grande maioria com bolsas-auxílio. Para exemplificar, de acordo com Appendini e Torres-Mazuera (2008, p. 18), segundo dados de 2004, 57% das pessoas do meio rural mexicano são pobres e 28% são consideradas extremamente pobres, tanto é que a cruzada contra a fome no país teve início nas zonas rurais. *“Lo rural, en términos económicos se ha convertido en sinónimo de marginación”*.

A pesquisa com as mulheres da UNORCA/UNMIC evidenciou esse fato com muita precisão, pois as mulheres explicavam que a reforma agrária (referindo-se à década de 1970, à qual suas famílias, no caso, os pais foram beneficiadas por *ejidos*), se deu para os *ejidatários* de forma a garantir de um a três ha de terra de maneira mais geral, sendo as parcelas e mais um lote na cidade ou vilarejo, chamado de *solar*, quase sempre próximo à área de fazendas, pois a ideia era manter mão de obra barata aos fazendeiros. Com esse mínimo de terra recebido por família, sendo a partilha quase impossível até então, antes da mudança do artigo 27º já mencionado, não se poderia vender ou alugar essa terra oficialmente. Para territórios étnicos reconhecidos as terras eram comunais, não podendo ser vendidas, mas os filhos dessas famílias, ou de *ejidatários*, os quais ainda eram muitos na década de 1970-80, ficavam todos sem terra e, por isso, uma grandiosa população é emigrante ou sonha em migrar. Diante disso, os usos e costumes que ainda prevalecem, segundo Guadalupe Joana e Guadalupe Inés, é de que somente um dos filhos herde a terra, sendo que o pai faz a escolha do herdeiro antes de sua morte.

Se na atualidade fala-se do agronegócio, algo conceitualmente bastante recente no Brasil, não faria sentido o desvincular de um modelo de produção agrícola que foi a chamada Revolução Verde, amplamente difundida aos países desenvolvidos e imposta aos ditos “subdesenvolvidos” ou empobrecidos a partir da década de 1960. Esta foi projetada, segundo Conway (2003, p. 72), “entre o Escritório de Estudos Espaciais, criado pelo Ministério da Agricultura do México e a Fundação Rockefeller, em 1943”. Segundo este autor, os experimentos da Revolução Verde foram realizados em condições excelentes, tanto ambientais quanto de pessoal, pois os melhores cientistas eram atraídos para trabalhar em laboratórios e áreas experimentais nos Estados Unidos. Conway destaca o sucesso da Revolução Verde, enfatizando que, se não fosse ela, a fome no mundo teria proporções muito maiores. Em sua afirmação (CONWAY, 2003, p. 56) “fome e pobreza podem ser eliminadas pela aplicação da ciência e da tecnologia modernas, contanto que elas sejam utilizadas em larga escala e sejam sustentadas por políticas econômicas e sociais apropriadas”.

Na mesma obra, este autor afirma que a Revolução Verde não foi longe o bastante, citando algumas limitações, como: “seu impacto sobre os pobres tem sido menor que o esperado; ela não produziu, e em alguns casos, estimulou a degradação dos recursos naturais e os problemas ambientais; seu impacto geográfico foi localizado; e, há sinais de queda nos retornos” (Op. cit. p. 91). Coloca também, como desafio para os países em desenvolvimento, deixar “os mercados liberalizados para insumos e produtos agrícolas com grande envolvimento do setor privado” (Idem, p. 64). Contraditoriamente, logo em seguida (Ibidem, p. 65) ao tratar da eliminação da pobreza, afirma que além de “criar empregos para os sem terra e os com pouca terra”, a inovação agrícola nesses países “não pode ser deixada simplesmente às forças do mercado”.

Pelas posições muito contraditórias defendidas por Conway (2003), na obra em questão, fica explícito que se trata de um autor que se intitula ecologista, quando, na realidade, sustenta concepções de economia neoclássica. Isso quando explica que, se a Revolução Verde não conseguiu ainda superar o problema da fome no mundo, conforme prometido, é porque não foi desenvolvida suficientemente. Segundo ele, agora seria necessária uma Revolução Duplamente Verde, chamando a atenção para a responsabilidade ambiental frente ao esgotamento de recursos naturais e também do aumento de doenças como câncer nas pessoas.

Assim, de uma maneira, defende o controle por parte de livres mercados e a utilização de tecnologias, incluindo insumos agrícolas, e dentre eles, grande quantidade de agrotóxicos; mas, de outra, afirma que a Nova Revolução Verde teria que beneficiar os pobres e ser ambientalmente sustentável, o que, em meu entendimento, é notória a contradição, uma vez que uma posição elimina a outra, basta analisar o seguinte: o autor defende emprego para as pessoas sem terra e com pouca terra, e nisso está implícito que a Revolução Verde, enquanto modelo, ampliou a concentração de terras e gerou pobreza tanto no campo quanto nas cidades.

Atualmente é perceptível o fato de não haver empregos para todas as pessoas nem nos países ditos desenvolvidos, devido ao próprio modelo de industrialização inspirado no toyotismo, em que a máquina é um “faz tudo” sendo necessária apenas uma equipe para controlar o seu funcionamento, portanto, não gera empregos e, sim, mais e mais desempregados (as). Desse modo, os ex-trabalhadores do campo, que são expulsos pela concentração de terras e pela aplicação das novas tecnologias à produção, sendo considerados menos qualificados frente às demandas do trabalho nas cidades, continuarão sem trabalho ou terão de aceitar os trabalhos mais penosos, insalubres e menos bem pagos, quando conseguem. Em geral esses postos de trabalhos são sazonais e sem regulamentação, impossibilitando acesso aos direitos garantidos pela legislação trabalhista.

Outra grande contradição explicitada nas posições de Conway encontra-se ao defender o livre mercado como controlador da Nova Revolução Verde ou Revolução Duplamente Verde, quando empresas do ramo de agrotóxicos (fungicidas, pesticidas e inseticidas) lucram bilhões de dólares a cada ano, causando doenças e danos irreparáveis à natureza e aos agricultores que os utilizam, como é o caso da região de Rio Pardo, no Rio Grande do Sul, onde se concentra a produção do tabaco, ou fumo, conforme é confirmado pelo depoimento de Maria Ilse. Ao mesmo tempo, Conway argumenta que tal Revolução deverá ser ambientalmente sustentável. Como? Seria muita ingenuidade pensar que isto seria possível, visto que, em se tratando do Brasil, por exemplo, a preservação da Amazônia e do Cerrado são tidos pelos agentes do mercado como atraso ao desenvolvimento, e, desde o ano de 2008, o país se tornou o maior consumidor de agrotóxicos do mundo²².

Um relatório da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas) confirma a gravidade do problema: o Brasil lidera o ranking de registro de intoxicações. A tendência deve consolidar-se ainda mais, a julgar pelo aumento substancial do faturamento das indústrias de química fina e de biotecnologia, com destaque para as fabricantes de defensivos (IPEA, 2011, p, 251).

A mesma fonte indica que as indústrias fabricantes de venenos apostam nos Organismos Geneticamente Modificados (OGM's)²³ como estratégia de ampliar mercados. Diante disso, na ótica do maior lucro possível forçado pelo mercado (capitalista), fala-se em ampliação da fronteira agrícola brasileira, em cerca de cem milhões de hectares de terra nos dois biomas citados. Assim, a destruição desta imensidão de área, com ou sem florestas, implica em destruição dos biomas, e não raro, a aplicação de queimadas a fim de “limpar” a área para o plantio, especialmente de soja e cana de açúcar, e para a criação de gado em grande escala, o que se faz dentro da ótica do agronegócio, tido como moderno e sinônimo de progresso.

Quando a “ampliação de fronteira” é feita em grandes proporções ela se torna perceptível, a olho nu, mas, ainda assim, os órgãos de fiscalização têm atuado muito

²² Uma pesquisa revelou contaminação do leite materno por agrotóxicos usados em plantações em uma cidade no Mato Grosso. As amostras foram colhidas de 62 mulheres atendidas pelo programa de saúde da família do município de Lucas, do Rio Verde, a 350 km de Cuiabá. Os níveis de agrotóxicos encontrados estão bem acima da média e põem em risco a saúde humana. Em 100% das amostras foi encontrado ao menos um tipo de agrotóxico e em 85% dos casos foram encontrados entre 2 e 6 tipos (ABRASCO, 2012).

²³ De acordo com Morgato (2013) o surgimento dos OGM's está relacionado com o descobrimento da estrutura dupla hélice no DNA permitindo, a partir disso, intercambiar genes entre uma mesma espécie, assim como eliminar ou remanejar genes do genoma de organismos vivos. Segundo a pesquisadora, os OGM's surgem como tal na década de 1980 sendo aperfeiçoados na sequência fazendo parte de uma segunda geração, e, por fim, do ano de 2006 em diante, fala-se na terceira geração desses organismos, possibilitando introduzir vacinas, anticorpos e hormônios entre espécies distintas. Na primeira geração, tratava-se de introduzir características como maior resistência e durabilidade e imunidade às plantas; na segunda, se introduziu melhoramento de propriedades como maior dose de ferro, cálcio, etc., envolvendo maior complexidade que na primeira geração.

fragilmente no Brasil. De outro modo, no Rio Grande do Sul, por exemplo, mais precisamente na região Sul do estado, com predominância do bioma Pampa, em que as gramíneas que servem de pastagem são abundantes para a criação de gado, pouco a pouco a pecuária vai sendo substituída pela plantação massiva de árvores exóticas (por exemplo, o *pinus elliotis*). Pelo que se vê observando, as empresas que atuam no ramo de celulose para exportação adquiriram tanto áreas de médio porte e a grande maioria de pequeno porte, forçando a saída das famílias camponesas da roça²⁴.

Trouxe este exemplo para mostrar que a chamada fronteira agrícola, acima de tudo, serve ao capital transnacional, que, via de regra, é legitimada em nome da produção de alimentos. O que acontece no Rio Grande do Sul²⁵ é o contrário, pois a área que servia à produção de carne e também de arroz, foi substituída por árvores de grande porte, o que é muito problemático quando se trata de um bioma que é considerado frágil para as plantas pesadas e de raízes profundas. Assim, percebe-se que, em nome do crescimento econômico de poucas empresas, à custa da exploração do trabalho de muitas pessoas, e de outras tantas que ficam sem ter onde morar, onde trabalhar e do que viver, a natureza é de fato, considerada uma externalidade. Amplia-se a fronteira para o agronegócio e o capital transnacional em detrimento de um desenvolvimento efetivamente social e do cuidado com o Planeta Terra.

Estudos de Campos (2011) sobre o agronegócio, no estado do Rio Grande do Sul, mostra o visível crescimento da pobreza concomitante com a concentração de terras por parte do agronegócio. O estudo demonstra também que o Estado atua para a manutenção dos pobres nos cinturões de miséria, nos arredores das cidades do agronegócio, com programas sociais como bolsa-família, bolsa-escola, entre outros. A autora, a partir do estudo, aponta que as mulheres são as maiores vítimas do agronegócio, no sentido de ficarem sem trabalho ou com trabalhos mais precários. Descreve que, no complexo do agronegócio, que envolve soja, cana-de-açúcar e frutas, no Brasil, as mulheres foram excluídas, ou, numa análise mais profunda, estão de fato incluídas, para ficar sem trabalho, sem terra, depender de bolsas, ou se prostituir. Com as grandes extensões de terra, típicas do agronegócio brasileiro e mexicano, há conflitos permanentes e muitas mortes, especialmente de trabalhadores e lideranças de movimentos sociais populares, segundo apontou a pesquisa, parecendo que no México, os assassinatos de

²⁴ É possível verificar como se deu a aquisição de áreas, com seus respectivos tamanhos, podendo-se recorrer a cartórios locais, bem como no Ministério Público Estadual (RS), pois as empresas apresentavam ao MP seus planos de expansão. Os contratos de arrendamento de terras com camponeses (as) locais também constavam nesses planos.

²⁵ A plantação de árvores exóticas, além do Rio Grande do Sul, está presente em maior escala nos Estados da Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e São Paulo.

lideranças são numericamente mais expressivos e cruéis do que no Brasil, sendo que todas as pesquisadas se referiram à grande violência existente no país.

Outro fator a ser pontuado é que, apesar do agronegócio tentar mostrar uma cara bonita como no Canal do Produtor Rural (2013), enfatizando os objetivos da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), como sendo a defesa do homem do campo e para a economia e a defesa do livre comércio de produtos agrícolas e da agroindústria, esse sistema de produção é altamente contraditório, pois, se considerado o patamar de desenvolvimento científico e tecnológico alcançado e investido no agronegócio, não haveria de se falar em escassez de alimentos. Entretanto, o número de pessoas miseráveis e famintas no mundo segue aumentando. Outrossim, conforme já apontado, o agronegócio produz *commodities*.

Como *commodities*, os alimentos perdem a identificação para serem produtos quaisquer no mercado controlado pelas bolsas de valores. Em geral, são produzidos em grande escala e orientados para a exportação. Se, de uma perspectiva tem-se essa consideração, balizada pelo capital, soma-se a ela, a argumentação de Ploeg (2008, p. 127), quando afirma que os alimentos também estão sendo transformados em “uma espécie de não-produtos, cuja origem já não importa, tampouco, sua viagem ao longo do tempo e do espaço”.

Na perspectiva de Naredo (2001), as empresas, de maneira geral, precisam parecer verdes e limpas e, para isto, criam mecanismos destrutivos capazes de maquiar a realidade desastrosa. O agronegócio tem feito sua defesa em nome de eliminar a fome no mundo, ou seja, o mesmo que fez a Revolução Verde sob uma mesma óptica de “desenvolvimento”, porém, em ambos os casos, voltados às demandas do capital. Por isso mesmo, a contradição desta defesa é gritante, pois, o agronegócio não protagoniza um desenvolvimento ecologicamente sustentável, tampouco é produtor de alimentos suficientes e saudáveis e, ainda assim, impede esta possibilidade, quando destrói a agricultura camponesa, inviabilizando inúmeras famílias de permanecerem vivendo do seu trabalho no campo, na floresta ou como ribeirinhos, conforme demonstra a pesquisa de Campos (2011) e os estudos de Elias e Pequeno (2007), já destacados.

Embora, em alguns casos, o agronegócio se utilize da agricultura camponesa ou familiar, é notório que não se trata de uma relação de parceria, como é apregoado pelos Meios de Comunicação Social (MCS), vinculados à grande mídia. Mas, há uma relação de dependência e exploração, no sentido de que o primeiro lucra com o trabalho dos segundos. Há, também, nesse rol o sistema de integrados compreendendo a criação confinada de aves/frangos, suínos e gado de corte no ramo das carnes e ovos, bastante comum tanto no Brasil como no México. No Brasil, essa integração acontece também no campo da produção

de fumo no RS, segundo Maria Ilse e, no México, as plantações de abacate estão tomando terras dos camponeses em contratos que se estendem por 20 anos ou mais, conforme pontuava Guadalupe Dolores.

No caso do sistema de integração, há uma enorme complexidade, pois, aparentemente ele pode se apresentar não como sendo do agronegócio, e, deveras, nem sempre pode ser entendido dessa forma, parecendo um simples contrato assinado de parte da família camponesa com representantes das empresas, aonde todos os insumos (adubos, sementes ou animais, herbicidas e inseticidas) são obrigatoriamente comprados da empresa, ao passo que, os produtos são entregues somente à mesma empresa, completando o ciclo.

No caso dessa pesquisa, Maria Ilse narrou que plantou fumo para uma fumageira durante muitos anos, mas quando percebeu o que significa a integração e que ela e sua família trabalhavam muito, obtendo poucas sobras em termos de recursos financeiros, foi se organizando em vista de parar e romper com esse sistema, e assim o fez. Quando falávamos do mesmo assunto ela declarou que algumas famílias se dão bem plantando fumo, mas o volume de trabalho empregado é enorme e o adoecimento das pessoas está sendo assustador na região em que vive (Vale do Rio Pardo); para outros não sobra nada e, há outras famílias, ainda, que não podem sair do sistema porque estão muito endividadas com as empresas e o rompimento de contrato em andamento implicaria em multas gigantescas, sem condições de pagar.

No caso dos EUA e muitos países da União Europeia, aonde o agronegócio produz alimentos- *commodities*, criou-se um mercado de orgânicos chamado por Pollan (2007), de império dos orgânicos, com vasta legislação envolvendo concessões aberrantes, assim como restrições diante de problemas sanitários, especialmente no caso de confinamento de aves, suínos, gado e peixes, como o salmão ou plantações de frutas e hortaliças. No caso dos EUA, essa produção é mantida em grande medida à custa do trabalho explorado de mexicanos imigrantes e, quanto maior o tamanho da fazenda/propriedade, maior a contratação de mão de obra.

Na problemática colocada pelo mesmo autor é destacado o fato de que uma unidade pequena de produção dificilmente pode sobreviver no ramo do agronegócio, embora obtenha resultados em forma de produtos e os industrialize, pois a exigência vem sendo cada vez maior, em termos de adequação à legislação e também em termos de exigência de entrega para redes de supermercados, que demandam grandes volumes de produtos/alimentos por dia.

Mas, um caso trazido pela pesquisa de Pollan (2007) mostrava um agricultor, produtor de uma diversidade considerável de orgânicos, que fazia outro tipo de rede: tinha seu próprio

nicho para a venda e estabelecia relações com outros produtores que pensavam como ele, vendendo diretamente os produtos, organizando feiras de produtos ecológicos, não se submetendo à lógica do mercado perverso.

O desenvolvimento do agronegócio se deu e continua, em grande medida, à revelia de licenciamentos ambientais, utilizando-se de termos de ajustes de conduta (TAC) quando a legislação é burlada ou infringida²⁶. Se não bastasse isso, Abramovay (2010, p. 105) enfatiza que o então relator das alterações do Código Florestal Brasileiro, Deputado Aldo Rebelo, “exprime bem os interesses em torno dos quais a maioria do agronegócio se articula” independente de manifestações de setores ambientalistas e demais movimentos sociais. Esse fato pode ser comprovado no processo que resultou na aprovação do Código Florestal, do qual este Deputado era o relator. Contudo, longe de encerrar a discussão acerca do desenvolvimento do campo, sendo que o campesinato e o agronegócio representam perspectivas distintas nesse sentido, enfatizo que há de se questionar o desenvolvimento balizado por interesses mercadológicos na sociedade do capital. O capital exige lucro a qualquer custo, desrespeitando qualquer limite com relação à vida humana e à natureza, ficando nítido que não há como preservar sem deixar de lucrar.

2.2 PRODUÇÃO DE ALIMENTOS: trabalho ou coisa de mulher?

Neste item proponho-me a refletir sobre a produção de alimentos, sublinhando que este é um campo majoritariamente de trabalho feminino de pouco reconhecimento pelo fato de estar “colado” às mulheres, como se fosse parte delas, naturalmente. Além disso, por ser alimento, grande parte do que é produzido é consumido na própria família e, por isso mesmo, nem é notado até porque não vira dinheiro, conforme salientou Maria Madalena.

Ao buscar referenciais teóricos sobre o tema da produção de alimentos, deparei-me com grande limitação de trabalhos no que tange à diversidade da produção. Tanto em livros como em dissertações e teses publicadas em português, no Brasil, na busca em sítios de universidades que oferecem licenciaturas em Educação do Campo, dos programas acadêmicos de Desenvolvimento Rural, Extensão Rural, Sociologia e Agronomia, encontrei pouca coisa sobre o assunto. Deparei-me com um grande acúmulo teórico sobre o campesinato, além de

²⁶ A plantação de árvores exóticas tem sido exemplo clássico de abusos do uso de TAC's bem como desrespeito à Legislação Federal que proíbe compra de áreas de terra na fronteira, devendo ser respeitados 150 km de distância entre o Brasil os países vizinhos, por uma questão de segurança nacional. O que se verificou é que as empresas transnacionais utilizam-se de outras “empresas laranjas” para efetuarem as aquisições de terra, inclusive quando se trata de grandes extensões.

livros mais antigos, uma coletânea recente, em parceria do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD) com a Universidade Estadual Paulista (UNESP) e a Via Campesina do Brasil, abrangendo a produção e as formas e resistência para essa categoria de trabalho e cultura continuar existindo e se reproduzindo. Nesta coletânea de nove livros, organizados em cinco tomos contendo o volume I e II, com uma exceção, há artigos que tratam da produção diversificada, e, talvez seja uma das mais completas coleções sobre o assunto.

Um dos livros que faria parte da coletânea do NEAD/Unesp, intitulado *Mulheres camponesas, trabalhos produtivos e engajamentos políticos*, mas que acabou saindo pelo MDA, no ano de 2013, ao passo que os demais da coletânea “oficial” foram publicados entre 2008 e 2009, traz uma nota especial do MPA²⁷, válida de ser destacada:

Muito ainda está por ser pesquisado e apresentado ao debate público, mas, neste momento destacamos, que, nos primeiros volumes, a ênfase recaiu sobre os produtores como categoria socioeconômica, permanecendo relativamente invisibilizada a especificidade da participação das mulheres camponesas no processo histórico (NOTA DO MPA. In: NEVES; MEDEIROS, 2013, p. 5).

São volumosas, também, as discussões acerca dos alimentos, desde uma abordagem do campo nutricional/alimentar, contudo, aparecem desvinculados do universo que compreende os sujeitos que os produzem, segundo minhas pesquisas em fonte eletrônica. Quando buscado sobre o tema da produção, em geral o que aparece são trabalhos que envolvem um tipo de produção ou de industrialização, com exceção a alguns poucos artigos que tratam de hábitos alimentares, costumes e tradições no campo da antropologia e sociologia rural, e, além disso, é evidente o campo das engenharias e de tecnologias de alimentos que vai para um outro viés.

Os artigos dos campos antropológico e sociológico foram bem vindos, e suas reflexões se encontram em parte nesse trabalho, e, como se pode perceber, escritos sempre por mulheres ou em colaboração com elas, o que evidencia o olhar e o interesse feminino elucidando questões a respeito de alimentos diversificados, sabores e saberes, que vão do trabalho na roça à mesa. Ao que parece, algumas teóricas, citando a importância de Renata Menache, Maria José Carneiro, Maria Isaura de Queiroz, entre outras, há algum tempo se deram conta do ocultamento diversificado “pro consumo” de maneira especial, e, do pouco valor daquilo que

²⁷ Na mesma nota o MPA admite a lógica patriarcal e machista ao longo dos tempos na sociedade, ao deixar de lado e ocultar as mulheres, estratificando papéis de gênero num redimensionamento das ações dos homens ao passo que apaga as ações das mulheres. Demarca ainda: “Por isso, a grande importância que atribuímos a mais este tomo, embora, por questões contratuais e de direitos autorais, ele não esteja incluído na bela obra da *História Social do Campesinato*, mas corresponda (sic) ao mesmo projeto político que deu origem à constituição dessa coleção” (p. 6).

sempre foi tratado como trabalho feminino no campo, mas também das coisas de mulher e, nesse sentido, estão desocultando, pondo em discussão esses temas, o que vem ao encontro desse estudo.

Volto um bocadinho à frase que citei de minha adolescência vivida no campo, quando questionei minha mãe pelo fato de ter que deixar de fazer coisas que gostava, ao passo que via o trabalho e as responsabilidades a ele associadas, aumentado. Mediante a pergunta ela respondeu-me: porque você é uma menina... E disse mais: as mulheres nasceram para trabalhar. Vida de mulher desde menina não é fácil. Esmiuçando melhor, pode-se entender o mesmo que faz parte do mundo das mulheres, de ser mulher, das coisas de mulher, que, aliás, essas coisas são tão pouco detalhadas, por serem muitas e consideradas pequenas, do meu ponto de vista. Pode ir desde um trabalho que não faz uma pessoa ser trabalhadora, mas trabalhadeira, no dizer de Pedro (2004), pelo fato de as coisas, ou o não-trabalho de mulher ter um valor apenas monetário, de o quanto vale e não o como foi feito, conforme discutem Paixão e Eggert (2011) ao estudarem grupos de mulheres que fazem artesanato.

Diante disso, é que vejo necessidade de trazer algumas reflexões, ainda que breves sobre o trabalho, aqui destacando as mulheres ao longo da história, consideradas como não trabalhadoras e sim, trabalhadoras pela metade, ou ainda, ajudantes (MENEZES; ALMEIDA ET ALLI, 2013) no âmbito camponês, embora se dediquem maior tempo à atividade. Para reafirmar, cito uma das falas de Guadalupe Elisa em que pontua o seguinte:

Se for aplicada uma pesquisa e perguntado às mulheres se elas trabalham, elas dizem que não e aí se demonstra que os trabalhos domésticos, os quefazeres (quehaceres), não são trabalhos, porque não é remunerado, é um trabalho considerado não produtivo. [...] pois os homens realizam seus trabalhos num horário e, nós mulheres se trabalhamos num escritório ou no campo, seguimos pensando e organizando várias outras coisas, sempre estamos pendentes (pendientes) com os filhos, não temos horários. (Entrevista em 17/06/2013 traduzida pela autora da tese).

Nogueira (2011, p. 115) afirma que, ao longo do processo histórico o trabalho “se apresenta de inúmeras formas, atendendo às necessidades de cada momento. No entanto, ele se mantém sempre como efetivação de relações sociais, visando à produção social e a reprodução da humanidade”. Afirma, ainda, que o trabalho nos capacita como um ser consciente, corroborando com o já explicitado por Marx (1982). Não menos importante é a arguição de Antunes (1998, p. 83), quando afirma que “no simples fato de que no trabalho se realiza uma posição teleológica, isso o configura como uma experiência elementar da vida cotidiana, tornando-se desse modo um componente inseparável dos seres sociais”. Contudo, a partir da afirmação do autor, pode-se problematizar a maneira com que o trabalho se

configura diferentemente para mulheres e para homens, pois, não há como negar a divisão sexual do trabalho desde anterior à Era Cristã, segundo Nogueira.

Nesse aspecto Lagarde (2011) faz uma crítica contundente do ponto de vista feminista, ao elucidar que o trabalho da mulher não existe como separação criativa da natureza e, desse modo, ela não faria parte da evolução da humanidade.

Las mujeres siempre han trabajado. Pero existen dificultades para definir su trabajo, primero porque se lo juzga a partir de la división histórica del trabajo, como natural, como característica sexual. Segundo porque una parte de su trabajo le ocurre y lo hace, y no es diferenciada de él como actividad social creativa (p. 141).

A divisão sexual por si só, não pode ser tida como vilã da secundarização das mulheres no trabalho, pois isso não seria um problema, se mesmo em funções diferentes homens e mulheres tivessem reconhecimento igualitário pelos trabalhos realizados, independente da esfera reprodutiva ou produtiva, ou ambas entrelaçadas. Constitui-se em problema do ponto de vista das mulheres, especialmente das que se dão conta dessa condição de inferioridade, o fato de que, com a divisão sexual do trabalho, o que parece é que os homens trabalham e, as mulheres, executam tarefas.

Nesse aspecto, numa análise do trabalho camponês, desvelador da diferença entre trabalho e ajuda, uma vez que os homens trabalham no campo e as mulheres ajudam, um estudo de Sartre e Florentino et alli (2013, p. 111) aponta que “o termo trabalho pode ter pelo menos dois sentidos principais: o sentido da obra ou das realizações que dão um significado à vida; e o sentido da tarefa, repetitiva e sem grande importância”. Os mesmos autores, ao discorrerem sobre a divisão sexual do trabalho, sublinham que ela nada tem de natural, funcionando apenas como norma socialmente construída, com delimitações não fixas.

A pesquisa no Brasil/RS possibilitou perguntar sobre como o trabalho camponês é realizado na unidade de produção, devido ao fato de as pesquisadas todas estarem nela diretamente, com suas famílias, além da função de dirigentes dos movimentos aos quais estão vinculadas. Em todos os casos, elas disseram que o trabalho é planejado, discutido com todos os membros da família, inclusive com tarefas às crianças, pelo fato de entender que é preciso inseri-las nesse universo, ou caso contrário, não aprendem e não pegam gosto pelo trabalho. Maria Madalena enfatizava que é importante distribuir tarefas e discuti-las com as crianças, segundo as capacidades delas, pois o trabalho deve ser educativo.

Então o exercício do trabalho, dentro das condições físicas de cada um é um exercício educativo e eles tem tarefas na nossa casa, desde as tarefas domésticas, até a produção como o manejo dos animais, nos plantios, colheitas, preparar as feiras

que acontecem todos os sábados em dois locais, ir junto para a feira, eles acompanham... fizemos um rodízio entre ele pra ir, inclusive para entenderem de onde é que vem o nosso sustento e para onde vai o fruto de nosso trabalho. Eles precisam entender que o nosso sustento não vem da tela do computador ou da tv, ele vem do nosso trabalho transformado em produto, que vai nos espaços de comercialização, que as pessoas vem conversar, entender, comprar ou não. Que é deste trabalho concreto e real que vem o tênis que eles colocam... (Maria Madalena em entrevista no dia 21/08/2012).

A pesquisa também evidenciou que o trabalho no campo não é fácil, ou seja, é cansativo, mas, ao mesmo tempo, essa é uma opção bem amadurecida, pois, entendem que a realidade dos pobres na cidade é muito pior, se comparado a quem tem seu pedacinho de chão e uma certa autonomia. O que é notório na pesquisa, por se tratar de pessoas politizadas na e pela luta de seus movimentos, é que essas mulheres discutem o trabalho e não veem como natural o não reconhecimento do trabalho das mulheres, tanto é que buscam dividir as tarefas domésticas com filhos, filhas e companheiros.

Das oito entrevistadas, três, por optar em estar no universo de feiras, venda direta ou mesmo preferir a produção agroecológica, contratam uma pessoa de fora, ao menos uma vez por semana, para realizar o grosso das tarefas domésticas, enfatizando que se elas tivessem que as fazer não teriam tempo para o que consideram prioridade no momento. Assim, se evidencia que é discutido e decidido como vai ser resolvida a questão das tarefas domésticas quando a produção e comercialização, além da militância demandam muito em termos de tempo. Por outro lado, como dizia Maria Nadir, a gente não dá conta de tudo e por isso toma decisões acerca do que fazemos na roça e em casa. No mesmo sentido Maria Ilse também enfatizava que, olhando as previsões do tempo para o ano, decidiram não plantar tantas hortaliças como vinham plantando, pois a água poderia faltar. Ainda, Maria Tereza destacava o mesmo, que além de avaliar o fator água (ter ou não o suficiente) presta atenção nas culturas que demandam mais trabalho permanente, sabendo que se a militância vai demandar tempo também, é preciso que ela faça esse remanejamento.

Dentro do tempo necessário para realizar tudo o que optaram fazer, a militância política requer também um tempo e, ao que disseram é conciliado com os afazeres da produção, não sendo fácil a conciliação, pois a roça também tem dias inadiáveis de plantio e colheita, assim como as agendas com datas de certas atividades, já planejadas, que não podem ser alteradas. Quando se trata de fazer parte de um grupo de produção, Maria Luíza disse que discute com as demais companheiras e se conta o dia ou os dias na militância como dia de trabalho normal, sendo essa uma construção, segundo ela. As feirantes, em geral, discutem com os

filhos/filhas, o companheiro e as demais que entregam para o PAA ou que desenvolvem trabalho técnico e negociam datas com os movimentos quando necessário.

Acima de tudo, o que se percebe é que as mulheres sujeitos da pesquisa trabalham muito. As duas que atuam como assistentes técnicas discutem um dia por semana para se dedicar à unidade de produção ou em certas épocas até mais se for o caso; além disso, no verão, trabalham após o horário do acompanhamento técnico às famílias e também organizam e reorganizam a produção nos finais de semana. As feirantes trabalham bem mais nas vésperas de feiras ou também de entregas para PAA e PNAE e, nesses casos, as crianças e adolescentes contribuem. Nessa lógica, evidentemente, os filhos e filhas estão perto dos pais e mães, das famílias, pois, numa vida de muito trabalho, a melhor forma de conviver e partilhar além dos momentos das refeições são alguns momentos no trabalho, embora compreendam como necessário o tempo destinado ao lazer e aos estudos das crianças e adolescentes.

Esta participação ativa a gente considera muito importante e até porque esta geração de hoje considera tudo que trabalho físico, como sem valor e, nós entendemos justamente o contrário, que o trabalho real e concreto que dá/cria o valor, que constrói riqueza de verdade, esse trabalho de plantar, colher, processar e tudo mais, uma riqueza palpável, que não é especulação. Criar esta outra consciência nos dias de hoje com os nossos filhos nós consideramos muito importante (MARIA MADALENA, 21/08/2012).

A partir das duas falas de Maria Madalena, é perceptível algo não tão normal na sociedade nos dias atuais, inclusive do ponto de vista das relações e gênero, e da forma como se percebe o trabalho, sem negar as tensões e os conflitos para construir e manter essa forma diferente de ser, de conceber trabalho e as relações sociais. Não há como negar que há papéis definidos para homens e mulheres e, se elas aceitassem “o lugar natural das mulheres da roça”, não estariam decidindo juntas, opinando, tomando a frente em muitos casos, estando na vida pública dos movimentos populares a que pertencem. Mas, sabem que a maioria das mulheres camponesas, e também as indígenas no caso do México, seguem aquilo que parece naturalizado, ou seja, são secundárias e ainda não sabem que pode ser diferente, ou tem medo de ousar pensar/ser diferentes.

Essas mulheres, segundo apontou a pesquisa, também vão por um outro caminho no que tange à agricultura convencional, incluindo produtos não transgênicos, pois praticam, em grande medida, a agricultura ecológica ao revés das políticas majoritárias de produção no Brasil há mais de meio século, ancorada no modelo químico-industrial. Todas chegaram à produção agroecológica percebendo, em conversas com os vizinhos ou no movimento a que pertencem, que do jeito que estavam produzindo não dava mais. Maria Malene percebeu e

acabou por mudar para a agroecologia porque foi envenenada enquanto, por ser a filha mais velha da família, colocava a máquina de veneno nas costas de seu pai. Maria Ilse tomou o mesmo rumo, após verificar que trabalhava para dar lucro às empresas fumageiras e o que sobrava era somente o custo de sua mão de obra investida, sem contar a lenha que queimava para manter as estufas.

Maria Margarida optou pela produção agroecológica por meio do debate e acompanhamento técnico-político do movimento, visto que fazem poucos anos que está em seu lote; Maria Nadir iniciou esta produção agroecológica ainda antes de ser uma pauta forte no movimento, fazendo experiências desde logo que foi assentada, pois percebia que o custo de produção era menor. Maria Madalena e Maria Luíza, também fizeram o mesmo por uma questão de coerência com os princípios defendidos pela organização, pois, esta, desde o início da década de 1980 quando surgira, ao reunir mulheres, problematizava o adoecimento das pessoas do campo e a falta de acesso à saúde, percebendo o pacote da Revolução Verde e o modelo agroquímico como sendo vilões da pequena agricultura.

Maria Olga e Maria Tereza, ao serem reassentadas, conquistando uma terra bem diferente daquela que plantavam até então, no novo cotidiano se deram conta de que, se elas fossem entrar de cheio no modelo convencional, em poucos anos suas famílias estariam endividadas. Foram elas que, fazendo a experiência junto a outras mulheres reassentadas, alavancaram a questão da produção agroecológica com força para este movimento e, então foi assumido, com um pouco de resistência no início, segundo narraram, mas mostraram que é por aí o caminho. Maria Tereza comentava, ainda, que nas reuniões do coletivo de produção, as mulheres estão em igual número ao de homens, o que destoava do que se esperaria de uma reunião dessas, pois, bastante naturalizado na sociedade está, que, quando se trata de produção (para valer), lá estão os homens, como sendo o mesmo que tratar de negócios, ou de trabalho válido.

Com essa afirmação, também confirmada por Maria Olga, demonstra-se que as mulheres estão chegando ou mesmo puxando as pautas da produção pelo viés dos alimentos, pois no caso em questão, trata-se da venda para PAA e PNAE, o que é um grande avanço se comparado com o que ocorre na sociedade de maneira generalizada. De outra maneira, poderia ser questionado o porquê disso nesse momento. Seria por causa do valor comercial com as entregas de alimentos? Será que as mulheres estariam no setor de produção se por acaso se tratasse da produção de alimentos para o autoconsumo nas famílias?

O sistema de produção agroecológico requer trabalho sequencial e permanente e, por esse motivo, as pesquisadas falam das agendas da roça e das agendas do movimento. Maria

Madalena enfatiza que tem dias que não dá pra deixar de estar lá, senão o produto se perde, ou passa a época boa de plantar, e, além disso, lida com um campo enorme de coisas ao mesmo tempo. É, por sua vez, uma relação estreita e inseparável com a diversidade, oposto aos monocultivos, inclusive no que é concebido como produção orgânica de monoculturas, sendo isso possível como descreve Pollan (2007). Maria Olga sublinha que na agroecologia o investimento em dinheiro é mais baixo, se comparado com o modelo tratado como convencional, porque se aproveita tudo. Maria Ilse destaca, ainda, que planta num outro modelo de produção, que garante a soberania, mas que requer bastante tempo de dedicação. Maria Malene argumenta que a agroecologia é uma forma de ter maior segurança e maior autonomia.

Sobre a diversidade enfatizada pelas pesquisadas, chegando a ser inerente à agroecologia, Ribeiro (2003, p. 53) destaca que “é um elemento fundamental de todos os sistemas vivos para conseguir sua estabilidade como sistema, e, portanto, a sua sustentabilidade”. No caso dos camponeses afirma que, se eles não produzem maior diversidade não se trata de questões ideológicas ou princípios, mas para conseguirem melhor adaptação e aproveitamento.

Em cada colheita, selecionam as sementes que melhor cumprem seus objetivos e voltam a plantá-las, sozinhas ou cruzando-as com outras, experimentando e desenvolvendo assim cultivares locais adaptados a cada família, criando uma base de recursos para si próprios e criando uma enorme diversidade (RIBEIRO, 2003, p. 53).

Com as mulheres da UNORCA/UNMIC, no México, perguntei sobre a produção, pois vivem em *ejidos*, embora não estejam tão diretamente ligadas à produção nesse momento. Foi possível perceber que o debate político é bem avançado, em torno dos modelos de produção com suas diferenças; todas fazem referência à Via Campesina Internacional nesse tema. Guadalupe Elisa afirma que:

com os transgênicos, com os pacotes tecnológicos, o que ocorre, é que economizam a força de trabalho e fazem a terra produzir mais, aparentemente. Por outro lado, se você continua com as sementes crioulas, com produção orgânica, tudo tem que ser feito à mão, à facão, implicando em mais tempo. No mundo capitalista, mais tempo é mais custo e assim custa mais caro produzir da forma tradicional e, neste sentido há uma imposição, mas temos que nos perguntar se isso é mais seguro para a humanidade (Entrevista em 17/08/2013).

Na argumentação de Guadalupe Elisa, o tempo dispendido na produção sem depender de pacotes químicos é um investimento. Se dialogado com o que aparece nas falas das brasileiras, pode-se afirmar que no sistema agroecológico se economiza em insumos

químicos, mas o investimento maior é mesmo em tempo de trabalho/cuidado para se fazer essa produção, por isso, em geral não é compatível com um modelo que se baseia na diminuição do tempo a qualquer custo.

Henn (2013) argumenta que a agroecologia possibilita a reorganização dos espaços de cultivo bem como a reestruturação da unidade de produção, permitindo que as mulheres possam participar de forma sistemática da geração de renda, sendo reconhecidas no grupo familiar, o que coincide com o que apontou a pesquisa. A mesma autora, ainda, destaca que a agroecologia exige que se pense e se estabeleçam outras formas de relações entre as pessoas, nas famílias, implicando, também, em outra forma de relação com a sociedade, que acaba sendo, por assim dizer, outro projeto de vida.

Guadalupe Carmen, atualmente da CONAMI, há cerca de vinte anos faz parte de organizações camponesas e indígenas; acompanha de perto a vida e as dificuldades dessa categoria, sendo que após participar dos acordos de San Andrés entre 1994-1996, como intérprete e porta-voz dos Zapatistas, tem se dedicado ao trabalho com mulheres indígenas, também pelo fato de pertencer a etnia Otomi-Huasteca. Destaca que as mulheres indígenas camponesas trabalham muito no México, e, na afirmação dela, trabalham duro, independente dos homens migrarem ou não. Faz questão de apontar, como um grande problema ainda, além da sobrecarga de trabalho e das responsabilidades, o fato de que, por causa dos usos e costumes indígenas, amparados em Lei, em muitas comunidades camponesas/indígenas, as mulheres mexicanas não podem, ainda, herdar terra. Ela diz que prevalece a ideia de que a mulher vai se casar e vai ir com o marido, então, dar terra à mulher como herança não é um bom investimento, assim como também seria um mau investimento a educação escolar para além do básico, pois basta ela saber escrever seu nome para se inscrever com o marido, nesse caso entendido, assinar o sobrenome dele mediante o casamento²⁸.

Sobre a situação das mulheres do campo mexicano, Torres-Mazuera (2008), ao estudar o caso de um *ejido* conclui que o cultivo de milho crioulo naquela localidade tende a se converter em uma atividade de mulheres e velhos e, um dos fatores é a emigração, em especial dos homens jovens. Na mesma perspectiva, Muñoz (2008) demarca que no processo de reformulação de políticas agrícolas no México, os produtores de grãos básicos foram severamente desfavorecidos em detrimento dos produtores para mercados internacionais. No

²⁸ No México, segundo Guadalupe Carmen, ainda prevalecem nas comunidades indígenas mais tradicionais os usos e costumes, sendo que, na avaliação dela, muitos são bons, mas outros nem tanto, pois, muitas mulheres sofrem violência, e fica por isso mesmo se a violência é vista direito dos homens sobre as mulheres, por exemplo, em um determinado povoado indígena. No caso dos casamentos, há reconhecimento legal que os povos indígenas podem fazê-lo de acordo com seus costumes, com juiz e forma de registro próprio, mas às vezes isso entra em conflito com o poder legal instituído.

caso das heranças de terra, o mesmo autor, que também reflete a partir do estudo de outro *ejido*, confirma a situação posta por Guadalupe Carmen. Aponta que a terra não é dividida e, na grande maioria dos casos, fica para o varão mais novo. Em raros casos as mulheres herdaram, em sua maioria em casos de viuvez. As mais jovens herdaram quando os irmãos migraram, ou na falta deles, embora haja algumas exceções.

Deere e León (2002), em pesquisas realizadas na América Latina sobre o acesso à terra, afirmam que faltam dados com relação ao gênero, o que, de um lado, dificulta análises mais aprofundadas, e, sobretudo, mostra mesmo a pouca importância conferida às mulheres em termos de acesso aos meios de produção, implicando em graves prejuízos à elas. As autoras destacam que há pesquisas isoladas em alguns estados no Brasil e o mesmo ocorre no Equador, mas, em linhas gerais, ressaltam que os homens, em todos os países pesquisados, são beneficiados significativamente mais do que as mulheres, em casos de heranças. México e Guatemala são os dois, dentre os doze países pesquisados que, apresentam dados com relação ao gênero no caso da posse de terra. O estudo demonstra que a principal forma de aquisição de terra para as mulheres é herdando, mas, a proporção chega a ser entre três a cinco vezes mais, em benefício dos homens no conjunto dos países.

Sartre e Florentino et alli (2013, p. 108) ilustram a questão muito bem ao afirmarem: “em consequência essa invisibilidade socialmente construída do seu trabalho tem como paralelo uma desigualdade na transmissão da terra”. No caso trazido como objeto de estudo pelos autores, eles analisam áreas de fronteira no extremo Norte do Brasil, aonde a migração para a fronteira é um fator constante como modo de reprodução do campesinato. No estudo, demonstram que, em geral, as mulheres não herdaram a terra e, assim, as jovens são forçadas a migrar para a cidade, mas levantam uma questão sobre isso, questionando se o fato de as moças migrarem não é também preparado pelas mães, em negação à autoridade do marido. Destacam ainda, que quem compra a terra ou a recebe como herança, tem mais poder de negociação dentro do casamento, fato que leva a refletir sobre outra afirmação dos autores: “Nas principais alternativas que tem permitido a reprodução do campesinato brasileiro, recorrentemente, o papel da mulher é subestimado a tal ponto que aparece como negado” (SARTRE; FLORENTINO et alli, 2013, p. 107).

Apesar da invisibilidade historicamente construída sobre o papel das mulheres no universo rural, aqui em questão, devido aos elementos explicitados, até o momento não há como negar que não houve progressos no sentido das legislações no Brasil, muito embora, sob a intensa pressão das mulheres mobilizadas. Nesse aspecto, Faria (2009) cita, como das políticas afirmativas para as mulheres do campo, da primeira década do século XXI, mais

especificamente do ano de 2003, a Portaria Nº 981/2003, tornando obrigatória a titulação conjunta da terra, em caso de cônjuges, o que é uma tentativa de diminuição da desigualdade entre mulheres e homens. De outro modo, sabe-se que, além disso, são necessárias transformações socioculturais, pois o título da terra em conjunto com o cônjuge não significa que a mulher tenha poder de decisão sobre a administração da unidade de produção, se ela não sabe e nem aprendeu que pode incidir sobre esse bem.

Em termos de financiamento para as mulheres no Brasil, após o ano 2000 mais ou menos, iniciou-se uma maior oferta, e, talvez a mais enfática é o Pronaf Mulher, criado oficialmente em 2003.

Lançado em junho de 2003, o PRONAF Mulher é uma linha de crédito do PRONAF direcionada a agricultoras familiares, assentadas, arrendatárias, parceiras meeiras, pescadoras artesanais extrativistas e quebradeiras de côco que possuam renda anual bruta a partir de R\$ 2000. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA - ele foi criado principalmente para atender a uma demanda dos movimentos sociais. A idéia é que as mulheres possam ter acesso a financiamento para o desenvolvimento das suas atividades produtivas e que esse seja um crédito a mais para a família, que poderá continuar acessando as outras linhas de crédito PRONAF²⁹. Esta medida tem como justificativa a constatação de que as mulheres trabalhadoras rurais têm como uma das principais bases para sua subordinação, a dependência econômica, fato que vem sendo agravado com as mudanças ocorridas nos últimos anos na agricultura brasileira, em seu processo de modernização e mecanização (ALVES, 2012, p. 01).

Após essa modalidade, foram se abrindo outras possibilidades de financiamento, como o Pronaf Jovem, o Agrofloresta, o Agroecologia, e, de acordo com Cintrão e Siliprandi (2011), de 2004 em diante, nas Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP's) ou cartas de aptidão ao financiamento foi obrigatório a consideração das mulheres, também, como titulares, junto com seus cônjuges, quando casadas ou em união estável. Além disso, em 2006 houve, pela primeira vez, chamadas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) específicas para mulheres, o que demonstra que as mulheres já podem fazer parte de algumas políticas, quando têm condições de acesso, sabendo-se que, apesar desta conquista ela não atinge a todas.

O que me parece evidente com essas políticas oferecidas às mulheres, é o fato de surtirem efeito em setores organizados da sociedade, pois dentro dos movimentos da Via Campesina, as mulheres têm debatido essas questões, inclusive para entenderem se é viável

²⁹ Poderão ter acesso ao PRONAF mulher, mulheres enquadradas nos grupos C, D ou E do PRONAF, sempre que o projeto técnico ou a proposta de crédito contemplar atividades agregadoras de renda e/ou novas atividades exploradas pela unidade familiar. Poderá ser concedido apenas um financiamento por unidade familiar, de R\$ 1500 a 6000 para aquelas que se enquadram no grupo C, de no máximo 18.000 para as que se enquadram no grupo D, e um teto de 3.6000 para as agricultoras enquadradas no grupo E. Os recursos podem ser pagos em até 8 anos a juros que variam de 4% a 7,25% ao ano, conforme o grupo de renda a que pertencam.

ou não, pois elas não deixam de tecer críticas e as apresentam aos setores governamentais competentes. Uma das críticas é com relação ao Pronaf Mulher, dizendo que ele teria de ser muito diferente e não estar reforçando o pacote agroquímico; deveria ser voltado para a produção de alimentos ecológicos, e portanto, com maior subsídio. Porém, se forem analisadas algumas estatísticas, no que tange à posse da terra, ao menos nos assentamentos da Reforma Agrária, pode-se constatar, segundo Brasil (2013, p. 11), que no início da década atual, a média de mulheres titulares de lotes representava 13%, e, entre 2003 e 2006, essa média subiu para 25,6%. Em 2007, as mulheres já representavam 55,8% dos títulos.

De acordo com a mesma fonte, a Instrução Normativa de 38/2007 dá preferência de titularidade de terra às mulheres consideradas chefes de família, não somente em registros de terra, como em outros documentos. Contudo, os dados mostram progresso no sentido de maior titulação em nome das mulheres, ou em conjunto, nas áreas de Reforma Agrária, mas, ainda não se tem dados mais precisos com relação à totalidade do Brasil. Além disso, no que pude constatar na cartilha informativa de Brasil (2013), a titulação pode ser alterada nos casos em que se encontra ainda somente em nome dos homens, mas acredito que poucas mulheres e setores do campo sabem disso, além de esclarecer quanto aos custos dessa alteração.

No México, de acordo com Appendini (2008), com o neoliberalismo o governo instrumentalizou uma série de programas compensatórios ao campo como o *Programa de Apoyos Directos al Campo* (PROCAMPO); e o *Programa de Nacional de Solidariedad* (PRONASOL), sendo que ambos antecederam aos programas de assistência à pobreza, sendo as bolsas de auxílio mais diretamente. Por outro lado, o Banrural, que era estatal para financiamento do campo, foi liquidado nesse período, e, assim, os financiamentos são feitos por empresas particulares como a financeira rural. As pesquisadas se referiam a outros créditos como Promosat, para grupos produtivos de mulheres, Peza e Fapa, dos quais ouviram falar e seriam somente para mulheres.

Além desses, há financiamentos da *Comisión Nacional para el Desarrollo de los Pueblos Indígenas* (CDI), para mulheres indígenas, mas preferem emprestar para artesanato, de acordo com Guadalupe Inés e não para a produção de alimentos. Diz, ainda, a mesma entrevistada que as mulheres camponesas e indígenas do campo não sabem que podem acessar esses financiamentos se não estão organizadas. Guadalupe Carmen pontuava que os recursos da CDI são escassos e a grande maioria das interessadas fica sem acesso aos mesmos.

O acesso ao crédito por parte das mulheres camponesas e indígenas demonstra, grosso modo, que elas podem ser sujeitos, no caso administrar e comandar uma unidade de produção.

Mas, o problema disso é justamente as normas e regras estabelecidas, além do agravante de que elas não estão, do ponto de vista da emancipação financeira e da administração, num mesmo patamar que os homens. Primeiramente, precisam saber que podem; segundo, elas precisam entender do que se trata, saberem discernir se será algo bom ou não para elas e suas famílias, e, terceiro, estar num patamar de poder que lhes permita negociar e contratar crédito.

A partir das falas das pesquisadas é possível afirmar que ainda falta muito, em termos de emancipação, para as mulheres camponesas e indígenas mexicanas. No México foi colocada a pergunta gritante: por que as mulheres necessitariam de terra, se elas acompanharão seus maridos? E, é nas entrelinhas do que pode significar ir com seu marido que está a grande questão. Ela vai porque quer? Vai porque seu pai ou irmão mais velho a negociou, conforme certas tradições indígenas? Vai porque já está na hora, já sabe fazer tortilhas? Ou... Vai porque decidiu que quer mesmo ter um companheiro? E, escolheu fulano de tal?...

No Brasil ficariam questões como: para quê mulher ter terra se ela não trabalha? Ela até ajuda. Mas, por outro lado, a pesquisa mostra uma reviravolta, pois as mulheres decidem junto, estão também no comando, apesar de admitirem serem difíceis as discussões no âmbito das relações de gênero; no entanto elas não deixam de fazer suas pontuações e ponderações por medo dos conflitos, ao contrário, sabem que o conflito é necessário, pois, trata-se de desestabelecer, desconstruir algo que, na maioria das famílias, é natural, a subordinação e submissão da mulher ao homem. No México, Guadalupe Elisa descreve a mesma situação: são situações difíceis essas conversas com o marido; às vezes saímos desgostosas, mas nós mulheres só nos damos conta do quanto trabalhamos quando temos uma formação adequada com acesso à informação. No mesmo sentido, no Brasil, Maria Malene afirma que as mulheres precisam se dar conta do quanto trabalham e, por isso, ela se mantém trabalhando com grupos de mulheres além de fazer o trabalho técnico envolvendo ambos os sexos.

Acima de tudo, a pesquisa em ambos os países ressalta que as mulheres percebem a exploração e a opressão ou negação de seus trabalhos, sabendo que maioria do sexo feminino, na sociedade, ainda não tem essa percepção. Contudo, elas estão na luta e demonstram vontade de seguir na luta específica, sem negar seus movimentos mistos, em vista de que outras mulheres possam despertar a consciência crítica, no dizer de Maria Nadir, Maria Luíza e Guadalupe Inés. Percebem, assim, que não basta elas serem esclarecidas, pois sozinhas ou com um número pequeno de mulheres podendo ter acesso às informações, programas e projetos não basta. É preciso avançar muito mais enquanto conjunto, para alterar, mesmo que lentamente, a cultura patriarcal e machista.

2.2.1 Alimentos, Produtos ou Mercadorias?

Dando sequência às reflexões acerca dos alimentos desde o universo feminino, locus da pesquisa, nesse item o destaque são os diversos enfoques que um simples alimento pode tomar. Ele pode ser um alimento para alguns, um produto para outros, ou mercadorias a serem negociadas e nada a mais que isso, ainda para outros. Contudo, há implicações jurídicas, políticas, éticas, culturais e tantas mais a entrarem nesse bojo de discussões que é imenso, mas vou tentar apresentar o que é possível, segundo pesquisas teóricas e de campo.

Como alimento, a pesquisa mostra que há uma identificação entre aquilo que é com quem o cultivou, pois essa pessoa sabe o tempo certo para plantar, a maneira de colher, armazenar ou ter que comer fresco, partilhar, ou mesmo vender ou trocar. Esse alimento tem características que vai além de saciar a fome; ele nutre, dá para comer com tranquilidade, tem cheiro, sabor e cor e, nem sempre se apresenta tão perfeito como aqueles que estão nos supermercados, pelo fato de ser agroecológico ou no mínimo orgânicos, segundo apontaram as pesquisadas. O elemento tranquilidade apareceu em várias das falas, no sentido de saber o que se está comendo; possível de oferecer a qualquer pessoa; não envenenar as outras pessoas no caso de vendas nas feiras ou diretamente de casa ou para o PAA e PNAE. No México, Guadalupe Dolores afirmava: se você comprar uma espiga de milho aí na praça da cidade vai perceber que é uma espiga maior, o milho é mais massudo, mas é seco, sem sabor. É um milho híbrido ou transgênico, nem se sabe.

Produto é algo que uma pessoa qualquer adquire e, no caso de ser alimentício, ele tem a função de saciar a fome, independente de ser saudável e nutritivo. É algo que se tem para oferecer e que as outras pessoas precisam comprar, pois, todos em estado de saúde normal dependem de alimentos para viver. Um alimento pode ser tratado como mercadoria, quando simplesmente tem valor monetário, ou serve como moeda de troca para intercambiar com outras coisas. Um bom exemplo é o milho, que de um grande valor simbólico e nutritivo para as populações camponesas e indígenas do México, vira *commodity* na bolsa de valores.

Diante disso, o que prevalece na atualidade são bem mais mercadorias e produtos do que alimentos, parecendo até que têm vida própria dançando nas prateleiras dos supermercados ou nos shoppings, conforme mostram as propagandas. Aliás, os alimentos parecem ter ficado escondidos, ou considerados inferiores por se tratar grandemente da esfera privada. Será que teria algo a ver com as mulheres e com a agricultura camponesa?

Ploeg (2008) traz uma importante contribuição acerca do debate de os alimentos serem eles mesmos, produtos ou mercadorias quando discorre acerca dos *Impérios alimentares*. Para

este estudioso, o império faz o mundo parecer um mercado, e mais: ele controla os mercados com um dinamismo impressionante. Reproduz-se através da abertura e alteração de fronteiras e faz com que a própria noção de alimentos seja redefinida constantemente. Logo, se os alimentos são transformados em simples mercadorias em decorrência dos impérios alimentares e seus lucros, a tão falada solução frente à fome no mundo está nos mercados e no livre comércio, conforme argumenta Conway (2003, p. 63), amparado por decisões do Instituto Internacional de Pesquisa em Política Alimentar (IFPRI)³⁰. Segundo esta Organização, ao abrir os mercados (de alimentos) ao livre comércio, tanto os países desenvolvidos quanto os demais sairão ganhando, basta acabar com o protecionismo em subsídios nos países em desenvolvimento. O IFPRI afirma que “no longo prazo, a expectativa de que um comércio mais livre disseminará incentivos e oportunidades que beneficiarão significativamente os pobres”.

Pode-se no mínimo questionar as decisões do IFPRI com uma argumentação aparentemente simples: os EUA, de forma especial, não declaram o quanto subsidiam a produção de alimentos e *commodities* dos produtores e camponeses estadunidenses, mas sabe-se que os subsídios do Estado não são poucos, de acordo com Pollan (2007), visto que conseguem “segurar” e comandar, em grande medida, os preços dos produtos nas principais bolsas de valores. Como podem, então, exigir que os países empobrecidos e saqueados por eles mesmos não mantenham ou reduzam os subsídios à produção de alimentos? De outra maneira, há tremendas desigualdades econômicas para não se falar em outras, dos países do chamado “primeiro mundo” com os demais, para pensar ser viável uma solução na abertura dos mercados. Nesse caso, os países considerados subdesenvolvidos deveriam se abrir, mas receber de volta as riquezas das quais foram usurpados, segundo Galeano (1991).

Para contribuir na reflexão, Mazoyer e Roudart (2010, p. 34) defendem que é preciso parar a guerra dos preços agrícolas internacionais e garantir aos camponeses preços suficientemente elevados e estáveis para que possam viver dignamente de seu trabalho, visto que esta categoria contribui enormemente para manter a biodiversidade. Dizem ainda, que “os produtos agrícolas e alimentares não são mercadorias como as outras: o seu preço é a vida, e, abaixo de um certo patamar, o da morte”. Questão essa, que é tida como um dos maiores desafios deste século. De um lado, apresenta-se a fome e, de outro, a superprodução oriunda de um sistema de produção questionável do ponto de vista da sustentabilidade do Planeta e da exploração e sucção de uns países pelos e sobre outros.

³⁰ *International Food Policy Research Institute*. Washington, EUA.

As mulheres sujeitos da pesquisa relacionam os alimentos saudáveis, agroecológicos, diretamente com a vida, com segurança e o bem estar de si e dos outros. As que produzem falam da satisfação de ter e poder oferecer algo que vai fazer bem. Do ponto de vista de integrar movimentos combativos, as assentadas e reassentadas relacionavam a produção diversificada e até abundante com o orgulho de ser camponesa e pertencer aos movimentos sociais, pois, disseram que sofreram muito preconceito, eram olhadas como aquele bando de vagabundos (as) por pessoas das cidades. No dizer de Maria Tereza, e agora, quando a gente chega com um caminhão cheio de produtos para distribuir no PAA, eles vêm que não somos vagabundas e vagabundos, somos nós que produzimos tudo isso. E, o mais importante, é que não são produtos com venenos, é aquilo que produzimos com muito amor e carinho.

Os alimentos entregues no PAA e PNAE têm seus preços estabelecidos pela média do mercado local e, desse modo, independente do jeito como é produzido é valorizado, mediante pesquisa com produtos não ecológicos e, na maioria dos casos, produzido em grande escala, com utilização de agrotóxicos. Assim as camponesas que fazem entregas reclamam que o valor pago é pouco, pois às vezes o mercado estabelece o preço de algo muito abaixo do que efetivamente vale, pelo fato de trabalhar com grandes quantidades em períodos de safras. De outra maneira, a compra é sempre garantida por esses programas, contudo, funciona em outra lógica que não a dos grandes mercados e redes de distribuição.

Pollan (2007) afirma que, na agricultura familiar, não funciona a lógica da oferta e da procura, por serem lógicas muito diferentes: quando os preços caem, na lógica empresarial a empresa pode despedir funcionários, desativar fábricas e processos, produzir menos isso ou mais aquilo, entre outras medidas. Afinal, o mercado acaba encontrando equilíbrio nesses mecanismos ao passo que, não há como demitir pequenos produtores, por exemplo. Está posto assim um grande impasse diante da produção e da disponibilização de alimentos: de um lado a pressão para que se tenham mais alimentos, de outro a fome. Outrossim, estão disponíveis grandes quantidades de alimentos, mas que de fato perdem quase todo o valor nutricional e, de outra maneira, quem produz ecologicamente possui pouco incentivo frente a quem produz *commodities*. Nesse sentido, de acordo com León (2003), há muitas décadas as organizações camponesas e ecologistas

têm firmado e comprovado que a produção de alimentos é mais do que suficiente para alimentar todas e todos. Têm insistido que o que tem que mudar são os padrões de consumo dos países ricos e estabelecer uma distribuição igualitária dos bens alimentícios; mais ainda, a Via Campesina criou o conceito de soberania alimentar, que garantiria a autossuficiência (LEÓN, 2003, p. 119).

Ao que indica a fonte, o problema não é falta de alimentos, mas a sua concentração e, além do mais, as desigualdades de classes impossibilitam milhares de pessoas de terem acesso a alimentos suficientemente, do ponto de vista da quantidade e da qualidade. Contudo, com a produção gerada em excedente, à custa da perda (ocupação) de territórios de povos tradicionais não só na América Latina como em especial na África, e imposições diversas por parte de países do chamado “primeiro mundo” sobre os considerados “terceiro mundo”, surge a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO)³¹, que por sua vez faz sua primeira conferência regional no ano de 1960. Segundo Carvalho (2013a), a partir dela, em 1963, é criado o Códex Alimentarius em conjunto com a Organização Mundial da Saúde (OMS), chamando a atenção mundialmente em matéria de alimentação, inclusive, estabelecendo os princípios gerais e as diretrizes como orientação aos países de todo o mundo.

No ano de 1970 é criado o conceito de segurança alimentar, primeiramente na tentativa de garantia de que os alimentos não causassem danos às pessoas; na década de 1980, o destaque era sobre a dificuldade de acesso aos alimentos; e, na década de 90, surgem outras questões como: o uso intensivo de tecnologia na alimentação, OGM’s, riscos ambientais, entre outros. Em 1962 foram criadas a OMS e a FAO em parâmetro mundial em vista de protegerem a saúde da população e estabelecerem práticas equitativas de comércio envolvendo alimentos (CARVALHO, 2013b). Contraditoriamente, esses órgãos de “controle” surgem a partir da União Europeia e dos EUA, ou seja, dos principais países que alavancavam a chamada agricultura de precisão com uso intensivo de insumos químicos. Mais do que isso, ficou evidente que havia falta de acesso aos alimentos, ou seja, continuava a fome no mundo e em números estatisticamente mais elevados do que na década de 1960, quando introduzida a Revolução Verde.

O mercado cada vez mais liberalizado para alguns países não satisfeitos com os resultados ou consequências da Revolução Verde, introduziu os transgênicos e OGM’s, outra vez em nome de superar a fome no mundo e produzir alimentos mais baratos, causando um grande alvoroço, desde as grandes mídias, à pequena agricultura. Segundo Morgato (2013), o Brasil atualmente é o segundo maior produtor de transgênicos do mundo, com uma extensão de 30,3 milhões de hectares. Nos EUA, maior produtor, a extensão territorial cultivada é de 69 milhões de ha, sendo majoritariamente milho, soja, algodão, canola, beterraba, alfafa e mamão. No Brasil as culturas mais plantadas, a partir de 2003, são: o soja, milho e algodão proporcionalmente. O México não figura entre os principais produtores, mas já possui uma extensão de 0,2 milhões de ha, sendo a maioria algodão e em segundo lugar o soja.

³¹ Food and Agricultural Organization.

De acordo com Ribeiro (2003, p. 57), a introdução de transgênicos acrescenta ameaças como a contaminação biológica, desestabilizando espécies com perdas das sementes locais, inclusive com o patenteamento e o *terminator*³², gene suicida nas sementes. A estudiosa alerta que está se produzindo uma “enorme contaminação genética e cultural, coadjuvando para expulsar os atores da biodiversidade das suas comunidades e do acesso aos recursos, incluída a área e o território”, o que de fato é constatado na pesquisa.

Antes que havia surgido tudo isso de químicos, de transgênicos, as pessoas nas comunidades falavam em pobreza para não ter dinheiro para consumir e agora esse mercado de tecnologias quer vender, criam necessidades para fazerem negócios. Antes as pessoas cultivavam, guardavam as sementes para voltar a semear o ano seguinte e agora o que ocorre, é que vai se perdendo esta cultura com os híbridos e os transgênicos. [...] Já tem milho transgênico em áreas aonde o governo tem permitido e eles falam em parcelas demonstrativas. Há algodão transgênico, há um pouco de soja transgênica também. A defesa maior é pelas sementes de milho por ele ser um dos grãos básicos da alimentação no México e este é o temor porque se perdemos as sementes perderemos o direito de nos alimentar. Pois, os camponeses guardam suas sementes para o seguinte ano e com os transgênicos teremos que ter permissão e comprar a semente a cada ano. E, quando querem dizem, agora não.... e senão quiserem vender, não vendem sementes (GUADALUPE ELISA).

No mesmo sentido, Pinheiro (2005) demonstra na obra *A máfia dos alimentos no Brasil*, como as corporações da indústria com atuação na agricultura, fundem-se, juntando capitais para dominar mercados alimentares. Argumenta, sobre as perdas e sobre a homogeneização da alimentação por conta de interesses financeiros, o que, obviamente, vai acarretando em mudanças profundas nos modos de produzir, logicamente afetando também a agricultura camponesa. Assim, o número de espécies de plantas tem diminuído, inclusive na alimentação dos povos, pois muitas delas, consideradas pouco rentáveis, “desaparecem” por força da imposição dos mercados. Na sua entrevista Maria Malene salientava o seguinte: “Então se as sementes crioulas desaparecerem ficamos mesmo na mão das grandes empresas que controlam as sementes, os agrotóxicos e também o preço a ser pago pela saca na colheita, é o pacote todo. É a dependência dos agricultores a este modelo sem alternativa”.

Conforme demonstram estudiosos críticos a esse modelo de desenvolvimento e de produção, aqui citados, a solução oferecida pelos mercados globalizados sempre vai beneficiar grandes corporações a fim de garantir seus enormes lucros, sem perguntar muito sobre as consequências daquilo que estão produzindo, como cultura agrícola, alimentar e como alterações catastróficas no ambiente. Ainda bem que há, teimosamente, organizações e pessoas que desconfiam desse modelo e se põem resistentes, até aonde podem, sabendo que

³² O *terminator* esteriliza as sementes impedindo plantios subsequentes. A ideia é que com o patenteamento da tecnologia, a cada ano os agricultores venham a comprar as sementes, não podendo mais armazenar para cultivar de um ano para outro, conforme ocorria historicamente.

suas forças são bem menores do que as do capital, mas sempre alguma coisa eles podem, devido a sua, ainda que frágil, autonomia e a não possibilidade de um controle total por parte do capital.

Quem produz alimento pouco aparece, como confirma Léon (2003, p. 218) ao afirmar que “As mulheres são, com total evidência, agricultoras em tempo integral, e as cultivadoras aportam uma contribuição substancial na conservação e na gestão geral dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura”. Nesse caso, trata-se de alimentos diversificados e não as *commodities* do agronegócio e, sobre esse tema será discorrido na alínea que segue.

a) A produção de alimentos

Estudos de Heredia (2008, p. 47) apontam que a produção de alimentos praticamente não aparece no Brasil ao longo dos tempos desde o período colonial. O que recebe destaque são os engenhos, desde a distribuição de sesmarias já em 1548, sendo que os produtos alimentícios começaram a receber alguma visibilidade recém no século XX. “Os pequenos produtores estavam principalmente nas terras altas (chãs), em áreas que, embora limítrofes às terras dos grandes proprietários, eram consideradas improdutivas para o cultivo da cana”. De acordo com a autora, a produção de alimentos era tida como cultura dos pobres.

Ainda, ao que se refere à (in)visibilidade da produção de alimentos, Queiroz (2009), em um texto publicado pela primeira vez no Brasil em 1963 e reeditado recentemente, aborda o tema destacando a produção dos camponeses voltada para a subsistência, que era tratada como economia fechada e, desse modo, não haveria desenvolvimento econômico no país. Os camponeses eram considerados isolados, incluídos no Brasil arcaico. Na mesma perspectiva Linhares e Silva (2009, p. 117) descrevem que: “cabe à agricultura produtora de alimentos, no conjunto da economia colonial e no nível das análises até então feitas, um papel secundário e subordinado”, ficando sempre escondida atrás das casas grandes. Segundo os autores:

Coube-lhe, entretanto, embora encarada como atividade menor, o papel de ocupar a terra, desbravando-o e povoando-a, de modo a cumprir as tarefas que lhe foram sendo, gradativamente, exigidas. A área que ela ocupa e, continuará ocupando, é aquela não ocupada pela agricultura comercial especulativa (no interior da plantation) e não ambicionada por interesses mais poderosos (a fronteira aberta), daí o caráter precário e transitório do uso e da posse da terra por pequenos proprietários e lavradores sitiantes, como se fossem eles ocupantes ocasionais de glebas provisórias (LINHARES; SILVA, 2009, p. 119. Grifo dos autores).

Apesar de parecer sempre como atividade menos importante, desde o período colonial, a produção de alimentos assumiu um papel central na economia, embora não reconhecido e não contabilizado. De acordo com os mesmos autores, Linhares e Silva (Op. Cit. p. 120), em carta

régia, a Coroa, no ano de 1701, determinou que se desse os sábados livres aos escravos para poderem procurar o seu sustento. Na mesma determinação, o rei obrigava os senhores a deixarem espaço de terra para o plantio da mandioca, considerada “o pão da terra”, pois garantir alimentos aos súditos era uma questão de paz social.

Na atualidade, partindo dos dados apresentados pelo Ministério da Agricultura (MDA, 2009), não há mais como ocultar ou menosprezar esta atividade, pela sua importância estratégica diante da soberania alimentar e nutricional e, além disso, pela geração de postos de trabalho e renda. Quando se trata de pessoas ocupadas na agropecuária (não há distinção entre agricultura camponesa e não camponesa), dados do Dieese (2011) mostram numericamente, que as mulheres correspondem a 46,7% ao passo que os homens são 14,0% dedicados a produção de autoconsumo e, por outro lado, o número de mulheres é 30,7% e os homens são 11,1% em trabalhos agrícolas não remunerados. Os mesmos dados apontam ainda que, as mulheres são 5,1% empregadas permanentes na agricultura, 6,1% no trabalho temporário, 10,6% dizem trabalhar por conta própria e, 0,8% são empregadoras. O que não fica nítido é a separação feita entre trabalho na produção de autoconsumo e trabalho não remunerado, visto que ambas as coisas podem ser confundidas, ou no caso, podem ser uma só.

Essa problematização pode ser feita, acrescida dos estudos de Melo e Di Sabbato (2009), pois os autores registram que as mulheres declararam trabalhar praticamente o dobro de horas semanais que os homens, considerando todas as atividades, mas, por outro lado, na contabilização do tempo de trabalho considerado rural, boa parte delas declarou trabalhar apenas cinco e outra parcela, dez horas semanais. Isso evidencia que realmente há uma separação do que é considerado trabalho (produtivo) com a esfera reprodutiva, que, no caso das camponesas, é difícil fazer a separação. Fica explícito outra vez que o trabalho voltado ao autoconsumo é invisibilizado.

Menache, Marques e Zanetti (2008), ao estudar a produção para o autoconsumo, destacam este universo como secundário e de menos valor. As autoras descrevem que se envolvem e fazem este trabalho, majoritariamente, mulheres e crianças e, por isso, a valoração diferenciada do labor considerado masculino. O trabalho feminino na produção para autoconsumo é conhecido como “das miudezas”, mas quando há frustração da safra considerada renda principal, são as miudezas (queijo, ovos, galinhas...) que garantem ingresso financeiro e sustentação dos membros do grupo familiar. Desse modo, as “miudezas” fazem parte, ou por vezes constituem a maior renda, ainda que oculta nas famílias camponesas. Renda essa, que só aparece quando a outra produção frustra a ponto de dar prejuízo financeiro ou empatar no investimento feito.

Contraditoriamente, não só pesquisas, mas dados da FAO³³ e a declaração da atual Ministra do Combate à Fome e Pobreza do Brasil³⁴ em 2011, têm evidenciado que cerca de 70% dos pobres e em situação de insegurança alimentar, ao redor do mundo, são mulheres. Desse total 40% são crianças de até cinco anos de idade. Na mesma declaração, a Ministra apontou que 40% dos pobres do país estão no campo³⁵ no Brasil, sendo que, deste total, 60% encontram-se na região Nordeste.

Diante disso, a grande questão colocada é: por que, justamente quem deveria estar diretamente vinculado à produção de alimentos constitui o grupo de insegurança alimentar? Por que ainda há fome se há produção de alimentos suficiente no planeta? O campo/campesinato tem aparecido na história como pobre, conforme enfatizam Martins (1995) e Heredia (2008), pois a produção de autoconsumo ainda não é considerada renda nas famílias de modo geral. Talvez esse seja um dos motivos pelos quais o campo, no Brasil, aparece como pobre, e, uma questão que fica é: quanto dinheiro seria necessário para as famílias camponesas adquirir alimentos se não fossem produzidos? Ou melhor, se alimentos que eles consomem fosse contabilizado como renda, será que o campo iria aparecer como tão pobre? Se de fato é pobre, quais são as causas? Quais as condições nas quais se realiza a produção camponesa, comparada ao agronegócio, em investimento público, pesquisa, infraestrutura e logística? E, as mulheres como são vistas diante das diferentes perspectivas de produção?

Como se pode perceber, elas ainda pouco aparecem como sujeitos, embora trabalhem muito, e por isso há de se questionar como o senso do IBGE tem formulado as questões para fins de recenseamento no campo, sabendo que se tem avançado com relação ao que era feito antes de 2006. Voltaria à questão da porcentagem de mais de 30% das mulheres do campo, que estão na atividade agropecuária, mas fazem trabalho não remunerado. Esse trabalho não tem nada a ver com a produção para o autoconsumo?

³³ Food and Agricultural Organization (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação).

³⁴ Tereza Campello na Conferência Estadual de Combate à Fome e a Pobreza no Rio Grande do Sul ocorrida em 01/07/2011.

³⁵ Não se nega que exista pobreza no campo, entretanto, saliento o cuidado ao evidenciar tais análises pelo fato de que precisamos contextualizar esta pobreza: os maiores índices da pobreza e indigência no campo aparecem justamente em municípios em que há maior presença de latifúndios no Brasil. Esta afirmação é corroborada pelo próprio Conway (2003), ainda que se trate de um autor neoclássico. Conway afirma que a pobreza no campo, em escala mundial aparece majoritariamente associada à falta ou a pouca terra por parte das famílias camponesas. Tal ponderação é necessária pelo fato de que possa parecer que as pessoas do campo não trabalham, quando o trabalho constitui a própria identidade dos (as) camponeses (as). De outra maneira, a produção de alimentos que é consumida no núcleo familiar não é contabilizada como renda, sendo que esta questão merece estudos mais aprofundados.

Apesar de no Brasil haver certo esforço por parte dos últimos três governos, com relação a financiamentos para a pequena agricultura, assim como de possibilitar acesso ao crédito às mulheres, a sua invisibilidade ainda é grande. Nesse aspecto, um exemplo é que no PAA, ainda grande parte dos contratos é feito em nome dos homens, embora não se tenha muitas dúvidas acerca de quem trabalha na produção diversificada e “das miudezas” serem as mulheres. Cintrão e Siliprandi (2011), ao trazerem esse fato, afirmam que os contratos são feitos em nome dos maridos, o que evidencia que, por mais que nas DAP’s esteja o homem e a mulher, no caso de cônjuges, culturalmente é o nome do homem o primeiro, sendo esse considerado, pois a DAP é liberada para a unidade de produção e, no caso da mulher ter uma DAP própria, deverá ter um pedaço de terra, comprado ou arrendado somente em seu nome. Talvez essa questão mereça maiores debates e lutas no conjunto das mulheres da Via/Brasil, ou no mínimo, uma questão a ser pensada.

b) Os alimentos

Cruz e Menasche (2011) enfatizam que há uma ansiedade urbana com respeito à alimentação. Destacam que o rural é tido como sinônimo de natural ao passo que há uma grande desconfiança com relação aos alimentos industrializados, considerados desconhecidos, fato esse muito salientado pelas pesquisadas mexicanas e brasileiras. Na Europa, segundo as autoras, faz parte desta crise globalizada, a falta de confiança e de segurança com relação aos alimentos, sendo que, este fator tem provocado mudanças no modelo de produção e, um exemplo disso é trazido por Andrioli e Fuchs (2008). Os autores retratam realidades em que na Alemanha e na França, de modo especial, tem havido fortes embates inclusive judiciais, pelo direito a produtos não transgênicos, e, diretamente contra esses produtos e OGM’s, mas, infelizmente, isso não significa que esse é o desejo desses países com relação ao México, ao Brasil e demais países menos ricos que eles.

O México tem sofrido, catastróficamente, perdas da produção agrícola, especialmente de autoconsumo, após o acordo firmado no Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLCAN) em 1994, pois já fora autossuficiente na produção de milho, base de sua alimentação. Carlsen mostra esse cenário:

No pós Tlcan, 42% da comida que se consome no México provém do exterior. [...] Em entrevista, o pesquisador Ernesto Ladrón de Guevara assinalou que em alguns alimentos básicos a dependência das importações é dramática: 80% em arroz; 95% em soja; 33% em feijão e 56% em trigo. É o primeiro país do mundo em importação de leite em pó. O México, antes próspero no setor lácteo, agora, em virtude do Tlcan, deve importar leite em pó de uma multinacional vinculada à crise da desnutrição infantil (CARLSEN, 2012, p. 2).

No mesmo sentido, o Brasil também aparece cada vez mais como um importador de alimentos e, nas consultas realizadas em sitios, é destacada a importação de arroz, feijão e banana, por exemplo, afirmando um crescimento, mas não consegui dados com relação ao total da importações de alimentos. Ademais, como os alimentos, ou melhor, os produtos alimentícios estão sob a ordem dos mercados, há de se questionar sobre porque importar certos produtos quando poderiam ser produzidos.

Ploeg (2008, p. 22) destaca que os alimentos são cada vez mais projetados, sendo que a atual industrialização, produção e consumo são impulsionados por uma agenda bem definida, balizada pela “globalização, liberalização e distribuição de OGM’s de pleno direito e a afirmação de que o mundo nunca teve alimentos mais seguros à disposição como agora”. Contraditoriamente, pesquisas mostram a crescente insegurança alimentar com relação ao volume necessário para alimentar os sete bilhões de pessoas do planeta e se questiona a qualidade dos alimentos produzidos como produtos ou *commodities* e, um sinal, é o numero crescente de pessoas gordas e obesas, o que significa má-alimentação. Além do mais, por trás das importações e exportações há decisões bilaterais ou multilaterais, das quais pouco se sabe, e até se pode perguntar, quem decide sobre o que importar? O que vale como moeda de troca nos acordos entre os países? Quais sacrifícios são impostos ao México e ao Brasil em troca de poder exportar alguns de seus produtos? Contudo, no dizer de Wedig e Menasche (2013, p. 156):

nos últimos anos, tem-se observado uma revalorização de elementos associados ao rural, bem como da comida que a ele remete, a qual se expressa na busca de pessoas do meio urbano por alimentos da roça – podem-se observar, na localidade, pessoas da cidade que vêm comprar produtos diretamente dos agricultores – bem como pela própria valorização dos agricultores de seus alimentos, reconhecidos por eles como mais saudáveis e melhores.

A pesquisa mostra que, além de desconfiança com relação aos produtos oferecidos como alimentos, eles, verdadeiramente, são mais que produtos ou mercadorias, e para as pesquisadas, tem o valor da vida. E, assim, dizia Maria Malene:

Para mim, alimentos precisam gerar vida, alimentos com veneno não é alimento, ele precisa ter vida. Eu aprendi o valor dos alimentos com minha família, que não é só ter algo para comer, tem que ter energia, sabor. Eu sinto esta diferença quando como na cidade, não tem o mesmo gosto. Produzir alimento, para mim é muito precioso. Isto que conseguimos produzir aqui já é precioso e muitas pessoas não pensam nisto. (Entrevista realizada em 04/09/2012).

Conforme observava Maria Margarida, alimento é o mesmo que comida boa, pois,

Para mim, isto é vida, olho para os meus filhos e vejo eles comendo comida boa, com prazer. Por outro lado, é tão triste ver que ainda tem milhares de pessoas que não tem o que comer, ou que comem qualquer coisa. A gente sabe que o trabalho da gente vale a pena, que é gratificante poder pôr na mesa arroz, feijão, carne, ovos, pão, salada, que é tudo simples, mas gostoso, bom e gratificante porque é fruto do nosso trabalho (Entrevista realizada em 09/09/2012).

Num estudo de Menache, Marques e Zanetti (2008)³⁶, os alimentos são *comida* e isto quer dizer que são mais do que produtos, pois a comida tem a ver com a linguagem, com a fala do corpo, com a família, com o trabalho e as relações e, assim entendo o que foi pontuado por Maria Margarida. Em um sentido parecido, Maria José Carneiro (2009), ao estudar a mudança nos hábitos alimentares na região serrana do Rio de Janeiro, fala da rede de sociabilidade que se cria em torno dos alimentos, destacando que, por vezes, o valor social é maior que o valor econômico, garantindo coesão do tecido social entre as famílias da região. Nesse sentido a fala de Maria Luíza evidencia que:

Pra mim, o significado da produção de alimentos, é também não deixar morrer a cultura de produzir, de cuidar das sementes. Tem coisas que eu nem gosto tanto, mas planto pra ter a semente. Estamos num período que tudo parece ser resumido ao pacotinho na prateleira do supermercado, tudo precisa ser comprado e pra mim ter as próprias sementes pra cultivar significa vida. Produzir alimento é produzir a vida em meio a tanta porcária que se tem por aí. Tento manter a cultura de saber plantar, colher, preservar, de fazer os alimentos (Entrevista realizada em 23/08/2012).

Mais que tudo, comer nos define, é mais que matar a fome, comer nos põe em contato com aquilo que compartilhamos e, também, com o que nos mantém a parte, segundo Pollan (2007). Do mesmo modo, salientam Wedig e Menasche (2013, p. 153) “As escolhas alimentares expressam características e diferenciações culturais entre os grupos e entre seus membros” e, por isso, o sentido de comida boa para quem produz e tem uma relação com o que cultiva pode ser bastante diferente com quem não possui esse elo com os alimentos. Além disso, de acordo com as mesmas autoras, “os hábitos alimentares de cada grupo fazem parte de sua bagagem cultural – são apreendidos desde criança – e, mesmo quando são posteriormente transformados, permanecem na memória alimentar”.

Refletindo a partir do que destaca Pollan, requer considerar que as pessoas nem sempre tem a opção de definir o que comem, pois, aquelas em situação de vulnerabilidade social adquirem ou possuem para comer o que é possível, independente de ser o mais saudável e aconselhável ou não. Assim, fazer escolha, é muito limitado segundo o que pode ser adquirido, no caso de se ter que comprar ou mesmo tanto no caso do Brasil como do México,

³⁶ A pesquisa foi realizada com famílias do Vale do Taquari (RS), sendo que as pessoas falam em “alimentos limpos”, se referindo ao não uso de agrotóxicos.

diante do que a população empobrecida recebe nas cestas básicas. No campo, embora as pessoas possam ter acesso à terra, nem sempre podem escolher também o que plantar, quando dependem de ter tais sementes ou de possuir tal investimento como máquinas, água, etc.

Conforme discorrido até aqui, tratar da problemática que envolve a produção de alimentos, inclusive evidenciando a atividade das mulheres e o seu papel nesse processo, tem sido complexo, com elementos muito contraditórios: de um lado, no Brasil, o crescimento do agronegócio e a acumulação de terras; de outro, a agricultura camponesa como protagonista na produção de alimentos. De uma maneira, os homens são os titulares nas entregas de alimentos para programas governamentais e, de outro, políticas para as mulheres como DAP e a titulação da terra conjunta, o Pronaf mulher e Ater mulher. Além disso, a constatação de que não faltam alimentos no mundo, versus a fome ou a desnutrição por falta de alimento ou da qualidade dos mesmos. O campo como local por excelência da produção e também relacionado à vulnerabilidade social, do ponto de vista da pobreza e da falta de segurança alimentar, no México assume maior ênfase do que no Brasil.

Além disso, segundo o INEGI no México e o IBGE no Brasil, esses países estão cada vez mais urbanizados, lembrando a problematização já feita a respeito dos censos produzidos e se o rural está, de fato, encolhendo. Quem produz alimentos afinal? Diante dessa complexidade, não pode ser desconsiderado o que demonstram estudos de Anjos e Caldas (2009). Eles indicam que a pequena agricultura, ou a agricultura camponesa, pode ser uma profissão ameaçada, como mostram seus estudos em quatro regiões do estado do Rio Grande do Sul. Os autores destacam que há

um paulatino esvaziamento desta atividade enquanto referente a um estilo de vida que, até então, predominava em relação a outras ocupações no campo brasileiro e latino-americano em geral. Neste contexto, a produção de alimentos e matérias primas cada vez mais assume o caráter de um ramo especializado na divisão social do trabalho (p. 201).

A problemática apontada pelos autores é uma realidade e os últimos censos têm mostrado esse fator. Além disso, a agricultura tem sofrido profundas transformações desde a década de 1970, que Gazolla (2009) trata como mercantilização da agricultura, cuja principal consequência é o empobrecimento da pequena agricultura ou a sua não viabilização. Esse cenário tem sido bastante pessimista para o campesinato e, de fato, houve perdas irreparáveis, do ponto de vista de famílias expulsas do campo, seja por empreendimentos de barragens, seja por ação do latifúndio, ou inviabilidade de produzir no modelo agroquímico, ao qual a pequena agricultura tem sido continuamente forçada.

Se olharmos para a concentração fundiária do Brasil, percebe-se que ela segue inalterada segundo Cintrão e Siliprandi (2011), demonstrando que, apesar dos programas sociais dos governos Lula e Dilma, as desigualdades gritantes permanecem e pouco se fez de reforma agrária para mudar a estrutura fundiária e produtiva do país. As mesmas autoras mostram, a partir de estudos, que, em 2009, 94,4% da população rural contava com eletricidade, o que é um avanço da política pública, mas, por outro lado, 1/3 dessa mesma população seguia sem água encanada. Até quando o campesinato vai ser tratado como um resíduo, ou como provisório, residual, informal, se a solução de fato não está no agronegócio, embora seus defensores apregoem números exorbitantes e outras maravilhas? O que significa mesmo desenvolver um país, se aonde há geração de trabalho parece ser errado, mesmo visualizando o inchaço das favelas e uma condição de precariedade do trabalho?

Os alimentos, ainda que industrializados têm uma base material para a existência, eles não vem do nada, tampouco são criados em laboratórios com fórmulas mágicas. Se quisermos maior qualidade, a aposta é na diversificação e, para tanto, precisam-se de pessoas no campo em vista de realizar esse trabalho, pois o campo sem gente, o campo do agronegócio, quando produz aquilo que chamam de alimento, é altamente contaminado, com valor nutricional extremamente baixo, além de causar, em curto ou longo prazo, efeitos maléficos à saúde. Segundo a Abrasco (2012) 1/3 dos alimentos no Brasil são contaminados por agrotóxicos e diante disso não há como não questionar sua qualidade e também essa realidade.

De certa maneira, com a distribuição de bolsas-auxílio, a fome tem diminuído no Brasil e também no México, mas acima de tudo, as grandes empresas do ramo dos alimentos têm enriquecido e concentrado capitais, pois elas acabam oferecendo “produtos” para as compras governamentais. No Brasil está se comprando alimentos da chamada pequena agricultura pelo PAA e PNAE, mas ainda é pouco e, de inúmeras maneiras esses programas funcionam precariamente, conforme salientavam as pesquisadas. Um caso citado por mais de uma delas era relativo à Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), que segundo o governo há pouco pessoal para operar, e assim esses programas tem dificuldades, causando entraves na execução. A responsabilidade seria dos camponeses e camponeses? Quem deveria tomar medidas e por quê não se toma? Um estudo apresentado por Andrade e Gomes Jr. (2014) demonstra que no Brasil, há mais acesso aos alimentos por parte dos pobres na última década, tanto é que, parece não haver mais fome, no entanto, a dieta nutricional é frágil e, assim fala-se da diminuição da fome, mas segue a pobreza e a desnutrição. De outra maneira, o país figura entre as principais economias do mundo...

A discussão sobre os alimentos, sobre o trabalho e a perspectiva da consideração das mulheres como sujeitos, faz com que se volta a refletir sobre desenvolvimento, conforme o início do capítulo. Nesse sentido, fica evidenciado que as mulheres demonstram querer fazer parte dele, mas em outra direção, segundo já pontuado, pois criticam duramente o desenvolvimento que as deixou de fora, especialmente indígenas e negras. Elas afirmam e, desse modo também me filio às suas concepções, de que, para a agricultura os rumos dados pela revolução verde e transgênicos são desastrosos, pois, acabam com a agrobiodiversidade, com a vida. Assim, precisa-se mais do que políticas públicas ou programas incipientes. Precisa-se reforma agrária e garantia de territórios para os povos indígenas, quilombolas e outros setores da pequena agricultura que vierem a reivindicar terra e recursos naturais como bens coletivos para viver bem e não para especular como faz o agronegócio. Em última instância, isso implica diretamente nos governos, como política de Estado, deixarem de investir no agronegócio para investir nos setores populares, e, não somente no campo, o que implica em mudanças profundas, para além das bolsas, parques créditos, etc.

Outrossim, a crise do agronegócio é evidente, embora seja sempre maquiada e distorcida, pois, se não fossem os investimentos públicos nesse setor e o constante socorro por parte do Estado, devido aos *lobbies* nos Congressos Nacionais de ambos os países Brasil e México, seria um setor falido financeiramente, embora apresente números cada vez mais exorbitantes nas balanças comerciais. Apresenta-se os números, mas, justamente não é mostrado, o quanto há neles, de investimento de recurso público (do povo), o quanto equivale a isenção de impostos e o que recebem em infraestrutura, seja em estradas, rodovias, silos, desapropriação de indígenas de seus territórios, sem contar os desastres ambientais.

3 A DIMENSÃO EDUCATIVA DA LUTA DAS CAMPONESAS E INDÍGENAS

Recorrer a um rio pode ser algo prazeroso, e o mesmo ocorre com o trabalho, no sentido ontológico, segundo a concepção marxista, do qual foi tratado no capítulo anterior. Mas, além do prazer que um rio pode proporcionar, tanto pela beleza quanto pelo fato de oferecer a água gostosa para tomar banho ou para beber, nele é possível haver inúmeros obstáculos oferecendo perigos. O enorme rio caudaloso na metáfora do capítulo um, como sendo a organização das mulheres, tem muito a ser desvendado e, a isso me proponho continuar nesse capítulo, mostrando que a dimensão educativa da luta vai além da instrução formal escolar, sendo um ato em que as pessoas estão aprendendo sempre, em todas as circunstâncias, mesmo que não se deem conta desse fato.

Desde um ponto de vista, as mulheres camponesas e indígenas estudadas nesse trabalho, organizadas em movimentos populares, com suas revoltas explícitas, exigências, demonstrações públicas em marchas, passeatas, acampamentos, publicações em panfletos, revistas, livros ou sítios eletrônicos, bem como suas falas para a imprensa especialmente em datas de maior mobilização, podem ser entendidas como um perigo. Elas põem “a ordem (patriarcal capitalista) de cabeça para baixo” ou simplesmente na língua espanhola, elas diriam “*ponen de cabeza*”, e, assim, causam choques culturais, o que, mesmo desse modo, não deixa de ser educativo para a sociedade, repercutindo positivo ou negativamente. O fato é que as coisas não ficam como estavam, as concepções a respeito do que se pensava ou se pensa sobre elas é abalada, *se mueve*.

De outra maneira, frente a elas mesmas, outras militantes e simpatizantes de suas causas, o processo de luta com enfrentamentos mais diretos ou não, os encontros e atividades diversas, podem ser percebidos como boniteza, no sentido freireano, e os aprendizados também são muitos, mudando, ou acrescentando concepções e formas de ação coletivas e individuais. Nesse caso, percebe-se nas falas das entrevistadas que os choques são menores, se comparados aos sofridos pela sociedade em geral, mas isso não significa que não existam conflitos entre as que vão conduzindo a luta em linha de frente e também no sentido interpessoal. Nesse sentido, na argumentação de Iasi (2007), a mudança no processo de consciência para uma consciência crítica, não se dá sem conflitos, pois não se trata de algo novo se colocar no lugar do velho, mas uma disputa entre as duas formas (velha e nova) de consciência, que não é linear. Essa nova consciência acerca do que não era percebido e sentido até então, que se dá na luta por parte das mulheres organizadas, são, no meu entendimento, os aprendizados da luta, a escola a que a maioria não teve acesso como

gostaria, como já apontavam os estudos de Paludo (2001) ao estudar dirigentes de diferentes organizações camponesas ainda antes da existência “oficial” da Via no RS.

Nessa mesma direção Boff (2004, p. 9) ao escrever a apresentação da obra *Pedagogia da Esperança*, afirma que, para Freire, seu autor, “saber é nunca perder a capacidade de aprender”, o que corrobora com Mészáros (2008) mediante a argumentação de que a educação ocorre durante toda a vida. Contudo, há necessidade de serem destacadas as diferenças existentes entre os saberes escolares ou acadêmicos, das demais formas como saberes da vida, saberes da experiência, saberes da luta entre outros. No entanto, apesar de haver uma hierarquia bem definida dos saberes válidos, validados e reconhecidos e a marginalização dos demais frente ao que é considerado científico na atualidade, nenhum pode ser desmerecido e, na compreensão de Bartra (2011, p. 171), possuem validação segundo auxiliam para as pessoas viverem melhor, o que o filósofo chama de *Vivir Bien*.

A metáfora do rio pode ter o sentido de saciar as sedes diversas que as camponesas e indígenas do Brasil e do México demonstraram ter: sede de conhecimento, de compreender melhor a realidade, de serem valorizadas e reconhecidas, de terem uma vida livre de violências, de terem comida boa e conforto para viver, de poder plantar as suas sementes e não serem exploradas no trabalho, e, tantas coisas mais. Por esse motivo, é que ele não se apresenta em mansidão e calma, mas revolto, porque aparecem demandas das lutas das mulheres desde seus movimentos específicos ou mistos.

Desse modo, o rio caudaloso é feito por muitos outros, de águas de cores diferentes, assim como *las colores de las mazorcas del maíz mexicanas*, pois as diferentes colorações são devidas aos diversos tipos de solo existentes. Desde o contexto mexicano e brasileiro as mulheres pesquisadas são protagonistas, pois questionam a realidade de forma organizada em movimentos populares, uma parte delas sendo feministas, outras não, porém, o que importa, é que querem ver avançar o processo de consciência crítica das mulheres para além de si, de suas organizações e de seus países. Elas demonstram compromisso com as lutas que assumiram e assumem em vista da transformação da realidade ainda tão dura, e nela afirmam primeiro, aprender a serem gente, ser mulher, assumir-se indígena e andar com a cabeça *y la mirada* erguida, embora seja árduo. Conseguem também ter melhor compreensão do que se passa na sociedade e com elas mesmas. Nesse sentido, na argumentação de Freire (2007, p. 21) é destacado o mesmo evidenciado pelos sujeitos da pesquisa: “na medida em que o compromisso não pode ser um ato passivo, mas práxis – ação e reflexão sobre a realidade – inserção nela, ele implica indubitavelmente um conhecimento da realidade”.

Nesse aspecto, não há como não entender a educação na mesma perspectiva de Freire (2007, p. 28), que a descreve como sendo “de caráter permanente. Não há seres educados e não educados. Estamos todos nos educando. Existem graus de educação, mas estes não são absolutos”. Além disso, o aporte da educação popular é de suma importância pelo fato de ela emergir fora do ambiente escolar, desde um universo de necessidade de alfabetização e tantas carências mais. Na concepção de Brandão e Assumpção (2009, p. 35), a educação popular pode ser entendida como cultura rebelde que

se realiza em todas as situações em que, a partir da reflexão sobre a prática de movimentos sociais e movimentos populares (as ‘escolas’ em que tem sentido a educação popular) as pessoas trocam experiências, recebem informações, criticam ações e situações, aprendem e se instrumentalizam. A educação popular não é uma atividade pedagógica para, mas um trabalho coletivo em si mesmo, ou seja, é o momento em que a vivência do saber compartilhado cria a experiência do poder compartilhado.

Assim, a educação popular, como possibilidade de fazeres e experiências em vista do ser mais, parafraseando Freire, está vinculada às lutas das mulheres, pelo fato de aí estar a dimensão educativa, ou seja, o que aprendem e como aprendem. Nesse aprender com compromisso de que a luta não é só para si, ao contrário, tem uma dimensão coletiva, há questionamentos e rejeições sobre si mesmas e sobre práticas de outras pessoas e organizações. O feminismo aparece como um componente da luta das mulheres e, decorrente desse campo, se evidenciam conflitos, desafios, expectativas, construções, esperanças, dores e tudo mais, pois elas vão se fazendo sujeitos, sentindo avanços e retrocessos em meio à complexidade cotidiana. Mas, também de parte das pesquisadas, há respeito com as mulheres mesmo quando as suas ou as de outras organizações não se assumem como feministas.

Nesse sentido, o Movimento é tido como sujeito pedagógico, que na afirmação de Caldart (2004, p. 317) significa “retornar uma vez mais à reflexão sobre educação como formação humana e suas relações com a dinâmica social em que se insere”. De acordo com a autora, o Movimento é sujeito educativo devido à sua intencionalidade pedagógica e a sua própria tarefa de fazer educação ou formação humana e, por isso, a necessidade de compreender a educação de maneira ampla, para além das grades curriculares. Sobre todos os aspectos aqui mencionados, o item 3.1 que segue vai abordar com maior profundidade.

3.1 ALGUNS ASPECTOS DA EDUCAÇÃO E DAS LUTAS DAS CAMPONESAS DO BRASIL E INDÍGENAS DO MÉXICO

Nesse item, faço um esforço de entrecruzar elementos da educação escolar com as lutas das mulheres camponesas e indígenas, possíveis de serem descritas, de maneira mais ou menos histórica, contanto, saliento que, na descrição das lutas, vai aparecer a educação extraescolar, entendida como educação popular. Grosso modo, conforme já tratado no capítulo anterior, as mulheres não figuram como sujeitos do desenvolvimento e o mesmo acontece com relação à educação escolar e ao protagonismo nas lutas ao longo da história. Em síntese, elas foram ocultadas em muitos aspectos, na sociedade conhecida como patriarcal, com raras exceções de sociedades ou grupos humanos, tanto é que, de maneira geral, começam a aparecer com mais evidência no campo da luta social quanto da educação, no século XIX, segundo Souza Lobo (2011); Perrot (2012). No dizer de Perrot (2010, p. 185, grifo da autora),

econômica a história ignora a mulher improdutiva. Social, ela privilegia as classes e negligencia os sexos. Cultural ou ‘mental’, ela fala do homem em geral, tão assexuado quanto a humanidade. Célebres – piedosas ou escandalosas – as mulheres alimentam as crônicas da ‘pequena’ história, meras coadjuvantes da História.

No entanto, da invisibilidade, sempre com algumas exceções, elas passam a fazer a pequena história e, desta, pode-se perguntar se é possível afirmar que as mulheres de forma geral já fazem parte da História para valer, merecendo outros questionamentos ainda: Como fazem? Onde estão? Como são reconhecidas? Diante disso, respondendo que sim, em parte, e, notoriamente em alguns aspectos, as mulheres romperam grandes barreiras e fazem parte da história, mas, se olhado para as camponesas e as indígenas, percebe-se que ainda falta um pouco mais. Perrot (2012, p. 110) descreve que, no mundo, as camponesas e, no caso do México, trata-se grandemente de indígenas, elas “são certamente ainda a maioria, se pensarmos na África, na Ásia e na América Latina. Ora, as camponesas são as mais silenciosas da história”. Segundo a mesma autora, elas parecem escapar à história, sendo mais objetos de pesquisa de etnólogos ao longo dos tempos, e, além disso, não poucas vezes, quando representadas em obras de arte, não isentas de bestialidade, pois os estereótipos e as ideologias florescem.

De outra maneira, Muraro (2002) esclarece: as mulheres camponesas exerceram um papel preponderante nas principais revoltas camponesas até o século XVIII, na Europa. Foram elas que tomaram a Bastilha e, durante a Renascença, as mulheres pobres sempre foram

grandes questionadoras. No mesmo sentido, Perrot (2012, p. 112) descreve que, em casos de penúria, da alta indevida aos preços dos alimentos, as mulheres dão o alerta. Elas rebelam-se, protestam, culpam os comerciantes, os ameaçam, derrubam seus tabuleiros, espalham-se pelos caminhos perto dos canais para deter as carroças, apoderam-se das cargas e dão-se o direito – porque é preciso viver. Mas, talvez fossem consideradas pouco importantes para serem descritas suas histórias. “Para escrever a história, são necessárias fontes, documentos, vestígios. E isso é uma dificuldade quando se trata da história das mulheres. Sua presença é frequentemente apagada, seus vestígios, desfeitos, seus arquivos, destruídos. Há um déficit, uma falta de vestígios”.

No conjunto geral, não dá para esquecer, segundo pontua Muraro (2002, p. 61), que “o patriarcado é de tal modo, hoje, uma realidade bem sucedida, que muitos não conseguem pensar na organização da vida humana de maneira diferente da patriarcal, em que o macho domina de fato e de direito”, fato esse que, em grande medida, produziu a invisibilidade feminina e sua desconsideração como ser produtivo além da desvalorização por realizar trabalhos na esfera da reprodução.

Outra explicação para a invisibilidade feminina trazida por Muraro (2002, p. 63) é de que na lenta e gradual passagem das sociedades matriarcais para o patriarcado,

a maior parte dos trabalhos era feita pelas mulheres (como é hoje, tanto nas sociedades simples quanto nas complexas). Elas se responsabilizavam por seus filhos e, por extensão, pelo grupo inteiro. As mulheres provinham o alimento e os homens se responsabilizavam pelas tarefas mais pesadas, como a caça, a pesca e a limpeza das terras aráveis. Contudo, possuíam mais tempo livre que as mulheres, o que os fez desenvolver suas armas e inventar cultos específicos para o sexo masculino, dos quais excluía as mulheres.

De acordo com Muraro (2002), o patriarcado não se estabeleceu de forma tranquila, e as mulheres sempre apresentaram resistências, pois entre o período de cinco a dez mil anos antes da era cristã, segundo a autora, esse formato de organização social e cultural se impôs sobre a liberdade das mulheres. Assim, uma grande parcela delas foi feita escrava e, nas gerações que se seguiam, podiam ser vendidas, doadas, emprestadas para todos os tipos de serviços e necessidades. Desprovidas de poder, roubadas e desfeitas suas histórias de liberdade, foram convencidas de sua inferioridade, sendo que a Inquisição em vigor entre os séculos XV e XVIII foi uma mostra de como funcionava a legitimação do poder masculino em detrimento das mulheres. Muraro destaca que 85% dos condenados à fogueira eram mulheres e, para tal fato, não precisava mais do que acusação de ter uma pinta no corpo, ou seja, sinal da entrada do demônio.

Diante de tamanha invisibilidade, destruição e distorção da história de protagonismo feminino, com destaque à Inquisição, acusando-as de bruxas e queimando-as em fogueiras em praças públicas, ainda no século XVII, surgiram as primeiras vozes femininas em defesa das mulheres. Alves e Pitanguy (1985) relatam que foi na América, mais precisamente nos Estados Unidos (EUA), que a religiosa Ann Hutchinson ousou reivindicar igualdade entre homens e mulheres, diante da afirmação de que seriam ambos criados iguais, por Deus. Logicamente, foi morta, e, assim como ela, no final do século XVIII, em 1791, Olympe de Gouges publicava “*Os direitos da mulher cidadã*”, fato esse que levou a ser guilhotinada.

Somando-se a estas, segundo as mesmas autoras, em 1792, na Inglaterra, Mary Wollstonecraft publicava o livro “*Defesa dos direitos da mulher*”, combatendo ideias de Rousseau, ao passo que exigia o direito à educação às mulheres, como seres iguais aos homens. Fornet-Betancourt (2009) evidencia no século XVII, a religiosa Joana Inés de la Cruz, no México, como uma das primeiras vozes de denúncia da situação das mulheres latinas. Depois dela, no século XIX, aponta uma porção de rebeldes contra a ordem patriarcal machista, como Maria Lacerda de Moura no Brasil; Josefina Pelliza de Sagaza na Argentina; Soledad Acosta Samper na Colômbia; Luiza Pérez de Zambrana e Gertrudiz Gómez de Avellaneda em Cuba; Mercedes Cabello de Carbonera; Rosa de Amézaga e Teresa González de Fanning, no Perú. Alves e Pitanguy (1985) dão destaque no século XIX a duas lutadoras operárias pelo direito das mulheres: Jeanne Deroin e Flora Tristán.

Antes da luta por direito ao voto, do final do século XIX em diante, a pobreza gerada pelo sistema capitalista que se estabelecia em países centrais da Europa, forçava com que as mulheres saíssem às ruas com seus filhos, em busca de pão e, para isso, se amotinavam. Eram lutas de donas de casa, de trabalhadoras urbanas em geral e, no campo, as mulheres faziam o mesmo, por direito à água, lenha, alimentos, em defesa de suas terras e das florestas, etc.

Com variantes, cuja trajetória certamente revelaria muita coisa sobre a evolução do papel das mulheres no seio do povo – os motins por alimentos cujos ecos enfraquecidos ritmam o século: 1816-1817, 1828, 1831, 1839-40 (sobretudo no Oeste), 1947-1948, 1968, 1897: últimos motins onde a carestia está no centro do protesto popular (PERROT, 2010, p. 194).

Mas, como continua a descrição da autora “o grande conflito moderno é a greve, mais viril do que feminino, pois ligado ao assalariamento onde, de início, a mulher tem um papel apenas secundário” (PERROT, 2010, p. 195). A autora descreve que as mulheres se organizavam e faziam motins florestais, por direito à madeira, motins fiscais e outros distúrbios urbanos, enfrentando a guarda montada ou a polícia nas grandes revoltas. E quando

mandadas embora, afirmavam: “nosso lugar é aqui” (Idem, p. 197). Contudo, de iniciantes na luta, elas passavam a ser consideradas secundárias.

Na mesma perspectiva, Muraro (2002, p. 128) complementa: “Foram as mulheres que tomaram a iniciativa dos atos mais violentos em defesa do pão para os seus filhos”. Logo, elas sempre estiveram na luta. González (2010), amparada em estudos de Perrot (2010), registra que os movimentos populares de mulheres que lutavam por direitos à cidadania, saúde, alimentação, etc., foram anteriores à revolução industrial e, de algum modo, paralelamente a estas formas de organização, surgia uma corrente feminista. Se analisado o feminismo como movimento, parece ser um tanto precoce o uso do termo, mas Perrot (2012) cita como consideradas pré-feministas isoladas, Christiane de Pisan, no século XV, e Marry Astell, no século XVII. Um pouco mais tarde, no século XVIII, surgiam movimentos mais coletivos e, daí aparecem textos considerados fundadores ou fundantes do feminismo, como os de Olympe de Gouges, de Condorcet e de Mary Wollstonecraft.

As mulheres em maior proporção, embora houvesse homens que ousavam levantar a voz no século XVII, ou ainda antes disso, contra a obscuridade produzida sobre a situação do sexo feminino na sociedade, desde Joana de la Cruz à Simone de Beauvoir, todas (os) vinham a exigir acesso à educação para as mulheres, pois acreditavam que assim, elas conseguiriam romper com vários obstáculos colocados à sua participação pública. Se a situação das mulheres da Europa era difícil, a das latino-americanas era muito pior, inclusive por causa da colonização e da violência sobre elas, de modo especial, nos empreendimentos das coroas, espanhola e portuguesa.

Conforme destacado, as lutas das mulheres aparecem bem mais em forma de motins, e, por isso, eram tratadas como loucas, antes e durante do período da Revolução Industrial na Europa, ou, em vozes mais ou menos isoladas de lideranças que conseguiam algum espaço para se por e denunciar. Nesse período, Brasil e México eram países sob os regimes coloniais, de economia agroexportadora agrária e de recursos naturais, sendo que as inúmeras revoltas populares de indígenas e negros eram abafadas com a força do poder colonizador e, posteriormente, imperial e, as mulheres não apareciam como protagonistas.

A industrialização desses países se deu depois da metade do século XIX, com pouco ímpeto no início, e somente avançou consideravelmente do início do século XX em diante. O México saía de uma ditadura militar em 1867, e assumia o poder o primeiro indígena, Benito Juárez da etnia Zapoteca, apostando no fomento à agricultura (mais de grande porte do que para os *ejidos*) e incorporando o país à Revolução industrial (WIKILIBROS, 2014). O Brasil dava os primeiros passos com a chegada de D. João VI, em 1808, mas só foi desenvolver a

indústria mesmo no final dos 1800; as mulheres foram mão de obra barata nas indústrias têxteis disseminadas nas principais cidades do país.

Diante da industrialização no Brasil, e mesmo com o grande número de greves e manifestações entre 1890 a 1930, em que as mulheres foram protagonistas, elas eram descritas como “mocinhas infelizes e frágeis para os jornalistas, perigosas e ‘indesejáveis’ para os patrões, passivas e inconscientes para os militantes políticos, perdidas e ‘degeneradas’ para os médicos e juristas...” (RAGO, 2004, p. 579, grifos da autora). Souza-Lobo (2011, p. 254) registra que “apesar da importância de figuras femininas no movimento operário, era a imagem da costureirinha frágil que dominava”, na primeira República do Brasil.

Da mesma forma que ocorreu a invisibilidade das mulheres na história e, por assim dizer, não apareciam na história de lutas ao longo dos tempos, com relação à educação não poderia ser diferente, pois, em se tratando de Brasil e México, no período colonial, as mulheres não faziam parte do grupo a receber instrução escolar, do pouco que era oferecido, com raras exceções, a algumas mulheres da elite. Em ambos os países, com a invasão colonial, os responsáveis pela educação eram religiosos. No México, por parte dos franciscanos e, no Brasil, a educação era principalmente jesuítica, mas em menor proporção, oferecida também pelos franciscanos.

De acordo com Paiva (2003), a educação escolar, tratada pela autora como educação popular, no período colonial do Brasil é praticamente inexistente, sendo o pouco que havia dirigido aos indígenas homens adultos, basicamente filhos dos caciques, pois essa era uma forma de proteção dos núcleos colonizadores portugueses contra ataques indígenas de outros povos. Segundo a autora, alguns negros escravos também vieram a ser instruídos no período colonial, mas, sequer aprendiam a ler e escrever. Para eles, o objetivo único era a catequização em forma de sermões contra o politeísmo africano, pregando então o cristianismo.

Nesse mesmo período, no México, a educação escolar se dava para alguns poucos indígenas homens, crioulos e mestiços, filhos da elite local que se constituía (GUTIÉRREZ, 2012) e, um sistema educacional um pouco mais abrangente se deu depois da metade do século XIX, pois, com a independência o país tentava suprimir a educação religiosa e oferecer um conteúdo educativo novo, sob controle do Estado, com instrução cívica, geografia e história. Contudo, apenas em 1869 ocorreu a promulgação da lei orgânica de instrução pública, se referindo à educação primária e, em 1889, se acrescenta à lei, a obrigatoriedade e o laicismo, devido ao fato de que o país precisava se modernizar. Para exemplificar: no México, de acordo com Bonfil (1994, p. 158), a ação educativa que se empreendeu alcançando logros

notáveis no século XIX, não cruzou a barreira colonial do perímetro urbano. E, diz mais: *“Llegó por excepción al medio rural y apenas si se intentó en las comunidades índias”*.

No século XIX, de acordo com Guerrero (2000), estava posta a noção de cidadania em todo o mundo, mas se tratava de cidadania para homens proprietários, não analfabetos, no caso do México, brancos ou mestiços. Assim, mulheres indígenas e camponesas não estavam incluídas como cidadãs. Bonfil (1997, p. 159) argumenta que, no esforço de fazer o México moderno e sepultar o México profundo, a educação deveria funcionar para fazer os indígenas falar castelhano, ao passo que, as línguas indígenas deveriam ser consideradas mortas. Mas *“si la escuela tampoco funcionó y el índio no se civilizaba, habia que al menos ocultarlo para que fuese menos visible”*. Entretanto, os indígenas reagem frente às inúmeras imposições do Estado, tanto é que segundo Bonfil, no ano de 1909, os indígenas Kikapús, de Cohahuila, atearam fogo numa escola no dia em que seria sua inauguração.

Com relação ao Brasil, no início do século XIX, se dá início a um sistema incipiente de educação, pois no passado colonial o acesso à instrução escolar era uma exceção, devido a Portugal não ter esse interesse, muito pelo contrário. De acordo com Paiva, (2003), o primeiro sistema de educação no Brasil foi estabelecido pelos jesuítas a partir de 1549, em vista de educar para abrandar as rebeldias e catequisar, salvando as almas. A educação era oferecida aos meninos, e, aos poucos, foi sendo transformada num sistema destinado às elites, segundo os objetivos da Companhia de Jesus, ainda no final do século XVI.

Por pouco mais de dois séculos, os religiosos foram os únicos responsáveis pela educação formal da pequena parcela do povo que conseguiam atingir, mas, não se têm dados mais precisos com relação a este sistema e sua abrangência. De outra maneira, de acordo com Freyre (2002), a moral católica deste sistema de educação que, por sua, vez era traduzida em catequização, teve pouco êxito com a população indígena devido à formação cultural e aos costumes praticados ao longo dos séculos.

Ainda segundo Paiva (Op. Cit.), no período colonial, a centralização da metrópole não permitia que a leitura e a escrita fossem sentidas como necessidades do povo, pois não era proporcionado interesse pelo ensino e, assim, não haveria de existir possibilidade de participação política. A elite portuguesa no Brasil enviava seus filhos para estudar na Europa e, em alguns casos, as filhas eram alfabetizadas em casa. De acordo com Louro (1987, p. 14), ainda que algumas mulheres da elite recebessem instrução, *“fundamentalmente se dava educação moral, prendas domésticas, religião, piano, muito pouco de matemática e português, coerente com o papel que iriam desempenhar na sociedade”*. Paiva (2003) destaca que é apenas no ano de 1808, com a vinda da família real ao Brasil, que se dá a estruturação do

panorama educacional por vias do Estado, mas o interesse voltava-se à aristocracia portuguesa que precisava formar seus quadros burocráticos. Foram criados, então, cursos de Medicina, Agricultura, Economia Política, Química e Botânica. Além destes, foram criados também as Academias Militares, o Ensino Artístico, o Museu Real, a Biblioteca Pública e a Imprensa Régia.

Além do mais, cita-se que a Constituição de 1824 estabeleceu a gratuidade para a instrução primária no país, com exceção ao estado de São Paulo, mas, em 1843, outra lei federal tornava o governo central isento desta responsabilidade, ficando a cargo das Províncias (PAIVA, 2003). Uma grande novidade foi à criação de escolas para meninas, aprovada por D. João VI, em 1818, causando “grande mudança nos costumes”, segundo Almeida (1989, p. 44). Na fase do país independente, ou seja, a partir do ano de 1822,

com as modificações que se processavam a nível internacional, ampliou-se um pouco mais a preocupação oficial com a instrução feminina, mas, colocada ainda, evidentemente, em nível muito inferior à dos homens, restrita ao primário e sem acesso ao ensino secundário oficial. É pelo fim do império que surgem as escolas normais que servirão como caminho natural para aquelas mulheres que desejavam ou necessitavam de uma profissão (LOURO, 1987, p. 14).

Vale ressaltar ainda que, segundo Louro na obra citada, mediante a possibilidade de acesso das mulheres à educação escolar, inclusive, no âmbito da formação para o exercício de professoras, sendo uma das primeiras profissões reconhecidas na esfera pública, tiveram acesso à escolarização de maneira massiva, jovens brancas da classe média. As escolas não existiam no meio rural, com exceção a algumas criadas com a chegada dos imigrantes no Sul e Sudeste, embora servisse para alfabetização majoritária de homens.

No que tange ao processo educacional das mulheres, além da profissionalização do magistério ressaltando todas as normas impostas para tal exercício³⁷, outra atividade mais vocacional do que profissão propriamente dita, era a possibilidade de algumas jovens serem freiras. Segundo estudos de Nunes (2004), ser freira também era para mulheres de classe média e brancas, sendo negras e pardas as serviçais dos conventos. A autora destaca, ainda, que, no período colonial, nem isto era possibilitado às mulheres, visto que a função primordial delas deveria ser a reprodução e a abertura de conventos estava sob a jurisdição da Coroa portuguesa.

Em alguns casos, se criavam conventos às escondidas do rei e, com algumas exceções, raras famílias da elite enviavam suas filhas para serem freiras em Portugal, mediante

³⁷ A boa conduta era um requisito exigido e, no Estado de Santa Catarina, era inclusive proibido as professoras se casarem.

autorização real. Nunes (2004) enfatiza ainda, que os conventos, assim que permitidos no Brasil, serviam também para trancafiar mulheres a fim de não se desviarem, na falta de um bom casamento, segundo o patriarca da família, ou ainda, em casos de casadas deixadas pelos maridos, ou acusadas de adultério; contudo, era um lugar em que se aprendia a ler e a escrever. Em outros casos, algumas jovens optavam pelo caminho vocacional por ser o único meio de escapar ao casamento, para não terem a mesma condição de vida levada por suas mães.

Conforme se pode perceber, até o início do século XIX, destacando a expulsão dos jesuítas na metade do século XVIII, não houve nenhuma política a favor da educação no Brasil. Desse modo, apenas em 1827, segundo Louro (2004), são estabelecidas escolas das primeiras letras, as chamadas pedagogias, nas principais cidades de vilarejos mais populosos do Império. “Mas a realidade estava, provavelmente, muito distante desta imposição legal” (Op. cit., p. 444). A educação para o povo do campo ainda não era pensada enquanto política pública, ainda que fosse incipiente.

De acordo com a mesma fonte, nesse período os meninos das cidades aprendiam noções de geometria e as meninas, de bordado e costura nas aulas régias. Assim, a educação para as mulheres permaneceu nessa lógica em todo século XIX, e ainda no século XX esteve ligada a função materna, com o acréscimo/novidade do caráter científico, legitimando as tradicionais ocupações femininas. As professoras recebiam valores salariais inferiores aos professores pelo fato de eles ensinarem geometria, ao passo que esta área era negada às mulheres, e assim se afirmava que elas não tinham capacidade para as ciências exatas e raciocínios lógicos.

Com a vinda de imigrantes de várias nacionalidades para o Sul do Brasil, foram se estabelecendo escolas nas comunidades, desde meados do século XIX, mas estas escolas foram proibidas de funcionar em 1917, devido ao surto de nacionalismo com a primeira Guerra mundial (PAIVA, 2003). Tratava-se de uma das únicas formas de os camponeses, basicamente homens, serem alfabetizados, ainda que na língua de seu país originário. Obviamente, indígenas e negros não tinham acesso a nenhuma forma de escolarização, visto que muitos serviam de peões permanentes ou sazonais para os imigrantes, os quais receberam terra e algumas condições para produzir e se estabelecer no país.

Há de se ressaltar, porém, que no ano de 1838, no período imperial, Nísia Floresta criara no Rio de Janeiro (Côrte), o colégio Augusto, para educação de meninas, sendo uma grande novidade, para não se dizer grande espanto. De acordo com Castro (2010) Nísia sofreu duras críticas da sociedade, pois além de ensinar as ciências para meninas, incluindo aulas de francês, italiano, inglês, latim, gramática, literatura, geografia, história e educação física,

mesmo que a um número limitado de meninas, foi escritora de diversos livros, em que defendia os direitos das mulheres e a educação escolar feminina.

No México, entre o final do século XIX e início do século XX, de acordo com Gutiérrez (2012), se criou um projeto de instrução educativa, centralizado e unificado pelo Estado. Com esse projeto, foram firmadas as diversas fases, a primária e, logo em seguida, a escola normal mexicana, para a formação de professores. O intuito era modernizar o país, alcançando integração étnica e uniformidade linguística. Ademais, a Constituição Federal de 1917, no artigo terceiro, estabelecia a educação primária, auspiciada pelo Estado, gratuita e obrigatória, contendo em seu conteúdo o amor à pátria, aprender a ler e a escrever.

De acordo com a mesma fonte (GUTIÉRREZ, 2012), entre 1920 e 1924, foi cobrado do governo mexicano (no período pós-revolucionário) a oferta de educação massiva, inclusive para o meio rural e, então, de 1920 a 1940, foram oferecidos quatro tipos de escolas para indígenas: escola rural; missão cultural; campanhas de alfabetização e introdução e, um programa de bibliotecas públicas. Na década de 1920, ainda era dura a disputa sobre o sistema educacional entre Estado e Igreja, pois essa se negava a cumprir a legislação e, num dos conflitos os religiosos, chegou a suspender os seus serviços, além de, possivelmente, ter instigado uma revolta armada no estado de Jalisco.

No Brasil, no início do século XX, surgiam também escolas criadas pelo movimento sindical combativo e pelo Partido Comunista, mas o campo continuava fora deste universo. De acordo com Speyer (1983), neste mesmo momento se constitui um período de inovação na educação, sendo fortalecido o ruralismo pedagógico em vista de “fixar o homem ao campo” por parte dos governos, com medo do comunismo. Neste sentido, Brandão (1984) destaca que entre 1920 e 1940 houve um movimento chamado de entusiasmo pela educação, a partir do qual deveria se dar a tal fixação do homem ao campo, entretanto, o esforço maior era em vista da industrialização, segundo ressalta o estudioso.

Quando o processo de industrialização teve início nos países latino-americanos, com destaque para o Brasil e o México, fez-se com que a agricultura se tornasse a base alimentar para a reprodução da força de trabalho; assim, os produtores de alimentos constituíam os depositários da contenção dos custos da força de trabalho (RUBIO, 2001). Nesse cenário, se olhado para o contexto das mulheres indígenas do campo mexicano e as camponesas do Brasil, percebe-se que, no México, havia o esforço de incorporá-las à nação por meio do sistema educacional. No Brasil, iniciava-se também uma oferta de educação rural massiva, com a disseminação de escolas das primeiras letras, entre as décadas de 1930-1940

(PALUDO, 2001), mas elas ainda eram as menos favorecidas no acesso, se comparadas aos homens.

No que tange as lutas sociais para além da América Latina aparecia, nas primeiras décadas do século XX, o feminismo, sobretudo, a luta por direito de voto e, uma parte no movimento operário, mas as mulheres ainda tinham que gastar muita energia, convencendo partidos de esquerda de que valia a pena lutar pela igualdade entre homens e mulheres. “Nos textos de Alexandra Kolontai e Clara Zetkin, de diferentes períodos entre 1906 e 1920 (...), é insistente a argumentação de que a luta das mulheres, ao contrário de ameaçar a luta do proletariado, a reforça” (GONZÁLEZ, 2010, p. 10).

No século XVIII ainda se discutia se as mulheres eram seres humanos como os homens ou estavam mais próximas dos animais irracionais. Elas tiveram que esperar até o final do século XIX para ver reconhecido seu direito à educação e muito mais tempo para ingressar nas universidades. No século XX descobriu-se que as mulheres têm uma história, algum tempo depois, que podem conscientemente tentar tomá-la nas mãos, com seus movimentos e reivindicações. Também ficou claro, finalmente, que a história das mulheres podia ser escrita (PINSKI, 2012, p. 11).

Ao que diz respeito às lutas e o protagonismo feminino, nas primeiras décadas do século XX, as mulheres exigiam, quase que no mundo todo, o direito ao voto (PERROT, 2005; 2010; 2012; ALVES; PITANGUY, 1985; GONZÁLEZ, 2010), pois, acreditavam que, por meio dele, seriam ouvidas, teriam vez e voz no sentido de conquistar mudanças. Pode-se dizer que votar seria uma forma de inscrever-se na história e poder decidir algo nela, ainda que em alguns casos, viessem a votar, embora ainda não pudessem ser votadas. Para as mulheres da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), especialmente para as socialistas, o voto era entendido como um instrumento para derrubar o Czar (GONZÁLEZ, 2010).

Na Europa, de modo geral, elas queriam decidir da mesma maneira que os trabalhadores homens, ou junto com eles, sendo ouvidas. Nos EUA, que alavancaram esta pauta em 1848, denunciavam, no movimento sufragista, a sua exclusão da esfera pública; no Brasil, um pouco mais tarde, na primeira década do século XX, o movimento sufragista teve também bastante ímpeto, não como movimento de massas, mas foi obtendo conquistas, tanto é que em 1932, quando Getúlio Vargas sancionou o direito ao voto feminino, elas já votavam em mais de dez estados do país (ALVES e PITANGUY, 2010). No México, as mulheres conquistam o direito ao voto e a serem votadas no ano de 1953.

Considerando o ímpeto do movimento das mulheres pelo direito ao voto feminino, que levantava bandeiras feministas quase no mundo todo, e as lutas operárias com grande participação das mulheres, no campo a realidade ainda era bem outra, com relação às

camponesas e indígenas. Elas ainda estavam invisibilizadas e o direito ao voto pouco fazia diferença em suas vidas, pois, a maioria delas, no caso do Brasil, não tinha documento pessoal para além da certidão de nascimento ou de casamento e, as indígenas do México rural, sequer falavam ou compreendiam a língua oficial. Porém estas indígenas, ao menos da década de 1930 em diante, começaram a tomar parte no reparto de terra, embora não como titulares.

No Brasil os indígenas, nesse período, não eram contabilizados no censo estatístico da população, sendo descritos como caboclos ou variações assemelhadas, segundo o próprio IBGE, uma vez que a categoria indígena aparece somente no Censo oficial de 1991, de acordo com o mesmo IBGE (2008). A situação das camponesas brasileiras não indígenas era, também, de inexistência frente ao Estado enquanto direitos e, entre 1940 e meados de 1950, se tornam ou são tornadas evidentes algumas mulheres como lideranças de movimentos, a exemplo das Ligas Camponesas; entretanto, elas são percebidas como mulher de fulano ou beltrano, em geral, ainda na sombra de um homem (PEREIRA e JANH, 2009).

Díaz (2008) destaca que a América Latina é levada a se desenvolver, no ímpeto do desenvolvimentismo da década de 1940 e, para tanto, as políticas educacionais e de aumento populacional foram fundamentais. Nesse sentido, houve um abandono político do campo devido aos Estados nacionais deixar para trás o tradicional e apostar no moderno. O campo precisava fornecer mão de obra para as cidades e, assim, conclui-se que as políticas de educação massiva, com as escolas de primeiras letras, no Brasil e no México, na realidade não eram para manter aquele contingente no meio rural, ao contrário. Conforme destaca Paludo (2001), a partir da década de 1930, com o governo Getúlio Vargas, houve investimentos significativos na educação brasileira, pois era grande o interesse pelo desenvolvimentismo. Para tal, acreditava-se ser necessário eliminar o analfabetismo, que ainda se apresentava em índices bastante elevados, sendo ele o culpado pelo desemprego e pelo “não desenvolvimento” do campo e das cidades.

Assim, o campo teria virado objeto de preocupação dos governos em termos educacionais e, constata-se que, no ano de 1929, ocorreu a terceira Conferência Nacional de Educação (CNE), sendo tratado oficialmente, pela primeira vez, do tema da Educação Rural. Em 1931 foram colhidos dados da educação no país e, a partir disso, houve a intensificação da formação de professores. O que chama a atenção também é que no ano de 1937, 90,58% das escolas estavam no meio rural, sendo chamadas de escolas isoladas, mas o número maior de alunos concentrava-se nas cidades, devido à aglomeração populacional (PAIVA, 2003). De acordo com a mesma autora, o ruralismo pedagógico em vigor, ainda na década de 1940, foi uma das medidas educacionais para aligeirar a educação rural, saneando o campo. Seguiu os

moldes do ruralismo mexicano, com missões rurais rápidas, de caráter assistencial, chegando a ser chamado de trem da alegria. Vanilda Paiva enfatiza ainda que, no ano de 1937, foi fundada a Sociedade Brasileira de Educação Rural com o objetivo de propagar e difundir o folclore e as artes rurais.

No ano de 1952 foi criada a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), com uma atuação bastante acidentada e, por isso, extinta em 1963. A partir destas informações é possível termos uma ideia de como se deu a educação rural no país e, se olharmos os dados atuais do analfabetismo, do total de pessoas do campo com mais de 60 anos, 51,3% são analfabetas (DIEESE, 2011), o que reflete a educação da década de 1940-1950. Afora isso, teria que ser considerado a migração do campo para a cidade, pois, um grande contingente migrou e, assim, atualmente são considerados analfabetos das cidades, mas que na realidade não tiveram acesso à educação no meio rural.

Como é perceptível, a educação rural, como interesse do Estado brasileiro é muito recente, ou seja, existe a menos de um século e, se não bastasse isso, sempre foi de caráter provisório funcionando em forma de Programas, relativamente rápidos e sob um modelo de desenvolvimento almejado. Ainda assim, em grande parte das comunidades, até a década de 1950, era comum que as famílias camponesas construíssem as escolas em que seus filhos (as) seriam alfabetizados (as), além do comprometimento comunitário para o pagamento dos professores, que, por sua vez era efetuado, em geral, por meio de alimentos da produção agrícola, conforme demonstra Gritti (2003) em seus estudos.

A educação rural, em primeiro lugar, apesar dos inúmeros programas, projetos, etc. desenvolvidos, sempre representou uma fatia muito pequena e mesmo marginal nas preocupações do setor público; em segundo lugar, os resultados obtidos (onde e quando foram obrigados) parecem revelar mais um ‘desfecho’ do processo de desenvolvimento das diversas comunidades do que uma ação verdadeiramente transformadora e, finalmente, em terceiro lugar, uma função ‘legitimadora’ da presença dos agentes neste contexto, seja como forma de encobrir ou desviar as atenções sobre seu papel real (CALAZANS, CASTRO e SILVA, 1981, p. 162).

As missões rurais como forma de educação, saneamento e, acima de tudo, implantação da língua espanhola vigoraram no México desde a década de 1920. Na década seguinte, com o governo de Lázaro Cárdenas, sob o slogan do socialismo e benfeitor da reforma agrária (1934-1940), a educação deveria ter caráter socialista, sendo que as energias eram direcionadas para a construção do projeto nacionalista, segundo Gutiérrez (2012, p. 103). “*El programa de estudios hacía hincapié en la importancia de la fuerza física e intelectual para superar mediante el trabajo, las disparidades que prevalecían en la distribución de la riqueza*”. Na década de 1940 seguiu-se com a consolidação da educação pública, enfatizando-

se a não importação de modelos educativos estrangeiros e, os camponeses então foram considerados parte integral da nação mexicana.

Segundo a mesma fonte, na década de 1950, o propósito da educação mexicana deveria continuar no intuito de vigorar a nacionalidade, elevar a cultura, sobretudo das classes populares, e orientar a educação para servir ao desenvolvimento econômico. Na década seguinte, se dá início à tradição dos museus no país, em vista de perpetuar tradições antigas, fazendo parte do sistema educativo mexicano. Nesse ponto, López (2004) tece uma crítica contundente, argumentando que o grande número de museus serviram para petrificar índios e, além disso: de um lado, se exalta o passado glorioso do índio, para de outro, aniquilar sua realidade, de índio vivo e continuar sua marginalização econômica e cultural.

Nos anos de 1950, o Brasil vivia de uma maneira a crise da industrialização, que continuava expulsando famílias do campo, resultando em inúmeras famílias amontoadas na cidade, assim como era o contexto generalizado da América Latina, correndo atrás do sonhado crescimento econômico/desenvolvimento. De outro modo, apresentava-se o país se inserindo na modernidade e, também o povo, após ditadura civil até o ano de 1945, recomeçando, a partir daí, a efervescência em movimentos populares. O México vivia o refluxo da reforma agrária, nessa época estancada após o avanço das reformas dos anos 1940, mas, ainda estava desenvolvendo algumas políticas pela produção de grãos básicos, embora não houvesse ocorrido uma reforma agrária para todos que exigiam terra, e assim, também ocorria o inchaço nas capitais. Nesse período de muitas contradições, em meados dessa década, começava a emergir a Teologia da Libertação, com a opção pelos pobres, possibilitando um novo cenário aos bispos latinos por meio do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM) em 1955; da Conferência dos bispos latino-americanos em Medellín, na Colômbia, em 1968, e a Conferência de Puebla, no México, em 1979, reafirmando os princípios de uma Igreja comprometida com os oprimidos (SCHEREN-WARREN, 2005). A partir desse movimento com origem no Concílio Vaticano II, convocado em dezembro de 1961, pelo Papa João XXIII e os debates promovidos pela Teologia da Libertação, eram fomentados questionamentos diversos sobre os problemas sociais.

Já na década de 1970, projetava-se grande resistência às ditaduras militares em vários países latinos e, nesses espaços, por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), era discutido o papel das mulheres e suas opressões. A mesma autora (SCHEREN-WARREN, 2005) aponta que, em 1986, na sexta conferência das CEB's, aonde se comemorava os quinze anos da Teologia da Libertação, a ênfase era: a religiosidade popular, a perspectiva das mulheres, a história, a tradição cristã e a raça. Henrique Dussel e Leonardo Boff foram

grandes expoentes a favor da libertação das mulheres, embora esse debate não fosse generalizado por parte dos religiosos e das religiosas engajados.

De acordo com Paludo (2001), a década de 1950 no Brasil até o golpe militar de 1964 pode ser entendida como um breve período democrático; sob o clima de guerra fria e ascendência dos EUA, havia movimentação política e as radicalizações começavam a ganhar corpo. De um lado, estava a União Democrática Nacional (UDN), aglutinando uma parte das elites, ligadas a interesses internacionais, e, de outro, as esquerdas exigiam efetiva democratização, apoiando as reformas de base pautando a realização da reforma agrária, mas, tudo foi abortado com o golpe militar de 1964.

Com relação às mulheres, Alves e Pitangui (1985) pontuam que nesse período houve um refluxo do movimento feminista mundial, pois as demandas por voto na maioria dos países em que isso era pautado fora atendida entre 1930 e 1940, sendo que Simone de Beauvoir, na escrita de *O segundo sexo* aparece como uma voz isolada no final dos anos de 1940. Com o final da segunda Guerra mundial, as mulheres foram empurradas para dentro de casa outra vez, pois os homens retomariam os postos e, assim, recém na década de 1960 o feminismo é retomado, como construção de uma teoria feminista. Contudo, conforme pontuado anteriormente por Scheren-Warren (2005), por meio das CEB's, debatiam-se direitos das mulheres, aproximando-se de um feminismo socialista, e assim o feminismo teria influenciado a Teologia da Libertação, embora a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) não aceitasse o feminismo radical e temas como o aborto, contraceptivos ou liberdade sexual.

No que tange à educação no Brasil, não poderia deixar de pontuar que, entre o final de 1950 e meados de 1960, como alternativas de alfabetização do povo empobrecido, foram criados o Movimento de Educação de Base (MEB) em 1957; o Movimento de Cultura Popular (MCP) e, os Círculos Populares de Cultura (CPC's) com a participação de liberais, filósofos cristãos ligados à Juventude Universitária Católica (JUC), marxistas e esquerdistas na sua pluralidade. O MEB foi conveniado entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) entre 1960- 1965, com atuação nos Estados do Pará, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Sergipe, Bahia e Goiás, atingindo mais de 38.000 alunos (WANDERLEY, 1984).

Segundo este mesmo autor, por meio da educação radiofônica do MEB, era possível atingir também a população rural que possuísse rádio, pois esse tipo de educação existia em alguns locais no Brasil desde 1932. No texto a que tivemos acesso constavam exemplos de alguns programas que foram transmitidos pelo MEB e, analisando o conteúdo voltado à

educação rural, se percebe que não fugia de uma visão sanitaria e também de cunho machista. De acordo com Pereira (1973), o MEB teve seu auge em 1963, sendo que no ano de 1964 foi considerado ameaçador e muitas lideranças atuantes foram presas ou cooptadas. Este programa foi substituído pelo Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) em 1967, num empreendimento do então governo militar.

O Mobral, como programa do governo militar, atingia também a população camponesa pelo fato de que, no campo, se encontrava o maior número de analfabetos (as). Constatase, segundo Speyer (1983) o malogro da educação rural, e, diante deste problema, surge o chamado movimento extensionista, vinculado à Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR), criada no Rio Grande do Sul em 1955, por intermédio da AIA (*American International Association*). A autora destaca, ainda, que a partir de 1964 foi organizada uma rede nacional de escolas agrícolas, de nível médio e superior, e uma rede de escolas primárias rurais e dos cursos normais regionais. Contudo, o ensino rural não se distinguia do urbano, exceto pela insuficiência qualitativa.

Conforme já pontuado, quando se pensou educação para o campo, ela foi estruturada junto ao pacote desenvolvimentista, pois era preciso banir fortemente a ideia do *jeca tatu*, personagem caipira da obra *Urupês*, de Monteiro Lobato, “colada” aos camponeses, ainda culpabilizados pela sua situação de pobreza e analfabetismo. De outro modo, apresentava-se o Brasil moderno vinculado aos latifúndios e a sua produção em escala, sendo que a ditadura militar incentivava, com avolumados recursos, as grandes lavouras e a criação de gado extensivo com planos como os chamados de Integração da Amazônia brasileira por exemplo.

Scheren-Warren (2005), ao fazer um recorrido histórico sobre os movimentos populares do campo, destaca que, no Brasil, entre 1940 e 1960, a luta em torno da posse da terra se multiplicara e surgiram movimentos como o Levante de Trombas e Formoso, em Goiás/1948-1960; a Guerrilha do Porecatu no Paraná/1949-1951; a revolta Dona Noca/1951 no Maranhão. Também foi realizada a I Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas, em São Paulo, em 1953 e, em seguida, criada a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), as Ligas Camponesas no Nordeste, o Movimento dos Agricultores Sem-Terra/1960 (MASTER) no Rio Grande do Sul e, em 1963, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) com a disseminação de sindicatos de trabalhadores rurais massivamente até o golpe de 1964. Depois do golpe, somente os sindicatos patronais assistencialistas continuaram se disseminando e, assim, após a segunda metade da década de 1970, os movimentos populares retomam as lutas de forma mais explicitada.

A assistência rural criada pelos sistemas vinculados à ASCAR que, a partir de 1955, foi disseminada pelo país, era uma forma de educar os camponeses e as camponesas para saírem da pobreza, segundo os objetivos da entidade. Para tanto, os órgãos de assistência técnica e extensão rural dispunham de técnicos em ciências agrárias para o trabalho com os homens e as extensionistas rurais, para o trabalho com as mulheres, basicamente desenvolvendo atividades de economia doméstica (SILIPRANDI, 2002). Assim, a assistência rural, via sistema conhecido como quatro esses (4S), do governo militar, deveria sanar problemas e oferecer aquilo que a educação pública no campo não teria logrado. Como bem registra Paludo (2001), as escolas do meio rural, embora reconheçamos que foram importantes, eram apenas de primeiras letras, ou seja: ofereciam ensino dos anos iniciais para quem poderia frequentá-las.

No México, nos anos 1970, ao menos no primeiro sexênio, houve a retomada da luta pela terra, conseguindo-se mais conquistas por parte dos camponeses/indígenas ou mestiços. Continuaram ainda fortes, os movimentos na luta por terra nas regiões de Chiapas, Oaxaca, Guerrero, Puebla e Asteca Hidalguense até o ano de 1982, sendo que, a partir desse momento, iniciou-se outra contrarreforma agrária (RUBIO, 2001). Mercado (2010) salienta que estoura uma grande crise na década de sessenta para setenta do século passado, pois o conhecido milagre econômico mexicano, das décadas de 1940-1960, dava sinais de exaustão, e, com ele, o grande volume de produção sob o efeito da Revolução Verde.

Assim, segundo o mesmo autor, surgem outra vez organizações significativas de camponeses e indígenas, como a Coordinadora Nacional Plan de Ayala (CNPA/1979) aglutinando mais de vinte organizações; a Central Campesina independente (CCI/1963), que dela deriva a CIOAC, em 1975; a Confederação Nacional de Proletários Rurais (CNPR/1970). A CNPR e a CCI, juntamente com a CNC (governista), são as três maiores organizações em termos numéricos do país. De acordo com Espeland (2004), no México as organizações indígenas se levantam com força partir da década de 1970 e, nelas, as mulheres seguiam suas organizações mistas, sem que isso significasse espaço particular para as suas demandas.

Alves e Pitangui (1985) demarcam que o feminismo ressurgiu como um movimento de massas na década de 1970, com inegável força política, colocando pautas para a sociedade como: sexualidade e violência; saúde; ideologia; formação profissional e mercado de trabalho. Gonzáles (2010) argumenta que o fato de a ONU ter declarado o ano de 1975 o ano da mulher, ajudou a colocá-las em evidência, mas, de certa forma, o feminismo nesse período passou a ser bastante institucionalizado. No mesmo sentido Souza-Lobo (2011) destaca que o feminismo vai para a esfera das políticas públicas, ficando assim, um feminismo

envergonhado. Essa pesquisadora enfatiza, ainda, que nas décadas de 1970 e 80, o feminismo chega a dialogar com encontros de mulheres operárias e camponesas por meio da Igreja progressista, apresentando convergências. Segundo a mesma autora, na década de 1970, o feminismo no Brasil se organiza e mostra força, e assim, as mulheres operárias de São Bernardo do Campo, em São Paulo, organizaram o primeiro Congresso Operário de Mulheres, em 1978, fazendo eclodir suas palavras e demandas. Este mesmo feminismo surge com a força dos movimentos populares de mulheres, nas reivindicações por acesso ao transporte, ocupações de terrenos, além da educação e da saúde, nas Comunidades Eclesiais de Base (CEB's).

Contudo, na grande onda do avanço feminista pelo mundo, as camponesas e indígenas, estavam de fora. No Brasil, no final da década de 70, começam a se formar organizações de mulheres da roça, para reivindicar direitos, grandemente impulsionadas pelas pastorais sociais da ala progressista das igrejas, mas que não se assumiam feministas. Tiveram apoio também de uma parte dos STR's e de partidos de esquerdas, especialmente do Partido dos Trabalhadores (PT) que começara a se organizar nos anos finais da década de 1970 (CONTE, MARTINS e DARON, 2009). No México, as indígenas tampouco se diziam feministas, mas dava-se início a pautas de direitos indígenas, ainda que se não se tratasse da especificidade feminina. Quando começam a pautar a si mesmas em debates específicos na década de 1990, de certa forma, ainda rechaçavam o feminismo por entender que era algo para a classe média (ESPELAND, 2004).

A educação brasileira das décadas de 1960 e 1970 sob regime ditatorial, ampliou o acesso enquanto educação pública, mas de cunho elitizado, com predominância do ensino superior em detrimento da educação básica. Esse contexto político demarca um regime altamente repressivo no dizer de Saviani (2007). Além disso, a educação era de caráter tecnicista e,

os pacotes de ensino assepticamente programados por especialistas, cuja forma de veiculá-los é tida como mais relevantes que os próprios conteúdos, e a hierarquização e o parcelamento do processo pedagógico constituem-se em formas de controle da produção e divulgação do saber que se processa na escola e, enquanto tais, de controle social mais amplo (FRIGOTTO, 1989, p.170).

A educação para os indígenas no Brasil segundo Stavenhagen (1988) é discutida pelo regime militar e, com a política de aldeamentos, especialmente na região Amazônica, são criadas leis, como por exemplo, a de número 6001 de 1973, que deveria garantir uma escola em cada comunidade indígena. Entretanto, em 1979, se estabelece uma unidade de educação

indígena dependente do MEC, destinada à adaptação de materiais didáticos destinados às escolas indígenas. Além disso, o autor pontua que a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) era utilizada por fazendeiros para deslocar forçadamente indígenas em favor de projetos de mineração, criação de gado e construção de hidrelétricas.

Na década de 1970 e início dos anos de 1980, a educação mexicana, enquanto acesso, também foi largamente ampliada devido ao caráter público, mas, de acordo com Gutiérrez (2012), ocorre de outra maneira, um centralismo burocrático sem igual por parte do Estado. Em seguida, com a mudança de governo em 1983, é novamente descentralizada com convênios firmados entre o governo federal e os governos estaduais, mas, na realidade, ao invés de se buscar saídas aos problemas educacionais, possibilitava-se o avanço de uma elite tecnocrática, que ocupava cargos elevados na política.

A década de 1980 no Brasil é, por sinal, um marco no processo de retomada da democracia no país e, com ela, reaparece com força a voz de quem estava impedido (a) de se manifestar, de opinar e de fazer exigências públicas. Conforme explicitado no capítulo 1, é aí o marco do surgimento de vários movimentos sociais importantes no campo, evidenciando as lacunas profundas deixadas pelo desenvolvimentismo e a ausência de reforma agrária. Eram milhares de famílias sem terra, milhares de famílias desalojadas de suas terras pelos projetos de barragens, os jovens e mulheres querendo ter voz e vez na sociedade, e assim por diante. A situação do país estava sendo exposta e inclusive os índices de como estava a situação em termos de educação. O governo ditatorial militar teria apresentado números que, nem de perto, coincidiam com a verdade sobre o analfabetismo no país (WANDERLEY, 1984). Já a análise dos dados atuais, apontados pelo IBGE/2010, segundo o DIEESE (2011), demonstra que o analfabetismo de pessoas com faixa etária entre 50 e 59 anos de idade ainda atinge 32,9% no campo e 10,1% nas cidades, isto que não se entra no mérito ou nos detalhes de como é efetuado o Censo, na consideração ou não do que é de fato ser analfabeto (a).

Na década de 80 no México, segundo Mercado (2010), continua ainda a criação de alguns movimentos camponeses, mas a reforma agrária sai quase que completamente de pauta, pois o governo diz que não há mais terra para repartir, e investe em outras políticas. Rubio (2001) pontua que, entre 1982 e 1988, os preços dos alimentos produzidos no país caem, e fica mais clara a exploração dos camponeses. É dado o início à entrada do capital especulativo no campo, somada a nova divisão internacional do trabalho, não só no México, mas em toda a América Latina. Era a preparação para a entrada do México no TLC em 1994. Nas palavras de Mercado:

Los años más dramáticos de la historia postrevolucionaria para los habitantes del campo mexicano han sido a partir de 1982, pues el medio rural ha sufrido una severa discapitalización sin precedentes, con consecuencias en la disminución de la producción y la productividad y el aumento de la emigración a las ciudades (2010, p. 53).

De acordo com o mesmo autor, o governo ainda retirou créditos que eram destinados ao campo, assim como os subsídios e outros apoios. Desta forma, muitas parcelas dos *ejidos* foram arrendadas ou abandonadas por falta de condições de cultivo. No final da década de 80, em 1988, nove organizações camponesas e indígenas se juntam em luta, demonstrando ao governo essa situação, mas, algumas são chamadas posteriormente para negociar alguns acordos e, assim não se logrou muita coisa, concretamente. No ano de 1990, devido ao processo de crise no campo que continuava, o governo também criou o Congresso Índio Permanente (CIP) em que participaram cinco ou seis organizações, mas, sem êxito porque os indígenas apresentavam desconfianças.

A situação da educação no México, ainda em 1990 era complexa, segundo Gutiérrez (2012, p. 110), pois o governo anunciava que 80% dos alunos do país estavam na escola, contudo, esses números só poderiam demonstrar a realidade urbana. A autora pontua que, entre as décadas de 1980 e início dos anos 90, 59% dos alunos indígenas não recebiam educação primária. Para ilustrar: *queda claro que la cifra de niños indígenas que no recibían educación primaria, era más elevada 562.875 o 59% que la cifra de quienes aparentemente sí la recibían; 380.000 o 41%*. Além disso, ressalta que as informações oficiais sobre educação indígena são vagas e incompletas, tanto é que a autora publica esses dados em 2012, mas tem à sua disposição dados do início dos anos 1990.

Os anos de 1990 foram de implantação do neoliberalismo na América Latina, conforme já analisado, e isso significou mudanças profundas nos diferentes países. Nos mais pobres, também identificados como “em desenvolvimento”, como Brasil e México, com a chamada economia aberta teriam de ser competitivos e, com isso, competir na desigualdade com os países ricos. Nessa década, no Brasil, eram implementados alguns direitos conquistados na Constituição Federal de 1988, inclusive para mulheres do campo, e pode-se dizer que as mulheres camponesas deram um salto qualitativo em termos de organização; passaram a existir o Pronaf para a pequena agricultura, com algum subsídio em 1996, e a luta pela terra, em especial do MST, possibilitava assentamentos de milhares de famílias. Por outro lado, as políticas neoliberais estavam sendo implementadas a passos largos. Ademais, as medidas educacionais, ancoradas no Banco Mundial, no Fundo Monetário Internacional e em outros organismos multilaterais, foram bastante violentas.

O México, nesse período, eclodia em manifestações, sobretudo indígenas, e um fator mobilizador era a comemoração dos 500 anos da “conquista”. O artigo quarto, da Constituição Federal foi modificado em 1992, para “estabelecer a existência dos povos indígenas” (ZÁRATE, 2004, p. 93). As mulheres indígenas, pela primeira vez na história dos países latinos, criam e se articulam em organizações específicas, ou exigem espaços próprios dentro de organizações mistas, embora tivessem começado a articular pautas específicas, desde os anos 70, mas muito timidamente (ESPELAND, 2004). Conforme pontua Tiburcio (2010, p. 263), trata-se de um desafio, capacitar as mulheres indígenas, empoderá-las, em vista de *salir adelante*, deixando de ser criada do homem para a compreensão da necessidade de conquistar seu espaço. E, dá exemplo: *porque la mujer puede tener dinero, pero si no tiene conocimiento no puede liberar-se de miedo al marido, a la comunidad*. Mais que isso, ao se tratar de organizações, de estar na luta, entende ser necessário que as mulheres não se limitassem ao espaço da cozinha. *En la lucha había mujeres, pero solo en la cocina, no en la toma de decisiones. Así era, había mujeres, pero había que hacer comida, todo lo que era cuestiones domésticas. En una lucha siempre está la mujer ahí; aunque no se vea enfrente, siempre está atrás* (p. 261).

Em face a essa situação, de acordo com Espeland (2004), no México e demais países latinos de língua espanhola, as organizações específicas de mulheres indígenas ou de dentro de suas organizações mistas aparecem com evidência, no início da década de 1990, fortemente impulsionadas pelas mulheres do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), as quais publicizaram, em 1993, a *Ley Revolucionaria de las Mujeres Zapatistas* apresentando dez pontos de exigência. A autora salienta que no Primeiro Congresso Nacional Indígena, ocorrido em outubro de 1996 no México, o EZLN enviou uma representante mulher, a comandanta Ramona, e essa atitude tocou fundo as demais organizações. Nessa ocasião, Ramona argumentava que a presença das mulheres indígenas era necessária e possível.

A voz da comandanta Ramona, já falecida, ecoa com força entre as mulheres entrevistadas, pois várias delas, em especial as indígenas, citavam esse fato, que aparece como um aprendizado considerável. Nas palavras de Guadalupe Maria era repetido: “venho em nome de um povo (indígena) sofrido e massacrado, mas desta vez estou aqui como mulher. É como mulher indígena que temos que falar, ter espaço”. Assim ficava evidente a importância da organização específica das mulheres.

Em 1995 em Quito, Equador ocorreu o *Primer Encuentro de Mujeres de las Primeras Naciones de Abya-Yala*. Nela teve participação de indígenas mexicanas, que assumiram o

compromisso de realizar o segundo encontro em 1997. Ainda em 1995, as indígenas do México realizaram a primeira assembleia de mulheres da *Asamblea Nacional Indígena Plural por la Autonomía* (ANIPA), para realizar o primeiro encontro nacional de mulheres da ANIPA, em 1997. Na década de 1990 já haviam ocorrido vários outros encontros de mulheres indígenas nos países, intra-países, em grupos de trabalhos, etc., e assim se seguiu no novo século (ESPELAND, 2004).

Na década de 1990, quando finalmente o Brasil, após a Constituição Federal de 1988, reinaugura outro período democrático, a mercantilização da educação já estava em andamento no pacote das políticas neoliberais. Neste período, se iniciou o fechamento de milhares de escolas no campo, oferecendo transporte de alunos para as cidades no processo conhecido como nucleação ou criação de escolas-polo, situadas nas sedes dos municípios. Junto a este fator, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996, sob o número 9394/96, de proposta do então senador Darcy Ribeiro, que segundo Ribeiro (2011) suplantou um projeto popular amplamente construído por milhares de educadores (as) de todo o país, abriu explicitamente à iniciativa privada para a oferta da educação, o que é endossado nos Planos Nacionais de Educação (PNE) que se seguiram, tanto de 2000, quanto o de 2010.

É também do final da década de 1990, mais especificadamente no ano de 1998, que o MST, com apoio de entidades como CNBB, Unicef, Unesco e Unb, faz acontecer a 1ª Conferência Nacional *Por Uma Educação do Campo* (ARROYO, CALDART e MOLINA, 2004, p. 161). Nesta Conferência foi proposto, em linhas gerais, outros moldes de educação para o campo, não negando o que fora a educação rural, mas criticando duramente as falhas deixadas, como o fato de a escola rural não ter diferença da escola urbana, feita, portanto, para a cidade e transplantada para o campo, invisibilizando os diferentes sujeitos e culturas existentes no campo. Com a Educação do Campo, nascida no bojo de movimentos populares como o MST e, em seguida, assumida pelos demais Movimentos que compõem a Via Campesina do Brasil, além dos principais representantes sindicais de trabalhadores na agricultura, como a CONTAG e a Fetraf, se explicita o quanto o país ainda precisa avançar para de fato superar não só o analfabetismo, como também a concepção de educação rasa, do “qualquer coisa serve para o campo”, ou até a visão do campo como castigo.

Assim, os dados apresentados pelo Censo Agropecuário de 2006, sendo um dos mais completos, até então no país, são de suma importância. Na comparação da escolaridade das pessoas do campo e da cidade, Melo e Di Sabbato (2009) trabalham dados a partir deste Censo e apontam uma diferença de quase quatro anos a mais de estudo para a população da cidade. Fazendo a comparação por sexo, na atualidade, tanto as mulheres do campo quanto as

da cidade possuem cerca de dois anos de estudo a mais que os homens, embora quando olhado especificamente para o setor agropecuário as mulheres apresentem 4,3 anos de estudo, e os homens, 4,5.

Ribeiro (2010) afirma que a prática da educação rural fundamentava-se, na verdade, numa concepção de educação urbana³⁸, e, até a década de 1990, era tratada como apêndice desta. Segundo a autora, para entendê-la, é preciso olhar para os projetos sociais de desenvolvimento das políticas para o meio rural e, assim, percebe-se que visava a desenvolver um projeto pensado pelas elites, não permitindo evidenciar as pessoas do campo como sujeitos político-sociais. É esta ausência, quase um desprezo às populações camponesas, que a atual Educação do Campo (EdoC), surgida de setores de luta popular como a Via Campesina, a CONTAG e a Fetraf continuam denunciando e, de outra maneira, buscando celebrar convênios públicos na esfera governamental para a implementação de cursos e uma formação específica.

A partir da pressão popular, a EdoC, como é conhecida, foi institucionalizada e assumida pelo MEC em 2003. Em 2004, ocorreu a 2ª Conferência Nacional da Educação do Campo, na capital federal, com uma ampliação de setores apoiadores reforçando suas concepções, construindo e ampliando políticas. Contudo, a partir deste momento, passou a ser disputada conceitualmente e ideologicamente por outros setores com interesses não só em fazer educação, como de ganhar dinheiro, obter recursos com ela ou mesmo impedi-la de avançar pelo risco que pode significar, para os sujeitos do capital, mais propriamente os ligados ao agronegócio, uma tomada de consciência e organização dos povos do campo.

Neste sentido, universidades, faculdades, e institutos educacionais diversos, interessadas em receber estrutura e financiamento também se puseram na fila deste “novo filão ou filé” como “descoberta” de algo interessante e até exótico, acima de qualquer concepção de educação de classe, como fora e é o objetivo original desta educação. Assim, alguns profissionais, especialmente doutores e doutoras, sem qualquer proximidade com essa especificidade da educação, passaram a disputar editais como pesquisadores ou coordenadores de cursos, fazendo publicação de materiais, que em geral são disponibilizados com aval do MEC. Se não bastasse isso, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) também se candidatou em fazer educação do campo, segundo divulgação em seu sítio, via

³⁸ Talvez uma merecida ponderação seja o caso das Casas Familiares Rurais (CFRs) e das Escolas Famílias Agrícolas (EFA's) como possibilidade de educação rural e, em boa medida, contra hegemônica. As primeiras foram criadas na França em 1935 e as EFAs, na Itália, em 1962/62. Estas experiências de trabalho agrícola-educação rural foram trazidas para o Brasil na década de 1980. Não vamos nos deter aqui sobre as mesmas, mas apontamos estudos de Paolo Nosella (1977) e Ribeiro (2010, p. 292-320).

Pronatec/Campo, disputando espaço em vista de fortalecer o agronegócio, que, por sua vez, expulsa as famílias camponesas de suas terras, em favor dos extensivos monocultivos utilizando-se de agrotóxicos. O exemplo mais gritante do acirramento das contradições, tendo em vista a expansão e fortalecimento da EdoC, foi a aplicação do Programa Escola Ativa, com financiamento do Banco Mundial no período de 1997-2007, disputado por universidades públicas que assumiam a formação dos professores, quando se sabe que as concepções que sustentam aquele programa inspiram-se na Escola Nova, de Dewey, surgida no Brasil nos anos de 1930 (RIBEIRO, 2013).

Acima de tudo, o surgimento da educação do campo, no Brasil, explica-se porque na década de 1980/90 o número de pessoas analfabetas no campo era bastante elevado, conforme se comprova com os dados atuais do IBGE. De outra maneira, o Brasil sempre foi signatário dos acordos internacionais sobre a educação, assinando documentos, sendo que isso se reflete nos dois últimos PNE's. Desse modo, vai aparecer a educação inclusiva, o propósito de erradicação total do analfabetismo até o ano de 2020, e as várias metas de universalização da educação, com oferta de educação infantil, a educação básica integrada à educação profissional, entre outras (PNE 2011-2020). Porém, a implementação desse Plano não tem acontecido conforme anunciado. Ademais, embora o PNE tenha destacado a educação para as populações do campo, enfatizando que, no caso de nuclear escolas ou de instituir escolas-polo, o transporte dos alunos deve ser preferencialmente intra-campo, mas, na realidade, o que acontece massivamente é o deslocamento de alunos do campo para as cidades.

Para além do que mostram os censos estatísticos, os movimentos populares, com destaque ao MST, perceberam as necessidades gritantes da falta de educação escolar em sua base, além das dificuldades de acesso em acampamentos e assentamentos, e, por isso, passaram a exigir esse direito de fato, garantido na Constituição Federal de 1988, para as pessoas terem dignidade. Com a EdoC, mostram aos governos, então democráticos, que na democracia é preciso agora – e era já antes – romper com as cercas do latifúndio e do saber, uma vez que os programas aligeirados, ou não, de educação rural foram muito falhos. Mesmo aquela Constituição tendo colocado a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) na lei, sua implementação no campo continua sendo bastante difícil.

O que está evidenciado é o fato de se ter o mínimo de educação para o campo no Brasil e México, e ainda assim, por impedimentos além da falta de acesso; as mulheres que trabalham no setor agropecuário foram e continuam sendo as mais prejudicadas. Na pesquisa, as militantes fazem a denúncia da falta de educação escolar e sabem que elas, por serem camponesas e indígenas, ou ambas as coisas, foram postas de lado historicamente. Enfatizam

que a educação escolar é importante, mas só ela não dá conta de suscitar percepções mais profundas de trabalho e de gênero, por exemplo, com vistas a transformações reais na situação das mulheres e na sociedade como um todo.

Desse modo, elas reconhecem a importância dos movimentos que fazem parte, como locus de grandes aprendizados, ou seja, além de aprenderem muita coisa que não tiveram acesso na educação escolar, ou pela falta desta, sabem que o movimento possibilita contestações que fogem à alçada da educação escolar, e mesmo universitária, embora essa possa ser crítica e embasar teoricamente as lutas. Percebe-se, desde aí, o movimento como sujeito educador, parafraseando Caldart (2004). Como elas dizem: o movimento é minha grande escola, pois, a maioria dos conhecimentos que tenho, aprendi na luta do movimento, no que tange a questões políticas, de entendimento crítico da realidade e, também de estratégias para transformar essa realidade.

3.1.1 O Movimento Educador: Os Aprendizados da/na Luta

Na afirmação de que a participação em um Movimento Social, no caso, Popular, educa, podem ser percebidas duas facetas, segundo mostrou a pesquisa: uma relacionada ao ato de aprender sempre, em todos os lugares, mas, de forma especial na luta, pelo fato de ela exigir que se compreenda e se saiba a respeito de determinados temas importantes para o Movimento do qual se participa, o que leva as pessoas a estudarem, lerem, refletirem ou ouvirem em processos formativos. A outra, relacionada mesmo à educação dita formal, escolar ou não, mas que é conveniada entre movimentos sociais populares e órgãos governamentais. No caso do Brasil, os movimentos que integram a Via Campesina conveniam cursos de formação continuada ou de graduação e pós-graduação e, no caso da CONAMI, no México, foi citado um convênio de formação de lideranças para mulheres indígenas, com o nome de diplomado, envolvendo indígenas da América Latina, Central e do Norte.

O sentido da educação, em processos formativos que se dão a partir e nos movimentos sociais populares, tem um diferencial, mesmo sendo escolar/universitário; carrega consigo o sentido da conscientização, junto às questões técnicas, não separando o técnico e o político, como já dizia Freire (1987). Uma fala de Maria Nadir expressa muito bem o sentido do educativo na luta e a não separação entre o político/conscientização e os fazeres/trabalho cotidiano: “eu sou um ser político, e sei que fazemos política o tempo todo. Política não é só o que fazem os chamados políticos, infelizmente a maioria desses faz politicagem e não política”. E narrou um fato:

Um dia, estando na feira ecológica, conversava com uma companheira feirante, que não é do Movimento, sobre essas questões quando então ela me disse: Maria Nadir, não leve a mal, mas quem entende de política lá em casa é o meu marido, você teria que falar com ele sobre esses assuntos, eu não entendo e não gosto de política.

Maria Nadir, então, deu um exemplo de como há limitação de compreensão sobre o significado de política e, inclusive, o medo que se tem, no senso comum, para tratar de política, coisa que ela aprendeu ser o contrário por estar engajada na luta.

O fato de estar na luta, como mulher, não é fácil, afirmam as pesquisadas, chamando a atenção para as diferenças entre ser homem e ser mulher na luta. Parece que ao homem é inerente sair de casa, ocupar espaço de liderança, falar em público; o que para elas é bem diferente; é preciso se desafiar a sair, arrancar as mulheres de casa, perder a vergonha, sentir tremores nas pernas para fazer/saber falar em público. Mas, aprendem, pegam gosto e não podem mais parar, porque a consciência crítica as cobra que é preciso mais e mais mulheres se libertar das opressões. Na luta mista, as mulheres são testadas e, quando mostram seriedade no trabalho e sustentam suas argumentações com a experiência passam a ser respeitadas, consideradas e até admiradas. A luta específica parece ser mais difícil no que se refere à aceitação e à relação com companheiros e movimentos mistos, pois, em geral, nesses, a representação em instâncias consideradas importantes e negociações é grandemente feita por homens, inclusive na Via Campesina.

Em se tratando do México, Spinoza (2010, p. 107) destaca a importância dos movimentos específicos de mulheres, no caso delas, de indígenas da CONAMI, para terem espaços próprios de aprendizado em vista de se fortalecerem como mulheres para a atuação qualificada e sem medo nos espaços mistos, justamente porque são testadas em seus conhecimentos, poder de argumentação, etc. Salienta que é preciso se valorizar enquanto mulher, e mesmo que os homens digam: *A ella le gusta andar de loca, por eso es que anda ella de acá para allá y pobre señor, ahí se queda, lo tiene de su pendejo*". Apesar de falas como a citada, a militante enfatiza que aprendeu a fazer pouco caso desses falatórios, porque percebe vitórias, como: perder o medo de dizer sua palavra; sair de casa para atividades diversas e para aonde considera necessário; negocia com o companheiro as tarefas domésticas e o cuidado dos filhos; sabe defender-se para não ser agredida; promove direitos; vai ganhando liberdade de movimento.

Sánchez (2010, p. 194-195) outra militante da CONAMI, da qual já foi dirigente nacional, argumenta que as mulheres, na maioria dos casos das organizações mistas, chegam sem voz, ou seja, elas não se sentem no direito de falar e, enfatiza que falta algo mais do que

educação formal nas escolas para as mulheres. *“porque una de las cosas que han paralizado a algunas compañeras no es precisamente la falta de conocimiento, sino el no perder el miedo, el tener seguridad en sí mismas y no construir las condiciones para caminar con los liderazgos masculinos.*

Fazendo um balanço das conquistas e desafios do movimento de mulheres indígenas aglutinadas pela CONAMI, Sánchez e Dircio (2010) destacam como relevante o fato de terem aprendido muitas coisas, como por exemplo: se deram conta da importância de conhecer os próprios direitos; que a morte materna não é algo natural; que têm direito a uma vida livre de violência com amparos de leis nacionais e internacionais; direito à vida de suas comunidades, autonomia dos povos indígenas; direito a decidir sobre o próprio corpo e, tudo isso, dá-lhes muita força. E, dizem mais: saber sim, é poder, não para mandar nos outros, mas é uma arma para saber se defender ao que lhes corresponde, para que lhes respeitem.

Esses aprendizados da luta vêm por outro viés não de uma educação escolar formal, baseada apenas na transmissão de conteúdos, mas da educação popular, com outras metodologias, inclusive desenvolvidas nas ações cotidianas em que exigem se colocar, se defender, defender concepções, por vezes diferentes ou divergentes dos companheiros e, por vezes, das companheiras. No diálogo entre educação popular e feminismo Eggert (2002, p. 85) argumenta muito bem: “A educação popular vinda de outros lugares também abre espaços de produção de conhecimentos, com posturas metodológicas comprometidas com as margens do saber popular e, nisso Feminismo e Educação Popular se tocam”. No que tange à pesquisa, pode-se afirmar que a educação popular, mais do que tocar, se entrelaça, não só com o feminismo, mas com as lutas das mulheres, também aquelas que não se reconhecem feministas e caminham juntas numa mesma organização, como a CONAMI. No caso das mulheres da Via Campesina, em que, para as lideranças, o afirmar-se feminista é antecipado à base feminina de suas organizações, as mulheres assumem o feminismo camponês na medida em que entendem seu sentido, sua relevância, construída em meio a conflitos.

Diante desses aspectos, Silva (2010, p. 13) ajuda a esclarecer que “o movimento feminista é um processo sistemático de ações coletivas das mulheres contra a dominação patriarcal, a exploração capitalista, o racismo, o controle da sexualidade e muito mais”. Atua na construção de:

explicações sobre a situação das mulheres que nos ajudam a compreender a dominação e a exploração em que vivemos e nos impulsionem à ação tanto individual quanto coletiva de enfrentamento desta situação. As análises procuram articular a compreensão sobre patriarcado, capitalismo e racismo no contexto atual, por meio da referência a elementos constitutivos de nossa condição de vida, a

exemplo da divisão sexual do trabalho e a ausência de autonomia econômica; as interdições materiais e legais, à participação política e a postos de maior poder; a violência masculina como imposição de lugar social e redução de possibilidades de ser livre; e o controle sobre o corpo, a reprodução, a sexualidade e a imagem das mulheres (SILVA, 2010, p. 23-24).

Conforme se pode perceber a autora e militante possui uma concepção de feminismo vinculado à luta de classes, pois nesse caso, aparece a crítica à sociedade capitalista, o que não é assumido no discurso e nas ações de todas as correntes feministas. Para as pesquisadas do Brasil e do México, as que se assumem feministas acreditam e lutam desde um feminismo classista, senão não teria sentido para elas, enquanto pobres e exploradas. Mas, a questão ligada ao debate da sexualidade ou da libertação sexual, ainda parece ser um tanto cara, dificultosa, não pessoalmente, mas, ao que se refere a teoria e a compreensão e aceitação da base, por isso dizem ser uma construção lenta e necessária.

Ao tentar entender o ritmo em que avança o feminismo na luta camponesa das mulheres, fica evidente, de um lado, que há de se respeitar o tempo das demais mulheres, suas condições, mas, por outro lado, por vezes é preciso empurrar, insistir, analisando como reagem e até aonde se pode ir e, no meu entendimento, esse é um elemento pedagógico/educativo importantíssimo. Como bem apontava Maria Luíza: o feminismo não é uma teoria lá nas nuvens, ele é o que eu vivo e faço no meu cotidiano, minhas atitudes feministas, mais do que um discurso revolucionário precisa ser condizente com as práticas.

Contudo o feminismo é um tema caro em si não somente para as camponesas. O sentido da libertação, de ter voz e vez, ou seja, ser sujeito político e econômico para o sexo feminino tem custado bastante frente à superação das barreiras históricas na sociedade patriarcal. Se olharmos para a luta de maneira ampla, Souza-Lobo (2011), ao estudar as operárias no século XX, mostra uma situação semelhante aos estudos de Perrot (2005), sobre os mesmos acontecimentos em países da Europa. A autora destaca a difícil situação feminina nas fábricas, inclusive o baixo nível de sindicalização das operárias, até porque sindicato é considerado um lugar de homem. Ela, então, vai afirmar que, apenas no ano de 1984, teve-se uma mulher na direção de um sindicato operário em São Paulo (SOUZA LOBO, 2011, p. 47), contudo, as pautas puxadas por elas continuavam tendo a desconfiança dos homens, como se de fato, dividissem e, com isso, fragilizassem as lutas. Por isso mesmo, as questões das mulheres não tinham espaço na pauta da chamada luta geral.

Nesse mesmo sentido, tratando da luta sindical, tanto na cidade quanto no campo, Giuliani (2004) destaca que as mulheres, mesmo com escolaridade superior aos homens, em momentos de negociações e de representação considerada importante, ficam de fora, ou,

raramente participavam, sendo que apenas na década de 1990, no Brasil, elas começam a perceber essa assimetria. Assim, é preciso destacar, outra vez, que são necessários outros aprendizados para as mulheres, conforme elas enfatizam; embora os escolares sejam de fundamental importância não preenchem os aprendizados que decorrem da participação política. No caso do México, as indígenas sublinhavam a importância da educação escolar para não chegar/atuar nos movimentos mistos pela cozinha e talvez permanecer somente nela.

Segundo demonstrou a pesquisa, as mulheres que têm ensino superior ou nível técnico foram teimosas, persistentes e, por isso, conseguiram tal formação, sendo que, de forma geral, estudaram devido ao auxílio de seus Movimentos. As mulheres indígenas não camponesas do México, nos três casos, têm ensino superior, e, desse modo foi um pouco mais acessível pelo fato de estarem na cidade. Assim, chegaram a ser lideranças em movimentos mistos, não passando pela cozinha, como enfatiza Tiburcio (2010), porque sabiam ler e escrever em espanhol. Elas então puderam entrar pela porta da frente, como sublinham, pois, chegaram participando de reuniões, fazendo tradução de documentos, pelo fato de falarem e escreverem também línguas indígenas, e logo estavam fazendo as atas, participando de negociações com outras entidades e governos.

Em se tratando do educativo de estar na luta, a fala de Maria Madalena explícita de maneira bastante elaborada, pois para ela, o educativo, o aprendizado maior é o de poder ser e se sentir sujeito frente aos homens na Via Campesina, não sendo olhada como tarefeira, pois o espaço específico das mulheres da Via possibilita a essas mulheres terem condições de debate num mesmo nível, mas com elementos diferentes. As mulheres mostram que tem capacidade de direção e de execução, por coordenarem e protagonizarem momentos importantes na Via. Ela aprendeu que as mulheres têm poder e sente isso, sabendo que a maioria delas não sabe como lidar com essas questões, aceitando a submissão. Disse que aprendeu a ter percepção política como uma dose de poder misturada com autonomia, capacidade de misturar força, perspicácia, com leitura de mundo, que dá outra tonalidade e, que constrói e se constrói, enquanto mulher da Via.

A partir dessa fala, fica evidente o papel intelectual que as mulheres se dão conta e desenvolvem, fazendo questão de aprofundá-lo, acrescentando o elemento da perspicácia e do poder feminino, que, por sua vez, questiona e põe em xeque o pensamento patriarcal. Na leitura de Gramsci (1982), todas as pessoas são intelectuais, não existindo intelectuais e não intelectuais, mas nem todos desenvolvem sua intelectualidade, contudo a atividade intelectual é diferenciada em graus distintos.

Quando perguntado sobre o que aprenderam pelo fato de estarem na luta, Maria Tereza diz que aprendeu a ser gente e a ser mulher, a ser pessoa com consciência crítica, aprendeu a acreditar no que nós somos como mulheres. Aprendeu a falar, a se expressar, porque tinha muito medo e concorda que no movimento a gente se desafia, se desbloqueia, se liberta, e, vai rompendo barreiras da opressão, da injustiça, do silêncio. Maria Margarida, explicita que a grande lição que aprendeu é poder deixar a casa, os filhos, o companheiro, a produção, para estar nas tarefas do movimento. Aprendeu a pensar além das suas necessidades, nas dos outros.

Maria Malene disse que aprendeu que pode colocar suas asinhas de fora. Aprendeu a falar, a não ter medo de expor suas ideias, que temos que ter posição política e não só ficar no âmbito doméstico. Aprendeu que a gente/mulher precisa construir juntas as coisas, não desistir apesar das dificuldades. Maria Luíza enfatizou que conseguiu ter dimensão do que é a vida das outras mulheres e, aprendeu a valorização pessoal enquanto mulher. Disse que é preciso buscar ter autonomia enquanto movimento, mas também no dia a dia, exercer essa autonomia.

Maria Olga, para começar, destaca que não tem muito estudo, mas tem conhecimento, e aprendeu no movimento a sair de casa, a viajar, a coordenar uma reunião que parece ser tão simples mas não é, enfim, foi percebendo que pode muita coisa. Maria Ilse afirma que o principal aprendizado é a elevação do nível de consciência e, com isso, fica cada vez mais perto daquilo que quer e sabe e, também, mais longe daquilo que não quer. Cita, como relevante, o fato de terem ampliado a participação das mulheres na luta no seu movimento que é misto. Estar na luta o fortalece, e reunir as mulheres em específico ajuda a dividir e a compartilhar as angústias, abrir espaços, aprender umas com as outras. Na argumentação de

Maria Ilse, é perceptível a reflexão do tipo de feminismo em que acredita e que ele não se dá no nível individual, mas coletivo, quando ela, junto com as outras mulheres, vão abrindo espaços. Quando afirma que a luta específica a fortalece, posso entender que, ao abrir espaço, consegue manter posição de não retroceder e poder ficar no lugar que ocupou, ou que demarcou, em se tratando de ambiente doméstico, divisão de tarefas, etc.

Guadalupe Joana aprendeu a trabalhar com o povo, buscar opções para os problemas das famílias, compreender temas importantes como: a soberania alimentar, a violência... Guadalupe Dolores aprendeu sobre direitos humanos, sobre gestão de políticas públicas, sobre instrumentos nacionais e internacionais de proteção aos direitos indígenas. Aprendeu a dialogar, negociar, falar com diferentes companheiros de diferentes povos, com diferentes necessidades, problemáticas e cosmovisões. Para Guadalupe Elisa o maior aprendizado na

luta foi apropriar-se dos direitos, o empoderamento, pois é importante para o trabalho com as comunidades, também bastante difícil por causa do machismo. Compreender isso com as mulheres, impulsionar a luta por direitos, porque os direitos não existem se elas não conhecem, lhe parece essencial.

A palavra empoderamento é citada pelas mulheres, tanto do Brasil quanto do México, no sentido de que já conseguiram se empoderar ou estão trilhando esse caminho, e também as demais companheiras das organizações a que pertencem. Na pesquisa ficou evidente que, ao tratarem do empoderamento, ele não é algo individual ou individualizado, apesar de a palavra durante algum tempo ter virado moda – *empowerment* –, devido à apropriação do termo por parte de agências econômicas, sofrendo despolitização, conforme apontam estudos de Hernández (2009). Deere e León (2002, p. 52) utilizam esse termo e o situam a partir de Organizações feministas da América Latina, compreendendo-o como “a alteração radical dos processos e das estruturas que reproduzem a posição subalterna da mulher com relação a um gênero”. Para as pesquisadoras, trata-se de:

uma estratégia conquistada por mulheres do Terceiro Mundo para mudar as próprias vidas, ao mesmo tempo em que isso gera um processo de transformação social, principal objetivo do movimento de mulheres. O empoderamento é visto como base para gerar visões alternativas por parte da mulher, assim como o processo pelo qual essas visões se tornarão realidades, à medida em que as relações sociais mudarem. Dentre as condições prévias para o empoderamento da mulher, estão espaços democráticos e participativos, assim como a organização das mulheres (DEERE; LEÓN, 2002, p. 53).

Guadalupe Carmen disse que, fazendo parte da luta, se fez uma mulher forte, aprendeu a enfrentar qualquer coisa, qualquer desafio. Aprendeu a se autodefinir como indígena e a tomar decisões, valorizar sua identidade como mulher e como indígena. Aprendeu a ter autoestima, não baixar o olhar e seguir caminhando sempre, não ficar se queixando e olhar para frente numa perspectiva de longo prazo. Guadalupe Maria aprendeu a se organizar, acima de tudo, compartilhar conhecimentos e, que, para conquistar algo na luta, precisa muito mais de que convencer as outras pessoas, precisa trabalhar muito. Aprendeu a melhorar a comunicação e desinvisibilizar as mulheres, que muito trabalham e pouco aparecem.

Guadalupe Inés aprendeu a ser atrevida, de tal modo que, confessa, chegou ao ponto de participar da eleição para ser coordenadora territorial no povoado do *ejido*. Aprendeu que tem força, que as mulheres podem explorar mais suas ideias e que sonhar não é ilógico. Aprendeu que as mulheres têm força na organização e que juntas podem fazer coisas grandes, maravilhosas.

Assim, ao analisar os aprendizados ou saberes múltiplos evidenciados pela pesquisa, fica expresso que uma gama desses saberes, por enquanto, não cabe nos conhecimentos escolares e, nesse aspecto, é admissível que a escola não dê conta de tudo. Mas, no mínimo, a escola pública – embora isso possa significar um risco para o capital – poderia avançar um pouco mais para considerar e trabalhar esses conhecimentos do universo do trabalho e das experiências de vida, no sentido proposto pela EdoC, segundo Caldart (2004). Na mesma direção seguem as ponderações de Ribeiro (2011, p. 37), quando afirma que no mundo moderno a educação tem sido interpretada como sinônimo de instrução, reduzida ao espaço/tempo de escolarização. E diz mais: “no processo de constituição das ciências modernas, estas se configuram como superação e até mesmo anulação dos saberes práticos que decorrem da experiência de trabalho”.

Embora tenha buscado aprofundar a pesquisa, estou consciente de que ainda há muito a pesquisar, a buscar, nesse processo de construção das mulheres camponesas e indígenas, do Brasil e do México, enquanto sujeitos político-coletivos. É uma caminhada longa que, juntas, nós mulheres, vimos fazendo, portanto esta não é uma pesquisa acabada... Assim, na sequência, retomo o movimento do rio que avança e se espalha, às vezes invade outras vezes suas águas diminuem e criam barro... Rio e Mulheres, nós somos vida, movimento, vamos adiante e na luta, sempre...

OS PÂNTANOS, OS CAPINS E AS FLORES...

Não abandonei o rio, ao contrário, trago-o como pântano, que é o início, mas também pode ser o fim de um rio que agoniza, e, nesse caso, ainda se afirma a existência do local pantanoso, geralmente tomado de capins, significando que há água e que, na forma esponjosa, um tanto escondida, dá indício de que pode haver um novo começo, basta ter cuidado. Isso significa, também, que quando o rio está agonizando, de nada adiantam soluções paliativas, propostas pelas iniciativas do capital verde; é preciso ir à raiz do problema, plantar árvores nativas para proteger as nascentes. Desde uma perspectiva marxista, que conduziu as reflexões e a pesquisa em vista dessa tese, a metáfora do rio que volta a ser pântano, com presença de capins com algumas flores, que por sua vez, espalham sementes, dá conta de explicar, dialeticamente, como se movem as mulheres em luta e como produzem seus aprendizados.

Nem sempre as lutas das mulheres no mundo, segundo apontam as fontes (PERROT, 2005, 2010, 2012; MURARO, 2002; ALVES E PITANGUY, 1985; SOUZA-LOBO 2011...) aparecem como o grande rio revoltado, cheio, capaz de transbordar, sendo que o mesmo ocorre com as mulheres pesquisadas em suas organizações. Algumas vezes o rio enche, encrespa, ultrapassa suas próprias margens, outras, nem tanto; chega a minguar. Ora a luta toma a dimensão internacional, ora, quase desaparece. Quando o rio está em mansidão, quieto, é o momento de articulações internas, em geral de estudo, para, em seguida, dependendo da conjuntura, se colocarem com força, pautando algo, a si mesmas, aos seus coletivos e movimentos e à sociedade, sendo esse um desafio enorme.

Pautar algo para a sociedade significa, primeiramente, entender e pautar também para si mesmas, o que não raras vezes constitui embates individuais, ocasionando mudança no processo de consciência, que não se dá de forma linear, retomando Iasi (2007). Logo, isso permite ou leva a ampliar as percepções sobre a realidade e um exemplo de luta que toma proporções surpreendendo as militantes é o caso da CONAMI, quando o movimento assumiu a denúncia da morte de mulheres indígenas nos partos. As mulheres desta organização estão envolvidas numa luta de muitos anos contra a morte materna indígena, devido a uma situação de não atendimento das indígenas em instituições públicas por preconceito, embora não admitido pelos poderes públicos. Assim, tomaram para si e fizeram essa pauta extrapolar as fronteiras do México. Elas apresentaram denúncias na Organização dos Estados Americanos (OEA), levaram a pauta para o Enlace Continental de Mulheres Indígenas e o Estado mexicano teve que tomar providências.

Atualmente há casas de saúde da mulher indígena (CAMI), sendo dezenove ao todo no país, em parte assumidas pelo Estado; contudo, as mulheres permanecem vigilantes a respeito da situação. Esse tema levantou discussões sobre o aborto, não havendo consenso, mas de acordo com Guadalupe Maria, o importante é que na organização as mulheres caminham juntas, as que se dizem feministas e também as que dizem não ser, constituindo um movimento plural, com inúmeras identidades de movimentos mistos e autônomos, de várias etnias e, por conseguinte, diferentes cosmovisões. O importante é que denunciaram uma situação escondida há séculos no México, pois se tratava apenas *de las índias*, e assim, descobriram instrumentos internacionais e também nacionais de proteção e passaram a estudá-los em cursos e encontros.

Na pesquisa, a construção do feminismo camponês e indígena, no qual se envolve uma parcela significativa das pesquisadas, pode ser tido como um exemplo do que chamo de grande desafio. As pesquisadas admitem que ser feminista é difícil, porque vai ao revés do rumo das concepções hegemônicas, dos “modelos” de ser mãe, de ser mulher, e de atuar na sociedade como mulher, principalmente. As feministas indígenas do México afirmam que não querem um feminismo alheio, ou para negar suas raízes indígenas. Já no Brasil, Maria Madalena fala que acredita num feminismo popular, que parta da realidade da vida das mulheres trabalhadoras do campo e da cidade, ou, não teria sentido a luta que protagonizam.

Esse feminismo, segundo entendi das pesquisadas e também compartilho, pelo fato de estar na luta camponesa no Brasil, não é apenas algo teórico, aliás, as indígenas enfatizavam que não gostam dos embates (feministas) teóricos aonde uma tenta se sobrepôr à outra companheira. Diziam que o feminismo e na construção dele, não podemos nós mulheres exercermos o patriarcado disputando quem é melhor e impondo um ponto de vista. Temos que, a partir de nossas distintas realidades, construir um feminismo que vai libertando as mulheres, esclarecendo, ajudando a dar forças para se poder ter autonomia, confiança em si mesmas. O feminismo camponês do qual falam as brasileiras, tem a ver com a vida na roça, negando a sobrecarga de trabalho, colocando em xeque “o lugar de mulher da roça”, afirmando que elas são da roça, mas pensam e estrategiam politicamente. Lutam por políticas públicas, afirmam as conquistas já obtidas na luta, questionam as políticas quando “não servem” e constroem o que chamam de novas relações com seus companheiros, filhos e filhas.

A busca da sonhada e pautada igualdade entre homens e mulheres compõe o feminismo popular, indígena e camponês, em construção nas organizações e isso, deveras, tem implicações caras, pois a cobrança da sociedade patriarcal sobre os papéis definidos que

deveriam cumprir, não fica alheia a elas e, por isso mesmo, vivem conflitos, com os filhos que cobram mais presença da mãe que está na luta; dos companheiros/cônjuges e outros familiares, das pessoas em geral, que pouco entendem da luta e as olham com reprovação como que a dizer, vai para sua casa, cuidar disso, daquilo e daquele outro... Coisas mil! Contudo, elas já sentiram o gosto de ter colocado as asas de fora, como afirma Maria Ilse; já viram um mundo de possibilidades e querem saber mais, compreender mais sobre ele, sobre as mulheres e a situação delas; querem fazer avançar a luta mais e mais.

Conforme pontua Mészáros (2009), não existe igualdade substantiva na sociedade capitalista, mas nem por isso as mulheres deixam de persegui-la, construindo o possível, mesmo sabendo dos condicionantes. A construção dos avanços na luta das mulheres, desde uma perspectiva de gênero, em favor do sexo feminino, se dá de forma mais lenta, diz Muraro (2002) corroborado pelas pesquisas de Lagarde (2011), pois é mais fácil mudar, pautar e reivindicar questões na esfera pública do que no âmbito privado. Nesse mesmo sentido, Lagarde, na mesma obra, enfatiza que, por conta da existência dos cativeiros, os avanços da luta feminina custam o dobro: pela oculta consciência da existência dos cativeiros, de forma especial, quando são convertidos em virtudes, como entrega, dever moral, obediência, capacidade de trabalho, missão, etc.

As mulheres de movimentos específicos, no caso do MMC e CONAMI, continuam sendo questionadas sobre o porquê precisam ter um movimento só de mulheres; sabem que na realidade não são bem aceitas, representam perigo. Diante disso, dizem que cansam de explicar, e, quando não querem mais explicar, não explicam mais nada, porque os homens não precisam explicar sobre o estar e participar em/de seus movimentos. E, quando se identificam como feministas há espanto, chegando a parecer certo temor, como que dizendo: E... além de tudo feministas! Feministas são loucas... Para que pauta específica? Outra vez Lagarde (2011, p. 33) amplia esta discussão a dizer: *“la idea de la igualdad genera un enorme temor entre quienes se benefician de la desigualdad y nunca quisieran ser objeto de aquello que ellos mismos hacen a las mujeres”*

Da mesma maneira, pelo fato de se reunirem e fortalecerem coletivos de mulheres, as militantes dos movimentos mistos percebem uma pressão que é traduzida em forma de piadas e brincadeiras insinuantes, de que elas já mandam demais no mundo e no Brasil. Elas percebem a ironia que está por trás disso, compreendendo o que, em tom de brincadeira, lhes é dito “melhor seria se você ficasse cuidado de sua casa”. Compreendem então, que as companheiras dos movimentos autônomos de mulheres, ao menos nisso, possuem maior autonomia. De forma geral, elas constroem lutas e processos específicos enquanto mulheres,

não destoando da pauta geral da organização mista, menos, com relação ao avanço da consciência feminista, que vem a pôr em xeque o poder masculino em todos os espaços – atingindo assim – o espaço da organização. Séculos depois de muitas lutas e algumas conquistas, de um outro jeito, as mulheres continuam sendo mandadas embora, como no tempo dos motins, conforme narração de Perrot (2005; 2010; 2012), nas suas pesquisas, demonstrando “seu lugar não é aqui”. Mas, como naquela época, elas continuam revidando.

Nesse sentido, Lagarde (2011, p. 21) contribui na reflexão, mostrando em seus estudos que as organizações civis, em geral, na maioria das instituições do Estado, nos partidos políticos, estruturados de maneira androcêntrica e hierárquica, “respondem a demanda de participação das mulheres com câmbios parciais e insuficientes, não progressivos, nem contínuos” e, em muitos casos, com retrocessos para frear as mulheres, convencendo-lhes que devem ter paciência, e que, no futuro, terão satisfeitas as suas necessidades; dizem que no momento não há condições, que é preciso esperar, pois há problemas que requerem atenção mais urgente... E, quando as mulheres, mesmo assim, avançam, os avanços são recebidos com cinismo de gênero por homens conservadores e inclusive, por alguns progressistas.

Contudo, as mulheres pesquisadas, tanto dos movimentos específicos assim como dos mistos, vivem grandes conflitos, o que talvez seja menos percebido naquelas que nem oportunidades têm de refletir sobre ser mulher e seu papel na história, algo profundamente expressivo nas mulheres em questão, pois elas reclamam um inscrever-se na história, para deixarem de fazer parte da pequena história, como já fora salientado por Perrot e também é registrado por Lagarde (2011, p. 23-24, com grifos da autora):

Así, las mujeres nos movemos en contradicciones permanentes. Si alentamos nuestro ser tradicional entramos en conflicto con nuestras necesidades y aspiraciones modernas de género, si ejercemos o exigimos derechos, los demás sienten que es contra ellos, si satisfacemos a los otros, no nos quedan tiempo, energía ni recursos suficientes para nuestro desarrollo. Si cumplimos con algunas expectativas opresivas de los otros, nos traicionamos.

Inscrever-se na história não tem sido fácil para as mulheres, pois o trabalho continua sendo demais sobre elas, segundo evidenciou a pesquisa: de um lado, conjugar a produção (de alimentos no caso das camponesas) com a militância, quando ambos exigem estar num mesmo momento; de outro, retrabalhar constantemente e desgastantemente nas suas relações familiares que, se há um trabalho de mulher, ele tem valor e é preciso desinvisibilizá-lo. Ao fazer isso, o passo seguinte é dividir os trabalhos todos entre todos, pois, por mais consciência que o companheiro e os filhos tenham sobre isso, afirma Maria Madalena, é preciso lembra-

los sempre, porque senão, rapidamente, algumas coisas sempre recaem para a mulher/mãe, como sendo coisa dela mesmo, procedendo-se uma naturalização dos papéis de gênero.

Outro ponto a destacar, e, agora sim, no mesmo processo do rio que vai enchendo, ao fazerem-se gente, conforme afirmam, ao fazer história sem deixar que outros decidam pela gente, ou fazendo política, como dizia Maria Nadir, a fala é fundamental. Esse falar em espaços mistos/públicos é falar para existir, para se tornar visível enquanto sujeito vivo e pensante, mas não se trata de qualquer fala; é preciso ter elementos políticos e, para isso, estudar, se formar, como tão veementemente afirmavam as Guadalupe, devido a importância da CONAMI nesse sentido. Guadalupe Maria foi enfática: “se não nos formamos, não temos consciência de nossos direitos, e, então eles existem, mas se não sabemos, é como se eles não existissem mesmo”. Dizer a palavra e auxiliar cada companheira a aprender a pronunciar a palavra, a partir do empoderamento das necessidades e das posições que precisam ser ditas, é existir. Para tanto, reunir-se somente com mulheres em alguns espaços possibilita ensaios de poder, mesmo sabendo que frente aos companheiros “*las piernas tiemblan*”, quando se fala as primeiras vezes. E, mesmo assim, afirmam: falar é difícil, mas importante.

Com relação aos espaços formativos para mulheres, pensado por elas mesmas, está a possibilidade de empoderamento individual e coletivo, com saberes partilhados, contestados, revisados, e, assim se aprende, umas com as outras. As militantes mexicanas, de modo especial, diziam da importância desses momentos, mas sem aquele feminismo agressivo, atribuído aos embates conceituais acadêmicos acalorados. Pontuavam que o clima precisa ser de companheirismo para encorajar, especialmente as indígenas a falar, pois, devido aos usos e costumes tradicionais, em muitas etnias, as mulheres são bastante introvertidas, pouco falam, e, quando se manifestam, falam baixo, inclusive há vergonha de “mal falar” a língua espanhola.

O tema da violência cometida contra as mulheres as impacta de maneira substancial: de um lado elas ficam chocadas pelo silêncio quando é tratado sobre o assunto com as companheiras da base; de outro, sentem na pele o mesmo que todas as mulheres vítimas de violência, colocando-se em seu lugar ou admitindo ter sofrido alguns tipos de violência; dizem também ter um sentimento de impotência, quando se trata desse tema, pois, mesmo sendo lideranças esclarecidas, esbarram nas formas de corresponder às demandas e de dar encaminhamento a estas demandas por parte dos órgãos governamentais, no Brasil e no México. As leis não são postas em vigor, mas, muitas vezes não saem do papel; falta estrutura para que as mulheres possam vir a denunciar os casos com maior segurança. No México,

todas as vozes diziam: o acoso sexual leva à morte e as mulheres ainda são muito resignadas, sentem vergonha de sofrerem violência, porque parece que a culpa é sempre delas.

No Brasil, os relatos das mulheres, ao tratar do tema da violência, trazem uma constatação enfática de todas elas: as mulheres sofrem violência física, principalmente, por parte de seus cônjuges, quando assumem o conflito de não mais aceitarem resignadamente o que aceitavam até então. Os relatos se referiam aos casos de militantes dos movimentos sociais, quando começavam a ampliar a participação em movimentos específicos de mulheres, ou participarem da formação nos coletivos de mulheres dos movimentos mistos. Logo, a violência masculina para com a mulher é a demonstração de poder de quem achava ser dono dela e não admite abrir mão deste poder e de impor o limite para ela poder ou não sair. Por isso, em alguns casos, as mulheres desistem dessa participação, quando não têm condições de suportar o conflito ou romper com a relação definitivamente. Em outros casos, rompem com a situação de violência, separando-se, ou tomando medidas com auxílio de companheiras, o que significa um avanço no espaço de poder na relação, em vista de não permitir que a violência se repita.

Nos movimentos elas dizem que conseguem um maior entendimento/politização que leva a tomadas de decisão como seres com maior autonomia, fazendo-se respeitar desde o espaço da casa, da produção às esferas públicas de participação, nas comunidades, entidades e no próprio Movimento. Junto a isso, dizem que encontram no Movimento condições de transformar a realidade, com limites impostos da sociedade, obviamente, mas, sempre é uma possibilidade na força coletiva da organização. Nesse aspecto, as conquistas de direitos, como acesso à terra, melhores condições de produção, conhecimento a respeito dos instrumentos legais de proteção dos e das indígenas, autonomia enquanto mulher, e outros direitos significam a realização de sonhos, possíveis graças à luta. Afinal, elas dizem que o grande aprendizado consiste no fato de estarem na luta.

Com relação ao campo de trabalho na produção de alimentos, que as militantes afirmam ser um trabalho importante e reconhecido, a começar pela família, no próprio reconhecimento e no caso das vendas governamentais para PAA e PNAE, o mesmo acontece também de parte do público externo e, nesse sentido, há vários aspectos a serem considerados: trata-se de um não trabalho/serviço ou coisa de mulher, na sociedade, que passa a ser tido como trabalho fundamental para dentro dos movimentos sociais, acima de tudo forçado pelas mulheres, nas suas lutas e embates com os próprios companheiros das suas organizações ou das organizações parceiras. A partir desse universo, as mulheres montam trincheiras, exigindo condições melhores de produção, com subsídios, o que no Brasil se verificou na conquista da

Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS) no MAB; no convênio de recuperação e multiplicação de variedades crioulas com base ecológica no MMC; no reforço à produção de alimentos agroecológicos e assistência técnica para famílias assentadas do MST; no forte investimento na multiplicação de sementes tradicionais de feijão e milho por parte do MPA, com distribuição significativa dessas sementes a milhares de famílias, contrapondo à produção transgênica. No México, no momento da pesquisa, a UNMIC/UNORCA estava em negociações e lutas de enfrentamento frente ao governo, com vistas à produção agroecológica num sistema para toda a área do *ejido*.

A pesquisa aponta ainda, que as mulheres que integram movimentos populares têm avançado no que tange às decisões nas unidades de produção, pois, decidem e aprendem a comandar em suas organizações e, assim, vai havendo mudanças no espaço privado e também no não privado, mas, acima de tudo, em si mesmas. Um desafio colocado aí é que elas mesmas percebem que precisam avançar na gestão dos recursos financeiros, pois, mesmo não tendo muito estudo, como dizia Maria Tereza, “tenho conhecimento”. Nesse caso, não é a falta de conhecimento escolar que impede as mulheres de estar naturalmente nesse campo administrativo; falta algo mais, dizem as mulheres da CONAMI. Falta um tipo de educação que, em geral, não é oferecida pelas escolas e, que também não é somente formação política:

No solo formarlas políticamente, sino darles otras herramientas, porque una de las cosas que han paralizado a algunas compañeras no es precisamente la falta de conocimiento, sino el no perder el miedo, el no tener seguridad de si mismas, el no construir las condiciones para caminar con los liderazgos masculinos. También en esta lucha y en ese andar, no subordinarse ni temer ni retroceder ni tampoco confrontar estérilmente, sino debatir, proponer, exigir, construir y hacer valer nuestros derechos (SÁNCHEZ, 2010, p. 194-195).

Nas palavras da Sánchez, o sentido de uma educação, eu diria, completa, que se dá para além de espaços escolares e, no momento atual, talvez seria muito cobrar essa tarefa das escolas, quando os/as profissionais da educação precisam continuar na luta para poderem minimamente se manterem nas escolas públicas de nível básico. Além disso, a função da escola deveria acolher e conseguir não expulsar crianças, adolescentes e jovens já marginalizados, sabendo que isso é quase impossível, pelo fato de que a sociedade os expulsa de tantos lugares; de terem teto, alimentação saudável e suficiente, lazer sadio, etc.

Enquanto a sociedade em si caminha grandemente no capitalismo, mantêm-se as formas de inclusão e exclusão que são próprias da natureza mesma do capitalismo, que, ao mesmo tempo em que se apropria da terra e do produto do trabalho também estabelece um percentual de desemprego a fim de manter o controle sobre as organizações dos trabalhadores, o que se

estende, também, às profissões desempenhadas por mulheres. Com isso, não há como jogar a responsabilidade de a educação escolar sanar as feridas ou mesmo significar uma formação qualificada que permitirá à (ao) trabalhador (a) por ela formado exigir melhor salário e condições de trabalho. Nesse aspecto, os movimentos populares são instrumentos importantes de educação, conforme pontuado na voz das pesquisadas, pois, a vida delas seria ainda mais dura se não houvesse possibilidade de aprenderem o que aprendem em suas organizações, ainda que se gaste uma vida toda, mas, numa causa que também lhes proporciona alegrias, encontros, partilhas, além de embates, decepções e retrocessos, que fazem parte do processo.

O pântano dá sinal de que há alguma água... E se há água, há vida, esperança de que algo possa renascer porque as flores vão amadurecer e largar as sementes e gerar novas plantas e flores, completando o ciclo da vida. E, as mulheres estão e permanecem na luta porque possuem esperança. “Enquanto necessidade ontológica, a esperança precisa da prática para tornar-se concretude histórica. É por isso que não há esperança na pura espera, nem tampouco se alcança o que se espera na esperança pura, que vira, assim, espera vã” (FREIRE, 2011, p. 15). Nessa esperança, há indícios do poder das mulheres que constroem não pequenas, mas grandes histórias, embora ainda muito escondidas, cujo desafio das que lutam é desocultá-las, rebuscar retalhos e fazer costuras conjuntas, em mutirão, ou amarrar ou trançar os cipós a fim de fazer balanços... Balanços que as crianças gostam muito... E porque não, as mulheres poderem se balançar, descansar das jornadas de trabalho; considerando que as indígenas, ainda em alguns casos e em certa medida, cultivam outros ritmos de trabalho, possam escolher os cipós bons para fazer seus artesanatos, cultivar sua cultura ancestral, ter acesso ao mato, apreciar as flores...

Mészáros (2009) já dizia que a emancipação das mulheres na sociedade capitalista não acontece, por isso, embora haja garantias legais na forma da lei, é preciso continuar lutando pela igualdade substantiva e, como a igualdade de fato não existe entre homens e mulheres, elas precisam reapropriar-se de um poder que lhes constitui, diria Gebara (2002) e, para tal, os espaços e organizações de mulheres, para aprenderem o que não foi e não é possível nas escolas e em outras instituições, é fundamental.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Desenvolvimento sustentável: qual a estratégia para o Brasil? *Novos Estudos*. n. 87, p. 97-113, 2010.
- ABRASCO. *Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde*. Abrasco: Rio de Janeiro, 2012. (volume 1: Agrotóxicos, segurança alimentar e nutricional e saúde).
- AÍMOLA, Luis. Alguns cenários exploratórios sobre regime após o protocolo de Quioto. In: DUPAS, Gilberto. (Org.). *Meio ambiente e crescimento econômico: tensões estruturais*. São Paulo: Unesp, 2008, p. 165-227.
- ALENTEJANO, Paulo. Trabalho no campo. In: *Dicionário da Educação do Campo*. CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 755-758.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito. In: GODOI, Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (Orgs.). *Diversidade do campesinato: expressões e categorias*. Vol II. São Paulo: Unesp e Nead, 2009. p. 39- 66.
- ALMEIDA, Ricardo Pires de. *História da instrução pública no Brasil (1500-1889)*. Tradução de Antônio Chizzotti. São Paulo: PUC/Inep, 1989.
- ALTIERI, Miguel. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. 4.ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jaqueline. *O que é feminismo*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- ALVES, Maria de Fátima Paz. Dificuldades no acesso ao crédito pelas mulheres rurais: discutindo a experiência do Pronaf mulher no Oeste Potiguar. Disponível em: <www.alasru.org/wp.../06/01-GT-Maria-de-Fátima-Paz-Alves1.doc >. Acesso em 09 jan. 2012.
- ANDRADE, Erica Ramos; GOMES Jr., Newton. Produção de alimentos e acumulação capitalista no Brasil. Da insuficiência à inadequação do consumo alimentar. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REFORMA AGRÁRIA. v. 35, n. 01, p. 53-66, Mai/out. 2012.
- ANDRIOLI, Antônio Inácio; FUCHS, Richard (Orgs.). *Transgênicos: as sementes do mal. A silenciosa contaminação dos solos e alimentos*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- _____. Tecnologia e agricultura familiar: uma relação de Educação. In: ANDRIOLI, Antônio Inácio. (Org.). *Tecnologia e agricultura familiar: uma relação de educação*. Ijuí: Unijuí, 2009, p. 13-50.

ANJOS, Flávio Sacco dos; CALDAS, Nádia Valledas. Pluriatividade e sucessão hereditária na agricultura familiar. In: SCHNEIDER, Sergio (Org.). *A diversidade da agricultura familiar*. 2. ed. UFRGS, 2009, p. 189-218.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 5. ed. São Paulo: Cortez e Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1998.

APPENDINI, Kirstein. La transformación de la vida rural en tres ejidos del centro de México. In: APPENDINI, Kirstein; TORRES-MAZUERA, Gabriela. *Ruralidad sin agricultura?* perspectivas multidisciplinares de una realidade fragmentada. México/DF. El Colegio de México, 2008. p. 26-58.

ARROYO, Miguel González; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. (Orgs.) *Por uma Educação do Campo*. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

ASSOCIAÇÃO DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS DO RIO GRANDE DO SUL. *Recuperação e multiplicação de variedades de sementes crioulas*. Passo Fundo: Battistel, 2013.

AZEVEDO, Fernando; PEIXOTO, Afrânio; DORIA, A. Sampaio de. (Et alli.). Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb07a.htm>>. Acesso em 12 jan. 2010.

BARTRA, Armando. *Tiempos de mitos y carnaval*. Índios, campesinos, revoluciones. De Felipe Carrillo Puerto a Evo Morales. México: Itaca, 2011.

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. 1. Fatos e Mitos; 2. A Experiência Vivida. 6. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BECKWELL, Maylei. (Re)cordando el discurso de la nación: el movimiento de mujeres indígenas en México y la práctica de la autonomía. In: GUTIÉRREZ, Natividad Chong (Coord.). *Mujeres y nacionalismos en América Latina*. De la independencia a la nación del nuevo milenio. México, DF: Instituto de Investigaciones Sociales, 2012. p. 193- 234.

BELLO, Álvaro. *Etnicidad y ciudadanía en América Latina*. Chile: Cepal, 2004.

BOFF, Leonardo. Prefácio. In: FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança*. Um reencontro com a pedagogia do oprimido. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011. p. 09-12.

BONFIL, Guillermo Batalla. *México profundo*. Una civilización negada. México, DF: Grijalbo, 1994.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Educação Popular*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____; ASSUMPÇÃO, Raiane. *Cultura rebelde*. Escritos sobre a educação popular ontem e agora. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988.

_____. Políticas públicas para mulheres na reforma agrária. Brasília: MDA, 2010.

BRASIL/MEC. Plano Nacional de Educação 2011-2020. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=16478&Itemid=1107. Acesso em 08 abr. 2014.

BRASIL DE FATO. A violência histórica e atual contra a mulher no país. Edição 555 de 17 a 23 out de 2013. Disponível em: < <http://www.brasildefato.com.br/node/11941>>. Acesso em 01 nov. 2013.

CALAZANS, Maria Julieta C.; CASTRO, Luís Felipe Meira de.; SILVA, Helio R. S. da. Políticas educacionais: questões e contradições da educação rural no Brasil. In: WERTHEIN, Jorge; BORDENAVE, Juan Díaz (Orgs.). *Educação rural no Terceiro Mundo*. Tradução de Paulo Roberto Kramer e Teresa Lessa Carregal. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

CALDART, Roseli. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CANAL DO PRODUTOR. *Sobre o sistema CNA*. Disponível em: < <http://www.canaldoprodutor.com.br/sobre-sistema-cna/missao-visao-objetivos>>. Acesso em 14 mai. 2013.

CARLSEN, Laura. México morre de fome com o TLC. México. Adital notícias. México, 01 fev. 2012. Disponível em: < http://www.adital.com.br/site/noticia_imp.asp?lang=PT&img=N&cod=64013>. Acesso em: 25 jan. 2014.

CARVALHO, Osvaldo. O direito fundamental à alimentação e sua proteção jurídico-institucional. In: ESTORNINHO, Maria João (Coord.). *Estudos de direito de alimentação*. Portugal, Lisboa: ICJP, 2013a. p. 47-142.

CARVALHO, Paulo Rogério Marques de. Globalização e sociedade de risco: contribuições introdutórias para o estudo de segurança alimentar. ESTORNINHO, Maria João (Coord.). *Estudos de direito de alimentação*. Portugal, Lisboa: ICJP, 2013b. p. 7-33.

CASANOVA, Pablo Gonzáles. *La democracia en México*. México: Era, 1975.

CAMPELLO, Teresa. *Conferência Estadual de Combate à Fome e a Miséria*. Porto Alegre, Grandes Debates em 07 jul. 2011. Registro próprio da participação na Conferência.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. *A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio: trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil: o caso de Cruz Alta/RS*. Buenos Aires: CLACSO, 2011.

CARNEIRO, Maria José. De “produtor” a “consumidor”: mudanças sociais e hábitos alimentares. In: NEVES, Delma Peçanha (Org.). *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil*. Formas dirigidas de constituição do campesinato. São Paulo: Unesp e Nead, 2009. p. 151-172.

CASTRO, Luciana. A contribuição de Nísia Floresta para a educação feminina: pioneirismo no Rio de Janeiro oitocentista. *Revista Outros Tempos*. v. 7, n. 10, p. 237-256, dez. 2010.

CAVALCANTI, Clóvis. Uma tentativa de caracterização da economia ecológica. *Ambiente & Sociedade*. v. 7, n. 1, p. 149-156. 2004.

CHAYANOV, Alexander. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

CINTRÃO, Rosângela; SILIPRANDI, Emma. O progresso das mulheres rurais. In: ONU MULHERES. *O progresso das mulheres no Brasil, 2003-2010*. Rio de Janeiro: Cepia, 2011. p. 186- 230.

CONTE, Isaura Isabel. *Mulheres camponesas em luta: resistência, libertação e empoderamento*. 156 p. Dissertação (Mestrado). Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2011.

_____. Camponesas em luta: possibilidades de serem sujeitos políticos. In: ZARTH, Paulo Afonso. *O campesinato na fronteira Sul*. Porto Alegre: Letra & Vida, 2012, p. 277-295.

_____; MARTINS, Mariane Denise; DARON, Vanderléia Pulga. Movimento de Mulheres Camponesas: na luta a constituição de uma identidade feminista, popular e camponesa. In: PALUDO, Conceição (Org.) *Mulheres, luta e resistência: em defesa da vida*. São Leopoldo: Cebi, 2009. p 86-132.

CONWAY, Gordon. *Produção de alimentos no século XXI*. Biotecnologia e meio ambiente. Tradução de Celso Mauro Paciornik. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.

COSTA, Rosa. Senado aprova mudanças na Lei Kandir. Disponível em: < <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,senado-aprova-mudancas-na-lei-Kandir,654222,0.htm> >. Acesso em 09 jan. 2012.

CRUZ, Fabiana Thomé da; MENACHE, Renata. Do consumo à produção: produtos locais, olhares cruzados. *Revista IDEAS*. v. 1, p. 91-114. 2011.

DEERE, Carmen Diana; LEÓN, Magdalena. *O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos à propriedade na América Latina*. Tradução de Letícia Vasconcelos Abreu, Paula Azambuja Rossato Antinolfi e Sônia Terezinha Gehering. Porto Alegre: Ufrgs, 2002.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIECONÔMICOS. *Estatísticas do meio rural*. 4. ed. Brasília: DIEESE/MDA, 2011.

DEMO, Pedro. *Metodologia científica em ciências sociais*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

DÍAZ, Valdemar Hinojosa. Valor económico de la seguridad alimentária de maíz en unidades domésticas productoras del centro de México. In: MAZUERA, Gabriela. *Ruralidad sin agricultura? perspectivas multidisciplinares de una realidade fragmentada*. México/DF. El colégio de México, 2008. p. 129- 142.

DINIS, Mônica. Sesmarias e posse de terras: política fundiária para assegurar a colonização brasileira. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao02/materia03/>>. Acesso em 09 mar. 2013.

DUPAS, Gilberto. O mito do progresso. *Novos Estudos*. CEBRAP. p. 73-89. 2007.

_____. *O mito do progresso; ou o progresso como ideologia*. 2. Reimpressão. São Paulo: Unesp, 2006.

EGGERT, Edla. Refletir a educação popular a partir da teologia feminista. In: PEREIRA, Elisa Gonsalves (Org.). *Educação e grupos populares: temas (re)correntes*. São Paulo: Alínea, 2002. p. 79-97.

EISLER, Riane. *O prazer sagrado: sexo, mito e política do corpo*. Tradução de Ana Luiza Dantas Borges. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

EL HISTORIADOR. El asesinato de Emiliano Zapata. Disponível em: <http://www.elhistoriador.com.ar/documentos/americ_a_latina/el_asesinato_de_emiliano_zapata.php>. Acesso em 22 jan. 2013.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. Desigualdades sócio-espaciais nas cidades do agronegócio. *Revista Brasileira Estudos Urbanos e Regionais*. v. 9, n.1, p. 25-39. 2007.

EMATER/RS. Negociações multilaterais, e políticas agrícolas dos Estados Unidos, União Européia e Brasil. Série Realidade Rural. Porto Alegre: Emater/Ascar, 2008.

ESPELAND, Siri. Mujeres y derechos indígenas: la propuesta del congreso nacional indígena. In: GUTIÉRREZ, Natividad Chong (Coord.). *Mujeres y nacionalismos en América Latina*. De la independencia a la nación del nuevo milenio. México, DF: Instituto de Investigaciones Sociales, 2004. p. 157-176.

ESPINOSA, Gisela Damián. Por un mundo de libertades y derechos: La coordinadora guerrerense de mujeres indígenas. In: ESPINOSA, Gisela Damián; DIRCIO, Libni Iracema Chautla; SÁNCHEZ, Martha Néstor (Coords.). *La coordinadora guerrerense de mujeres indígenas construyendo la equidad y la ciudadanía*. México, DF: Universidad Autónoma Metropolitana, 2010. p. 31-130.

FABRINI, João Edimilson; DE MARCOS, Valéria. *Os camponeses e a práxis da produção coletiva*. São Paulo: Expressão popular/Unesp, 2010.

FARIA, Nalu. Economia feminista e agenda de lutas das mulheres no meio rural. In: BUTTO, Andrea (Org.). *Estatísticas rurais e a economia feminista*. Um olhar sobre o trabalho das mulheres. Brasília: MDA, 2009. p. 13-18.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5 ed. São Paulo: Globo, 2006.

FERNÁNDEZ, Luis M. Ortiz; TARRÍO, María García. Ganadería y crisis alimentaria. *Revista Mexicana de Sociología*. v.1, p. 51-96, ene/ago. 1988.

FIGUEIREDO, João Carlos. Censo 2010: população indígena é de 896,9 mil, tem 305 etnias e fala 274 idiomas. Disponível em: < <http://nacaoindigena.com/2012/08/10/censo-2010-populacao-indigena-e-de-8969-mil-tem-305-etnias-e-fala-274-idiomias/>>. Acesso em 02 abr. 2014.

FLEURY, Reinaldo Matias; COSTA, Marisa Vorraber. *Travessia: questões e perspectivas emergentes na pesquisa em educação popular*. Ijuí: Unijuí, 2000.

FLORES, Graciela Lúa; PARÉ, Luisa; SARMIENTO, Sérgio. *Las voces del campo: movimiento campesino y política agrária 1976-1984*. México: Siglo XXI, 1988.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 32. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Educação e mudança*. Tradução de Moacir Gadotti e Lilian Lopes Martin. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

_____. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 51. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 46. ed. São Paulo e Rio de Janeiro: Record, 2002.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa social*. Encontro Regional de Pesquisa Sudeste. Vitória, set/1987.

_____. *A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

FURTADO, Júnia Ferreira. Escravidão no México. In: VELÁZQUEZ, Maria Elisa; CORREA, Ethel (Orgs.). *Poblaciones y culturas de origen africano en México*. México, DF: Instituto Nacional de Antropología e História, 2005. Disponível em: < www.afroasia.ufba.br/pdfAA_44JFurtado.pdf>. Acesso em 12 nov. 2013.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Tradução de Galeano de Freitas. 33. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

GAZOLLA, Márcio. O processo de mercantilização do consumo de alimentos na agricultura familiar. In: SCHNEIDER, Sergio. *A diversidade da agricultura familiar*. 2. ed. Porto Alegre: Ufrgs, 2009. p. 85-106.

GEBARA, Ivone. *Cultura e Relações de Gênero*. São Paulo: Cepis, 2002.

GIL, Antônio Carlos. *Estudo de caso*. Fundamentação científica, subsídios para a coleta e análise de dados, como redigir o relatório. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GIULANI, Paola Cappellin. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: PRIORE, Mary Del. *Histórias das Mulheres no Brasil* (Org). São Paulo: Editora Contexto/UNESP, 2004. p. 640- 668.

GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Tradução de Nelson Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1982.

GUANZIROLI, Carlos; Marco Ortega BERENGER. Experiências bem - sucedidas em agronegócio no Brasil e desenvolvimento sustentável. Brasília/DF: IICA, 2010.

GUERRERO, Andrés. El proceso de identificación; sentido comun ciudadano, ventroloquía y transcritora. In: GUERRERO, Andrés (Comp.). *Etnicidades*. Quito, Ecuador: FLACSO, 2000.

GUTIÉRREZ, Natividad Chong. *Mitos nacionalistas e identidades étnicas*. Los intelectuales indígenas y el Estado mexicano. México: Instituto de Investigaciones Sociales, UNAM. 2012.

_____. Tendências de estudo de nacionalismo y mujeres. In: GUTIÉRREZ, Natividad Chong. *Mujeres y nacionalismos en América Latina: de la independencia a la nación del nuevo milenio*. México: Instituto de Investigaciones Sociales, UNAM, 2004. p. 19-66.

HENN, Iara Aquino. Agroecologia e relações de gênero em projeto societário. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo (Org.). *Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos*. Niterói: Alternativa, 2013. p. 65-88.

HEREDIA, Beatriz M. Alasia de. O campesinato na *plantation*. A história e os mecanismos de um processo de expropriação. In: NEVES, Delma Pessanha; SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil*. Vol I. São Paulo: Unes e Nead, 2008. p. 39-68.

_____; GARCIA, Marie France; GARCIA Jr., Afrânio. O lugar da mulher em unidades domésticas camponesas. In: AGUIAR, Neuma. *Mulheres e força de trabalho na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 1984.

HERNÁNDEZ, Carmen Osório. *Política de crédito rural com perspectiva de gênero: um meio de empoderamento para as mulheres rurais*. (Tese) Doutorado. Porto Alegre, 2009. 248p. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

HILL, Chistopher. *O mundo de ponta-cabeças*. Idéias radicais durante a revolução inglesa de 1640. Tradução de Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HIRATA, Helena. *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. Tradução de Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 2002.

HOBBSAWM, Eric; RUDÉ, George. *Capitão Swing*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

IASI, Mauro Luis. *Ensaio sobre consciência e emancipação*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

IBGE. *Notas técnicas*. Histórico da investigação sobre cor ou raça nas pesquisas domiciliares do IBGE (2008). Disponível em: <

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/caracteristicas_raciais/notas_tecnicas.pdf>
Acesso em 10 jan. 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y GEOGRAFÍA. Disponível em: <http://cuentame.inegi.org.mx/poblacion/rur_urb.aspx?tema=P>. Acesso em 22 jan. 2014.

_____. Situação de los indígenas numero 16. México, diciembre de 2011. Disponível em: <www.google.com.br/search?q=situacion+de+los+indigenas+numero+16+&oq=situacion+de+los+indigenas+numero+16+&aqs=chrome..69i57.9254j0j7&sourceid=chrome&espv=210&esm=93&ie=UTF-8>. Acesso em 29 jan. 2014.

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. Cerca de setenta movimentos lutam pela terra no Brasil hoje, diz professor. Disponível em: <http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-gerais/2008/fevereiro/cerca-de-70-movimentos-lutam-pela-terra-no-brasil-hoje-diz-professor/>>. Acesso em: 15 mai. 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Políticas sociais: acompanhamento e análise*. Brasília/DF: IPEA, 2011.

KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. vol. 1. Porto: Portucalense, 1972.

LAGARDE, Marcela y de los Ríos. *Los cautiverios de las mujeres*. Madresposas, monjas, putas y locas. Madrid: Horas y Horas, 2011.

LAGOS, Maria; CALLA, Pamella. El Estado como mensage de dominación. In: LAGOS, Maria; CALLA, Pamella (Comp.). *Antropologia del Estado*. Dominación y prácticas contestatórias en América Latina. Cuaderno de futuro n. 23. Bolívia: INDH/PNUD, 2007. (Sección: informe sobre desarrollo humano).

LENIN, Vladimir. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LEÓN, Irene. Mulher, vida e sementes. In: CARVALHO, Horácio Martins de (Org.). *Sementes: patrimônio dos povos a serviço da humanidade*. São Paulo: Expressão popular, 2003. p. 209-228.

LINHARES, Maria Yeda; SILVA, Carlos Teixeira da. A questão da agricultura de subsistência (1981). In: WELCH, Clifford Andrew; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa; WANDERLEY, Maria Nazareth (Orgs.). *Camponeses brasileiros*. Leituras e interpretações clássicas. São Paulo: Unesp e Nead, 2009. p.117-134.

LOPEZ, Gilberto Rivas. *Autonomías, democracia o contrainsurgência*. Ciudad de México: Era, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. *Prendas e antiprendas*. Uma escola de mulheres. Porto Alegre: Ufrgs, 1987.

_____. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del. *Histórias das mulheres no Brasil* (Org.). 7. ed. São Paulo: Contexto/Unesp, 2004. p. 443-481.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli, E.D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: E.P.U., 1986.

LUXEMBURGO, Rosa. “Rosa a vermelha”. *Escritos políticos. Textos escolhidos*. 2. ed. São Paulo: Busca Vida, 1988.

MACIEL, Elizabeth Nunes. *Gênero, trabalho e família. A construção de espaços femininos na periferia urbana*. Passo Fundo/RS: Universidade de Passo Fundo, 2001.

MAESTRI, Mário Filho. *Uma história do Rio Grande do Sul*. 2. ed. Passo Fundo: UPF, 2000.

MAESTROS. *Proyecto 40*. *Jornal de Notícias do México*, 07 mai. 2013. Programa de Tv.

MARCONI, Mariana de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de pesquisa*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARQUES, Mario Osório. *Escrever é preciso: o princípio da pesquisa*. 5. ed. Ijuí: Unijuí, 2006.

MARX, Karl. *O Capital*. Crítica da economia política. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. 8. ed. São Paulo: Difel, 1982. (O processo de produção do capital. v.1).

_____. Cap. XXIV. A chamada acumulação primitiva. *O Capital*. Crítica da economia política. Tradução de Reginaldo Sant’Anna Política. 8. ed. São Paulo: Difel, 1982. p. 828 - 882. (Livro 1. O processo de produção do capital, v. 2).

_____. *Las luchas de clases en Francia de 1848 a 1850*. Moscú: Editorial Progreso, 1979.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MAZOIER, Marcel; ROUDART, Laurence. *Histórias das agriculturas no mundo*. Do neolítico à crise contemporânea. Tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira. São Paulo: UNESP; Brasília: NEAD, 2010.

MEKSENAS, Paulo. *Pesquisa social e ação pedagógica: conceitos, métodos e práticas*. São Paulo: Loyola, 2002.

MELO, Hildete Pereira; SABBATO, Alberto Di. Gênero e trabalho rural. In: BUTTO, Andrea (Org). *Estatísticas rurais e a economia feminista*. Um olhar sobre o trabalho das mulheres. Brasília: MDA, 2009. p. 32-121.

MENACHE, Renata; MARQUES, Flávia Chorão; ZANETTI, Cândida. “Autoconsumo e segurança alimentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação”. *Revista Nutrição*. v. 21. p. 145-158. 2008.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça; ALMEIDA, Maria Geralda de. Et alli. Reorientações produtivas na divisão familiar do trabalho: papel das mulheres do sertão de São Francisco (Sergipe) na produção do queijo de coalho. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS,

Leonilde Servolo (Org.). *Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos*. Niterói: Alternativa, 2013. p. 129- 146.

MERCADO, Rubén Terán. *Contexto y reseña histórica de las organizaciones campesinas nacionales*. México, DF: Imprete, 2010.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. Rumo a uma teoria da transição. Tradução de Paulo César Castanheira; Sérgio Lessa. 3. reimpr. São Paulo: Unicamp e Boitempo, 2009.

_____. *A educação para além do capital*. Tradução de Isa Tavares. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.) *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. *Agricultura familiar no Brasil e o censo agropecuário de 2006*. Brasília: MDA, 2009.

MORGATO, Melissa. Organismos geneticamente modificados: algumas questões jurídicas. In: ESTORNINHO, Maria João (Coord.). *Estudos de direito de alimentação*. Portugal, Lisboa: ICJP, 2013. p. 143-174.

MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (Orgs.). *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história*. Brasília: Unesp e Nead, 2008. p. 07-15. (Concepções de justiça e resistência nos Brasis, v. 1).

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. As duas Comissões Regionais Criação ATINGIDOS dar. Disponível em <: <http://www.mabnacional.org.br/content/2-criadas-comiss-es-regionais-atingidos>>. Acesso em: 15 mar. 2013 (a).

_____. *Jornada de lutas garante vitórias aos trabalhadores do RS*. Mensagem recebida por isauraconte@yahoo.com.br em 19 abr. 2013 (b).

MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES. Nossa história. Disponível em:< <http://www.mpabrazil.org.br/mpa-uma-alternativa-de-organizacao-do-campesinato-brasileiro#regiao-menu-principal>>. Acesso em: 15 mai. 2013.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Nossa história. Disponível em: < <http://www.mst.org.br/node/7702>> . Acesso em 15 mai. 2013.

MUÑOZ, Christian Aguirre. La reinvenición de la comunidade: cambio social e estratégias de adaptación en el México rural. Um caso de estudio. In: APPENDINI, Kirstein; TORRES-MAZUERA, Gabriela. *Ruralidad sin agricultura? perspectivas multidisciplinares de una realidade fragmentada*. México/DF. El colégio de México, 2008. p. 170-192.

MURARO, Rose Marie. *A mulher no terceiro milênio*. 8. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2002.

NANÔ, Fabiana. Número de pardos inverte tendência e cai, aponta IBGE; negros sobe. Disponível em: < <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/09/21/numero-de-pardos-diminui-apesar-do-alto-crescimento-na-primeira-decada-do-milenio.htm>>. Acesso em 29 jan. 2014.

NAREDO, José Manuel. Economía y sustentabilidad: la economía ecológica en perspectiva. *Revista Polis*. Universidade Bolivariana. v. 1, p. 1-27. 2001.

NEVES, Delma Pessanha. Constituição e reprodução do campesinato brasileiro. In: NEVES, Delma Pessanha (Org.). *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil*. São Paulo: Unesp/Nead, 2009. p. 303-324.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. *O trabalho duplicado*. A divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular. 2011.

NOSELLA, Paolo. “Uma nova educação para o meio rural. Sistematização e problematização da experiência educacional das Escolas da Família Agrícola do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo”. (Dissertação) Mestrado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica/SP, 1977.

NOTA DO MPA. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo (Orgs.). *Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos*. Niterói: Alternativa, 2013. p. 5-6.

NUNES, Maria José Rodado. Freiras no Brasil. In: PRIORE, Mary Del. *Histórias das mulheres no Brasil* (Org.). 7. ed. São Paulo: Contexto/Unesp, 2004. p. 482-509.

ORGANIZACIONES MEMBRAS DE LA VÍA CAMPESINA: 164 organizaciones en 79 países. Jacarta, Indonésia, jun. de 2013.

PAIVA, Vanilda. *Educação popular e educação de adultos – contribuição à história da educação brasileira*. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

PAIXÃO, Márcia; EGGERT, Edla. A hermenêutica feminista como suporte para pesquisar a experiência das mulheres. In: EGGERT, Edla. *Processos educativos no fazer artesanal de mulheres do Rio Grande do Sul*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

PALUDO, Conceição. *Educação popular em busca de alternativas – uma leitura desde o campo democrático popular*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

_____ (Org.) *Mulheres, luta e resistência: em defesa da vida*. São Leopoldo: Cebi, 2009.

PAVAN, Ivar. *Lançamento do Plano Safra 2012-2013*. Porto Alegre. Palácio do governo, 23 jul. 2012. Registro escrito do lançamento do Plano Safra.

PEDRO, Joana Maria. Mulheres do Sul. In: PRIORE, Mary Del. In: *Histórias das mulheres no Brasil* (Org.). São Paulo: Contexto/Unesp, 2004. p. 278-320.

PEREIRA, João Márcio Mendes. Neoliberalismo e lutas camponesas no Brasil: contestação e resistência à reforma agrária de mercado do Banco Mundial durante o governo FHC. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO; Maria Ignez (Orgs.). *A diversidade das formas das lutas no campo*. São Paulo: Unesp e Nead, 2009. p. 279-302.

PEREIRA, Nancy Cardoso; JAHN, Elisiane de Fátima. Todas as vidas... todas as vias camponesas! In: PALUDO, Conceição (Org.) *Mulheres, resistência e luta: em defesa da vida*. São Leopoldo: CEBI, 2009. p. 16-85.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru/São Paulo: UDUSC, 2005.

_____. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Tradução de Deise Bottmann. 6. Reimpr. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

_____. *Minha história das mulheres*. Tradução de Ângela M. S. Corrêa. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

PINHEIRO, Sebastião. *A máfia dos alimentos no Brasil*. Porto Alegre. [s/ed.], 2005.

PINSKI, Carla Bassanezi. Apresentação. In: *Minha história das mulheres*. Tradução de Ângela M. S. Corrêa. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

PIRES, Murilo José de Souza; RAMOS, Pedro. O termo modernização conservadora, sua origem e utilização no Brasil. *Revista Econômica do Nordeste*. v. 40. n. 3, p. 411-424. 2009.

PLOEG, Jan Douwe van der. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Tradução de Rita Pereira. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: origens da nossa época*. Tradução de Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

POLLAN, Michel. *O dilema do onívoro: uma história natural de quatro refeições*. Tradução de Cláudio Figueiredo. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2007.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Questão agrária no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

QUEIROZ, Maria Isaura de. Uma categoria rural esquecida (1963). In: WELCH, Clifford Andrew; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa; WANDERLEY, Maria Nazareth (Orgs.). *Camponeses brasileiros. Leituras e interpretações clássicas*. São Paulo: Unesp e Nead, 2009. p. 57-72.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, Mary Del. In: *Histórias das mulheres no Brasil* (Org.). São Paulo: Contexto/Unesp, 2004. p. 578-606.

RAMINELLI, Ronald. Eva Tupinambá. In: PRIORE, Mary Del. In: *Histórias das mulheres no Brasil* (Org.). São Paulo: Contexto/Unesp, 2004. p. 11- 41.

RAMÍREZ, Mario Ranchoño. La oligarquía agraria de Tlaxcala en los años setenta. *Revista Mexicana de Sociología*. v.1. p. 213- 242, ene-mar, 1988.

RANGEL, Inácio. *Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil*. Prefácio e organização de José Graziano da Silva. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. A formação e o sentido do Brasil. 2. ed. Companhia das Letras. São Paulo, 1995.

RIBEIRO, Marlene. *De seringueiro a agricultor-pescador a operário metalúrgico*. Um estudo sobre o processo de expropriação/proletarização/organização dos trabalhadores amazonenses. (dissertação) Mestrado em educação. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1987. 375 pp.

_____. *Movimento camponês, trabalho e educação: liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. Movimentos sociais e educação popular: trajetórias e desafios. In: RIBEIRO, Jorge Alberto Rosa; RIBEIRO, Marlene. I seminário do TRAMSE. *Trabalho, Movimentos Sociais e Educação: redes de pesquisa*. Porto Alegre: Itapuí, 2011. p. 36-48.

_____. Educação do Campo: embate entre Movimento Camponês e Estado. *Educação em Revista*. v. 28, n. 1, p.459- 490, jan/mar, 2012.

_____. Política educacional para populações camponesas: da aparência à essência. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro: ANPED, v. 18, nº 54, p. 669-692, jul./set., 2013.

RIBEIRO, Silvia. Camponeses, biodiversidade e novas formas de privatização. In: CARVALHO, Horácio Martins de. *Sementes: Patrimônio dos povos a serviço da humanidade* (Org.). São Paulo: Expressão Popular, 2003. p. 51-72.

ROCHA, Dário do Carmo. A Carta de Punta del Este: as ideias positivistas nas reformas educacionais e no Plano de Segurança Nacional orquestradas na década de 60. Trabalho apresentado no *II Seminário Estado e Políticas Sociais no Brasil*. UNIOESTE. Campus Cascavel/PR, 13-15/10/2005.

ROSS, Jonh. Raízes negras. Estudos resgatam contribuição africana. In: *Sem Fronteira*. Disponível em: <ospiti.peacelink.it/zumbi/News/semfro/258p25.html>. Acesso em 12 nov.2013.

RUBIO, Blanca. *Explotados y excluidos*. Los campesinos latinoamericanos en la fase agroexportadora neoliberal. México: Plaza y Valdez, 2001.

SÁNCHEZ, Martha Néstor. Tenemos que hablar, liberar los pensamientos. In: SPINOSA, Gisela Damián; DIRCIO, Libni Iracema Chautla; SÁNCHEZ, Martha Néstor. *La coordinadora guerrerense de mujeres indígenas: construyendo la equidade y la ciudadanía*. México: UNIFEM, 2010. p. 171-202.

_____; DIRCIO, Libni Iracema Chautla. Un balance. In: ESPINOSA, Gisela Damián; DIRCIO, Libni Iracema Chautla; SÁNCHEZ, Martha Néstor (Coords.). *La coordinadora*

guerrerense de mujeres indígenas construyendo la equidad y la ciudadanía. México, DF: Universidad Autónoma Metropolitana, 2010. p.413-424.

SANTANA, Mirian Ilza. Sesmarias. Disponível em: <http://www.infoescola.com/historia/sesmarias/>>. Acesso em 09 mar. 2013.

SARTRE, Xavier Arnauld de; FLORENTINO, Laurence Granchamp et ali. O “bom” casamento em áreas de fronteira ou a difícil autonomização das “tarefas” femininas em área de fronteira. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo (Orgs.). *Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos*. Niterói: Alternativa, 2013. p. 107-128.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. *Revista Brasileira de Educação* v. 14, n. 40, p. 143-155, jan./abr, 2009.

SCHERER-WARREN, Ilse. Los trabajadores rurales en el Sur de Brasil y la democratización de la sociedad. *Revista Mexicana de Sociología*. IIS. v.1, p. 243-258, ene-mar, 1988.

_____. *Redes de movimentos sociais*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

SCHNEIDER, Sergio; CONTERATO, Marcelo Antonio; KOPPE, Leonardo Renner; SILVA, Carolina Castilho. A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul. In: SCHNEIDER, Sergio. *A diversidade da agricultura familiar*. 2. ed. Porto Alegre: Ufrgs, 2009. p. 139-166.

SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. *Agricultura na sociedade de mercado*. As mulheres dizem não à tirania do comércio. São Paulo: SOF, 2006.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILIPRANDI, Emma. Desafios para a extensão rural: o "social" na transição agroecológica. *Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre, v.3, n.3, Jul/Set, 2002. Disponível em: http://www.pvnocampo.com/agroecologia/desafios_para_a_extensao_rural.pdf. Acesso em: 18 jan.2011.

SILVA, Carmen. Os sentidos e a ação educativa no feminismo. In: SILVA, Carmen (Org.). *Experiências em pedagogia feminista*. Recife: SOS Corpo, 2010. p. 08-27.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

STAVENHAGEN, Rodolfo. *Derecho indígena y derechos humanos en América Latina*. México: Colégio de México, 1988.

STÉDILE, João Pedro. *A questão agrária no Brasil*. Programas de Reforma Agrária – 1946 a 2003. Expressão Popular. São Paulo, 2003.

SPEYER, Anne. Marie. *Educação e Campesinato*. Uma Educação para o Homem Rural. São Paulo: Loyola, 1983.

TANAKA, Laura Saldivar. A reforma agrária mexicana: do ejido à privatização. MARTINS, Mônica Dias. *O Banco Mundial e a Terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia*. São Paulo: Viramundo, 2004, p. 121 – 144.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa- ação*. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TIBURCIO, Hermelinda Cayetano. Liberarse del miedo. In: ESPINOSA, Gisela Damián; DIRCIO, Libni Iracema Chautla; SÁNCHEZ, Martha Néstor (Coords.). *La coordinadora guerrerense de mujeres indígenas construyendo la equidad y la ciudadanía*. México, DF: Universidad Autónoma Metropolitana, 2010. p. 257-272.

TORRES- MAZUERA, Gabriela. Los productores maiceros de Emilio Portes Gil: de campesinos de subsistencia a agricultores de medio tempo en un ejido que se urbaniza. In: APPENDINI, Kirstein; TORRES-MAZUERA, Gabriela. *Ruralidad sin agricultura? perspectivas multidisciplinares de una realidad fragmentada*. México/DF. El Colegio de México, 2008. p. 58-78.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo da Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Atlas, 1987.

UNIÓN NACIONAL DE ORGANIZACIONES REGIONALES CAMPESINAS AUTÓNOMAS. ¿Qué es la UNORCA? Disponível em: <<http://www.unorca.org.mx/objetivos/objet-01.htm>>. Acesso em 29 jan. 2014.

VARGAS, Peppe. Lançamento do Plano Safra 2012-2013. Porto Alegre. Palácio do governo, 23 jul. 2012. Registro escrito do lançamento do Plano Safra.

VEIGA, José Ely. Nem tudo é urbano. Revista ciência e Cultura. Abr/jun, 2004. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252004000200016&script=sci_arttext>. Acesso em 22 jan. 2013.

VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato*. um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. 2. ed. São Paulo e Rio de Janeiro: Difel, 1979.

ZÁRATE, Margarita Vidal. Multiculturalismo, poder y mujeres. In: GUTIÉRREZ, Natividad Chong (Coord.). *Mujeres y nacionalismos en América Latina*. De la independencia a la nación del nuevo milenio. México, DF: Instituto de Investigaciones Sociales, 2004. p.83-116.

ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno*. O Rio Grande do Sul agrário do século XIX. Ijuí: Unijuí, 2002.

WALLERSTEIN, Immanuel. *El capitalismo histórico*. 6. ed. México: Siglo XXI, 2006.

WANDERLEY, Eduardo. Luiz. *Educar para transformar: Educação popular, Igreja Católica e a política no Movimento de Educação de Base*. Petrópolis: Vozes, 1984.

WARMAN, Arturo. Los campesinos en el umbral de un nuevo milenio. *Revista mexicana de sociologia*. IIS. vol 1, p. 143 - p.155, Ene-mar, 1988.

WEDIG, Josiane Carine; MENACHE, Renata. Políticas alimentares entre camponeses. In: Neves, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo (Orgs.). *Mulheres camponesas. Trabalho produtivo e engajamentos políticos*. Niterói: Alternativa, 2013. p. 147-162.

WIKILIBROS. *História de México*. La república reinstaurada 1867- 1877. Disponível em: <[http://es.wikibooks.org/wiki/Historia_de_M%C3%A9xico/La_Rep%C3%BAblica_Restaurada_\(1867-1877\)](http://es.wikibooks.org/wiki/Historia_de_M%C3%A9xico/La_Rep%C3%BAblica_Restaurada_(1867-1877))>. Acesso em 10 fev. 2014.

ANEXO 1: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Projeto: MULHERES DA VIA CAMPESSINA DO BRASIL E INDÍGENAS E CAMPONESAS DE ORGANIZAÇÕES DO MEXICO: O EDUCATIVO DE SUAS LUTAS DESDE O TRABALHO/PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

Você está sendo convidada a participar de uma pesquisa em vista da elaboração de tese de doutorado, sob a orientação da Dra. Marlene Ribeiro da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS/BRASIL) e co-orientação da Dra. Natividad Gutiérrez Chong da Faculdade de Letras e Filosofia da UNAM/México.

Sua colaboração neste estudo é muito importante, mas a decisão em participar é sua e, para tanto, leia atentamente as informações deste documento. Se você não concordar em participar ou quiser desistir em qualquer momento, isso não lhe causará nenhum prejuízo. Se você concordar em participar, basta assinar a declaração concordando com a pesquisa.

Eu, Isaura Isabel Conte, em respeito aos direitos legais e à dignidade humana, responsável por esta pesquisa, peço respeitosamente sua autorização, para que possa fazer parte do grupo de pessoas pesquisadas. A coleta de dados e informações serão utilizadas para análise e posterior confecção de minha tese de doutorado. Assim, responsabilizo-me através deste termo, a prestar toda a forma de esclarecimento, além dos descritos abaixo:

1. O objetivo deste trabalho consiste em refletir e problematizar o papel das mulheres camponesas e indígenas inseridas na produção de alimentos, as contradições e as possibilidades de atuarem desde este espaço - como educativo - ao âmbito político, por serem inseridas nas lutas de suas Organizações.

2. Nesta pesquisa utilizarei observações com anotações em diário de campo; realizarei também entrevistas a serem gravadas em gravador específico, utilizando questionário semiestruturado, sendo que as gravações serão posteriormente transcritas. Além destes, utilizarei outro questionário estruturado para ser preenchido no ato da entrevista. Poderei também pesquisar dirigentes das organizações selecionadas para esclarecimentos mais abrangentes. Estas entrevistas poderão ser feitas por e-mail ou pessoalmente, e, neste caso, transcrevendo no ato, ou gravando para posterior transcrição.

3. As Organizações e pessoas envolvidas na pesquisa serão convidadas a presenciar a apresentação da Tese de Doutorado, que se realizará nas dependências da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com data a ser definida. Cada organização, bem como as participantes da pesquisa receberão uma cópia do trabalho: para as do Brasil, as pessoas terão cópia em PDF e a Organização receberá também uma cópia impressa; do México, pessoas e Organizações receberão o trabalho final digitalizado.

4. Através deste documento fica assegurado o direito ao participante de que terá todos os esclarecimentos relativos à pesquisa garantidos, incluindo a metodologia utilizada. A partir do momento que o participante não desejar mais fazer parte da pesquisa, pode retirar o seu consentimento, sem sofrer qualquer penalização.

5. Não haverá qualquer tipo de despesa ao participante, no que tange a materiais ou deslocamentos.

6. Se, no transcorrer da pesquisa, tiver alguma dúvida, ou por qualquer outro motivo, poderá procurar Isaura Isabel Conte, responsável pela pesquisa através do e-mail isauraconte@yahoo.com.br. Telefone: (55) 51 99051066.

Eu,.....e-mail.....
..... dou consentimento livre e esclarecido, para que, a partir do meu testemunho, se façam as análises necessárias a esta pesquisa e posterior uso e publicação dos dados e informações nos relatórios finais e conclusivos.

Pesquisadora: Isaura Isabel Conte

Pesquisada

ANEXO 2: TÉRMINO DE CONSENTIMIENTO

Titulo del proyecto: MUJERES DE LA VIA CAMPESINA DE BRASIL Y MUJERES CAMPESINAS E INDÍGENAS DE ORGANIZACIONES DE MÉXICO: EL CARÁCTER EDUCATIVO DE SUS LUCHAS DESDE EL TRABAJO/PRODUCCIÓN DE ALIMENTOS

Usted está sendo invitada a participar de una investigación para la elaboración de la tesis de doctorado, bajo orientación de la Dra Marlene Ribeiro de la Facultad de Educación de la Universidad Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS/BRASIL) y co-orientación de la Dra Natividad Gutiérrez Chong de la Facultad de Filosofía y Letras de la UNAM/México.

Su colaboración en este estudio será muy importante, pero, la decisión de participar o no, será suya. Sin embargo, lee atentamente las informaciones de este documento. Si usted discordar o no quisiera participar de esta investigación, eso no causará ninguno prejuicio.

Yo, Isaura Isabel Conte, en respecto a los derechos legales y a la dignidade humana, responsável por esta investigación , pidole respectosamente su consentimiento, para que puedes hacer parte de la equipo de personas investigadas. La colección de datos e informaciones serán utilizadas para análisis a ser utilizada en de la tesis de doctorado. Por lo tanto, responsabilizome a traves deste término para aclarar dudas o preguntas pendientes, más allá de dos esclarecimientos que siguen abajo:

1. El objetivo de este trabajo es problematizar el rol de las mujeres campesinas e indígenas involucradas en la producción de alimentos, las contradicciones y las posibilidades de la actuación desde este espacio – como educativo – al ámbito político, por lo hecho de sus participaciones en Organizaciones.

2. En esta pesquisa utilizaré observaciones con apuntes en el cuaderno de campo, de los encuentros con los sujetos de la investigación; también entrevistas que deben ser registradas en grabadora específica, para la posterior transcripción. Usaré outro cuestionario esctructurado en lo acto de la entrevista. Podré, si necesario, tomar apuntes a partir de diálogo con dirigentes de las respectivas Organizaciones en relación a cuestiones abragentes. Estas podrán ser tomadas por e-mail o personalmente, y en este caso, puede ser tanto grabado quanto transcripción en lo acto.

3. Las Organizaciones y personas involucradas en la investigación serán invitadas a estar presentes en la defensa de la tesis de doctorado en la Facultad de Educación de la UFRGS/Brasil, com fecha aún no definida. Cada una de las Organizaciones así como las participantes recibirán una cópia de lo trabajo: para las de Brasil, las personas terán versión en PDF y la Organización recibirá también una copia impresa; de México, las personas y Organizaciones recibirán el trabajo final digitalizado.

4. A través de este documento se queda garantizado el derecho al participante, que tendrá aclaraciones con relación a la investigación, incluso de la metodología utilizada. A partir del momento que lo participante no desea más hacer parte de la pesquisa, puede sacar su consentimiento, sin prejuicios.

5. No habrá ninguno tipo de gasto al participante, relacionados a materiales o traslados.

6. Si, en el curso de la investigación , tuver duda, o por qualquiera outro motivo, podrá buscar Isaura Isabel Conte, por e-mail isauraconte@yahoo.com.br y móvil: (55) 51 99051066 para contacto.

Yo.....e- mail..... doy my consentimiento libre y aclarado, para que, a partir de my testigo, haganse las análisis necesarias a esta investigación que después harán parte de la tesis.

Ciudad de México, (DF),.....de.....de 2013

Investigadora - Isaura Isabel Conte

Investigada

ANEXO 3: QUESTIONÁRIO A SER PREENCHIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FACED

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGEduc

Aluna: Isaura Isabel Conte

Orientadora: Prof^ª Dra. Marlene Ribeiro

Questionário de Pesquisa

- 1) Nome.....idade.....estadocivil.....
 filhos.....Município.....
 escolaridade.....tempo de inserção no Movimento.....
 raça/etnia.....
- 2) Quantidade de terra?..... O título está em nome de quem (homem ou mulher, outro?)
- 3) Tem acesso a documentos pessoais e profissionais?..... Desde quando?.....
- 4) Quais os principais produtos produzidos na unidade de produção?.....
 Quais são vendidos?..... Quais são para consumo próprio?.....
 Quais são trocados com vizinhos ou companheiras de Movimentos?
- 5) Tem acesso a crédito? Qual?..... Como funciona?
- O que é feito com ele?.....
 Está em nome de quem?.....

ANEXO 4: QUESTIONÁRIO PARA GRAVAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAGED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGEdU

Aluna: Isaura Isabel Conte

Orientadora: Profª Dra. Marlene Ribeiro

Questionário aberto/ entrevistas a serem gravadas

1. O que a levou a fazer parte do Movimento? Porque continua atuando nele? Como percebe o que é específico das Mulheres da Via, no interior do seu Movimento e da Via?

Cite alguns aspectos mais relevantes com relação ao que considera de maior aprendizado, enquanto mulher, no Movimento de que participa?

2. Como é pensada a produção em sua casa? Como se dá conciliação do trabalho da produção/comercialização e a militância?

Qual o significado da produção de alimentos no seu entendimento?

Quais as maiores dificuldades e facilidades frente à produção de alimentos (legislação sanitária e código florestal a ser considerado)?

Como percebe o reconhecimento do seu trabalho?

3. O que você gostaria que fosse diferente na vida das mulheres camponesas?

ANEXO 5: QUESTIONÁRIO EM ESPANHOL

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS
 FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FACED
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGEduc
 Y

UNIVERSIDAD NACIONAL AUTÓNOMA DE MÉXICO
 FACULTAD DE FILOSOFÍA Y LETRAS- FFyL
 FACULTAD DE CIENCIAS SOCIALES Y POLÍTICAS- FCPyS

Alumna: Isaura Isabel Conte

Orientación en Brasil: Dra. Marlene Ribeiro y en México: Dra. Natividad Gutiérrez Chong

Cuestionário de Investigación

1) Nombre.....edad.....estado civil.....hijos/as.....municipalidad/Estado..... grado de instrucción escolar.....hace parte de la Organización..... desdeetnia.....

2) ¿Posuen tierra? ¿Cuanto? ¿El título está em nombre de quien?

3) Acceso a los documentos pessoais y profesionales: ¿desde quando y cuales?

4) Liste los principales productos produzidos en su unidad de producción. De estes, ¿quales son para venta? ¿Quales son para el consumo próprio? ¿Los cámbia con compañeras (os) de la organización? ¿lo qué? ¿Dola algunos a la Organización o para vecinos y amigos?

5) ¿Tiene aceso a los créditos del gobierno? ¿Qual? ¿Como funciona? ¿ lo qué es hecho con el? ¿Está en nombre de quien?

ANEXO 6: QUESTIONÁRIO PARA GRAVAÇÃO/ESPANHOL

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS
 FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FACED
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGEdU
 Y

UNIVERSIDAD NACIONAL AUTÓNOMA DE MÉXICO
 FACULTAD DE FILOSOFÍA Y LETRAS- FFyL
 FACULTAD DE CIENCIAS SOCIALES Y POLÍTICAS- FCPyS

Cuestionário aberto/ entrevistas a serem gravadas

1. Cuénteme un poco sobre su Organización: ¿Cuáles son los principales objetivos? ¿Como surgió? ¿Por qué usted empezó a hacer parte de el? ¿Hace quantos años? ¿Por qué continua actuando em el? ¿Como percibe lo específico de las Mujeres en esta Organización? ¿Hay encuentros específicos de mujeres (estaduales o nacionales). Se sí, ¿en qué años y lo qué discutieran? ¿Lograran conquistas? ¿Quales?

¿Lo qué considera más importante, como mujer, que aprendió con la participación en este Movimiento?

2. ¿Como es planificada la producción en su casa? ¿Quién participa del trabajo? ¿Como hacen para conciliar el trabajo de la producción, la venta (se hay) y la militancia?

¿Qual es lo significado de la producción de alimentos en su entendimiento?

¿Quales son las mayores dificultades, y, por supuesto, las mayores facilidades frente a la producción de los alimentos (reglas de gobierno, de la salud, etc). Como percibe el reconocimiento de su trabajo?

O (en el caso de la mujer no vivir en el campo), preguntase:

¿Como percibe el trabajo de las mujeres campesinas e indígenas em el campo/hogar? ¿Hay avanzos y conquistas en los últimos años? ¿Quales serían?

¿Hay políticas específicas para las mujeres del campo? ¿Para la producción? Quales?

¿Como fué la reforma agrária en México?

3. cuénteme lo que le gustaría qué fuera distinto (que hubiera cambios) en la vida de las mujeres campesinas por lo general...

¿Lo qué usted piensa sobre la liberación de las mujeres, sobre la cuestion de género y sobre el feminismo?